

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

ANA LÚCIA GOMES DA SILVA

**EDUCAÇÃO CARCERÁRIA:
(DES)ENCANTOS, (DES)CRENÇAS E OS (DES)VELAMENTOS DE
LEITURA NO CÁRCERE, ENTRE DITOS, SILÊNCIOS E
SUBENTENDIDOS**

Salvador
2007

ANA LÚCIA GOMES DA SILVA

**EDUCAÇÃO CARCERÁRIA:
(DES)ENCANTOS, (DES)CRENÇAS E OS DESVELAMENTOS DE
LEITURA NO PRESÍDIO, ENTRE DITOS, SILÊNCIOS E
SUBENTENDIDOS**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes

Salvador
2007

Silva, Ana Lúcia Gomes da

Educação carcerária (des)encantos, (des)crenças e os desvelamentos das histórias de leitura no cárcere, entre ditos, silêncios e subentendidos / Ana Lúcia Gomes da Silva. – Salvador, 2007.

230 f. : il. retratos

Orientadora: Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. 2007.

Contém referências.

1. Leitura. 2. Prisioneiros – Educação - Brasil. 3. Prisioneiros – Aspectos sociais. I. Fagundes, Tereza Cristina Pereira Carvalho. II. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação.

CDD: 613.7

Ficha catalográfica elaborada por Jacira Almeida Mendes – Biblioteca Central da UNEB

CRB - 5/592

TERMO DE APROVAÇÃO

ANA LÚCIA GOMES DA SILVA

EDUCAÇÃO CARCERÁRIA: (DES)ENCANTOS, (DES)CRENÇAS E OS DESVELAMENTOS DE LEITURA NO PRESÍDIO, ENTRE DITOS, SILÊNCIOS E SUBENTENDIDOS

Tese aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Educação,
Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Prof^a. Dr^a. Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes
(Orientadora) - Doutora em Educação, Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof^a. Dr^a. Elizete Silva Passos
Doutora em Educação, Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof^a. Dr^a. Mary de Andrade Arapiraca
Doutora em Educação, Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof. Dr. Cosme Batista dos Santos
Doutor em Linguística Aplicada, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

Prof^a. Dr^a. Márcia Rios da Silva
Doutora em Letras, Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Prof^a. Dr^a. Eivalda Alves Araújo
Doutora em Letras, Universidade Federal da Bahia (UFBA)

Salvador, 20 de dezembro de 2007.

Aos encarcerados, por terem me ensinado que a condição humana deveria ser a condição *sine qua non* para toda e qualquer forma de ensinamento, disciplina e correção.

AGRADECIMENTOS

São tantos e tão especiais que a ordem aqui apresentada não é, nem poderia ser, por hierarquia, pois, de igual modo, sou imensamente grata ao carinho, apoio, incentivo, leituras, cuidados e sugestões advindas de amigos/as, colegas e familiares.

A minha querida orientadora e amiga, Profa. Dra. Tereza Cristina Pereira Carvalho Fagundes, que de forma calorosa, dinâmica e bastante elucidativa dialogou comigo, realizando sempre uma leitura significativa, indicando sugestões pertinentes, ao longo de toda a itinerância da pesquisa.

Aos meus pais, Ataíde Cosme da Silva e Maria Gomes da Silva, que me ensinaram, com suas bondades e “filosofia de lavradores”, a acreditar no potencial humano e na realização de sonhos tidos como impossíveis para muitos/as pessoas, cujo acesso restrito aos bens e usufrutos culturais não lhes permitiu desistir de sonhar e continuar estudando.

A minha filha, Jamille Gomes Barreto, pela existência em minha vida, demonstrando ser amiga e companheira, além de fã incondicional de sua mãe.

A meus irmãos, Ana Margarete e Ovídio Gomes, pelo incentivo e carinho permanente em minha vida.

A minha filha do coração, Luana Karina, pela forma solícita e amorosa com que me trata, preocupando-se comigo, sendo amiga e confidente, além de uma interlocutora perspicaz durante horas a fio, quando lhe “convidava” a partilhar meus escritos.

Aos amigos/as e colegas, Antenor Rita, Celeste Freitas, Amélia Rosa, Zuleide Paiva, Míran Geonisse, Ione Jatobá, Lucília Vieira e Aderval Brito, que de forma carinhosa e sincera foram verdadeiros incentivadores, de alguma forma contribuindo e acreditando na realização deste trabalho.

Ao meu companheiro, colega, namorado e amigo, Joselito Manoel, pelos diálogos fecundos sobre educação e pelo constante carinho e presença especial em minha vida, além da admiração demonstrada pelo meu trabalho.

A Taciano Jacson, Terezinha Ferreira, Saulo e Fábio Ulisses, funcionários técnicos da UNEB e meus colegas, pelo apoio e gentileza sempre demonstrados na pesquisa de campo na 16ª Delegacia Circunscricional de Jacobina.

Ao Delegado titular, Sr. Carlos José Habib, pela acolhida e apoio à pesquisa na 16ª Delegacia Circunscricional de Jacobina.

Ao Coordenador da Custódia, Sr. Paulo Sérgio Ribeiro, pelo constante apoio em toda a trajetória da pesquisa, pelo fecundo diálogo e respeito humano admiráveis.

Ao Agente Carcerário, Sr. Antônio Azevedo, pela solicitude ao conceder-me a entrevista, bem como pelo respeito demonstrado aos encarcerados e por seu trabalho no cárcere.

Em especial aos sujeitos da pesquisa, Carlos Aduato, Leandro Barreto, Sérgio de Santana, e ao que chamarei aqui de Joaquim (pseudônimo), por aceitarem de forma tão espontânea serem co-autores deste trabalho, narrando sobre suas vidas/histórias de leitura, suas angústias, incertezas, sobre o cotidiano no cárcere, com suas regras e astúcias, além das expectativas acalentadas de uma vida “em liberdade”.

Aos familiares dos encarcerados, pela acolhida em seus lares e pela conversa nem sempre fácil, tecida ao longo das entrevistas.

Aos meus sobrinhos, Ana Victória, João Victor e Filipe Gomes, aos quais desejo inspiração nos estudos e na realização profissional.

A Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade do Estado da Bahia (PPG/UNEB), pelo Programa de Ajuda de Custo (PAC/UNEB) durante o doutorado.

Aos professores, Dr. Cosme Batista e Dra. Mary Arapiraca, pela valorosa contribuição a esta pesquisa por ocasião da banca de qualificação.

Aos meus queridos alunos/as da UNEB/Campus IV — Jacobina, Íris Carla, Marcelo Piva, Ariana Araújo e Adriane Queiroz —, pela especial contribuição como ministrantes do curso de extensão no cárcere, por ocasião da pesquisa do doutorado.

A Maria José Bacelar Guimarães, pela revisão tão precisa e elucidativa, realizando uma leitura minuciosa e atenta, apontando sempre possibilidades de melhorar mais e mais a construção textual, de forma a nos “impor” releituras e redimensionamentos necessários a um texto claro e objetivo, além do “especial cuidado” com a normalização do texto.

“Como a História, o próprio ser humano é uma pluralidade. Ninguém nasce bandido, ninguém nasce santo [...] Melhor do que falar em natureza humana é falar em condição humana. Somos filhos do tempo, da cultura, e dos processos educativos que as sociedades criam e recriam.”

Chico Alencar (2001, p. 99).

RESUMO

Educação carcerária é o tema central desta pesquisa, considerada como ato educativo informal, praticado no cotidiano do cárcere marcado pela intencionalidade em cada habilidade, modos de agir, astúcias e estratégias organizadas, com finalidades próprias e apropriadas, que influenciam e formam outros sujeitos. Objetivamos discutir as práticas educativas que se dão no cotidiano do cárcere e seus efeitos de sentido para os que nele se inserem, além de buscar compreender a tríade presente nas relações de poder: o saber, o discurso e as estratégias do dizer sobre a prisão e seus efeitos. A pesquisa teve como lócus a 16ª Delegacia Circunscricional de Jacobina/BA. O horizonte metodológico adotado foi o etnográfico, tendo como fundantes os estudos da Antropologia, utilizando como instrumentos de construção dos dados entrevistas abertas e/ou aprofundadas, as histórias orais de vida, o memorial, a observação participante, buscando apreender o máximo possível do cotidiano do cárcere e seus efeitos de sentido sobre os sujeitos da pesquisa. Para realizar a análise dos dados, utilizamos a Análise do Discurso (AD). Os resultados apontam a dimensão das (des)crenças, (des)encantos e (des)educação que marcam, de forma contundente, cada ser humano que experiencia o cotidiano do cárcere nos seus moveções caminhos. Por outro lado, os memoriais, relatos e narrativas, vão (des)velando outras nuances e aspectos do ser humano como ser que está em constante formação, em contraponto com os discursos oficiais que nos (des)velam, a partir de outros pontos de vista, o cotidiano do cárcere. As narrativas dos encarcerados desvelaram as práticas reais do cárcere e seu caráter educativo e promotor de (des)crenças, (des)educação, sofisticação das regras de poder, de organização que reproduz a violência, amedronta e os faz mais e mais marginais. Conclusivamente, o trabalho traz a cartografia das práticas educativas no cárcere, seus efeitos sobre os encarcerados e seus familiares, (des)vela (des)crenças, (des)esperanças, sinaliza possibilidades reeducativas e socializadoras dos encarcerados pós-presídio e indica que a educação em espaços de aprendizagem como o cárcere, seria promotora de significativas mudanças, considerando que os seres humanos que vivenciam processos educativos de toda ordem podem (res)significar suas atitudes e transformar suas vidas.

Palavras-chave: Educação carcerária. Memoriais. Histórias de vida/leitura. Discursos. Práticas educativas. Educação informal.

ABSTRACT

The principal theme in such a research is the prison education which is considered as an informal educative act which is experienced daily by the prisoners in the interaction to each other within which each one is influenced by the other one. It is given through an intentionality, in the ways of acting, craftiness and planned strategies which are organized through aims. Such a paper argues about the prison education in order to make out educative practices within prison surrounding as well as their effects upon fellows and the try in order to comprehend three fundamental elements which are present in the power relations: the knowledge, the discourse and the strategies about the prison and their effects. Such a research had as a parameter the police headquarter 16 in Jacobina. The adopted method was the ethnographical one based on Anthropology. In such a field research some elements were considered such as free interviews, oral histories of life, the memorial, the observation. The goal was to catch all the information not only of the prison but also of the prisoners. In order to analyze the dice, the discourse analysis was used. The result of the research shows prisoner´s (dis)belief and (dis)illusionment, otherwise, the memorials, relates and narratives reveal that the human being is always changing his/her mind according to the official speeches in the prison daily. The narratives of the prisoners have shown the real practices of the prison and their educative function which promote the (dis)believes, the power rules, the organization which provoke the violence by becoming them more marginal .In short, such a paper makes clear the educative practices in the prison, their effects among the prisoners and their family which reveal hopeless among them as well as make evident possibilities in order for a social reeducation after their experience in the prison. Such practices certainly indicate that the education in an environment like that actually would promote fundamental changes by the fact that anyone who experiences an educative process in his/her life is to able change his/her mind for a more licit thinking and attitude which certainly would change his/her life for a better way of living.

Key words: *Prison education. Memorials. Reading/life histories. Speeches. Educative practices. Informal education.*

LISTA DE FOTOGRAFIAS

1 - Vista parcial de Jacobina - Serra do Cruzeiro e parte do bairro da Serrinha	17
2 - 16 ^a Delegacia Circunscricional de Jacobina -BA	18
3 - Símbolo da 16 ^a Coordenadoria Regional da Polícia Civil de Jacobina-BA	19
4 - 1 ^o pavimento - Sala de investigação da 16 ^a COORPIN	20
5 - Sala de trabalho no 1 ^o pavimento-administração	20
6 - Sala da Coordenação da Custódia-1 ^o pavimento	21
7 - Vista parcial de uma cela da ala A - ambiente do sanitário/banheiro	23
8 - Vista parcial de uma cela da ala A, a mesma em que descrevemos o ambiente da higiene íntima	25
9 - Vista parcial de uma cela da ala A	26
10 - Ala B - Vista externa das paredes do pátio	27
11 - Ala B - Vista externa das paredes do pátio	27
12 - Ala B - Vista externa das paredes do pátio	28
13 - Turma 1(turno matutino) - Encarcerados na aula do curso de extensão	31
14 - Turma 2 (vespertino) - Encarcerados na aula do curso de extensão	32

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AD - Análise do Discurso

COORPIN - Coordenadoria Regional da Polícia Civil do Interior

EJA - Educação de Jovens e Adultos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MST - Movimento dos Sem Terra

ONG - Organização não-governamental

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
-------------------	----

PARTE 1

EDUCAÇÃO CARCERÁRIA:

(DES)ENCANTOS, (DES)CRENÇAS E OS DESVELAMENTOS DAS HISTÓRIAS DE VIDA/DE LEITURA NO CÁRCERE

1 CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO EM SEUS DIFERENTES SENTIDOS	48
1.1 PAPEL SOCIAL DA EDUCAÇÃO: DIFERENTES ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM	48
1.2 EDUCAÇÃO E CIDADANIA: DESAFIOS QUE PERPASSAM A ETNIA, A CLASSE SOCIAL E O GRAU DE ESCOLARIDADE	52
1.3 CONCEITUANDO EDUCAÇÃO FORMAL, INFORMAL E NÃO-FORMAL: OS SENTIDOS E SEU CONTEXTO	55
2 EDUCAÇÃO CARCERÁRIA: (DES)VELAMENTOS DOS SENTIDOS DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CÁRCERE DA 16ª DELEGACIA CIRCUNSCRICIONAL DE JACOBINA-BA	61
2.1 CARTOGRAFIA DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CÁRCERE: ENTRE (DES)ENCANTOS, ASTÚCIAS E REGRAS CONSTITUÍDAS PELAS AÇÕES DOS SUJEITOS, IMERSOS NO COTIDIANO DO CÁRCERE	61
2.2 SIGNIFICAÇÕES MEMORIALISTAS: EXPECTATIVAS E ESPERANÇAS PÓS CÁRCERE	79

PARTE 2

EDUCAÇÃO E MEMÓRIA, GÊNERO E PODER:

ENTRELACES E 'DOBRAS' NO ESPAÇO-TEMPO DO CÁRCERE

3 RELAÇÕES DE PODER: O SABER, O DISCURSO E AS ESTRATÉGIAS DO DIZER SOBRE A PRISÃO E SEUS EFEITOS	85
3.1 ANÁLISE DO DISCURSO E GÊNERO: UMA TESSITURA POSSÍVEL?	85
3.2 AMARRANDO OS FIOS DA TESSITURA DE GÊNERO E ANÁLISE DO DISCURSO: UMA PERSPECTIVA RIZOMÁTICA	91
3.3 CONDIÇÃO HUMANA E TRABALHO: DISCURSO OFICIAL E PRÁTICAS REAIS DO PRESÍDIO NAS (RE)VELAÇÕES DOS SUJEITOS NO CÁRCERE	93

4 ESTRATÉGIAS DO “SABER-PODER” NO CÁRCERE: CAMINHOS MOVEDIÇOS	108
4.1 ESTRATÉGIAS DO DIZER SOBRE OS EFEITOS DA PRISÃO EM CAMINHOS MOVEDIÇOS	108
4.2 ENTRE DITOS, SILÊNCIOS E SUBENTENDIDOS: AS PALAVRAS SEMIVERBALIZADAS	113

PARTE 3

“DIZERES” INSTITUÍDOS E INSTITUINTES SOBRE O CÁRCERE: UMA POLIFONIA

5 DISCURSOS PULVERIZADOS: ENTRE DITOS, SILÊNCIOS E SUBENTENDIDOS NAS VOZES OFICIAIS E ANÔNIMAS	127
5.1 DISCURSOS DOS AGENTES INSTITUCIONAIS: DELEGADO TITULAR, COORDENADOR DA CUSTÓDIA E AGENTE CARCERÁRIO DA 16ª DELEGACIA CIRCUNSCRICIONAL DE JACOBINA	129
5.2 O CÁRCERE E SEUS EFEITOS NA VISÃO “CALEIDOSCÓPIA” DAS FAMÍLIAS DOS ENCARCERADOS	164
6 “DIZERES” DOS ENCARCERADOS: HISTÓRIAS DE VIDA/DE LEITURA, (DES)VELAMENTOS PLURAIS	177
6.1 HISTÓRIAS DE VIDA/DE LEITURA: (DES)VELAMENTOS DAS CONSTRUÇÕES DOS MEMORIAIS/NARRATIVAS, NO COTIDIANO DO CÁRCERE	178
6.2 LEITURA BÍBLICA, INSCRIÇÕES DISCURSIVAS NAS PAREDES DO CÁRCERE E ENTREVISTAS: RELIGIOSIDADE E ESPERANÇA?!	188
6.3 EDUCAÇÃO E TRABALHO NO CÁRCERE COMO POSSIBILIDADES PARA (RES)SIGNIFICAR A CONDIÇÃO HUMANA	195
CONCLUSÕES: SINTETIZANDO ALGUNS FIOS DO RIZOMA	206
REFERÊNCIAS	214
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM DR. JOSÉ CARLOS HABIB	221
APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PAULO SÉRGIO CHEFE DA CUSTÓDIA	226
APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGENTE CARCERÁRIO	228
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS FAMILIARES DOS ENCARCERADOS	229
ANEXOS – ENTREVISTAS – CD-ROM	230

INTRODUÇÃO

*Nós vos pedimos com insistência:
Nunca digam isso é natural diante dos
acontecimentos da cada dia numa época em que
corre o sangue.
Em que o arbítrio tem força de lei, em que a
humanidade se desumaniza.
Nunca digam; Isso é natural a fim de que nada
Passe por imutável.*

Bertold Brecht (1974, p. 89)

Em época de incertezas, (des)encantos, violências de toda ordem, física e moral, evidencia-se o que Bertold Brecht (1974) sinaliza na epígrafe que abre este texto, ao afirmar que a exclusão parece estar invisível a nossos olhos, tendo boa parte da sociedade perdido a capacidade de indignar-se, espantar-se diante dos efeitos perversos advindos da exclusão, dos estigmas, das dualidades que se configuram em todos os segmentos sociais, sobretudo nas chamadas *minorias excluídas*, como negros, homossexuais, índios, idosos, presidiários e menores em situação de risco. Nesse sentido, a exclusão tem marcado as relações sociais, nas escolas e fora dela, em diversos segmentos sociais, sendo percebida, ainda que chocante e grave, como naturalizada, não produzindo mais estranheza nem indignações moventes em cada ser humano. Parece que fomos tomados de desilusões e (des)crenças da possibilidade de um fazer humano ético, comprometido e cuidadoso.

A efervescente capacidade que o século XX mostrou em produzir idéias que davam sustentação à superação histórica das condições de exploração e exclusão, próprias das sociedades divididas em classe, parece ter submergido diante da possibilidade de uma sociedade mais humana, socialista, mais igualitária em todos os sentidos: revolução da equidade das “[...] relações entre povos, da tolerância de credos e etnias, brotando agora, uma nova consciência de humanidade fundada na sincera ânsia por justiça, paz e inclusão social de fato e direito”, como assinalam Chico Alencar e Pablo Gentili (2001, p. 17).

O campo educacional, como não poderia deixar de ser, sofre também a invasão do (des)encanto, haja vista que de uma forma ou de outra todos concordam que a escola não vai bem. É nesse contexto que uma série de perguntas surgem e a falta de respostas espalha descrenças. Segundo Chico Alencar e Pablo Gentili (2001), as questões advindas dos profissionais em educação revelam o quanto estamos perplexos e inquietos diante do cenário educacional. Qual é o sentido da atividade docente? O que realmente podemos fazer em nossa

prática pedagógica? Para que serve a escola? Todas essas questões não são novas, mas continuam atormentando-nos, e não temos respostas para elas. Nesse sentido, é imperioso que forças de resistência reinventem uma nova ordem e novos poderes constituintes, construtivos, inventivos e inovadores.

Concordamos com os autores, por entendermos que do instituído podem emergir novas possibilidades de um fazer humano ético que funcione como ação contra-hegemônica e instituinte que, nos diferentes espaços educativos, permitam a professores, alunos e demais segmentos da escola, dentro e fora dela, produzirem conhecimentos capazes de gerar as chamadas revoluções silenciosas em sala de aula, cotidianamente, bem como nos diversos espaços educativos, tais como: bairros, associações, Organizações não-governamentais (ONG), famílias, grupos, Movimento dos Sem Terra (MST), igrejas, partidos políticos, sindicatos, empresas, cárceres, meios de comunicação.

O objetivo deste trabalho é discutir as práticas educativas que se dão no cotidiano do cárcere e seus efeitos de sentido para os que nele se inserem, além de buscarmos compreender a tríade presente nas relações de poder: o saber, o discurso e as estratégias do dizer sobre a prisão e seus efeitos.

Nesse contexto, uma inquietação apresentou-se para nós: conhecer os sujeitos que vivenciam a prisão. É exatamente por esta razão que nosso objeto de estudo são as práticas educativas no cárcere, que busca fazer aparecer os silêncios, as hesitações, os ditos e subentendidos que, pulverizados, constituem uma rede discursiva que exclui outros discursos acerca dos presos, da prisão, das representações que são feitas pelos sujeitos que vivem o cárcere (policiais, delegados, carcereiros, encarcerados). Quais representações estariam presentes nas narrativas e nos discursos desses sujeitos do cárcere? A quem serviria a transformação/apropriação dos discursos que proliferam no cotidiano do cárcere? Em que medida os discursos sobre o cárcere são escondidos ou (des)velados?

Realizamos um estudo lingüístico das histórias que ressoam no cárcere, não apenas nas vozes “autorizadas” que circulam nas prisões, mas das vozes excluídas, refutadas, estigmatizadas. Nosso desafio maior, nesta pesquisa, foi fazer aparecer, recolher e reconstruir um outro discurso. Foi realizar a busca dos outros discursos que, segundo Michel Foucault (2002a, p. 30), se faz “Na busca dos outros discursos excluídos, restituindo ao enunciado sua singularidade de acontecimento que nem a língua nem o sentido podem esgotar inteiramente”.

É possível reconstruir um sistema de pensamento com base em um conjunto definido de discurso? Como compreender os ditos e silêncios que se instalam e se perfilam no cárcere?

Esses questionamentos incitaram-nos a percorrer os caminhos desafiantes da pesquisa, na tentativa de reconstruir um discurso — descobrir a palavra muda —, a conversa semi-silenciosa de um discurso outro dos sujeitos que estão no presídio, o discurso oficial sobre os carcereiros, que geralmente são estigmatizados pelo poder constituído e pela sociedade civil, instituindo nesse contexto um discurso autoritário que se quer “hegemônico”, monofônico e excludente.

Empenhamo-nos, pois, em ouvir, compreender, problematizar os discursos trazidos pelos sujeitos que cotidianamente vivem o cárcere, não apenas os encarcerados, mas os policiais, os familiares dos sujeitos presidiários que participaram da pesquisa, o delegado responsável pela 16ª Delegacia Circunscricional de Jacobina. Ao buscar compreender suas histórias de leitura/de vida, entrelaçamos nesse bojo suas histórias de vida e os sentidos inerentes nos discursos, quer de forma explícita, quer subentendida, proporcionados pela linguagem, os quais se (des)velam numa tessitura e urdidura em que se imbricam suas crenças, valores sobre o mundo, a sociedade, a educação, enfim, sobre si e sobre o outro.

Com base nas histórias de leitura/de vida dos sujeitos da pesquisa, buscamos compreender as práticas educativas que se efetivam no presídio, as quais são formuladas, impregnadas, ouvidas e praticadas pelos que convivem quotidianamente nos caminhos movediços do cárcere. Essas práticas educativas que não são formais, não são visíveis, descritas, nem tampouco observadas, têm sido negligenciadas, relegadas.

Sabemos que no espaço da prisão seus efeitos, por meio das políticas discursivas pulverizados, são degradantes, devastadores sobre o ser humano, sua alma, seus anseios de mudança e liberdade. Há nesse espaço uma rede de saberes enraizados e maléficos que são construídos desde a forma de tratar seus condenados, falar com eles, discipliná-los, como dos saberes que entre si veiculam e fazem ordenar uma prática que reforça valores negativos, agrava os desvios de caráter e promove uma série de aviltamentos de toda ordem. É essa educação que (des)educa, (des)encanta e destrói que buscamos compreender e tornar visibilizada. Seu caráter informal e sem “pretensão objetiva de educar” tem, em nossa compreensão, criado e sofisticado os criminosos mais e mais, tornando-os mais delinquentes e vítimas dos efeitos do cárcere sobre si mesmos e de suas próprias estratégias de aprendizagem que levam à degradação humana, em desacordo com o que se pretende, que é o efeito de (re)inserção e (re)integração social do ser humano. É essa “escola” do crime que se organiza com base na desorganização perversa do cárcere que deve ser discutida, problematizada e modificada em toda a sua estrutura organizacional e física. O termo *escola* é aqui utilizado como “escola” que forma independente de uma instituição organizada formal, como, por

exemplo, o cárcere, cujo espaço de vivência consideramos “escola” que forma marginais. É nesta mesma perspectiva que a senadora Heloisa Helena (2006, p. 2) também se refere à prisão, como uma “escola do crime”:

Todos sabem o quanto a prisão exerce um efeito devastador sobre a personalidade das pessoas. Reforça valores negativos, agrava distúrbios de conduta, é uma verdadeira escola do crime. E o pobre que está encarcerado vem das camadas mais pobres da sociedade, que roubou porque não tinha mais nada a perder e de quem a sociedade já tirou tudo.

É de fato uma problemática cuja dimensão histórica e social traz em seu bojo profundos cancos sociais enraizados e desestruturantes anos a fio nos presídios brasileiros. É essa educação que se faz ao se fazer, sem a estrutura física e formal da escola, e que se passa de forma não-visível aos olhos da sociedade, dos dirigentes dos presídios, como se essa rede de formação degradante não tivesse efeitos devastadores sobre os presidiários, que influenciam e são influenciados nas relações estabelecidas no cárcere.

Por esta razão, é dessa lacuna educacional que tratamos nesta tese, para além da educação formal. Falamos aqui de uma educação em que não há a figura formal do professor que define e planeja previamente o que deve ser aprendido. Essa educação que se dá no espaço-tempo da prisão se faz num entrelace, em que alguns passam a ser os “líderes”; são ouvidos, temidos — os chamados “professores do crime”. Os saberes formulados no território do cárcere são de outra ordem, mas “ensinam e muito”, não buscando um outro caminho que transcende ao crime, mas que reforça o crime e seus efeitos.

Diante do exposto propusemo-nos a responder ao seguinte problema: É o cotidiano do cárcere um espaço de educação, como genuinamente é proposto em seu projeto de criação? E a partir deste problema as questões norteadoras por nós investigadas foram: Há no cárcere uma educação carcerária? Em que consiste essa educação? Se há, quais os efeitos de sentido das práticas educativas realizadas no âmbito da prisão? O que elas (re)velam?

- Contextualizando o objeto de estudo e o lócus da pesquisa

A pesquisa de campo foi realizada na cidade de Jacobina, na Bahia, localizada no Piemonte da Chapada Diamantina, na zona noroeste, a 330 km de Salvador, capital do estado. O clima da cidade é oficialmente considerado o semi-árido, mas, devido à umidade da região, seu clima predominante é o semi-úmido.

A cidade é conhecida como *Cidade do Ouro* ou *Cidade Presépio*, por ser intermontana, situada nos contrafortes das serras de Jacobina. Fica num vale, rodeada por belas e enormes serras, dando-nos a imagem de um rico santuário: presépio natural. A população de Jacobina é de 76.476 mil habitantes, de acordo com o censo demográfico realizado em 2000 (IBGE, 2000), tendo esse número como população estimada para 2005. Historicamente, desde sua criação em 1720, teve como base econômica a mineração (principalmente a extração de ouro), e a indústria extrativa direcionada para o setor mineral, sendo o comércio atacadista e varejista um importante vetor na renda municipal (PREFEITURA MUNICIPAL DE JACOBINA, 1999).

É nesse cenário de serras, vales, cachoeiras, com diversidade cultural marcada pelos saberes, fazeres e dizeres de um povo, num mosaico composto por diferentes cores, textos, discursos e desigualdades de diversas ordens, que buscamos penetrar num *lócus* onde dores, revoltas, (des)encantos e (des)crenças compõem o cenário da *Cidade presépio*: o cotidiano do cárcere.



Fotografia 1 - Vista parcial de Jacobina - Serra do Cruzeiro e parte do bairro da Serrinha

Fotografia: Taciano Ricardo. Outubro 2006.

O espaço empírico de nosso objeto de estudo — o cotidiano do cárcere (16ª Delegacia Circunscricional de Jacobina) — abrange dezesseis municípios, segundo Carlos José Habib¹,

¹ Informações obtidas na entrevista concedida à pesquisadora Ana Lúcia Gomes da Silva, em 09.02.06, na 16ª Delegacia Circunscricional de Jacobina-BA.

delegado titular. Esta delegacia localiza-se na Avenida Raimundo Gordiano Cedraz s/n, bairro da Pedra Branca, a 7 km do centro da cidade de Jacobina.

Quando questionamos sobre a organização administrativa da delegacia, o delegado titular responde o seguinte:

A regional de Jacobina é a 16ª Coordenadoria de policia do interior, formada por 16 municípios, tendo Jacobina como sede da coordenadoria. Eu, como delegado titular de Jacobina, respondo pelo município. Aqui também funciona a sede da coordenadoria regional, que é responsável por 20 municípios.

As fotografias expostas a seguir apresentam a vista parcial da 16ª Delegacia Circunscricional de Jacobina-BA. A área externa da delegacia ocupa 200m², aproximadamente, com calçamento parcial em lages grandes; o restante da área é de terra batida. Ao lado direito da porta de entrada há um telefone público (orelhão) e à frente área livre com árvores, principalmente eucaliptos, que também se encontram na parte frontal do prédio.



Fotografia 2 - 16ª Delegacia Circunscricional de Jacobina - BA

Fotografia: Fábio Ulisses. Outubro 2006.

No início da parte interna da delegacia, encontramos uma sala de espera para atendimento geral ao público. Nela há um balcão, em razoável estado de conservação, um banco e duas cadeiras também pouco conservados.

As condições infra-estruturais do prédio estão visivelmente num estado de conservação de ruim a precário, exceto algumas salas do primeiro pavimento. Há fissuras nas paredes, as instalações elétricas evidenciam o ruim estado de conservação, e a pintura está desgastada. A higiene do ambiente também apresenta sinais de comprometimento.

A seguir fotografias da vista interna da 16ª delegacia de Jacobina, onde também funciona a Coordenadoria Regional da Polícia Civil do Interior (COORPIN), no primeiro pavimento.



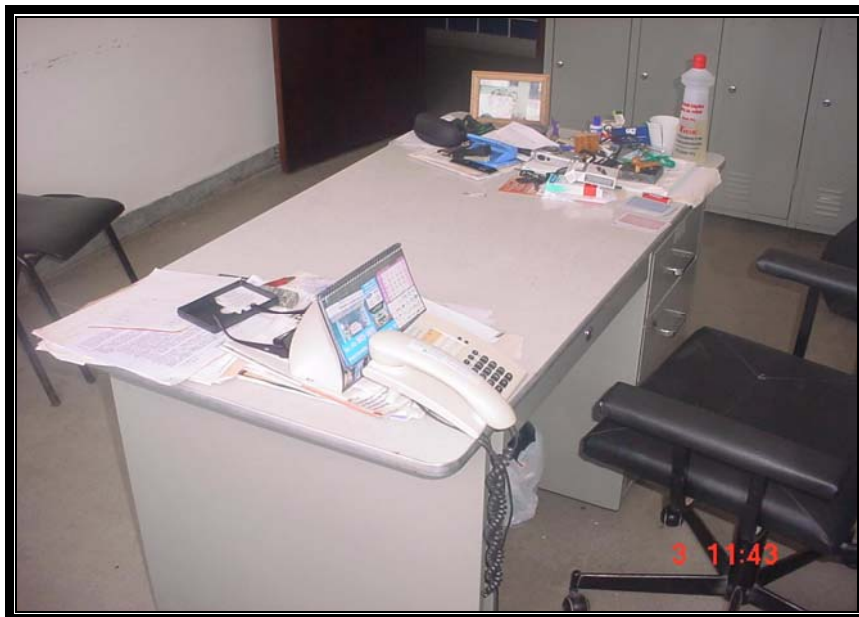
Fotografia 3 - Símbolo da 16ª Coordenadoria Regional da Polícia Civil de Jacobina-BA

Fotografia: Fábio Ulisses, outubro 2006.



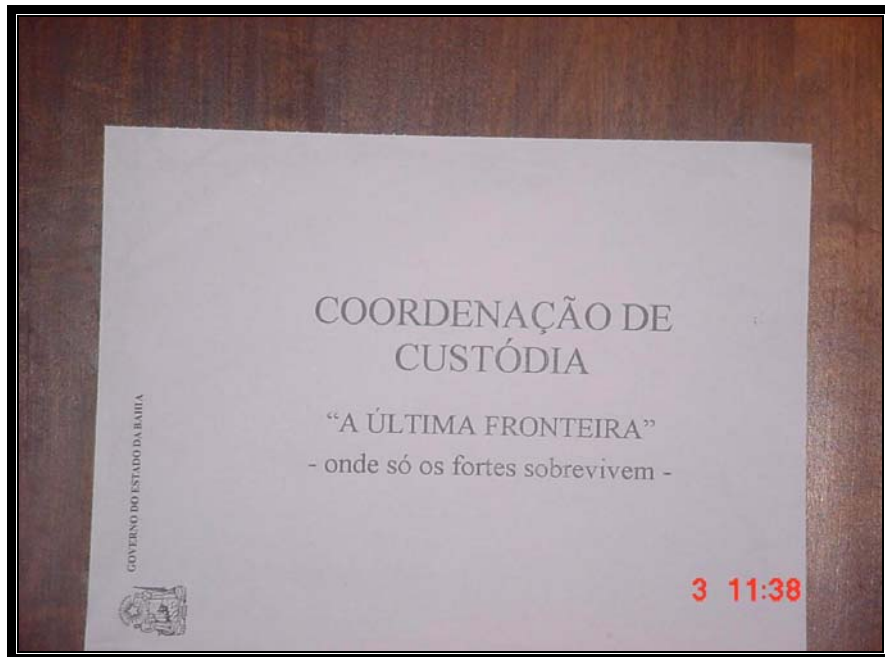
Fotografia 4 - 1º pavimento - Sala de investigação da 16ª COORPIN

Fotografia: Fábio Ulisses. Outubro 2006.



Fotografia 5 - Sala de trabalho no 1º pavimento-administração

Fotografia: Fábio Ulisses. Outubro 2006.



Fotografia 6 - Sala da Coordenação da Custódia-1º pavimento

Fotografia: Fábio Ulisses. Outubro 2006.

Após a observação e o registro fotográfico, passamos à visita às alas A e B da Delegacia, onde estão localizadas as celas.² Na ala A, estivemos nas celas, parte interna e externa, conversamos com os encarcerados sobre a higiene do local, a organização e o uso do ambiente. A ala A possui oito celas, sendo uma menor que as demais, onde fica atualmente uma mulher encarcerada. A ala B possui seis celas.

Segundo depoimento dos encarcerados, a limpeza é realizada por eles/as e a organização do espaço é feita em comum acordo com o grupo e o chefe da custódia Sr. Paulo Sérgio. O número de detentos por cela, segundo listas afixadas na entrada das alas, varia de 7 a 9 pessoas. Essa organização se dá levando em conta o número de presos, conforme entrevista realizada com o Coordenador da Custódia, Sr. Paulo Sérgio Ribeiro dos Santos³ que, ao ser

² As fotografias aqui expostas tiveram a concessão do Sr. Carlos José Habib, delegado titular da referida delegacia. Ele analisou todas as fotos registradas. Algumas não tiveram sua publicação autorizada, segundo o referido delegado, por questões de segurança. O trabalho de campo foi realizado no dia 3.10.06, pela pesquisadora Ana Lúcia Gomes da Silva, tendo como auxiliar de campo o funcionário (estagiário) e aluno da UNEB, Fábio Ulisses, que atuou como fotógrafo.

³ Entrevista realizada pela pesquisadora Ana Lúcia Gomes da Silva na 16ª Delegacia Circunscrição de Jacobina, em 15.02.06, por ocasião do estudo exploratório do *locus* da pesquisa. O uso do nome do entrevistado foi devidamente autorizado e consta da carta de sessão.

questionado sobre o número de presos, condições das celas, tamanho, higienização do ambiente do cárcere, assim se pronunciou:

Temos capacidade para 44 detentos, mas atualmente estamos com 59 detentos. Estávamos com 61, mas com a fuga de ontem [um dia antes da entrevista, houve a fuga de um detento].

Quando perguntamos sobre os critérios para o alojamento dos detentos e sobre o que reza a *Lei de Execução Penal* (BRASIL, 2006) quanto à metragem da cela de 6 m², salubridade nas mesmas, respondeu:

Não, eu acho que no Brasil, são raras as exceções que consegue cumprir as exigências que as legislações penais exigem. [Embora seja uma delegacia e não um presídio]. Os critérios é uma questão do número. É, quantidade, de acordo com o que vai chegando nós vamos “colocando” de um lado e de outro. Infelizmente é isso. O que a lei de execução penal fala é que cada preso deve cumprir sua pena de acordo com o crime [...] Infelizmente não há a classificação, nem há condições de fazer. O espaço físico não permite, não é bom. Existem quatro celas individuais que atualmente estão sendo ocupadas por só uma pessoa. Mas se houver necessidade a gente tem que “botar” como já houve duas, três [pessoas] se for o caso. A cela, a gente reserva uma cela para as mulheres ou uma cela individual, como nós só temos uma detenta feminina aqui no momento, ela fica sozinha em uma cela. Mas como já houve casos anteriores, nos já tivemos que colocar quatro, cinco detentos em uma cela para quatro lugares. O único isolamento delas é na cela.

Ao questionarmos sobre as condições de higiene, sanitário, responde:

Sanitário tem, mas não é de acordo não; as condições de higiene, infelizmente as condições são precárias. Pro banho eles usam o mesmo que o vaso sanitário que eles chamam de boi, que é bem paralelo ao solo mesmo, não é esse comercial que a gente tem em casa.

Visão parcial de uma cela da ala A, retratando o ambiente das necessidades fisiológicas e do banho dos detentos/as. Utilizam garrafas peti (plásticas) cheias de água para

usarem como descarga, ao serem acionadas. Exatamente por esta razão, há no alto uma tábua de madeira com um saco contendo uma pedra que, ao ser acionada, derrama a água armazenada nas garrafas peti, servindo de descarga para expulsar os detritos.



Fotografia 7 - Vista parcial de uma cela da ala A - ambiente do sanitário/banheiro

Fotografia: Fábio Ulisses. Outubro 2006.

Questionamos por que é dado o nome de “boi” ao que chamam de vaso sanitário. O Coordenador da Custódia Sr. Paulo Sérgio informou:

Acho que é porque eles ficam agachados quando vão usar [...] Esse mesmo que eles usam para as necessidades fisiológicas eles também usam para o banho.

Sobre a higienização das alas e celas, conforme já afirmamos, ele assim se pronunciou:

Na área interna lá deles, só eles mesmo que cuidam da limpeza. Praticamente nada é cedido, pela delegacia, são por conta deles mesmo, ou seja, os familiares. Trazem uma vassoura, detergente coisa do gênero.

Quando solicitamos que nos esclarecesse sobre a higiene pessoal dos detentos/as, se tinha um chuveiro, por exemplo, explicou:

Não. Alguma ou outra cela existe um cano que cai a água. Mas no sanitário é um banho de 'theco' mesmo. Na verdade é um só para todos, todo mundo vai tomando e os outros vão saindo.

Para o banho da encarcerada o procedimento é o mesmo; ela tem que conseguir uma mangueira ou um balde e tomar banho na cela.

É, normalmente eles/elas usam garrafas peti de refrigerante e guardam, estocam água. Falta muita água, aqui tem esse problema também de falta de água, principalmente nesta época de estiagem. Eles guardam e usam, normalmente usam no banho, vão "jogando" água no corpo [...] Eles colocam um pano, uma cortina na hora e pronto, porque também há os horários que eles devem usar, não é? Porque lá dentro eles têm esse costume. Por exemplo, na hora do almoço, das refeições, eles não podem usar o vaso sanitário; nessas horas aí eles não podem usar. Porque eles estão almoçando na cela mesmo [...] devido às condições de higiene o mau cheiro que vai exalar depois que usar; eles não podem usar nesse horário.

A avaliação da metragem dos alojamentos e sanitários permitiu-nos constatar que eles são precários e não atendem à legislação. Perguntamos ao Coordenador da Custódia como os avalia.

Infelizmente, aqui, ontem mesmo eu tive que adquirir uma torneira com meu próprio dinheiro, para colocar ali, porque senão a água iria perder todinha, tive que colocar lá no corredor, com meu dinheiro, assim como outras coisas [...] Para ter o mínimo de sobrevivência lá dentro para eles.

Considerando a descrição e as declarações do Coordenador da Custódia sobre o que consideramos essencial à condição humana, no ambiente do cárcere, espantamo-nos diante do quadro que nos foi apresentado e ratificamos o cenário descrito com as fotos e observações que pudemos apreender.

Num segundo momento, ao retornarmos ao campo, seis meses depois da realização desta entrevista, registramos as cenas expostas a seguir, as quais descrevemos sucintamente após cada fotografia exibida.



Fotografia 8 - Vista parcial de uma cela da ala A, a mesma em que descrevemos o ambiente da higiene íntima

Fotografia: Fábio Ulisses. Outubro 2006.

Na fotografia, observamos a cama com a tv, a bíblia sobre a televisão, tendo ao redor as paredes cobertas por fotografias de revistas, para “decorar” a cela. Em geral, as demais celas das alas A e B seguem o mesmo padrão, variando de tamanho. Esta é uma das menores celas. Foi permitido fotografar apenas uma cela internamente.

Na fotografia seguinte, visão parcial de uma outra cela da ala A com o mesmo padrão de “decoração”, utilizando para cobrir as paredes muitas fotografias, sobretudo de mulheres nuas ou seminuas, com trajes íntimos. O piso está em péssimo estado de conservação, mostra ter umidade, condições de higiene precárias, pois além da falta de material de limpeza, falta bastante água no verão. Diante da impossibilidade de fotografar em seu interior, fizemos o registro a partir do exterior.



Fotografia 9 - Vista parcial de uma cela da ala A

Fotografia: Fábio Ulisses. Outubro 2006.

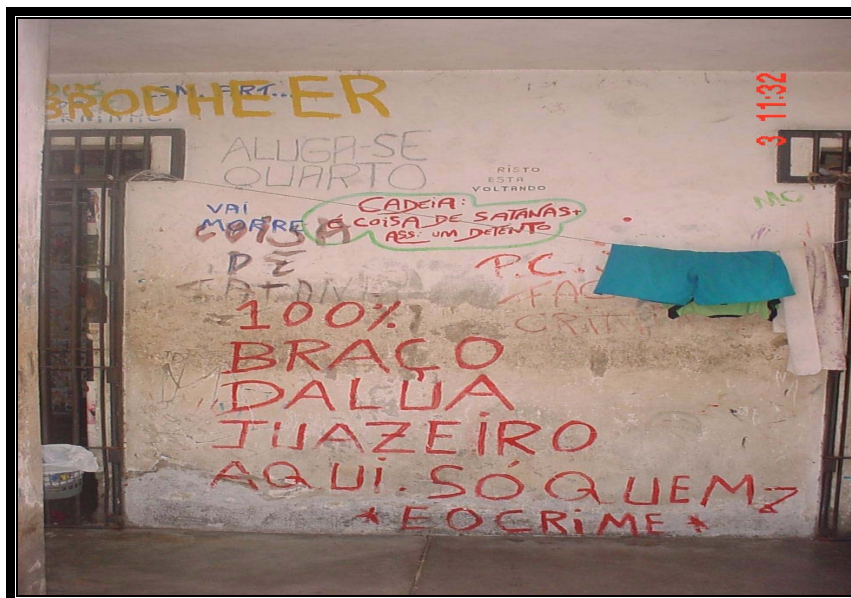
Tanto nas celas da ala A quanto B constam inúmeras inscrições nas paredes, acerca da prisão, trechos bíblicos, frases diversas.

Nas fotografias 10 e 11 há trechos com inscrições nas paredes do pátio externo que retratam o desejo dos detentos de galgar a liberdade e morar em um local aprazível e tranqüilo. Mas, de forma paradoxal, na letra A da palavra PAZ está colocado o símbolo da suástica do nazismo, contextualizando o ideal de liberdade ao real que vivenciam no ambiente de dor, desprezo, pouca ou quase nenhuma condição digna para viver um ser humano. Na segunda fotografia, o discurso denuncia o cotidiano do cárcere com frases fortes, afirmando que “cadeia é coisa de satanás”. Ironiza o local, oferecendo a cela com o *slogan* “aluga-se quarto”.



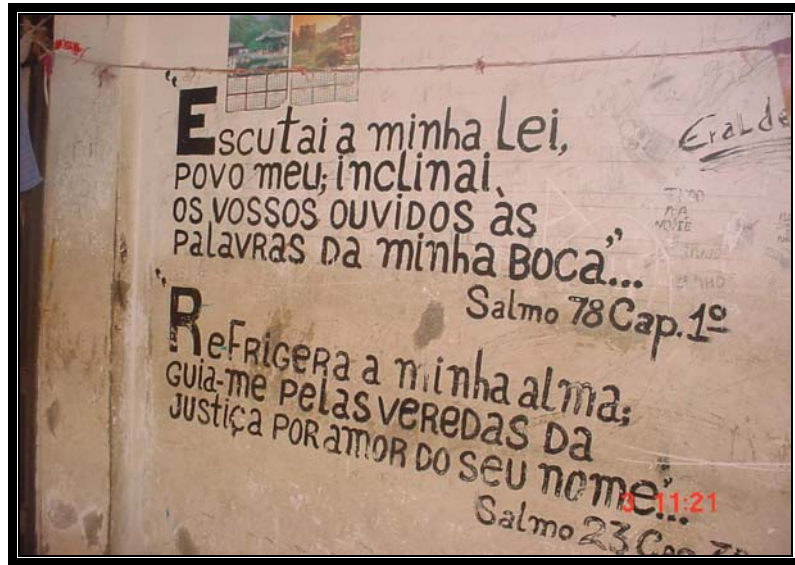
Fotografia 10 - Ala B - Vista externa das paredes do pátio

Fotografia: Fábio Ulisses. Outubro 2006.



Fotografia 11 - Ala B - Vista externa das paredes do pátio

Fotografia: Fábio Ulisses. Outubro 2006.



Fotografia 12 - Ala B - Vista externa das paredes do pátio

Fotografia: Fábio Ulisses. Outubro 2006.

Os discursos inscritos nas paredes externas das alas A e B de forma geral, retratam os sentimentos, análise acerca do cárcere e da vida, buscando em trechos bíblicos discursos que denotam solicitação de ajuda de Deus, para alívio dos sofrimentos vividos no ambiente da prisão, como vocativos a terem a misericórdia da lei de Deus, já que infringiram a lei dos homens. A fotografia 11, que traz trechos bíblicos dos Salmos 23 e 78, mostra indícios desse forte sentimento religioso.

Esse discurso religioso de pedido de ajuda também aparece nos memoriais dos encarcerados, conforme narração do detento Zandonaide M. da Silva.⁴

⁴ Trecho do memorial escrito, produzido no Curso de Extensão *Educação Carcerária: (des)encantos, (des)crenças e os desvelamentos das histórias de vida/de leitura no cárcere*, no período de 12.07 a 05.09.06, realizado pelos alunos Ariane Araújo, Íris Carla, Marcelo Piva, Adriane Queiroz, alunos da Universidade do Estado da Bahia - Campus IV/ Jacobina, sob a coordenação das professoras Ana Lúcia Gomes da Silva e Miriam Geonisse de Miranda Guerra, na 16ª Delegacia Circunscricional de Jacobina. A divulgação do nome do encarcerado foi autorizada por ele, por escrito. Todos os demais usos dos memoriais e dos sujeitos ao longo deste trabalho foram realizados com base nesse curso, obtendo-se a permissão por escrito dos encarcerados para divulgação de seus nomes no relatório final da pesquisa, exceto um. Participaram do referido curso 16 detentos até o final, em virtude de julgamentos e absolvição ou cerceamento, como o caso de Da Lua, por nova entrada após absolvição concedida. Vale ressaltar que os memoriais produzidos no curso de extensão tiveram a seguinte proposta: rememorarem a infância e narrarem-na, trazendo as lembranças que considerassem significativas (primeira parte do memorial); refletirem também sobre suas vidas quando adolescentes/jovens. As aventuras, relacionamentos, famílias, amigos etc. (segunda parte do memorial). Por último foram convidados a refletirem sobre suas vidas no cotidiano do cárcere, suas atividades, rotina, avaliação do ambiente, das ações realizadas etc. (terceira parte do memorial). O memorial, portanto, foi produzido com base nesses três motes e realizado ao longo do curso, sendo socializado, reescrito, refletido coletivamente com colegas e professores, caso os encarcerados assim o quisessem. As temáticas selecionadas sobre leitura, liberdade, violência, amizade, foram discutidas com base em textos de diversos gêneros, os quais serviram de “pontos de partida”, para os círculos de leitura e posterior produção do memorial, o qual ia sendo produzido

Na cadeia é só sofrimento e tensão, um lugar onde ninguém é de ninguém, mas todo mundo chama por Deus [...] Dizem que existe “inferno”, mas o verdadeiro inferno é aqui.

A fala ratifica ainda as inscrições das paredes, quando diz ser “a prisão um inferno”. Há ainda nesse excerto, uma afirmação sobre a prisão que se coaduna exatamente com a idéia trazida por Michel Foucault (2002b), quando explicita que a prisão é um local que não sendo de ninguém é de todos e pulveriza discursos de toda ordem, uma vez que se conhece todo o seu inconveniente e sabe-se que é perigosa, quando não, inútil. Entretanto não se encontrou o que pôr em seu lugar. Michel Foucault (2002b, p.196), questiona “Como não seria a prisão imediatamente aceita, se só o que ela faz, ao encarcerar, ao retrainar, ao tornar dócil, é reproduzir [...] todos os mecanismos que encontramos no corpo social [...] uma escola sem indulgência, uma oficina sombria”, tecida em cada pequeno espaço com estratégias próprias e apropriadas, a fim de revelar, (des)velar alguns aspectos que a fazem ser o que é: ambiente de correção, disciplina, privação de liberdade?

Poderia ser diferente? Acreditamos que sim, entretanto, do que conseguimos observar, analisar, buscar compreender, vimos um ambiente sóbrio, de privação, lugar deprimente, dando o tom de sua finalidade como instituição corretiva tão bem expressa nas palavras de Michel Foucault (2002b) *prisão-castigo, prisão-aparelho*.

Considerando o cotidiano do cárcere como nosso espaço empírico de pesquisa, tomamos os conceitos de espaço e lugar dos estudos de Michel Certeau (1996, p.201-203), que assim os diferencia:

Coloco uma distinção entre espaço e lugar, que delimitará um campo. Um lugar é ordem segundo a qual se distribuem elementos nas relações de coexistência [...] Um lugar é, portanto, uma configuração instantânea de posições. Implica uma indicação de estabilidade. Já o espaço é um cruzamento de móveis [...] Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais [...] Em suma, o espaço é um *lugar praticado*.

paulatinamente, como já explicitado. O objetivo da realização do curso de extensão foi proporcionar discussões acerca dos temas já citados, de forma a possibilitar reflexões coletivas com os encarcerados sobre si mesmos, sobre o outro, sobre a sociedade e a educação, além de realizar, de forma socializada, círculos de leitura no cotidiano do cárcere. Também estava prevista a posterior produção dos memoriais sobre suas vidas em diferentes fases, como já mencionamos.

Assim, para Michel Certeau (1996), lugar e espaço possuem diferentes sentidos, haja vista que o espaço é fruto de práticas moventes e conflitantes, enquanto lugar indica ordem, estabilidade, ratificando as posições dos sujeitos que nele atuam. Nos estudos realizados por este autor, a concepção de cotidiano revela as astúcias sutis, práticas, táticas de resistência, pelas quais o homem ordinário altera, forja objetos e códigos, reapropria-se do espaço e do uso a seu jeito; busca atalhos, inventa o cotidiano, graças às artes de fazer. Para Michel Certeau (1996, p.310): “[...] mil práticas inventivas provam [...] que a multidão sem qualidades não é obediente e passiva, mas abre o próprio caminho no uso dos produtos impostos [...] em que cada um procura viver do melhor modo possível [...] a violência das coisas.” Essa concepção de cotidiano ressoa de forma bastante apropriada e concernente ao que estamos buscando compreender junto aos sujeitos da pesquisa sobre o cotidiano do cárcere, o qual é forjado de astúcia, além de movediço, povoado de práticas educativas de toda ordem.

A cada encontro, leitura, análise dos discursos, dos memoriais, vão sendo (des)velados as (des)crenças e os (des)encantos que (des)educam e formam mais e mais marginal e profissionalizam o crime, no âmbito da prisão. O encarcerado Reinaldo Carvalho fala em seu memorial sobre o sentido da prisão:

Um susto a minha prisão. Nunca pensei de passar por isto. Quando a gente vai se dar conta é tarde demais. Passa um mês, dois, um ano [...] Cada dia pior que o outro [...] O número de crimes se desenvolveram rapidamente. Nos anos 80, os políticos roubavam com cuidado [...] se não houver uma solução vocês vão ver crime em dobro [...] o próprio governo empurra o pobre para o roubo, o tráfico, as invasões de terra. Por exemplo: criou a reforma agrária e não vi nenhum assentamento que funcione, que preste. Só tem gerado conflitos e mortes.

A narrativa do encarcerado Ronaldo Carvalho permite-nos perceber como cada um significa o cotidiano e dá sentido à prisão como punitiva, *infernai*, onde cada um/a que ali se encontra está acertando seus “débitos” para com a lei, a justiça, em decorrência de atos delinquentes e criminosos praticados. Aparece ainda o (des)encanto, a (des)crença em dias melhores, em mudanças concretas, conforme sinalizam as duas narrativas, ao expressarem o cotidiano no cárcere e também que o governo *empurra* o pobre para o roubo e justifica-o pela

desigualdade de direitos e não-acesso a melhores condições de vida, finalizando que a tendência é termos crimes em dobro, caso não seja alterada essa lógica social perversa, que não concede a todos e todas as mesmas chances de acesso a bens materiais e culturais.

Na expressão do depoente Reinaldo Carvalho, é visível a consciência que tem de que de alguma forma está “pagando” por crime de outro, pois, ao trazer para seu discurso os políticos, afirma que “nos anos 80 os políticos roubavam com cuidado”. Ora, se eles estão soltos e livres da cadeia, mesmo roubando, seu não-dizer nos traz o seguinte dizer: “Os políticos roubam e não pagam por seus crimes e continuam tendo um poder aquisitivo excelente, enquanto pessoas como ele, pobres, sem qualificação profissional e sem um grau de escolaridade, realizam roubos menos graves e são presos.”

Este dizer é reforçado pelo encarcerado ao citar a sociedade como negligente, como no exemplo da reforma agrária, justificando em seu discurso que assim “o governo empurra o pobre para o roubo”.

Discursos sobre a sociedade, a violência e a rotina no cárcere são trazidos pelos encarcerados na escrita de seus memoriais. Refletem ainda sobre suas vidas e o sentido da leitura e da educação em suas vidas.

Nas fotografias que seguem, apresentamos os encarcerados em atividade, nas aulas do curso de extensão. Realizam a escrita dos memoriais de suas histórias de vida/de leitura.



Fotografia 13 - Turma 1 (turno matutino) - Encarcerados na aula do curso de extensão

Fotografia: Íris Carla. Julho 2006.



Fotografia 14 - Turma 2 (vespertino) - Encarcerados na aula do curso de extensão

Fotografia: Íris Carla. Julho 2006.

- Configuração da tessitura teórico-metodológica da pesquisa: caminhos percorridos

Para emprendermos a investigação acerca das práticas educativas no cotidiano do cárcere, utilizamos o método etnográfico pelas razões que a seguir são explicitadas, a fim de que o leitor e a leitora possam compreender nossa trajetória em campo.

A etnografia é um esquema de pesquisa desenvolvido pelos antropólogos para estudar a cultura e a sociedade. Etimologicamente, etnografia significa “descrição cultural”. Para os etnógrafos, o termo tem dois sentidos: primeiro, um conjunto de técnicas usadas para coletar dados sobre os valores, os hábitos, as crenças, as práticas e os comportamentos de um grupo social; segundo, um relato escrito resultante do emprego dessas técnicas. Daí afirmarmos que, ao trazermos a etnografia para a educação, estaremos realizando um *recorte etnográfico* e não uma etnografia em seu sentido estrito. Para nós, neste trabalho investigativo realizamos uma etnografia educacional, guardadas as devidas proporções, considerando nosso objeto de estudo, que são as práticas educativas no cotidiano do cárcere. Para Marli André e Menga Lüdke (1986), entretanto, a etnografia requer uma longa permanência do pesquisador em campo, o contato com outras culturas e o uso de amplas categorias sociais na análise de dados. Para essas autoras, realizamos estudos do tipo etnográfico e não etnografia em seu sentido estrito. Entretanto, dados os grandes números de pesquisas educacionais que vêm realizando com muita qualidade e rigor uma “descrição densa” em seus temas investigativos,

consideramos pertinente afirmarmos que a etnografia no viés educacional pode ser considerada uma etnografia e não apenas um tipo etnográfico, já que não estamos utilizando o termo etnografia em seu sentido estrito.

As técnicas etnográficas eram utilizadas até antes da década de 70 do século XX quase exclusivamente pelos antropólogos e sociólogos. A partir de 1970, os pesquisadores da área de educação começaram a fazer uso dessas técnicas, dando lugar a uma nova linha de pesquisa chamada *etnográfica ou antropológica*. A utilização desses termos, no entanto, deve ser feita de forma cuidadosa, haja vista que o processo de transposição para a área de educação sofreu adaptações e, para evitar falsas generalizações, o/a pesquisador/a deve procurar manter uma visão objetiva do fenômeno.

Segundo Clifford Geertz (2002), há dez anos, sugerir que fenômenos culturais pudessem ser tratados como sistemas significativos, capazes de pressupor questões expositivas, era mais alarmante para os cientistas sociais do que é agora, uma vez que há uma tendência a serem “alérgicos” a qualquer coisa literária ou inexata. Sem dúvida, o que o autor expressa revela o reconhecimento crescente de que a abordagem tradicional sempre buscou resultados mensuráveis muito positivos no tocante a controle e verificabilidade. As mudanças referidas pelo autor, entretanto, assinalam importantes avanços no campo do conhecimento. A própria penetração dos conceitos de filósofos como Heidegger, Gadamer e Ricoeur, nas Ciências Sociais, implica o crédito de uma Ciência não mais unificada.

As pesquisas e os estudos que não trazem mais funções arquivistas certamente se fundiram com materiais antropológicos, métodos e idéias antropológicas que, segundo Clifford Geertz (2002, p.12): “[...] é representação, de um esforço para entendermos ‘entendimento’ diferentes do nosso.” A esta tarefa — o “entendimento do entendimento” — dá-se hoje o nome de hermenêutica, à qual o autor citado acrescenta o termo *cultural* sendo, de alguma forma, a *teoria e a metodologia da interpretação*.

Foi exatamente por objetivarmos entender as práticas educativas no cárcere, como saberes e dizeres que estão de forma dialética/dialógica sendo construídos por homens e mulheres sujeitos histórico-sociais, dotados de sentimentos, contradições e complexidades, que entendemos ser a Etnografia uma possibilidade concreta, entre outras, de nos enredar e impregnar de suas narrativas, ouvindo-os como *legítimos narradores* que são.

Nesse sentido, segundo Clifford Geertz (2002), o estudo interpretativo da cultura representa um esforço para aceitar a diversidade entre as várias maneiras de os seres humanos construírem suas vidas no processo de vivê-las. Já que a antropologia interpretativa tem alguma função geral neste mundo, esta é a de re-ensinar esta verdade fugaz.

A etnografia tem sua base na Antropologia e na Fenomenologia; portanto, empreender uma etnografia nas pesquisas em educação e, neste caso em particular, utilizar um recorte etnográfico para tratar do tema Educação carcerária, traz em seu bojo muitos riscos, uma vez que assim como há confluências, há também uma não-linearidade e homogeneidade próprias de cada área do conhecimento. No caso de nossa pesquisa, a História, a Antropologia, a Análise do Discurso (AD) permitir-nos-ão uma prática de permutas, diálogos e tensões, buscando, de forma relacional, estabelecer um sentido neste “mosaico dos saberes”, numa rede de relações e empréstimos.

Sabemos que Fenomenologia não é marxismo, mas nossa opção por utilizar a linguagem na perspectiva fundante do marxismo/materialismo dialético diz respeito aos pontos de ressonância acerca do sujeito como produtor de linguagem, ser discursivo, e, portanto, ideológico e não-neutro. Assim como nossa opção por utilizar Michel Foucault (2002a), mesmo considerando que, segundo alguns críticos, ele foi antimarxista, interessa-nos a articulação da linguagem, do poder e da ideologia, e cada momento do discurso em sua irrupção de acontecimentos, permitindo-nos observar o repetido, sabido, esquecido, transformado. Essa possibilidade de diálogo não exclui os pontos de deriva, antes os explicita, para não parecer que pretendemos unir formulações e concepções metodológicas próprias e, portanto, diversas.

Ora, a cultura é adquirida, os costumes variam, o mundo é composto por variedades de tipos humanos. Precisamos então saber aproveitar essa variedade de saberes que emergem do campo, e ir construindo nossas respostas, aos insistentes convites de análise e diálogos. Precisamos saber ler os gestos, as hesitações, os não-ditos, percebendo-nos como seres de linguagem, portanto, discursivos e não-lineares. Perceber a palavra como “a ponte entre o eu e o outro”, como nos convida Mikail Bakhtin (2002), para assim ressignificarmos valores e concepções de mundo, aceitando as diferentes formas de saber e dizer, reconhecendo que afetamos e somos afetados. Aventurarmo-nos a caminhar por outros caminhos nunca dantes imaginados, como pesquisador/a que deseja, procura descrever os fenômenos.

Segundo Martin Heidegger (2002), quando dizemos *ser-no-mundo* não estamos expressando uma determinação geográfica, mas *ser-no-mundo* supõe algo mais abrangente. Significa uma forma de *ex-istir* que é sempre *co-existir*, uma forma de estar presente e de relacionar-se com todas as realidades circundantes “ser no mundo é cuidado”. Esse cuidado é assumido pelo filósofo em seus dois sentidos fundamentais interligados, como atitude de solicitude e inquietações.

É fundamental situarmos o/a leitor/a quanto ao recorte antropológico de pesquisa, como fizemos anteriormente, bem como explicitarmos o outro fundante da etnografia — a fenomenologia. Em seu livro *Ser e Tempo* – parte I, Martin Heidegger (2002) diz que o método de investigação *fenomenologia* é matriz teórica fundante para a pesquisa etnográfica. Nesse sentido, é fundamental entendermos que no contato com o campo é que veremos insurgir, irromper, aparecer o fenômeno — aquilo que aparece, que emerge. Nesta experiência, os sujeitos envolvidos certamente se constituirão *ser-sendo*. Embora nossa opção seja pela etnografia, que nos convida a estar impregnados da emergência do campo, exercitando a descrição densa, a fim de que possamos problematizar a construção dos dados, a inspiração fenomenológica perpassa a etnografia, na medida em que nos incita a buscar o fenômeno como ele acontece com base na leitura da realidade.

Nos estudos de Marli André (1995) e Marli André e Menga Lüdke⁵ (1986), são explicitados os pressupostos da pesquisa etnográfica que se fundamentam em dois conjuntos de hipóteses sobre o comportamento humano. A primeira diz respeito à hipótese *naturalista-ecológica*, a qual explica que o comportamento humano é significativamente influenciado pelo contexto em que está situado. A segunda diz respeito à hipótese *qualitativo-fenomenológica*, que determina ser quase impossível entender o comportamento humano sem compreender o quadro referencial, dentro do qual os indivíduos interpretam seus pensamentos, sentimentos e ações.

Nessa perspectiva, o pesquisador/a deve tentar encontrar meios para compreender o significado manifesto ou não dos *subentendidos, implícitos, não-ditos*, de forma a manter sua visão objetiva do fenômeno. Deve ainda exercer o papel subjetivo de participante e objetivo de observador, buscando ao máximo compreender o comportamento humano. Foi na confluência da segunda hipótese que trabalhamos em nossa pesquisa, visando à compreensão dos comportamentos, práticas educativas no cárcere e seus efeitos sobre os sujeitos nela envolvidos, conforme registramos ao longo do trabalho. Daí nossa opção pelo recorte etnográfico, tendo como inspiração filosófica da pesquisa qualitativa a fenomenologia.

A palavra *fenomenologia* exprime uma máxima que se pode formular na expressão *as coisas em si mesmas!* A expressão *fenomenologia* é, antes de tudo, um conceito de *método*. O termo tem dois componentes — *fenômeno* e *logos* — que remontam a étimos gregos. Exteriormente, o termo fenomenologia corresponde à ciência da vida, da sociedade. Seria,

⁵ Os estudos das autoras são baseados nas idéias de Wilson (1977), de Bogdan e Biklen (1982 e 1994) sobre o uso da etnografia na pesquisa educacional, os quais são bastante utilizados nos livros das autoras estudadas sobre pesquisa qualitativa em educação e a etnografia como método nas pesquisas educacionais.

portanto, a ciência dos fenômenos — diz o que se mostra, o que se revela, traz para a luz do dia. Heidegger (2002, p.60), afirma: “[...] o que assim produzido anuncia, mostra-se, sem dúvida, em si mesmo, embora o encubra em si mesmo.” No componente *logos*, o significado básico é o discurso, mas também se interpreta por razão, juízo, conceito, fundamento, relações, entre outros.

Para uma melhor compreensão de como foi nossa itinerância em campo, explicitaremos quais e como utilizamos os recursos técnicos escolhidos.

Num primeiro momento, fizemos uma exploração do *locus* da pesquisa, para termos uma idéia mais apropriada e específica acerca dos sujeitos com os quais trabalharíamos — encarcerados, carcereiros, delegado, familiares dos presidiários participantes da pesquisa, e tomamos também como referência as informações prestadas pelo funcionário Paulo Sérgio Ribeiro dos Santos, Coordenador da Custódia, quanto ao comportamento e perfil dos presidiários. Esse estudo exploratório inicial permitiu-nos ter maior clareza do entorno do problema e de nossas questões norteadoras explicitadas anteriormente.

A escolha dos sujeitos-leitores deu-se pela amostragem não-probabilística intencional, uma vez que foi feita pela pesquisadora, levando em consideração a importância dos sujeitos-leitores para a pesquisa. Trabalhamos com cinco sujeitos presidiários depois de escolhermos, com base em um número aproximado de dezoito fichas, aqueles que demonstraram interesse em participar da pesquisa. Após a escolha dos cinco sujeitos leitores, contatamos seus familiares — esposas, filhos e/ou outro parente próximo —, para realizarmos concomitantemente a triangulação das narrativas. Além disso, trabalhamos com o delegado responsável pelo 16ª Delegacia Circunscricional, com 1 policial e 1 carcereiro.

No estudo exploratório, realizamos as seguintes ações:

- visitas ao complexo policial para conversas com o carcereiro responsável pelos presidiários, a fim de realizar as primeiras leituras das fichas dos detentos, buscando uma “escuta sensível”, conforme nos convida René Barbier (2002), buscando sentir o universo do presídio, as respostas dadas pelo carcereiro em relação a cada presidiário, na tentativa de melhor escolher os sujeitos participantes da pesquisa que, em nosso entendimento, tivessem históricos que auxiliassem o entendimento do cotidiano no cárcere, tais como maior tempo preso, ser representante dos encarcerados, o jogo discursivo, a “domesticação dos corpos” no presídio, conforme assinala Michel Foucault (2002b). Neste caso, o responsável pelos encarcerados era o Sr. Paulo Sérgio Ribeiro dos Santos, Coordenador da Custódia.

- Realizamos dois ou mais encontros com o delegado responsável pelo complexo policial para explicitarmos nossos objetivos de pesquisa e obter autorização para observar os presidiários nos encontros para jogos, banho de sol, visitas, etc. Além de autorização para conhecermos a estrutura física do presídio, e fotografarmos o mesmo externa e internamente;
- o contato inicial com os sujeitos permitiu-nos mapear nossa área de atuação para localizar a moradia dos familiares — 5 membros da família — e convidá-los a ser nossos parceiros na pesquisa, na condição de “conversantes”/entrevistados, uma vez que os presidiários da 16ª Delegacia Circunscricional de Jacobina abrangem o município e microrregião. Somente depois de mapearmos/localizarmos nossos sujeitos externos ao presídio, pudemos melhor compreender a itinerância e complexidade do campo;
- elaboramos, organizamos e realizamos um curso de extensão no cárcere da 16ª Delegacia Circunscricional de Jacobina intitulado: *Educação carcerária: (des)encantos, (des)crenças e os desvelamentos das histórias de vida/de leitura no cárcere*, no período de 12.07 a 05.09.06, com alunos da Universidade do Estado da Bahia (UNEB)- Campus IV/ Jacobina — Ariane Araújo, Íris Carla, Marcelo Piva, Adriane Queiroz — sob nossa coordenação em conjunto com a professora Miriam Geonisse de Miranda Guerra.⁶ O curso teve a carga horária de 45 horas e nele foram contemplados temas selecionados sobre: leitura das notícias veiculadas na mídia: fatos e discursos; histórias de vida/de leitura: (des)velamentos das construções dos memoriais/narrativas, no cotidiano do cárcere; leitura e cidadania: instrumentos para a inserção social do sujeito; leitura e produção textual: tecendo o texto da vida no cotidiano do cárcere; trabalho e vivência em instituições de regeneração/punição: relatos de experiência; leitura na roda e/ou círculo de leitura (textos musicais, imagéticos, literários, *charges*, textos publicitários; temas diversos da contemporaneidade); a linguagem e seus jargões: *o léxico do cárcere e seus discursos pulverizados*. Os memoriais produzidos pelos cursistas foram divididos em três etapas: infância, adolescência/juventude, vida no cárcere, que trazem, de forma fecunda e significativa, as histórias de vida de cada um e o *retrato* do cotidiano no cárcere.

⁶ O curso foi desenvolvido tendo a seguinte organização: três encontros semanais com carga horária de 3 horas a cada dia, sendo realizado o planejamento de cada tema através da Seqüência Didática, cujas atividades no geral eram desenvolvidas tendo como “mote” a leitura coletiva dos textos pelos cursistas e pelos ministrantes, realizando círculos de leitura, atividades orais e escritas em dupla, em grupo e individuais acerca do tema trabalhado.

Num segundo momento, após a escolha dos participantes da pesquisa, tendo concluído a etapa do estudo exploratório, previsto para os meses de dezembro 2005, janeiro 2006, mas que, por razões de agenda dos sujeitos, redimensionamos até fevereiro 2006, realizamos entrevistas abertas e/ou aprofundadas, observações participantes, a História Oral como um recurso técnico que abrange de forma aprofundada as narrativas e/ou fabulações e as histórias de vida dos sujeitos da pesquisa que, por meio de suas autobiografias, compartilharam suas narrativas acerca de si mesmos, dos outros, do/de mundo, do cárcere etc.

Dessa forma, os recursos técnicos utilizados foram:

- *História Oral* – É difícil defini-la em poucas palavras, pois se trata de uma prática muito dinâmica e criativa. Dentre tantos conceitos, utilizamos o exposto por José Carlos Sebe Bom Meihy (1996, p.13, grifos do autor), que assim a define: “[...] um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social de pessoas. Ela é sempre uma *história do tempo presente* e também conhecida como *história viva*.”

Fica evidente que a História Oral é muito mais que um recurso; é um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração do projeto e continuam com a definição de um grupo de pessoas a serem entrevistadas. Na História Oral, o projeto prevê: planejamento da condução das gravações, análise, autorização dos sujeitos entrevistados para uso e publicação das entrevistas, entre outros cuidados. Ela exige rigor, procedimentos específicos, organização. Seríamos ingênuos se pensássemos que apenas pelo fato de realizarmos entrevistas ou filmagens, já estaríamos fazendo História Oral.

É preciso não confundir História Oral com Oralidade. A oralidade é um conjunto amplo de expressões verbais e compreende uma gama de manifestações sonoras. História Oral é um procedimento específico e, sobretudo, organizado, como já foi enfatizado. É o resultado de entrevistas indicadas em projetos previamente existentes.

Nos estudos sobre a história oral, José Carlos Sebe Bom Meihy (1993, 1996) e Alberto Lins Caldas (1999) afirmam que a História Oral responde à necessidade de preenchimento de espaços capazes de dar sentido a uma cultura explicativa dos atos sociais. É a humanização da vida social dos que aprenderam que a história é feita pelas pessoas comuns, com sentimentos, paixões, idealizações, qualidades e defeitos.

A História Oral, segundo seus estudiosos, apóia-se na adesão de pessoas que pensam a vida social em sentido público, sem isolar o sentido acadêmico. Ela respeita as diferenças e

facilita a compreensão das identidades e dos processos de suas construções narrativas. Todas são personagens históricas e o cotidiano e os grandes fatos ganham equiparação, na medida em se trançam para garantir a lógica da vida coletiva.

Salientam ainda, André Gattaz (2005) e José Carlos Sebe Bom Meihy (1996), que a História Oral é um procedimento específico e programado. Isso implica dizer que nem tudo que é gravado remete ao campo da História Oral. Os cuidados e procedimentos quanto às entrevistas, transcrições e retextualizações exigem procedimentos específicos e rigor no campo. Segundo esses autores, a textualização deve ser uma narrativa clara, da qual foram suprimidas as perguntas do entrevistador; o texto deve ser “limpo”, “enxuto” e “coerente”, sua leitura deve ser fácil, compreensível. Deve manter a atmosfera da entrevista, seu ritmo e principalmente a comunicação não-verbal nela inclusa: risos, choros, gestos faciais, emoções do depoente, entonação, inflexão vocal. O texto deverá, portanto, manter as características do texto falado, de forma que possa ser identificado por seu autor como original.

A reformulação textual surge da necessidade de compreender que a transcrição literal, dada à dinâmica própria da fala, traz muitos truncamentos, superposições, repetições, retomadas, palavras e expressões não-adequados ao contexto, ou aspectos não muito compreensíveis pela própria qualidade da gravação. É pertinente ressaltar ainda que o código escrito tenha valores distintos, mas devem ser analisados num *continuum*, porque ambos são produtos da mente humana; entretanto possuem aspectos formais e funcionais que ora se assemelham, ora se desassemelham. A lapidação da fala é um trabalho árduo, pois manter os elementos extralingüísticos (caretas, gestos, sorrisos, meneios de cabeça etc.) no texto escrito é tarefa que exige muita habilidade, sensibilidade e ética do pesquisador perante cada trecho retextualizado que sofre cortes e/ou alterações, de forma a manter o texto em sua essência, sem alterar seu sentido.⁷

Por estas razões, em nossa pesquisa escolhemos trabalhar com a *história oral* como um dos instrumentos que possibilitasse maior compreensão da vida dos sujeitos pela história de vida, pois, segundo José Carlos Sebe Bom Meihy (1996), a *história oral de vida*, traz cinco formas principais de narradores, que devem ser percebidos pelo/a pesquisador/a: o primeiro é o que traz *narrativas de vida pública* — sempre preocupadas com uma imagem que precisa ser zelada; a narrativa é marcada por objetividade, factualismos e pouca introspecção; o segundo é o que traz *narrativas épicas* — lêem as próprias histórias de maneira heróica e sempre triunfal. Em geral passam por grandes alterações, quer na vida

⁷ Para maior aprofundamento ver Silva (2005), na terceira parte — Sapiência partilhada: a análise das categorias emergentes das fabulações/entrevistas realizadas.

peçoal, quer histórica; o terceiro traz *narrativas trágicas* — narram suas vidas de maneira dramática, geralmente com doenças, mal-sucedidas ações, amargurados com a existência; o quarto são os *narradores cômicos* — relatam suas experiências com grandes doses de humor. Para manter a narrativa alegre, riem, conduzem criticamente a relação pessoal com a sociedade. A lógica dos fatos fica tortuosa, devido aos constantes risos; o quinto são as *narrativas mistas* — humor e tragédia se misturam na tentativa de mostrar a própria vida com um tipo de heroísmo cotidiano e autoprojeção.

Todos os olhares e percepções do/a pesquisador/a precisam estar atentos e alerta, porque trabalhar com a história oral de vida sugere abertura para o entendimento do espaço pessoal, subjetivo. Daí a importância da *entrevista aberta*, com um roteiro menos factual, com perguntas amplas e/ou tópicos, em grandes blocos, cujo alvo devem ser as experiências do entrevistado, explorando aspectos da intimidade individual, tendo o *retrato oficial* do depoente na versão por ele oferecida. Para triangularmos nossas fontes e captarmos divergências, contradições, lacunas, entre outros aspectos, utilizamos como mais um instrumento de construção dos dados o *memorial*, para permitir aos sujeitos narrarem suas vidas, tomando como base não necessariamente uma ordem cronológica, mas a importância dos fatos, das *memórias-referência*⁸ em suas vidas, seus fazeres e reflexões sobre cada acontecimento, implicações e mudanças.

Assim, é importante salientarmos qual a relação entre História Oral e memória, trazendo para o diálogo os autores José Carlos Sebe Bom Meihy (1996), Elizabeth Jelin (2002), Cecília Sardenberg (1998), Ecléa Bosi (1979, 2003), Jerome Bruner e Susan Weisser (1995), Alberto Lins Caldas (1999), que em seus trabalhos trazem o gênero da memória como um rico e dinâmico dispositivo, bem como suporte para as narrativas de História Oral.

As relações entre memória e História Oral têm produzido, segundo José Carlos Sebe Bom Meihy (1996) e Alberto Lins Caldas (1999), debates fecundos sobre a diferenciação entre ambas. Enquanto a disciplina história baseia-se na oficialização das análises feitas sobre documentos grafados, tidos como “confiáveis”, porque passíveis de exames objetivos, a memória tem sido considerada um espaço em que o repertório das versões sobre o passado ainda não ganhou a dimensão escrita possibilitada pela História Oral. Assim, a História Oral promove uma mediação significativa entre a memória e a história. As memórias podem ser individuais, sociais e coletivas e se organizam em lembranças que estavam armazenadas. É

⁸ A recordação-referência e/ou memória-referência, segundo os estudiosos da pesquisa (auto)biográfica, a exemplo de Maria Christine Josso (1992) e Magda Soares (1990), pode ser qualificada de experiência formadora — aquilo que podemos utilizar como ilustração para descrever uma transformação, uma idéia, uma atividade ou um encontro.

um fenômeno construído pela força de fatores externos que circunstanciam um determinado grupo, marcando sua identidade.⁹

Conforme Alberto Lins Caldas (1999), a memória é *abertura em processo*, atravessada pelas múltiplas vivências do humano, montando e desmontando os sentidos e significados de cada um por meio das conversas, dos relatos, das crenças e do mundo como resultado de uma vivência com identidade e limite, sem excluir sua condição de texto aberto e interpretações alternativas. Ela é ainda vitalizadora criativa do presente, que traz novos sentidos às lembranças, pois é um outro contexto, um outro sujeito que agora revive o que estava arquivado em sua memória. Desdobramentos do passado nas dimensões do presente, com palavras e maneiras de ordenar esses textos interiores como numa espécie de ficção, integrando dialeticamente vivência, imaginação, fatos e desejos, num cruzamento seletivo e intencional de desejos, sonhos, idéias, temas, palavras ou significados.

Ampliando nosso entendimento sobre memória, Ecléa Bosi (2003) salienta que quem vai trabalhar com histórias de vida, biografias, depoimentos orais, procedimentos recorrentes nas ciências humanas, tem a impressão de que a experiência que se desenrola no tempo dispõe de um caráter infinito, rompe barreiras e confunde vida íntima com eventos históricos, trazendo lembranças e espaços que são privilegiados pelos narradores.

Coube, assim, trazermos o instrumento *memorial* para articular-se nesse contexto da memória, pois é ela também seu instrumento articulador e seu dispositivo para a escrita dos memoriais. Segundo Alberto Lins Caldas(1999, p. 61): “[...] a memória é um desdobramento contínuo e singular que garante vários tipos de identidade.” Buscamos, pois, por meio da escrita dos memoriais, dialogar com as histórias de vida dos sujeitos que vivenciam o cárcere quotidianamente, buscando compreender o espaço da prisão, seus efeitos e sentidos criados em cada sujeito da pesquisa.

Segundo Jerome Bruner e Susan Weisser (1995, p.148-149): “[...] qualquer um pode engendrar autobiografias de sua própria vida e organizá-las segundo diferentes temas e atribuir-lhes diferentes aspectos, relatá-las a diferentes audiências e assim por diante.” Queremos, pois, dialogar *polifonicamente*, ou seja, *perceber as várias vozes que povoam os discursos* dos sujeitos que vivenciam o cárcere, para realizarmos a *abertura em processo*, utilizando as expressões de Mikail Bakhtin (2002) e Alberto Lins Caldas (1999), de forma a

⁹ Ver artigo de Cecília Sardenberg (1998), que explicita o papel das memórias e suas implicações diferenciadas para homens e mulheres, Cf. também Elizabetb Jelin (2002), que caracterizar as memórias masculinas e femininas, identificando as deferentes construções de sentidos e os estereótipos de gênero. A autora explicita ainda as relações entre gênero e repressão e gênero e memória, os aspectos que envolvem os sistemas de gênero e suas reais implicações para as mulheres.

compreendermos as vidas narradas nas malhas do texto individual, coletivo e social, como possibilidades (re)educativas no cárcere.

O gênero *memorial*, além de ser crítico e autocrítico, é também um pouco confessional, apresentando paixões, emoções, sentimentos inscritos na memória. Para Guilherme Prado e Rosaura Soligo (2004), o memorial, do latim *memoriale*, é a escrita de memórias e significa *memento* ou escrito que relata acontecimentos memoráveis. O *memento* quer dizer “lembra-te”, que pode ser compreendido como uma marca para lembrar algo. Ao narrar as coisas lembradas, os acontecimentos passados assumem várias matizes e tons e nos dobramos sobre a própria vida. Ao recordar, passamos a refletir sobre como compreendemos nossa própria história e a dos que nos cercam. Possivelmente, o narrador ou narradora levantará o véu da parte que, de si próprio/a, prefere que se saiba e que se venha a ser lembrada “[...] o memorial não é somente uma crítica, que avalia as ações, idéias, impressões e conhecimentos do sujeito narrador; é também crítico da ação daquele que narra, seja como autor do texto ou como sujeito da lembrança.” (PRADO; SOLIGO, 2007, p.53).

Assim, o memorial, na nossa pesquisa, é um instrumento de reflexão e possibilidades de inscrição do sujeito no ato da escrita, pois, mergulhado em suas memórias, vê sua vida desenrolar a cada lembrança, a cada ação realizada. (Res)significar sua vida é um dos objetivos desta escrita.

- *Entrevistas abertas ou aprofundadas* — a entrevista é um dos instrumentos básicos para a coleta de dados nas pesquisas qualitativas. É uma das principais técnicas de trabalho em quase todas as pesquisas das Ciências Sociais.

O caráter de interação que permeia a entrevista favorece uma atmosfera dialogante, uma mediação interpessoal entre os interlocutores, fluindo assim, de forma autêntica, as informações. Ela permite correções, esclarecimentos e adaptações que a tornam sobremaneira eficaz na obtenção das informações desejadas; permite a captação imediata e corrente da informação desejada.

Uma entrevista bem-feita pode permitir o tratamento de assuntos pessoais, assim como temas de natureza complexa; pode ainda permitir o aprofundamento de questões e pontos levantados por outras técnicas de coleta mais superficial como o questionário. A liberdade de percurso está na entrevista *não-estruturada* ou não padronizada, que permite um diálogo intenso entre os sujeitos envolvidos, bem como uma escuta sensível do que o outro tem a dizer.

- *Observação participante* — a observação participante permite ao/a pesquisador/a ampliar a compreensão acerca do fenômeno observado, de forma a triangular as fontes, cruzar os discursos e captar gestos, falas, olhares que num conjunto são significativos para o entendimento das histórias de leitura dos participantes da pesquisa. Além disso, o/a pesquisador/a poderá interagir com o grupo, sempre que necessário, criando empatia e vínculos com o grupo. Vale ressaltar que o ato de observar perpassa a subjetividade, não-neutralidade do pesquisador/a, exigindo dele a honestidade intelectual, o constante controle de seu método, instrumentos/recursos técnicos, tendo como objetivo primordial a *objetivação*, buscando a compreensão da realidade captada e representada pela linguagem, o que significa não mais a realidade em sua “essência”, mas a realidade vista com base no olhar de quem investiga.

Todos os instrumentos utilizados permitiram-nos maior compreensão e aprofundamento das categorias surgidas nas narrativas, entrevistas e observações, de forma que o leitor/a perceberá os discursos e suas contradições, as vozes oficiais e dos sujeitos participantes da pesquisa, como um mosaico de dizeres, saberes e fazeres que foram se constituindo a cada trama e tessitura, num ir e vir *polifônico* e, portanto, plural.

- Estrutura dos resultados da pesquisa

Desde o início do século XIX, muitos estudos foram realizados acerca dos hospitais e das prisões, enfocando as instituições e suas histórias, fazendo emergir os arquivos como “construtos” sociais, como discursos que se materializam, alternam-se, formando, (re)formando, (res)significando-se na materialidade lingüística e, portanto, na história.

Considerando os estudos acerca das prisões, não basta estudar seus elementos constitutivos, tais como funcionamento, estratégias, astúcias, decisões e regulamentos. Para nós, nesta pesquisa, o interesse central foi compreender o significado das práticas educativas no cárcere, seus discursos não-formulados, as astúcias, que, não sendo de ninguém, são vivenciadas e experienciadas, assegurando o funcionamento dessas prisões e a permanência da instituição. Assim, buscamos observar, registrar e analisar o efeito dessas práticas educativas no cárcere, sobre os sujeitos que vivenciam o presídio cotidianamente.

Nossa pesquisa foi estruturada em três partes compostas por seis capítulos. Considerando a análise dos dados construídos em campo, emergiram como *categorias*¹⁰: *Educação carcerária: seus efeitos sobre os sujeitos e suas astúcias praticadas no espaço-tempo da prisão*. Adotamos como suporte teórico, as idéias apresentadas por José Carlos Libâneo (1982, 2004), Chico Alencar e Pablo Gentili (2001), Eduardo Chaves (2006), Paulo Freire (1976, 1984, 1996, 2001), Cicília Peruzzo (1998a), Virgínia Vargas Valente (2000), Michel Certeau (1996).

Na segunda categoria, trabalhamos com a discussão da *Educação e Memória e as representações do poder-saber*, tendo como principais autores convidados para o diálogo, Michel Foucault (2002a, 2002b, 2003, 2004), Guacira Lopes Louro (1993), Joan Scott (1991), Maria Izilda S. de Matos (1997, 1998), Margareth Rago (1991, 2006), Rachel Soihet (1997), Heleith Iara Saffioti (1992), Michelle Perrot (1988), Jane Flax (1991), Gabriela Castelanos (1996), Ecléa Bosi (2003), José Carlos Sebe Bom Meihy (1993, 1996), Michel Pêcheux (1983, 1997), Jerome Bruner e Susan Weisser (1995), Célia Linhares e Clarice Nunes (2000), Guilherme Prado e Rosaura Soligo (2004), Alberto Lins Caldas, (1999), além de outros autores/as que foram interagindo no transcórre da tessitura textual, dando maior consistência ao estudo.

A terceira categoria que também emergiu de nossa pesquisa, presente na segunda parte de nosso estudo, foi *A condição humana e o trabalho nas práticas reais vivenciadas no cárcere*, cuja complexidade e pluralidade remeteu-nos às idéias balizadas de Hannah Arendt (2001, 2004), Erving Goffman (2005), Mikhail Bakhtin (2002), Michel Pêcheux (1997), Eni P. Orlandi (1983, 2002, 2005), Helena Nagamine Brandão (2004), Sílvia Helena B. Cardoso (2005), Ruth Sabat (2005), Edison Gastaldo (2005), Susana Bornéo Funck e Nara Widholzer (2005), na tentativa de compreender, pela Análise do Discurso (AD) e Gênero, o cotidiano do cárcere e suas implicações nos sujeitos que ali vivenciam suas experiências de vida e de trabalho.

A quarta categoria, intitulada *Discursos pulverizados: as verbalizações e semiverbalizações no ir e vir dos discursos oficiais e anônimos*, adveio dos dados construídos

¹⁰ Utilizamos a concepção de categorias com base nas idéias apresentadas por Marli André e Menga Lüdke (1986), que afirmam ser uma tarefa difícil sua construção, pois elas brotam num primeiro momento do arcabouço teórico em que se apóia a pesquisa. No entanto, esse conjunto inicial geralmente é modificado ao longo do estudo, num processo dinâmico de confronto constante entre teoria e a empiria, originando novos focos de interesse. As categorias devem, portanto, refletir os propósitos da pesquisa, observando-se os temas recorrentes, a homogeneidade interna, a heterogeneidade externa, a coerência e a lógica. O/a pesquisador/a deve usar as estratégias de aprofundamento, relendo e descobrindo novos ângulos e aprofundando sua visão dos fenômenos. É, em síntese, um processo criativo que requer julgamentos cuidados sobre o que realmente é relevante e significativo nos dados.

nos vários encontros/visitas entre encarcerados e os outros sujeitos que também vivenciam o cárcere cotidianamente, tais como: Coordenador da Custódia, Delegado titular da 16ª Delegacia Circunscricional de Jacobina, familiares e agentes carcerários.

Ampliamos nossas visitas/encontros a cinco familiares dos sujeitos participantes da pesquisa, que indiretamente vivenciam o cárcere por meio de seus/suas parentes, filhos/as, esposo/a, ali encarcerados.

Realizamos o que nos convida René Barbier (2002), uma *escuta sensível*¹¹ dos sujeitos com os quais convivemos durante a pesquisa de campo, desde o estudo exploratório. Para dar suporte a nossa tessitura, retomamos as idéias dos autores/as utilizados/as nas categorias já mencionadas, tendo como material de análise, nesta última categoria, as entrevistas abertas e/ou aprofundadas e história oral de vida.

Como quinta categoria, emergiu os *Dizeres dos encarcerados sobre si, o mundo, o cárcere através das histórias de vida/de leitura*.

Realizamos, no decorrer de toda a pesquisa, uma tentativa de não dissociar em capítulos à parte a configuração teórico-metodológica da análise dos dados, por entendermos que toda a construção do trabalho, desde o início, ao realizarmos o estudo exploratório, já indicava esse diálogo como fecundo, necessário e bastante articulador ao longo da itinerância teórico-metodológica.

Embora o trabalho realizado com esta estrutura tenha sido extremamente (des)estruturador, complexo, denso, desafiante, foi também instigante, “rico” a cada emergência das categorias, as quais suscitavam dúvidas, outras leituras, observando os pontos de contato e deriva, como num mosaico em que as “peças” devem ser articuladas com coerência, progressão, olhar analítico, considerando o rigor exigido pela pesquisa qualitativa no tratamento dos dados, cujo cenário pesquisado é por excelência plural e movediço — o cotidiano do cárcere com suas astúcias e estratégias.

O desafio posto, foi um exercício extraordinário de leituras, (re)leituras, imersões, desvios de conceitos e aproximações de outros. Convite explícito aos leitores/as para nos

¹¹ A expressão *escuta sensível* é utilizada por René Barbier (2002), para explicitar a forma a ser utilizada pela pesquisador/a para conduzir os trabalhos em campo, considerando seus instrumentos de levantamento dos dados, a exemplo da entrevista. É um convite ao pesquisador para implicar-se e trabalhar sempre com os outros, ao invés de sobre os outros. Suas fontes teóricas são Michel Maffesoli, por defender certa razão sensível, Edgar Morin, por estar no contexto da perspectiva da complexidade, e outros autores das ciências humanas. A *escuta sensível*, para René Barbier, apóia-se na empatia, pois o pesquisador deverá saber sentir o universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro, para saber compreender do interior; apóia-se sobre a totalidade complexa da pessoa, pois se abre com cinco sentidos durante a escuta do outro, usando o tato, a audição, a visão, o gosto e o paladar; apóia-se, ainda, em uma presença meditativa e em uma abertura holística ao outro/a.

enredarmos nessa tessitura *rizomática*,¹² cujos fios buscam pontos de contato e de deriva, encontram articulações, intersecções e vão sendo (re)configurados numa unidade que se quer própria, coerente, elucidativa, mas, como todo texto, traz suas lacunas, a fim de que sejam preenchidas pelos interlocutores/as diversos/as e outros sentidos sejam construídos.

Encerramos este primeiro diálogo com uma citação de Eni Puccinelli Orlandi (2005, p.52), que sintetiza nossas considerações expressas até aqui.

A condição da linguagem é a incompletude. Nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente. Constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação de falta, do movimento. Essa incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta é também o lugar do possível.

Continuemos, pois, a aventura do ato de ler, que movimenta em todos nós vários sentidos do olhar, do corpo, da pele, das sensações, dos cenários, das percepções, das (des)confianças...

¹² A expressão rizomática é aqui entendida como uma malha, uma rede, em que podemos transversalizar os conhecimentos nos vários fios, linhas, observando os pontos de contato e deriva, respeitando suas especificidades, tendo como um dos princípios do rizoma a conexão, heterogeneidade e multiplicidade. Para maior aprofundamento, ver as idéias expostas por Nilda Alves e Regina Garcia (2001).

PARTE 1

EDUCAÇÃO CARCERÁRIA: (DES)ENCANTOS, (DES)CRENÇAS E OS DESVELAMENTOS DAS HISTÓRIAS DE VIDA/DE LEITURA NO CÁRCERE

1 CONTEXTUALIZANDO A EDUCAÇÃO EM SEUS DIFERENTES SENTIDOS

Neste capítulo trazemos os diferentes conceitos de educação, apresentamos nossa tese e análise acerca das práticas educativas pulverizadas no cotidiano do cárcere, suas implicações para os sujeitos que nele vivenciam, bem como as táticas, astúcias e regras por eles construídas como práticas educativas que passam a ser legitimadas pelos sujeitos que as realizam. Apresentamos também os desdobramentos acerca da educação e cidadania, analisando, nesse contexto, as questões de gênero e a função social da educação.

1.1 PAPEL SOCIAL DA EDUCAÇÃO: DIFERENTES ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM

Sem dúvida o papel social da educação deve ser a marca do fazer pedagógico do educador, permitindo a todas as pessoas o acesso a uma educação integral. Entretanto, ao longo da história, a educação brasileira mostra quadros desoladores de um acesso desigual e excludente ao conhecimento. Sobre esta questão, comentam Chico Alencar e Pablo Gentili (2001, p. 37): “[...] que todos tenham acesso à escola não significa que todos tenham acesso ao mesmo tipo de escolarização.” Nesta citação, o autor ratifica a complexidade histórica que ele intitula de *apartheid* escolar, ainda marcado pelas políticas de *segregação*, que intensificam processos de exclusão includente, ou seja, os pobres têm acesso ao sistema escolar, desde que não se questione a existência de redes educacionais estruturalmente diferenciadas e segmentadas, nas quais a qualidade do direito a educação está determinada pela quantidade de recursos que cada um tem para pagar. O ingresso e o egresso são inevitavelmente diferenciados. Inúmeros programas sociais trazem ações compensatórias, sistemas de adoções de escolas e/ou pessoas (adote um analfabeto/a), voluntariado e promoção de ações filantrópicas. Segundo Chico Alencar e Pablo Gentili (2001, p. 39): “A profusão dessas propostas costumam dar a impressão que, ainda que cada vez mais pobres, têm alguém para lembrar deles. É evidente que a exclusão é um estado, uma condição. Entretanto, o estado de exclusão não explica por si só, as razões que a produzem.”

A condição de analfabeto e de tantos outros excluídos do mundo letrado é visível e nos oferece elementos para sabermos onde esses indivíduos se encontram socialmente. Nesse sentido, a escola e demais espaços educativos precisam dar suas contribuições políticas e sociais à luta contra a exploração, contra as condições históricas que fazem de nossa sociedade uma sociedade marcada pela desigualdade, pela miséria de muitos e pelos privilégios de poucos. Precisamos, pois, (re)inventar a cada dia a escola que queremos ver concretizada para todos. Chico Alencar e Pablo Gentili (2001, p. 43) propõem a “escola democrática”:

É na escola democrática que se constrói a pedagogia da esperança, antídoto limitado ainda que necessário contra a pedagogia da exclusão que nos impõem de cima e que, vítimas do desencanto ou do realismo cínico, acabamos reproduzindo desde baixo.

A perspectiva é que o (des)encanto não anule nossas forças e esperanças de fazermos a diferença, ainda que saibamos ser um processo difícil, lento, que nos faz produzir/reproduzir o que as estruturas sociais instituem. Conforme afirmam Chico Alencar e Gentili (2001, p. 47): “Educação é cultura e ideologia, e pode servir para aproximar e afastar pessoas e classes sociais.”

Autores como Paulo Freire (1974, 1976, 1984, 1985, 1996, 2001), José Carlos Libânio (1982, 2004), Marta Durante (1998), Moacir Gadotti (1997), trazem em suas obras contribuições valiosas acerca da educação como ato político, cultural, dotado de intencionalidade, que permite aos seres humanos o desenvolvimento de uma consciência crítica sobre o mundo e sobre si mesmos, permitindo a cada sujeito não apenas constatações das diversas realidades em contextos distintos, mas a real mudança, por meio da intervenção dos atores sociais concretos que vêem na educação um instrumento de mudança social, pessoal e, portanto, coletiva.

As obras dos autores citados estão fundamentadas na crença de uma educação que priorize o humano e fortaleça as mudanças na qualidade de vida social, política, econômica e cultural, e que a perceba também como instrumento essencial para as mudanças sociais e, conseqüentemente, proporcionadora da libertação humana em todas as dimensões; éticas, políticas, morais e espirituais. Uma educação que respeite as diferenças e que democratize nas ações concretas em prol de uma luta plural pela cidadania.

Para Paulo Freire (2001, p. 136-137):

Aceitar e respeitar a diferença é uma dessas virtudes sem o que a escuta não se pode dar [...] O diferente não é o outro a merecer respeito às diferenças e obviamente aos diferentes, exige de nós a humildade que nos adverte dos riscos de pensarmos ser superior a alguém.

Para evidenciarmos que o desejo de mudanças no cenário educacional é contínuo, que para além do espaço da escola, o educador deve se perceber como protagonista de atos educativos em diferentes espaços, com diferentes clientelas, tendo sempre a crise da educação como indagação a todos nós, cidadãos, educadores, por meio da militância política consciente, conforme nos mostram Chico Alencar e Pablo Gentili (2001, p. 62), é importante percebermos que “A parte só o é porque inserida no todo. Sempre contém elementos, jamais está inteiramente dissociada. Superemos a visão fragmentária e institucional: sociedade e escola transformam-se mutuamente no processo social”.

Se, com base na partilha, as decisões, ainda que solitárias, passarem a ser vistas e participadas por outros profissionais, a superação de ações dicotômicas, fragmentadas, tenderão a ser aos poucos abandonadas e enfraquecidas.

Nesse contexto de exclusões e fragmentações, algumas questões teimam em vir à tona para refletirmos acerca dos diversos espaços de aprendizagem, para além da sala de aula. Se a educação deve ser para todos de igual forma e com qualidade, compromisso ético, valores, por que inúmeras categorias são esquecidas, estigmatizadas, ficando fora do processo educativo, ainda que os direitos humanos afirmem o contrário? Percebemos que idosos, índios, encarcerados, crianças de rua, entre outros, ainda permanecem à margem do processo educativo, mesmo sendo esse direito inalienável do cidadão. É claro que os Movimentos dos sem Terra (MST), as associações, os sindicatos, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), Organizações Não-Governamentais (ONG) e igrejas, têm atuado em prol da educação de crianças, jovens e adultos que estavam excluídos do mundo letrado e, portanto, com menos participação social.

No atual contexto, em que a pós-modernidade é um convite ao cuidado com o outro, ao respeito às diferenças e à inserção social, bem como à pulverização dos saberes emergentes de idosos, negros, índios, homossexuais e encarcerados, é também uma imperiosa forma de nos colocar militantes em prol de um fazer pedagógico politicamente engajado, a favor de demandas diferenciadas urgentes, como as que sinalizamos anteriormente neste texto.

Nosso apelo é, pois, para que todos os educadores/educadoras que fazem cotidianamente a educação nas escolas e fora delas lembrem-se de que o cárcere, os centros de idosos, os movimentos de assentamento, as igrejas, as associações e similares sejam os mais novos espaços permanentes de veiculação do saber de forma indistinta para todos.

Segundo Manoel Silva¹ (2003, p 26-27), o homem só é definível por seu ato, mas seu ato não é isolado, e sim encadeado, e cada ato/ação traz inúmeras implicações. Por ser responsável por sua má escolha, sua liberdade é uma responsabilidade para com sua imagem diante dos outros e para com os outros. São construções com responsabilidades sociais. Nesse sentido, o autor defende que sem educação não há senso crítico, interpretativo e transformador das vidas humanas. Afirma ainda que o homem se faz ao longo de sua existência, pois é o meio e o fim, é o conjunto de seus atos, já que o mal e o bem são faces de uma mesma moeda e fazem parte da natureza humana.

Para ratificar o entendimento das ações humanas em sua complexidade, Chico Alencar e Pablo Gentili (2001, p. 99) afirmam:

Como a História, o próprio ser humano é uma pluralidade. Ninguém nasce bandido, ninguém nasce santo [...] Melhor do que falar em natureza humana é falar em condição humana. Somos filhos do tempo, da cultura e dos processos educativos que as sociedades criam e recriam.

Acreditamos nessa possibilidade (re)criadora de educar o ser humano, ainda que em situações adversas, insólitas e estigmatizadas, como no ambiente do cárcere, uma vez que sempre estamos sendo, nunca prontos, nem formados, mas incompletos, limitados e também com possibilidades infinitas de aprendizagem e, portanto, vivenciando mudanças próprias da condição humana.

Segundo Hannah Arendt (2001, p. 99): “O ato educativo resume-se em humanizar o ser humano”. Ora, tornar o humano mais humano não é algo dado, nem simples; ao contrário, é extremamente complexo. Presenciamos avanços fantásticos da ciência, do conhecimento e do autoconhecimento, jamais vistos em milênios. Temos ainda a contribuição dos saberes da psicologia, psicanálise e psiquiatria, dos saberes pedagógicos, mas o homem, o ser humano, desumaniza-se a cada cenário apresentado em todo o mundo: violências, barbáries, corrupções, maus tratos, roubos, mortes, enfim, toda sorte de interesses mesquinhos, imediatistas, materiais e consumistas, são as marcas das ações humanas em todo o planeta. Vivemos de fato uma crise global e planetária que atinge a todos em diversos pontos da terra. Nunca sentimos tanto a total imbricação do local e do global, trazendo implicações perversas e desumanas.

¹ Nessa obra, o autor realiza um trabalho de pesquisa no presídio de Ji-Paraná e Ouro Preto do Oeste, buscando compreender o sistema carcerário dessas cidades, com fundamentação no existencialismo sartreano e auxílio da pedagogia de Paulo Freire e da consciência crítica de Carlos Libâneo. Como proposta da pesquisa, traz a reeducação carcerária como uma possibilidade da reinclusão social dos presidiários.

Eis, pois, o desafio síntese anunciado por Hannah Arendt (2001, p.99): “[...] humanizar o ser humano [...]” por meio do ato educativo. Como fazer isso acontecer? Não há respostas prontas. Diferentes experiências sinalizam que não é impossível reeducar os que vivem no cenário da criminalidade, já que, segundo Paulo Freire (2001, p.36): “[...] só somos porque estamos sendo [...] prefiro ser criticado como idealista e sonhador inveterado a continuar, sem relutar, a apostar no ser humano, a me bater por uma legislação que o defenda”. Ninguém está pronto, acabado; estamos sempre aprendendo, reeducando-nos, humanizando-nos. Por isso, a voz de Freire ressoa em nossa voz, por acreditarmos e apostarmos no ser humano, ainda que seus erros sejam enormes e por eles seja privado da liberdade e cumpra penas. Mas uma coisa é ser punido, cerceado em seus direitos civis, outra é tirar do indivíduo a dignidade humana como é perceptível no sistema penal brasileiro, baiano, jacobinense.

1.2 EDUCAÇÃO E CIDADANIA: DESAFIOS QUE PERPASSAM A ETNIA, A CLASSE SOCIAL E O GRAU DE ESCOLARIDADE

As primeiras perguntas que nos fazemos nesse par educação/cidadania são: Qual educação? Para qual cidadania? Como garantir que essa cidadania se efetive? Conhecer seus direitos é garantia de reivindicá-los? Para Chico Alencar e Pablo Gentilli (2001, p. 67):

A educação, a cidadania, o direito, a sociedade, a justiça e a democracia se vinculam entre si, a questão é como o fazem, sobre quais fundamentos se define tal vínculo, que tipo de educação e de cidadania, de justiça, sociedade e democracia. É exatamente aí que o problema se inicia; haja vista que para alguns teóricos educar para a cidadania significa formar indivíduos que conheçam seus direitos, deveres e obrigações, sendo capacitados para o exercício consciente da participação política. Para outros, significa dotar os indivíduos das competências necessárias para adaptarem-se com rapidez às modificações que sofre o mundo produtivo.

Claro que as concepções trazidas pelos autores citados são coerentes e acertadas, mas no mundo midiático, conhecer os direitos, sabendo da manipulação discursiva apresentada, é garantia para tornar seus direitos assegurados? Para qual cidadania servirão os direitos de cada um? Em que medida a educação/cidadania se faz visível e concreta na prática cotidiana? Segundo Chico Alencar e Pablo Gentili (2001, p.73): “Os valores e as atitudes que definem a cidadania são resultado de uma ação social em movimento constante, na qual consensos e dissensos se sobrepõem de forma complexa.”

Inegavelmente, a cidadania é um exercício prático e político fundamentado em valores como liberdade, autonomia e igualdade. Dessa forma, o respeito às diferenças e às identidades se faz essencial. A solidariedade, a partilha e a tolerância também são características fundantes da educação/cidadania.

Conforme analisam Chico Alencar e Pablo Gentilli (2001, p 75-85), a educação cidadã vincula-se à possibilidade de construir referências comuns ao plano dos valores e práticas que as fazem realidade. Em outras palavras, não podemos educar para a autonomia pelas práticas heterônomas, nem educar para a liberdade pelas práticas autoritárias. Se a cidadania é um processo construtivo em que se incluem os valores e as práticas que constituem sua própria esfera de ação, então pensar na educação da cidadania, significa pensar em valores, normas e direitos (legais e morais) que configuram a *práxis* cidadã e devem constituir a *práxis* educativa.

Nossas questões iniciais sobre qual educação e por qual cidadania podemos analisar o papel central da educação/cidadania numa perspectiva dialética, haja vista os interesses e a legitimidade a eles atribuída, exigem que identifiquemos uma educação/cidadania que envolva tratamento ético, moral, filosófico e histórico e atenda aos direitos humanos sem exclusão, estigmas e/ou qualquer sorte de discriminação. Nesse bojo, questionamos: Há uma educação cidadã para idosos, crianças de rua, índios, negros, presidiários/encarcerados? Esta educação vai a todos como garantia de seus direitos? Ter conhecimento desses direitos foi suficiente para que fossem tratados de forma igual, dando-lhes oportunidades de acesso aos bens e usufrutos culturais? Para Chico Alencar e Pablo Gentilli (2001, p. 87): “Fica evidente que esse princípio de igualdade formal se choca com a realidade de exclusões e com as mais diversas formas de discriminação que sofre uma boa parte de sociedade.”

Se a cidadania aqui apresentada é determinada por seu aspecto formal e critérios jurídicos, certamente ela é limitada, pois teria que transcender ao reconhecimento formal dos direitos e deveres, tornando-se uma realidade substantiva na vida cotidiana dos indivíduos, sendo *aprendida e apreendida*. Para Chico Alencar e Pablo Gentilli (2001, p. 94-95): “A formação da cidadania supõe a possibilidade de criar espaços educativos nos quais os sujeitos sociais sejam capazes de questionar, de pensar, de assumir, e submeter à crítica os valores, as normas e direitos morais existentes.” É, pois, necessário um profundo processo de transformação dos valores articulados ao desafio de educar com ética. Por isso os autores acrescentam:

O desenvolvimento de uma ética da cidadania se vincula ao desenvolvimento de uma formação moral, à criação de âmbitos e oportunidades de formação ética [...] seus elementos evidentes e suas razões ocultas, seus significados explícitos e seus silêncios, suas promessas e suas ameaças.

Uma prática de fato pautada no questionamento/problematização, a fim de que os indivíduos sintam-se verdadeiramente incluídos nos processos educativos formais e/ou informais.

Virgínia Vargas Valente (2000) põe em debate alguns eixos acerca das concepções e complexidades das práticas de cidadania na perspectiva feminista. Segundo essa autora, a cidadania é um eixo de ação e reflexão do movimento feminista e é também uma das preocupações democráticas do final do século XX e início do novo milênio.

Por certo, a cidadania é um centro que concentra muitas tensões do pensamento político atual e as reflexões políticas feministas. Segundo Virginia Valente (2000, p.171), essas tensões se revelam entre a universalidade dos direitos e as diferenças e/ou desigualdades para ascender a essa universalidade; entre direitos formais e direitos substantivos²; entre o princípio de igualdade e o direito a diferença. Do ponto de vista teórico, essas tensões estão relacionadas à superação de uma cidadania passiva (restrita) e assunção de uma cidadania ativa (plena). A autora ainda problematiza se para alcançarmos essa cidadania plena não estamos adotando um modelo de cidadania masculina. Diante dessas tensões, a autora traz sua primeira constatação sobre a cidadania: é um conceito e uma prática heterogêneos que, historicamente, têm adquirido complexidade e amplitude como resultado das lutas dos setores excluídos. Em nosso caso, os excluídos são os que estão encarcerados, privados da liberdade de ir e vir, vivenciando no cotidiano do presídio situações vexatórias, discriminatórias, que são aviltantes quanto à sua condição humana, ferindo-lhes o direito à cidadania.

Nesse sentido, Virgínia Valente (2000, p. 171-172) afirma: “[...] a concepção da cidadania não pode estar desvinculada das condições históricas e atuais da região e do país em que está inserida.” A autora continua suas reflexões apontando que, para todas as cidadanias restritas ou parciais, como é o caso das cidadanias femininas, os processos dessa construção têm sido concebidos em conjunto com a conquista de autonomia frente às restrições e barreiras impostas que limitam os direitos cidadãos.

Nesse sentido, para Virginia Valente (2000), é essencial reconhecer que as multiplicidades de cada agente social estão inscritas numa produção de relações de raça, de nacionalidade, de etnia, de gênero e de sexo. Ou seja:

² Direito Formal: relações concretas do direito (as disposições de direito civil, comercial, penal etc.). Direito de Fundo ou Direito Substantivo: aquilo que define a essência ou a matéria do direito objetivo. Conjunto de normas jurídicas abstratas, geradoras das relações concretas de direito (as disposições de direito civil, comercial, penal etc.); direito substantivo. Para maior aprofundamento ver Valente (2000).

Em outras palavras dizer que as mulheres podem chegar a vislumbrar suas especificidades de gênero e seus interesses políticos sociais e pessoais por suas múltiplas relações sociais de classe, etnia, região, nacionalidade, idade, opção sexual. Porque, não somente, todas elas estão cortadas pelo gênero, como também, algumas de suas outras subjetividades, podem conter em determinados momentos, maior flexibilidade e força para impulsionar processos de questionamento e mobilização ao redor de alguns aspectos de suas subordinações. (VALENTE, 2000, p. 187).

Evidenciado está, portanto, que pensar na educação e na cidadania é algo complexo e que demanda um forte teor político atravessado por todas as questões de etnia, escolaridade, classe social, raça, opção sexual, conforme veremos nos memoriais dos presidiários,³ ao chegarem à conclusão de que estão presos por crimes menores, sofrem toda sorte de aviltamentos, não dispõem de advogado por serem pobres, com baixo grau de escolaridade e afro-descendentes. A questão da cidadania, portanto, no conceito trazido pela autora, é colocada como passiva, restrita, ao invés de uma cidadania plena.

1.3 CONCEITUANDO EDUCAÇÃO FORMAL, INFORMAL E NÃO-FORMAL: OS SENTIDOS E SEU CONTEXTO

Para melhor compreendermos o que estamos entendendo por *educação formal* e *educação informal*, utilizamos em nossos estudos os conceitos de Eduardo Chaves (2006) e Cicília Peruzzo (1998a), por dialogar com nossos propósitos e objetivos de pesquisa, no tocante a esses conceitos.

O conceito de *educação formal* trazido por Eduardo Chaves (2006) já anuncia o quanto é diverso e, portanto, plurissignificativo. Segundo o autor, para muitos, quando alguém fala em educação está automaticamente falando em escolas e vice-versa. Mas a educação, certamente, parece ser algo que transcende os limites da escola, e hoje em dia fala-se muito em “educação sem escolas”. Os proponentes, do ponto de vista que mencionamos acima, acreditam que pelo menos uma parte da educação, aquela que diz respeito à transmissão de valores, deve ser levada a efeito fora da escola.

³ No Capítulo 6, seção 6.1, intitulada *Histórias de vida/de leitura: (des)velamentos das construções dos memoriais/narrativas, no cotidiano do cárcere*, é analisada a emergência desses aspectos nos relatos das histórias de vida dos sujeitos da pesquisa.

Todos esses problemas são complexos, e embora a filosofia da educação não tenha respostas prontas, pode contribuir muito para uma solução satisfatória, ajudando na elucidação e clarificação dos principais conceitos envolvidos nesse conjunto de problemas.

Embora a lógica talvez pudesse recomendar que começássemos com o conceito de educação, quer nos parecer que, do ponto de vista didático, seja mais recomendável que a discussão desses conceitos educacionais básicos seja iniciada pelos conceitos de ensino e aprendizagem, pois o leitor, provavelmente, estará mais familiarizado com eles do que com o mais difuso e abstrato conceito de educação. Começemos nossa discussão dos conceitos de ensino e aprendizagem, portanto, fazendo a seguinte pergunta, com base nas idéias de Eduardo Chaves (2006): Pode haver ensino sem que haja aprendizagem? Muitas pessoas dão uma resposta negativa a esta pergunta, afirmando que *não há ensino sem aprendizagem*. Este é um dos *slogans* que freqüentemente aparecem na literatura educacional. Correndo o risco de caracterizar algumas posições altamente complexas de uma maneira um pouco simplista, poderíamos dizer que há aqueles que afirmam não existir ensino sem aprendizagem, enquanto outros afirmam que podemos ensinar e os alunos podem não aprender o que ensinamos. Se for verdade que não há ensino sem aprendizagem, então não existe uma distinção entre *ensino bem sucedido* e *ensino mal sucedido*. Todo ensino é, por definição, bem sucedido, isto é, resulta, necessariamente, em aprendizagem. Parece haver certo vínculo conceitual entre ensino e aprendizagem. Dificilmente diríamos que uma pessoa está ensinando algo a alguém se esta pessoa não tem a menor *intenção* de que este alguém aprenda o que está sendo ensinado

O autor prossegue, buscando compreender os conceitos que traz a lume com os seguintes questionamentos: Pode haver ensino sem que haja educação? Pode haver aprendizagem sem que haja educação? Para respondermos a estas perguntas, é necessário que investiguemos o conceito de educação.

Uma investigação exaustiva, que descreva e analise os vários conceitos de educação existentes em nossa cultura ou em outras culturas, distantes de nós no tempo ou no espaço, não é possível dentro do escopo do presente trabalho. Os conceitos são tantos e tão variados que somente poderíamos discuti-los com algum proveito dentro de um livro dedicado especialmente ao assunto. A alternativa que nos resta é a de propor uma caracterização do conceito de educação que seja suficientemente ampla, que faça sentido e seja justificável. Com base nessa caracterização, tentaremos responder às perguntas formuladas no parágrafo anterior, bem como suas correlatas: Pode haver educação sem que haja ensino? Pode haver educação sem que haja aprendizagem?

Entendemos por *educação* o processo pelo qual os indivíduos adquirem domínio e compreensão de certos conteúdos considerados valiosos. É um conceito que tem amplitude e fica vago, a nosso ver, daí podermos enunciar, com base em Eduardo Chaves (2006), o seguinte conceito: a educação é o processo pelo qual indivíduos adquirem domínio e compreensão de certos conteúdos considerados valiosos. Naturalmente, pode haver ensino e aprendizagem sem que haja educação, ou seja, ensino e aprendizagem não-educacionais; basta que as condições estipuladas na caracterização do conceito de educação não sejam cumpridas, para que o ensino e a aprendizagem deixem de cumprir função educacional.

No que diz respeito à distinção entre *educação formal* e *educação informal*, há, pelo menos, duas maneiras de entender essa distinção. De um lado, podemos afirmar que *educação formal* é aquela ministrada em instituições especialmente criadas e organizadas com o objetivo de educar, a saber, escolas; e *educação informal* ou *não-formal* é aquela que se realiza mediante outras instituições, cuja finalidade precípua e principal talvez não seja a de educar, a saber, o lar, a igreja, a empresa, os centros comunitários, os *presídios* etc.

Não resta a menor dúvida de que pessoas educam-se e são educadas sem jamais freqüentarem uma escola. Neste sentido, a chamada “educação sem escolas” não só sempre foi possível como sempre ocorreu e ainda ocorre em larga escala. O apelo para que a educação, hoje em dia, se torne mais informal, seria uma convocação de outras instituições (além da escola) a um maior envolvimento com o processo educacional, muitas vezes relegado, nos dias atuais, por razões várias, quase exclusivamente à escola. Que a educação, embora implique, necessariamente, a aprendizagem, não implica, com igual necessidade, o ensino. Como o ensino é, segundo nossa análise, uma atividade *intencional*, a educação que se realiza pelas atividades de ensino também é intencional, seja ela realizada na escola ou em outras instituições. Acabamos de mencionar o fato de que essas instituições não-escolares que se ocupam da educação, muitas vezes o fazem de modo a imitar o que acontece na escola. Isto nos sugere uma outra maneira de entender a distinção em questão.

Educação formal seria aquela que se realiza por meio de atividades de ensino, e que se caracteriza, portanto, por ser intencional, ou melhor, por ter a intenção de produzir a aprendizagem de conteúdos considerados valiosos. *Educação informal* seria aquela que se realiza não-intencionalmente (ou pelo menos sem a intenção de educar), quando, em decorrência de atividades ou processos desenvolvidos sem a intenção de produzir a aprendizagem de algum conteúdo considerado valioso, as pessoas vêm a aprender e compreender certos conteúdos considerados valiosos — às vezes considerados de altíssimo valor.

Essas atividades e esses processos podem ocorrer fora da escola, em outras instituições, ou de maneira inteiramente não institucionalizada. Daí serem para nós potentes os conceitos de *educação informal* e *educação não-formal*, para entendermos as práticas educativas no cotidiano do cárcere. Acrescentamos ao conceito do autor Eduardo Chaves, (2006), que *há sempre intencionalidade, poder, discursos, sentidos na educação não-formal, já que todo ser humano, ao agir, toma partido, tem suas crenças, tem seus objetivos, institui práticas e pulveriza discursos sempre a partir do lugar de onde falam e que ocupam*. Quais seriam esses sentidos e implicações dessas práticas educativas não-formais pulverizadas no cárcere, é o que queremos descobrir.

Para Cicília Peruzzo (1998a), educação significa educar para a sociedade. É a socialização do patrimônio de conhecimento acumulado, o saber sobre os meios de obter o conhecimento e as formas de convivência social. É também educar para a convivência social e a cidadania, para a tomada de consciência e para o exercício dos direitos e deveres do cidadão. A autora entende por educação informal, mais precisamente, a que ocorre no contexto da organização e da ação dos movimentos populares e das organizações não-governamentais, no âmbito do terceiro setor, a qual aparece para assegurar a observância dos direitos fundamentais da pessoa humana e/ou para tratar de temáticas sociais mais amplas, que dizem respeito ao conjunto da sociedade, como questões relativas à ecologia, à construção da paz e à própria vida no planeta. Nas últimas décadas, manifestações de tal ordem, ocorridas na sociedade civil, vêm revelando a existência de uma comunicação diferenciada, baseada nos envolvimento referidos, principalmente aqueles gerados no seio das camadas subalternas da população ou a elas ligados de modo orgânico. As pessoas, ao participarem de uma *práxis* cotidiana voltada para os interesses e as necessidades dos próprios grupos ao qual pertencem, ou ao participarem de organizações e movimentos comprometidos com interesses sociais mais amplos, acabam inseridas num processo de *educação informal* que contribui para a elaboração-reelaboração das culturas populares e a formação para a cidadania.

Segundo Cicília Peruzzo (1998a, esse tipo de manifestação organizativa-cultural tem sido extremamente forte no Brasil e na América Latina, em razão das peculiaridades desses países, nos quais a grande maioria da população é excluída das benesses do desenvolvimento e se verificam grandes transformações sociais nos últimos vinte anos.⁴

⁴ O estudo da autora traz outra temática diferente da nossa, mas interessa-nos no seu estudo os conceitos de educação e *educação-não formal e/ou informal*, com o qual dialogamos. O referido estudo baseia-se em pesquisa bibliográfica sobre o papel político dos movimentos sociais, em relatos de estudos de caso de experiências de comunicação popular/comunitária participativa e em observação participante junto a movimentos populares e numa rádio comunitária no estado do Espírito Santo (Brasil).

De acordo com a concepção de educação trazida por José Carlos Libâneo (2004, p.71), “[...] reconhece-se os processos educativos ocorrentes na sociedade são complexos e multifacetados, não podendo ser investigados à luz de apenas uma perspectiva e, muito menos, reduzidos ao âmbito escolar”. Tal compreensão implica uma análise relacional dos diversos espaços educativos e suas peculiaridades. A nosso estudo, os conceitos de educação formal, não-formal e informal apresentados pelo autor são referências pertinentes, sobretudo a nossos objetivos de pesquisa. Para José Carlos Libâneo (2004), a educação não-intencional é também chamada de *educação informal*, e a educação intencional se desdobra em *educação formal e não formal*.

Faz-se necessário, portanto, observarmos os pontos de contato entre os conceitos trazidos por José Carlos Libâneo (2004), Cicília Peruzzo (1998a, 1998b) e Eduardo Chaves (2006).

Para José Carlos Libâneo (2004), há uma interpenetração entre educação *informal*, *não-formal e formal*, conforme as instituições que as implementem e ações educativas que as operacionalizem. O autor assim as define:

[...] educação informal é a modalidade de educação que resulta do “clima” em que os indivíduos vivem, envolvendo tudo o que do ambiente e das relações socioculturais e políticas impregnam a vida individual e grupal [...] Não atuam deliberadamente, metodicamente, pois não há objetivos preestabelecidos conscientemente. Daí seu caráter não-intencional [...] embora afetem e influenciem a educação das pessoas de modo necessário e inevitável. (LIBÂNEO, 2004, p. 94).

Quanto à educação não-formal e formal, José Carlos Libâneo (2004, p. 88) afirma:

Formal se refere a tudo o que implica forma, algo estruturado. Seria, pois, aquela educação organizada, planejada intencionalmente, sistemática [...] A não-formal por sua vez são as atividades com caráter de intencionalidade, mas com baixo grau de sistematização. Tal qual o caso dos movimentos sociais organizados na cidade e no campo.

Há, pois, consonância entre os conceitos dos autores Carlos Libâneo (2004) e Eduardo Chaves (2006), divergindo do conceito de *educação informal* trazido por Cicília Peruzzo (1998a, 1998b). No entendimento desta autora, educação informal seria o que Libâneo (2004) considera como *não-formal*, já que se dá no contexto das organizações políticas, profissionais, culturais, agências formativas para grupos especiais específicos, entre outros.

Continuamos destacando apenas o que concerne ao *não-institucional*, pois, embora concordemos com José Carlos Libâneo (2004) que os sujeitos não atuem metodicamente, tendo clareza que suas estratégias são atos educativos, acreditamos que têm sempre

intencionalidade em cada habilidade, modos de agir, astúcias e estratégias organizadas, com finalidades próprias, que influenciam e formam outros sujeitos.

Nesta perspectiva, traçaremos no Capítulo 2 a cartografia das práticas educativas no cárcere, as quais dialogam com o conceito de Libâneo (2004) acerca da educação informal, acrescentando que o nosso entendimento inclui a intencionalidade nas práticas realizadas, por serem ações que afetam os outros e por eles são afetados.

2 EDUCAÇÃO CARCERÁRIA: (DES)VELAMENTOS DOS SENTIDOS DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CÁRCERE DA 16ª DELEGACIA CIRCUNSCRICIONAL DE JACOBINA-BA

Este capítulo traz a cartografia das práticas educativas no cárcere, seus efeitos, seus jogos de poder, mapeando o uso do espaço-tempo da prisão, como práticas constituídas pelas ações dos sujeitos históricos, frutos dos processos diferenciados de aprendizagem, dando-nos a dimensão das (des)crenças, dos (des)encantos, da(des)educação que marcam de forma contundente cada ser humano que experiencia o cotidiano do cárcere em seus moveções caminhos.

Por outro lado, os memoriais, os relatos escritos através das narrativas, vão (des)velando outras nuances e aspectos do ser humano como ser que está em constante formação. Na expressão de Paulo Freire (2001, p.37-85): “[...] o mundo não é, o mundo está sendo; [...] só somos porque estamos sendo. Estar sendo é condição, entre nós, para ser [...] se se respeita a natureza do ser humano, o ensino dos conteúdos não se pode dar alheio à formação moral do educando.”

Desta forma vamos compreendendo o saber, as mudanças advindas da educação em prol do ser humano, como possibilidades e não como determinação.

2.1 CARTOGRAFIA DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS NO CÁRCERE: ENTRE (DES)ENCANTOS, ASTÚCIAS E REGRAS CONSTITUÍDAS PELAS AÇÕES DOS SUJEITOS, IMERSOS NO COTIDIANO DO CÁRCERE

Nos memoriais analisados, percebemos muitas ocorrências do que estamos considerando práticas educativas no cotidiano do cárcere, as quais são dotadas de poder, de estratégias e de astúcias, cujos saberes se instalam e são *negociados* com o poder instituído. Esse poder *instituinte* no cárcere é utilizado como forma de garantir o mínimo de condições para os que nele estão confinados.

Ao analisar as práticas educativas no cárcere, tomamos como conceito de espaço as idéias trazidas por Michel Certeau (1996, p.202), que afirma: “[...] o espaço é um lugar praticado. Assim, a rua geometricamente definida por um urbanismo é transformada em

espaço pelos pedestres.” Desse modo, compreendemos que o espaço do cárcere é produzido pelos que nele convivem cotidianamente pela “prática do lugar constituído”, conforme afirma Michel Certeau (1996, p.202), que amplia esse conceito ao afirmar: “Existem tantos espaços quantas experiências espaciais distintas [...] por operações que, atribuídas a uma pedra, uma árvore ou a um ser humano, especificam ‘espaços’ pelas ações dos sujeitos históricos.”

Considerando, pois, que os relatos, para Michel Certeau (1996, p.203-204), efetuam um trabalho que “[...] transforma *lugares* em *espaços* ou *espaços* em *lugares*, organizando também, os ‘jogos das relações’ mutáveis [...] como caminhos e percursos das narrações cotidianas”, trazemos a seguir os relatos escritos sobre as práticas educativas no cárcere e seus efeitos de sentido para cada sujeito, com base nos memoriais produzidos pelos encarcerados no curso de extensão¹.

Assim se pronunciaram os encarcerados:

Cadeia é um mundo cheio de regras e violência onde o filho chora e pai e mãe não vê [...] cheio de regras e até de extorção do próprio preso. Às vezes dar um vacilo experiente ou não vai sofrer as conseqüências. Dependendo da pessoa, ela paga “um pau” [dinheiro] e tudo se ajusta. Enfim, temos que ser cauteloso em tudo que faz ou fala, porque aqui dentro não adianta erro de fala. Eu já presenciei várias vezes pessoas apanhar e tem que ficar calado. Mente pra seus familiares. Pede para que não tome nenhuma atitude que venha prejudicar alguém, senão, o “bicho pega”. Cadeia é assim, pessoa sofrendo conseqüências injustas e tem que permanecer em silêncio ou acabará se complicando ainda mais. Eu por pouco não sofri algo assim. Aqui na cadeia tem pessoas boas, como aí fora [sociedade], mas tem pessoas ipogritas, ambisiosas, armadoras e aproveitadoras. É melhor não se envolver, “tirar a cadeia pelos cantos”, procurar algo pra fazer: um artesanato, ler, procurar pessoas que querem mudar isso aqui [cadeia] para melhor. Porque se não for assim vai sofrer mais e mais [...] Estou gostando muito de poder estar partisipano do curso. Eu me sinto bem. Pesso para vocês ou os demais que mim ajude. Tem um ano e nove meses que estou aqui nesse inferno. E eu não tenho dinheiro pra pagar um advogado para conclui o meu prosecu e a sim um juiz razoave a minha vida. Enfim eu estou disposto

¹ Em nota da Introdução, esclarecemos que o Curso de Extensão *Educação Carcerária: (des)encantos, (des)crenças e os desvelamentos das histórias de vida/de leitura no cárcere* foi realizado no período de 12.07 a 05.09.06, pelos alunos Ariane Araújo, Íris Carla, Marcelo Piva, Adriane Queiroz, da Universidade do Estado da Bahia- Campus IV/ Jacobina, sob a coordenação das professoras Ana Lúcia Gomes da Silva e Miriam Geonisse de Miranda Guerra, na 16ª Delegacia Circunscricional de Jacobina. Esclarecemos ainda que os memoriais escritos pelos encarcerados foram produzidos a partir de três motes, já explicitados na nota a que me refiro, e que os transcrevemos conforme foram escritos pelos sujeitos.

a qualquer coisa que faça a minha liberdade. Palavras de um detento. (Silvano de Jesus da Silva).

Reinaldo Carvalho relata o seguinte:

Apezar de estar preso fico feliz em nos receber trazendo novidades da sociedade, do mundo que nós vivíamos. Falando [sobre] nossa vida no cárcere todo lado que olhar não temos onde recorrer a não ser a Deus que tenha piedade de nós [...] Gostei muito do convívio com as professoras. Gostei de estudar, mas não poço, pois tenho 46 anos e daqui pra frente tenho que cuidar de minhas filhas. (Reinaldo Carvalho).

As narrativas dos encarcerados marcam o significado do curso e os sentidos construídos, enfatizando como essencial o tratamento recebido pelos professores; marcam também o sentido do cárcere e seus efeitos, à medida que se sentem abandonados à própria sorte, tendo apenas Deus como força e refúgio. Relatam ainda as atividades desenvolvidas no cotidiano do cárcere, buscando usar o “tempo livre” com alguma tarefa útil, que os façam esquecer por alguns momentos as “penas” a serem cumpridas, o atraso dos processos, a demora da justiça, fatores que os deixam aflitos e desesperançosos, conforme registram nos memoriais.

Fica também evidenciado o não-dito acerca do curso de extensão como uma “porta de saída” para seus discursos, como uma busca de adesão para convencer o outro sobre a importância de ter pessoas que vêm ao cárcere ensinar a “bandidos” e “delinquentes”.

Há também um aprendizado pela experiência estabelecida no cárcere. Este é um espaço de desumanização, de silenciamento, de violências, de corrupção, de injustiça, um espaço para penitências, um “inferno”, um lugar onde existem pessoas éticas e corruptas, como em toda a sociedade, e onde o encarcerado não tem a possibilidade de exercer livremente sua autonomia; ele tem que “tirar a cadeia pelos cantos”, pois além de ser privado de sua liberdade é também privado de sua humanidade.

Deus é o elemento simbólico que representa o amigo poderoso naquele lugar infernal. Ele o salva dos “demônios” que ameaçam sua existência, ofendem sua dignidade e agridem sua integridade física. A Bíblia, portanto, até mesmo na falta de outro livro ou revista, é o livro por excelência, pois responde, com a esperança das coisas divinas, ao ser humano abandonado socialmente, subjugado no “inferno”. A leitura da bíblia é uma das práticas educativas que se dá no cotidiano do cárcere, que traz benefícios, já que em outras narrativas

do capítulo 6 foi também apontada a leitura da bíblia como parte de uma prática leitora que se dá frequentemente, quer pelos círculos de leitura, com comentários coletivos, quer pela leitura individual de cada preso.

As atividades — *procurar algo pra fazer: um artesanato, ler...*; estabelecer contatos com pessoas que procurem mudar o “inferno” para algo melhor; aproveitar os espaços que representem uma “janela” para o que acontece na sociedade, como foram as professoras e os professores envolvidos, trazendo novidades da sociedade, do mundo que nós vivíamos —, são estratégias utilizadas para sobreviver naquele espaço de negação da humanidade que lhes vai sendo subtraída juntamente com a liberdade. Na sociedade consumista, corrupta, movida pelo dinheiro, somente este poderia pagar o advogado para lhe tirar da cadeia, independente do crime que cometeu.

Neste sentido, a importância do curso para os que dele participaram extrapolou o sentido meramente educativo. Naquelas circunstâncias do cárcere, numa cidade do interior do Brasil, talvez tenha representado uma janela de liberdade, uma possibilidade de comunicação com aquele que vem de fora, o lugar onde ele queria estar. Representou, possivelmente, uma esperança de comunicar o sofrimento provocado pela injustiça a que está submetido naquele “lugar infernal”: “Pesso para vocês ou os demais que mim ajude. Tem um ano e nove meses que estou aqui nesse inferno. E eu não tenho dinheiro pra pagar um advogado para conclui o meu prosecu e a sim um juiz razoave a minha vida”. Ou “Temos que saber lidar com tudo isso. Mas todos têm fé em Deus, tem uma esperança de um dia sair daqui. A tendência é melhorar cada vez mais com este trabalho que vocês estão fazendo, já é um bom começo. E assim, vamos tentando sobreviver no inferno de Jacobina [cadeia].” E ainda: “Gostaria que a UNEB levasse este trabalho a todas as cadeias da região ençinando e ouvindo todos os presos. Levar ao conhecimento das autoridades que alguns precisa de médicos pisiqiatra.”

O encarcerado demonstra conhecimento acerca do papel institucional do curso, apresentando solidariedade com os demais companheiros de cela de outras localidades que nem conhece. “Gostaria que a UNEB levasse este trabalho a todas as cadeias da região ençinando e ouvindo todos os presos.” A Instituição universitária tem a capacidade de atuar de forma mais abrangente através de seus projetos, muito mais do que a boa-vontade de uma pessoa ou um pequeno grupo. O cárcere não precisa ser um “inferno”, pode ser um lugar de humanização, de reflexões e crescimento pessoal e social. Este trabalho educativo realizado pode ser ampliado através da instituição que a prestou, teve um significado importante para mim, para nós.

Nos relatos escritos que seguem, os encarcerados descrevem as relações estabelecidas no cotidiano do cárcere e analisam os comportamentos dos companheiros de cela e de ala, demonstrando o desafio de saber conviver com diferentes comportamentos, modos de ser e agir, sinalizando que é fundamental a cautela, até porque não sabem quanto tempo ficarão juntos nesse ambiente. Entretanto deixam explícito que existem pessoas sérias, companheiras, amigas, assim como o inverso. Há neste discurso, a presença do não-dito, como nos convida a perceber a Análise do Discurso (AD) que, segundo Eni Orlandi (2005, p.82), “[...] o dito traz consigo o não-dito, mas presente”. Ao afirmar que são “quase” uma família e que “todos estão no mesmo veneno”, o não dito aparece de forma implícita: “não somos de fato uma família verdadeira, mas ao conviver no mesmo espaço da prisão, temos que buscar a harmonia, pois sabemos bem do que cada um é capaz; sabemos dos “venenos” que poderemos expelir para nos defendermos, portanto, como regra e uma tática de sobrevivência, é mais conveniente nos mostrarmos harmoniosos, familiarizados, pois estamos vindo do mundo do delito e somos sabedores dos seus efeitos maléficos”. Há aí um medo latente que possuem uns dos outros, mas que não é dito.

Este é um exemplo de práticas educativas no cárcere, que deseduca, acirra a formação delinqüente. O final do discurso ratifica ainda o não-dito da prática educativa perversa e deformadora do caráter, implícita na expressão “estou disposto a qualquer coisa que faça a minha liberdade”. O que quer dizer a expressão tão vaga? O que ele, Silvano, faria para ter de volta sua liberdade? Cometeria mais delitos? Ele afirma estar disposto a realizar qualquer proposta, seja ela ilícita ou não. Mas veja o que afirmei acima: é a própria sociedade que lhe ensina a fazer qualquer coisa. O preço da liberdade não significa o aviltamento da própria dignidade humana, isto não está na lei. Na cadeia, a sociedade pode estar protegida do criminoso, mas este, como ser humano, não está protegido pela sociedade.

A narrativa de Carlos Adauto a seguir traz também a expressão vaga através do uso do pronome indefinido “tudo”, ao afirmar que para se ajudarem mutuamente são solidários e ao explicar como se dá este ato de solidariedade a partir das práticas diárias dos diversos afazeres, tais como: faxina, lavagem de roupa, realizar brincadeiras, conversas etc.

Fazemos de tudo para ajudar uns aos outros. Somos quase como uma família, pois estamos todos no mesmo veneno. Aqui, quando um ta com algum problema, sempre tentamos ajudar no que for possível. Coisas que no mundão não vemos sempre. Fazemos de tudo para não pesar a cadeia, ou seja, baixar a cabeça e ficar pensando nos problemas daqui e de lá de fora. Aqui, faço algumas atividades, tais como: jogar

bola, lavar roupa, fazer faxina, ajudar os camaradas, faço artesanato, leio a bíblia, faço brincadeiras, troco idéias. Fazendo tudo isso para ficar mais leve a cadeia, que temos para rastar, coisa que não sabemos quanto tempo vai durar. Aqui também tem altos e baixo, pessoas verdadeiras e pessoas falsas, coisas boas e coisas ruins. Temos que saber lidar com tudo isso. Mas todos tem fé em Deus, tem uma esperança de um dia sair daqui. A tendência é melhorar cada vez mais com este trabalho que vocês estão fazendo², já é um bom começo. E assim, vamos tentando sobreviver no inferno de Jacobina[cadeia]. Gostaria que a UNEB levasse este trabalho a todas as cadeias da região ençinando e ouvindo todos os presos. Levar ao conhecimento das autoridades que alguns precisa de médicos pisiquiatra. (Carlos Adauto Ribeiro).

Em relação aos efeitos do cárcere, fazem referências ao comportamento humano e às seqüelas que deixam nas mentes, uma vez que a experiência é devastadora nos corpos e nas almas ali confinadas, no espaço-tempo da prisão. É certamente o que afirma Michel Certeau (1996, p.216): “[...] talvez fossem apenas, no final das contas, as ágeis testemunhas da narratividade e de sua forma delinqüente [...] onde não há mais alternativa a não ser o alinhamento disciplinar e o desvio ilegal, uma forma de prisão e a errância [...]”

A prática de controles através de mecanismos violentos, na tentativa de docilizar os corpos “rebeldes” dos detentos produz efeitos aparentes, pois os encarcerados constroem trajetos, táticas, ações e acordos que vão “‘tirando’ a cadeia pelos cantos”. A inteligência dos encarcerados funciona no espaço exíguo das possibilidades raras produzidas nos cantos do cárcere, nos desencantos das violências e injustiças do sistema prisional. Toda cognição, toda apreensão de informações, toda construção e reconstrução de valores, hábitos, atitudes e comportamentos, toda produção de signos e significados, todo processo de criação tem como finalidade a sobrevivência no cárcere, a sobrevivência física e, sobretudo, psíquica.

Os sentidos em corpos e mentes são inscritos e deixam marcas jamais esquecidas, até porque, cada dia, segundo os relatos contidos nos memoriais, é pior que o outro, repleto de (des)esperanças, (des)encantos de toda ordem: moral, afetiva, pessoal, ambiental etc.

Carlos Adauto e José Sérgio Silva de Jesus assim se colocam sobre o cárcere e seus efeitos:

O tempo que se passa preso desgasta muito a mente humana. Falo isso porque estou passando por essa experiencia infelizmente. (Carlos Adauto Ribeiro).

² Refere-se ao curso de extensão do qual estão participando, conforme explicitado.

Não sou santo, também não sou satanás. Sou apenas eu mesmo, José Sérgio Silva de Jesus. Quero mudar pra sempre. Queria uma vida nova junto da minha família que eu amo mais que tudo nessa vida. Tenho que dar valor a minha vida que para uns não vale nada, mas para mim vale muito [...] Eu erreí, mas o mundo dá muitas voltas. Vai ser em uma dessas voltas que eu posso mudar para uma vida melhor. Vou mudar por mim e minha família que me ama muito. Eu nunca pensei que minha vida fosse mudar tanto depois que fui preso. Eu não achei ruim, talvez eu não tivesse vivo para contar a minha filha tudo que passei neste lugar, para ela nunca passar aqui. (José Sérgio S. de Jesus).

O relato de Zandonaide, que se segue, inicia-se por sua caracterização física e psicológica, fazendo um retrato de sua vida. Para tal, rememora a infância, a vida adulta e depois fala de sua estada no cárcere. Esse relato pode ser considerado uma narrativa, se considerarmos o conceito exposto por Ecléa Bosi (2003, p.66): “A narrativa é sempre uma escavação original do indivíduo, em tensão constante contra o tempo organizado pelo sistema. Esse tempo original e interior é a maior riqueza de que dispomos.” Essa riqueza nas narrativas foi a marca dos memoriais, pois trazem a lume a riqueza das emoções, indicada pela autora citada: a do interior dos sujeitos, daquilo que lhes marca a alma. Percebemos ainda lembranças diferenciadas relativas às diferentes fases de sua vida, que retratam as dores, revoltas, descasos, conforme observaremos em sua narrativa:

Meu nome é Zandonaide Marques da Silva, mais conhecido Caititu. Tenho 26 anos, sou natural de Canarana - BA, mas moro desde os 10 anos de idade em Orolândia. Sou de uma família pobre e humilde. Aos 10 anos já trabalhava na roça com meu pai para ajudar em casa. Não tive como estudar, pois comecei a trabalhar muito cedo e não tive infância [...] O que ganhava era muito pouco. Foi aí que eu entrei no mundo do crime. Comecei a fumar, beber, usar drogas. Fumar maconha, traficar e até plantar maconha. Ganhei muitas coisas boas, mas também perdi, principalmente minha liberdade [...] Percebi que o mundo do crime não dá nada a ninguém. Ao invés de dar tira, como tirou minha liberdade e de todos que estão aqui dentro. Dizem que a justiça existe, mas na verdade ela só existe para os fracos e farizeus (Só Deus liberta). (Zandonaide Marques).

As narrativas dos encarcerados trazem um fio condutor que marca o cotidiano no cárcere. De forma geral e unânime, todos explicitam que a prisão é um inferno e traz graves

conseqüências para cada sujeito que nela está encarcerado. As astúcias próprias utilizadas para sobreviverem na prisão reforçam a criminalidade, formam mais e mais sujeitos que são tratados como escórias sociais, mas que admitem em seus depoimentos não serem “santos, nem satanases”; também explicitam como são tratados, como precisam ficar em silêncio diante das arbitrariedades, a fim de não piorarem suas situações de detentos que esperam pela justiça para julgá-los.

Pagar pelos crimes cometidos é o que todos devem fazer; afinal, não estão presos por serem inocentes, como alguns afirmam, mas as práticas realizadas como táticas pioram sua condição humana, conforme sinalizam os memoriais de Carlos Adauto, Silvano de Jesus, José Sérgio Silva, de forma mais contundente. São essas práticas educativas que (des)educam, (des)encantam e proliferam no cotidiano do cárcere que afirmamos ser negligenciada, invisibilizada pela instituição, como se não soubesse de sua existência e de seu degradante valor moral para cada preso/a. Por que não usar essas práticas educativas para (re)educá-los, (re)socializá-los, ao invés de profissionalizá-los mais e mais no mundo do crime?

As práticas a que nos referimos são as evidenciadas nas narrativas analisadas e trazem os efeitos perversos sobre o caráter e a mente dos encarcerados. Conforme a narrativa de Sérgio Santana, registrada na pág. 85, “o cárcere não melhora ninguém”. O efeito degradante das práticas educativas que se dão no âmbito do cárcere se verifica ao serem colocados junto com pessoas que cometeram diferentes delitos e, portanto, aprenderem a realizar todos os tipos de crimes em pouco tempo de prisão, saindo de lá muito piores do que entraram. São essas práticas educativas que afirmamos serem perversas e degradantes a homens e mulheres que vivenciam a experiência do cárcere. Elas promovem a (des)educação e a deformação em seus valores de ética, de respeito e de moral, e também realizam a violência simbólica, moral e física que de forma cruel afeta os menos favorecidos quer materialmente, quer intelectualmente, como apontam os perfis dos sujeitos desta pesquisa e ratifica a senadora Heloisa Helena, ao analisar a situação carcerária brasileira. Para esta senadora, a prisão é, por excelência, uma escola do crime:

É a frieza implacável diante do ladrão de galinhas, passando a ser aplicada de forma fria e implacável para os pobres, negros, oprimidos e marginalizados. E essa mesma lei passa por uma sofisticação hermenêutica jurídica para poupar os ricos, os poderosos os delinquentes de luxo, especialmente se estiverem no mundo da política. (HELENA, 2005, p.1-2)

O memorial de Zandonaide Marques marca, de forma contundente, o que afirma a senadora Heloisa Helena, quando diz que a justiça só existe para os pobres. Eles disseram em

várias ocasiões no curso de extensão *ter consciência de que prisão é para os três pés: pobre, preto e puta*. No memorial de Silvano de Jesus também fica evidente a morosidade da justiça, o não-atendimento do que reza a lei de execução penal (BRASIL, 2006), para que todos tenham advogado gratuito, quando não puderem pagar. Aproveita a realização do curso de extensão e conclui seu memorial apelando para que o ajudem a agilizar seu processo e, finalmente, ser julgado.

Por outro lado, sinalizam que há na prisão diferentes estratégias de sobrevivência, regras, divisões de tarefas, atividades rotineiras realizadas pelos detentos para tornar mais tolerável a vida no presídio. Entre essas atividades mencionam a leitura, sobretudo da bíblia, o que é um indício da busca da fé, da força espiritual, do consolo, como forma atenuante para a vida enclausurada, dando-lhes o fortalecimento para as vicissitudes encontradas diariamente. Dizem também que jogam bola, fazem artesanato, fazem faxina, auxiliam os outros e são sabedores que há ali, no espaço da prisão, pessoas ambiciosas, hipócritas, “armadoras”, que provocam discórdias, brigas e desafetos entre os presos/as. Estão sempre atentos uns aos outros, vigiando e sendo vigiados, pois têm consciência das estratégias e dos fazeres de que são capazes para sobreviverem às regras estabelecidas no território do cárcere, como demarcações de lugar, espaço, poder.

Fica explícita nos memoriais dos encarcerados a organização de práticas educativas como operações concretas de sobrevivência, experiências distintas nas narrações cotidianas. As narrativas evidenciam a cartografia do cárcere por meio de “[...] práticas educativas informais que afetam e influenciam a educação das pessoas de modo necessário e inevitável”, conforme afirma José Carlos Libâneo (2004, p.88). Assim, fomos compreendendo os sentidos dessas práticas com base nos discursos dos encarcerados, do Coordenador da Custódia, das observações registradas, do curso de extensão realizado, e seus efeitos no sujeito que se insere no presídio. Como explicita Michel Certeau (1996, p.206):

O mapa coloniza o espaço das práticas que o produz [...] constituindo em conjunto formal de lugares abstratos. É um “teatro” [...] no mesmo plano o mapa junta lugares heterogêneos, alguns recebidos de tradição, outros produzidos por uma observação [...] constituídos em lugares próprios para expor os produtos do saber.

Assim, é fundamental que compreendamos o sentido do conceito de cartografia utilizado nesta pesquisa, a partir das idéias trazidas por Michel Certeau (1996), com o qual dialogamos por ressoar em nosso objetivo, ao cartografarmos as práticas educativas do cárcere. Para Certeau (1996), tomando-se o mapa sob sua forma geográfica atual, ele vai

prescrevendo ações, indica o percurso a fazer, idealiza *práticas espacializantes*. Em outras palavras, os mapas são constituídos de lugares próprios, porque apresentam e animam os relatos e formam quadros de resultados legíveis e que demarcam as operações realizadas. Na expressão de Certeau (1996, p. 205-206) “[...] são feitura de espaço [...]”. Nesta pesquisa, os mapas são operações que vão indicando como os encarcerados realizam cada prática e dessas descrições coordenam dois pontos nas descrições cotidianas. Um é o *itinerário* — uma série discursiva de operações — e o outro é o *mapa* — uma descrição redutora totalizante das observações. Assim, por meio dos mapas fomos descrevendo as práticas educativas emergentes nas narrativas dos encarcerados, bem como identificando suas operações e efeitos para eles.

A cadeia é um mapa, propriamente dito, com espaços de poder. A sala do delegado titular, por exemplo, é local em que a presença do preso tem um significado de servidão e submissão. A sala do Delegado é o território simbólico do poder, difícil de ser invadido, de ser atacado. Lá é onde está a pessoa que manda, que decide, que aponta os rumos das políticas a serem adotadas para os encarcerados. O delegado é protegido pelas forças bélicas e institucionais que representam o Estado, enquanto poder político, e a sociedade, enquanto poder cultural acerca do sistema prisional e do tratamento a ser destinado aos que estão no cárcere. A cela é o espaço destinado ao preso. Lá ele pode se queixar baixinho, dividir opiniões e levantar táticas de sobrevivência diante da constante ameaça do sistema prisional.

Os espaços educativos formais inexistem e, todo dia, a luta por esse espaço recria o mapa do poder, os lugares que se tecem rotineiramente para deixar o corpo e a alma “descansarem dos perigos”. Neste mapa, o espaço religioso entra como o lugar da possibilidade da fuga aparente e constante do “inferno”. Ao transpor a fronteira do mundo entro para a “terra prometida” com a Bíblia como convite e me torno cidadão do “Reino de Deus.” Ele é o Senhor supremo de todos os mundos, principalmente do que aceitei entrar. Esta cartografia constitui-se numa prática educativa, constituindo novos humanos a partir da mudança de hábitos, crenças, comportamentos, valores e atitudes perante a lei, o outro, a sociedade, o Estado, a vida.

As práticas educativas são também formas de saberes que são expostos, negociados e instituídos como forma de poder, de negociação, com base nos interesses heterogêneos e narrativas construídas.

Os encarcerados relatam o quanto cada prática representa o poder, as táticas do dizer, do que precisa ser silenciado, semiverbalizado, conforme percebemos nas narrativas/histórias de vida de Silvano de Jesus, José Sérgio, Reinaldo Carvalho, a fim de sobreviverem com o

mínimo de conseqüências possíveis, diante das regras estabelecidas e negociações realizadas entre cada detento/a. Consideram que a comunidade carcerária *forma quase uma família* que experiencia as mesmas dores e sofrimentos causados por eles mesmos, ao infringirem a lei. Uma questão é “acertarem suas contas” com a justiça, privarem-se de suas liberdades; outra é retirarem-lhes a dignidade humana, conforme os relatos vão (des)velando paulatinamente. Na expressão de Carlos Adauto, *estamos todos no mesmo veneno*, necessitam, pois, uns dos outros, *para que não baixem a cabeça e pensem nos problemas*.

Geralmente assumem suas falhas e crimes, mas não se consideram *santo nem satanás* conforme narra José Sérgio, mas sim um ser humano passível de mudança. Embora narrem que suas vidas não valem nada para muita gente, para a sociedade, que os têm como espúrias sociais, esclarecem que para seus familiares valem muito.

Há também nas narrativas, como ponto de contato, a não-possibilidade da inserção social por meio do estudo formal, uma vez que desde crianças foram trabalhar para auxiliar na renda das famílias. Em sua grande maioria, os encarcerados escrevem com dificuldades quanto à convenção do código, mas possuem idéias bem articuladas, progressivas e objetivas, conforme atestam os memoriais produzidos e reescritos com o auxílio dos multiplicadores do curso de extensão. Alguns apenas assinam seus nomes. A faixa etária dessas pessoas varia de 19 a 56 anos, tendo um maior número entre 20 e 35 anos. Na grande maioria são filhos de lavradores.

Sobre a maior incidência dos tipos de delitos que dão entrada na 16ª Delegacia Circunscricional de Jacobina, o Dr. Carlos José Habib³, delegado titular, quando questionado, informou o seguinte:

Aqui tem o tráfico de drogas, furto, roubo, posse ilegal de arma, estupro; são os mais comuns. Homicídio em uma menor graduação, mas acontece também. Mas o maior índice são crimes contra o patrimônio; roubo e furto.

Avaliando as fichas dos encarcerados juntamente com o Coordenador da Custódia, Sr. Paulo Sérgio Ribeiro⁴ observamos que o maior índice de delitos que dão entrada na 16ª Delegacia Circunscricional de Jacobina é o de tráfico de drogas, seguido de homicídio e assalto que concordam na mesma quantidade. Em parte, há coincidência com a informação prestada pelo delegado titular na entrevista realizada.

³ Entrevista realizada na 16ª Delegacia Circunscricional de Jacobina, pela pesquisadora Ana Lúcia Gomes da Silva em 09.02.06, tendo autorização assinada para a concessão da divulgação do nome na pesquisa. (Carta sessão).

⁴ Análise realizada no dia da entrevista do Coordenador da Custódia.

Os detentos participantes da pesquisa deixam implícitas e às vezes explícitas suas revoltas e tomadas de decisão quanto à falta de oportunidade para o estudo, como percebemos nos memoriais/histórias de vida de Zandonaide Marques e Carlos Adauto. Este último narra a importância do curso de extensão realizado. E também na narrativa de Reinaldo Carvalho, que de forma objetiva solicita para os presos o oferecimento do estudo na prisão e a assistência de psiquiatras para aqueles que necessitam, uma vez que a cadeia provoca desgastes na mente humana.

Nossa tese é que todas essas práticas educativas informais que se dão cotidianamente no cárcere, ao invés de negligenciadas, poderiam ser aproveitadas como instrumentos de reflexão, possibilitando a mudança dos sujeitos, observando sua condição humana como fundamental sua (re)educação, analisando esses indivíduos como frutos dos processos educativos pelos quais passaram, além de outros fatores que certamente corroboram para a prática de crimes. Por que o poder instituído não acolhe todas essas práticas como elementos favoráveis aos próprios detentos, revertendo-as em prol da (re)socialização, ao invés de ignorá-las, como se não acontecessem cotidianamente, e como se delas não soubessem, formando, ao contrário, mais e mais delinqüentes e profissionais do crime, tornando-os (des)crentes, (des)encantados e (des)esperançosos?

Segundo Michel Foucault (2002a, p.196), a prisão tem duplo funcionamento:

Esse duplo funcionamento jurídico-econômico por um lado, técnico-disciplinar por outro — fez a prisão aparecer como a forma mais imediata e mais civilizada de todas as penas. E foi esse duplo funcionamento que lhe deu imediata solidez [...] Ela foi desde o início uma “detenção legal” encarregada de um suplemento corretivo, ou ainda uma empresa de modificação de indivíduos que a privação da liberdade permite funcionar no sistema legal.

Fica evidente que a prisão não tem conseguido cumprir seu papel de modificar os indivíduos a ela confiados e nela confinados. Ora, requerer essas transformações para o cárcere é um investimento trabalhoso, que exige reformas estruturais e de concepção de homem, de mundo e de sociedade. A quem interessaria, pois, que a prisão desse certo como projeto e como instrumento que pode e deve assegurar aos encarcerados sua (re)geração e (re)socialização, fazendo-os refletir sobre suas ações, suas vidas e escolher outras opções que não o delito, o crime? Para Michel Foucault (2002a, p.197): “[...] o movimento para reformar as prisões, não é um movimento tardio [...] Ele é como que seu programa [...] De tal modo tem estado ligado a sua existência em todo o correr de sua história.”

Em seus estudos, Michel Foucault (2002a, 2002b) discute ainda que, desde o início do século XIX, o encarceramento penal tem como fundantes a privação da liberdade e a

transformação dos indivíduos. Estamos no século XXI, mais de cem anos se passaram e ainda continuamos com um sistema penal que tem um objetivo natimorto. Não transforma indivíduos, antes tem servido para fazer com que saiam piores do que entraram, ou seja, transforma-os para pior, conforme os resultados de nossa pesquisa, que ratificam o exposto por Foucault (2002b), que desde o século XIX já afirmava sobre a prisão e seus objetivos que já nasceram falidos em relação à reintegração e regeneração do ser humano.

Vejamos um exemplo acontecido com um dos detentos cursistas no decorrer de nosso estudo, no período do curso de extensão realizado⁵. O jornal local *Primeira Página* noticia o seguinte fato:

Menos de quatro horas depois de ser solto por meio de Alvará de Soltura concedido pelo juiz Martinho Ferra da N. Jr., agentes de Trânsito de Jacobina prenderam em flagrante delito, João Nito Silva Pereira, o Da Lua, 24 anos, acusado de assaltar duas lojas na Av. Orlando Oliveira Pires, centro da cidade de Jacobina [...] Da Lua, que tinha cumprido pena de pouco mais de um ano na cadeia local, foi autuado em flagrante por assalto e lesão corporal leve, pela delegada Danielle Monteiro. (PRESO..., 2006, p. 9).

O exemplo corrobora com o que Foucault (2002b) afirmou sobre o cárcere, a prisão e seus efeitos. Esse movimento que deve corrigi-la, segundo vários estudos sobre a prisão e a criminalidade, faz parte de seu próprio funcionamento em todo o decorrer de sua história. Esse movimento movediço, incerto e com astúcias mil, marca as práticas educativas no cárcere e convida-nos a apreender seus sentidos plurais.

Para apreendermos os sentidos das práticas educativas que organizam o espaço-tempo da prisão, veremos a seguir o relato de Marcos Antônio de Souza, ressaltando as narrativas/memoriais das ações que realiza no cárcere, do uso dos espaços, das regras:

Cadeia é uma coisa muito ruim porque aqui existe várias regras que devem ser cumpridas. Se não cumprir o 'bicho pega', então todo mundo tem seu dia de fazer a sua fachina geral na cela. Segunda regra não pode colocar cuecas no varal do pátio. Terceira regra você não pode usar o 'boi', quer dizer, banheiro na hora que alguém está comendo. Se usar nos espanca. Quarta regra se alguém fizer qualquer coisa e alguém entregar toma pau de todo mundo. Quinta regra você não pode sentar na jega, quer dizer, aqui é cama, se sentar toma pau. Sexta regra, a visita é dia de

⁶ Depois de ter sido reconduzido ao cárcere, teve sua permissão negada para continuar assistindo às aulas do curso de extensão. Uma das professoras multiplicadoras, Adriane Queiroz, registrou o seguinte em seu Diário de Bordo sobre o fato: "Não vão sair de minha memória as suas palavras: 'Nasci no crime e vou morrer no crime'." p.8, set. 2006.

quinta, que é o dia mais doido da cadeia, se você vai conversar e se não chegar [visita], você tem que ficar no canto quieto. Se você ficar encarando a mulher de algum malandro, toma pau depois que a visita sai. E vai para a outra ala e vira faxineira, tem que fazer faxina todos os dias. Ou faz ou cai no pau todos os dias. E quando tiver perto da visita, ninguém pode ficar sem camisa, se ficar o 'bicho pega'.

Sétima regra, aqui quem tem vez na sela é os mais velhos se chegar algum malandro novo e querer botar morau, o mais velho tem morau de juntar com os outros presos e bater e jogar as roupas e tudo que ele tiver no pátio e mandar ele para outra sela. Se chegar lá e os outros presos não quiserem azeitar ele lá nas outras sela, ele tem que ir para outro pavilhão. E chegam lá o 'bicho pega'. Se for safado e fez isso, mas se for broder, nos diz é camarada. Aqui dentro é um verdadeiro inferno ninguém é de ninguém, só que existe aqui dentro existe, pessoas boas e pessoas maldosa, existe várias covardia. Por exemplo, se você briga com um o outro vem e bate em cima de você. (Marcos Antônio de Souza Santana).

É de fato uma confirmação de nossa tese, o quanto as práticas educativas que (des)educam, (des)encantam, sofisticam táticas para o uso das regras criadas no espaço-tempo da prisão, numa demonstração de poder, formando liderança organizada, espalhando o medo, a coação, fazendo com que a adesão se dê, quer pela violência física, quer utilizando outras formas de punir, vigiar. Caso contrário, conforme narra o memorial de Marcos Antônio, sofrerão as conseqüências; em seu dizer o “bicho pega”.

Os presos constroem regras/leis próprias, particulares, que vão reger a microsociedade do cárcere e estabelecer o uso do espaço coletivo da maneira mais civilizada possível. O que nos parece uma construção social baseada no “respeito mútuo”, no respeito aos mais velhos, na justiça pela divisão de tarefas no espaço que é coletivo etc. Não sentar na cama, não fazer cocô enquanto um colega de cela está fazendo as refeições, não paquerar a mulher do colega, não seriam normas criadas para dirigir os hábitos, atitudes e comportamentos no sentido do respeito, da justiça, da conveniência? Não seria uma espécie de “Dez Mandamentos” que tornariam menos caótica a vida no cárcere? Não se constituiriam em práticas educativas, na medida em que fossem trazidas para a análise e reflexão fruto da experiência dos encarcerados? As normas/regras apontadas recriam o humano e, inevitavelmente, o espaço vivido e compartilhado do cárcere. A prática “jurídica” constitui uma prática educativa e também uma prática cartográfica, na medida em que, constantemente, estabelece normas em relação ao ser humano e ao espaço.

Há, portanto, práticas educativas sintetizadas nas normas e por meio delas são construídos hábitos, atitudes, valores, crenças e modificados os comportamentos dos encarcerados. Contudo, tais práticas educativas reforçam e reproduzem com predominância a heteronomia, pois embora o sentido coletivo das regras esteja presente, com seus valores e sua ética, o uso da força e da coerção é necessário para assegurá-las permanentemente, afinal, “*Se não cumprir o ‘bicho pega’.*” O poder é exercido com o mesmo sentido e efeito exercido pelo sistema prisional a que estão submetidos. O diálogo e a reflexão, embora estejam presentes, não são os mecanismos predominantes na construção das regras, prevalecendo a violência.

Todos/as que aderem de forma pacífica às regras criadas passam a ser *broder*, *camarada*, os demais são os *malandros*, não-dignos da confiança, da amizade. Estão na *mira* do grupo. Reproduzem entre si o que sofrem na instituição pelas sanções, vigilância, controle, o que fica também evidenciado na maioria dos memoriais/histórias de vida. Sobretudo no memorial de Silvano Silva ao afirmar: “É melhor não se envolver, ‘tirar a cadeia pelos cantos’, procurar algo pra fazer.” Reinaldo Carvalho também deixa registrado sobre os efeitos dessas práticas educativas: “Nunca pensei de passar por isto. Quando a gente vai se dar conta é tarde demais. Passa um mês, dois, um ano [...] Cada dia pior que o outro.” Carlos Aduato também assim se pronuncia sobre as práticas educativas no presídio: “Aqui também tem altos e baixo, pessoas verdadeiras e pessoas falsas, coisas boas e coisas ruins. Temos que saber lidar com tudo isso [...] Mas todos tem fé em Deus, tem uma esperança de um dia sair daqui.”

Os memoriais de Marcos Antônio e de Silvano Silva deixam também os registros do uso da violência física para o controle e permanência do cumprimento das regras estabelecidas.

Os lugares, espaços e operações do cotidiano e como essas operações se estabelecem e se instituem, referidos pelos detentos em seus memoriais, são também discutidos por Michel Certeau (1996, p. 208-209):

Operações sobre os lugares os relatos exercem também o papel cotidiano de uma instância móvel e magisterial em matéria de demarcação [...] a fim de ouvir as falas contraditórias das partes, como uma operação de demarcação [...] contratos narrativos são compostos com fragmentos tirados de histórias anteriores e “bricoladas” num todo único. Nesse sentido esclarecem a formação dos mitos, como também têm a função de fundar e articular espaços [...] É um ato culturalmente criador.

Vemos que cada regra explicitada no memorial de Marcos Antônio de Souza demarca, institui, reconfigura o espaço, o lugar, com base no que se fixa como regra a ser cumprida.

Ratifica-se, dessa forma, o que Certeau (1996) esclarece quanto às operações de demarcação, as quais são culturais e se instalam conforme as necessidades e as circunstâncias.

Consoante Michel Certeau (1996, p.208), “as operações de demarcações” são comportamentos adotados para sobrevivência, já que “[...] no funcionamento da rede urbana como na paisagem rural, não existe espacialidade que não organize a determinação de fronteiras [...]” Acrescentamos que essa operação, no cárcere, é organizada de forma sistemática, sendo apropriada pelos sujeitos que nele estão confinados.

Ainda sobre os espaços, Michel Certeau (1996, p.209) comenta: “O relato tem papel decisivo, por ser mais que uma fixação [...] tem poder distributivo e força performativa (ela realiza o que diz), é então fundadora de espaços.” Foi exatamente isso que observamos nos relatos dos memoriais: a força fundante e criadora das regras que fazem o cárcere ser o que é. No dizer de Michel Certeau (1996, p. 210): “[...] o relato abre como primeiro papel, um teatro de legitimidade e ações efetivas. Cria um campo que autoriza práticas sociais arriscadas e contingentes.”

É fundamental que apresentemos os pontos de contato e deriva das idéias aqui apresentadas por Michel Certeau (1996) e Michel Foucault (2002b, 2004), ao contribuírem para compreendermos o poder, as astúcias e as práticas no espaço pesquisado. Para esses autores são operações *quase microbianas* que se proliferam no seio das estruturas tecnocráticas e alteram seu funcionamento por uma multiplicidade de práticas. Sinalizam as idéias de Certeau (1996) sobre táticas e astúcias, no sentido de que a rede de práticas compõe a *antidisciplina*, e de Foucault (2002b, 2004) sobre a rede de táticas que traz a violência da ordem como *tecnologia disciplinar*. Não as percebemos com excludentes entre si, mas como aspectos movediços assumidos pela *criatividade dispersa* trazida por Certeau (1996), que afirma que os sujeitos driblam a vigilância, embora não se livrem totalmente dela. Para o autor este é um movimento de *micro-resistências*, enquanto para Foucault (2002b, 2004) são formas de repressão, vigilância e violência de todas as ordens — física, moral, psicológica — utilizadas pela prisão para disciplinar e docilizar os prisioneiros. Tem-se, como já citamos, operações *quase microbianas*.

Para estabelecer a comunicação entre si, os detentos também utilizam os saberes lingüísticos, dando novo sentido às palavras, criando jargões que também servem como forma de poder, de subverter a vigilância sobre o que dizem e fazem, podendo se comunicar sem serem compreendidos pelos que não fazem parte do grupo.

Neste sentido é fundamental que diferenciemos *táticas* de *estratégias*, segundo os estudos de Michel Certeau (1996). O autor chama de *estratégia* o cálculo das relações de

forças que se torna possível quando um sujeito de *querer e poder* é isolável de um ambiente. Ou seja, as estratégias escondem nos cálculos objetivos sua relação com o poder que os sustenta, guardado pelo lugar próprio ou pela instituição, enquanto *tática* é um cálculo que não pode contar com um próprio, pois a tática só tem por lugar o do outro. Pelo fato de seu não-lugar, a tática depende do tempo, vigiando para ‘captar no vô’, possibilidades de ganho. Tem que jogar constantemente com os acontecimentos para transformá-los em ‘ocasiões’. Sem cessar, o fraco tem que tirar partido das forças que lhe são estranhas, enquanto as estratégias são construídas a partir da base de uma gestão cujo lugar é circunscrito como um *próprio*. O *próprio* é uma vitória do lugar sobre o tempo. Assim, a nacionalidade econômica e política foi construída, pois seguiu esse modelo estratégico.

Em síntese, a estratégia é utilizada pelo forte e ainda é preciso reconhecê-la como um tipo específico de saber, aquele que sustenta e determina o poder de conquistar para si um lugar próprio. A tática, por sua vez, só pode utilizar manipular e alterar, jogando num terreno que lhe é imposto; é “[...] um movimento dentro do campo de visão do inimigo” (CERTEAU, 1996, p.100). A tática, usada pelos encarcerados exatamente no campo de visão de seus inimigos, para ‘driblarem’ astuciosamente o poder instituído, se fez presente na produção de vocabulário próprio, como veremos a seguir no miniglossário do cárcere.

Numa das atividades realizadas no curso de extensão, foi discutido o poder do discurso, das palavras, da língua e seus sentidos. Como resultado da atividade, os detentos produziram um *miniglossário do cárcere* com jargões específicos, desconhecidos das pessoas que estão fora do contexto da prisão, ou que estão, mas não decifram os códigos cifrados dos detentos.

Eis alguns vocábulos com seus significados respectivos.

Jega= cama; *praia* = piso da cela; *boi* = banheiro; *barraco* = cela; *fortizam* = café; *pulseira de prata* = algema; *catatau* = carta, bilhete; *cão*= mentira; *oitão* = revólver 38; *gado/sabão/lobisomem, macaco* = policias; *chave de cadeia* = pessoa que sempre sai da cadeia e volta; *zé-cascudo* = pão; *lavagem/rango/pirão* = comida; *nóia* = ingênuo; *pilantra* = delegado; *xis 9* = informantes; *reco* = ficar na cadeia; *171* = contador de histórias; *inferno* = delegacia; *titanic* = desastrado, vacilão.

As palavras dão sentidos, são jogos marcados que criam códigos, jargões específicos, cujos significados somente eles dominam, em sua maioria. Interessante observar que há um valor semântico entre a palavra e o significado; não surge de forma aleatória, exige

conhecimento de mundo, entendimentos prévios sobre a língua, estabelece também certo grau de informatividade, conforme vemos na palavra *titanic*, que significa desastrado, vacilão. Para tal, precisaram saber sobre o acontecimento acerca do Titanic e seu grande desastre ao bater no *iceberg* e naufragar.

Sobre o delinqüente e suas ações, Michel Certeau (1996, p.216) afirma:

Se o delinqüente só existe deslocando-se, se tem por especificidade viver não à margem, mas nos interstícios dos códigos que desmancha e desloca, se ele se caracteriza pelo privilégio do percurso sobre o estado, o relato é delinqüente [...] onde uma sociedade não oferece mais saídas simbólicas e expectativas de espaços a pessoas e grupos, onde não há mais alternativa a não ser o alinhamento disciplinar e desvio legal, ou seja, uma forma ou outra de prisão e errância.

Que mudanças efetivas podem produzir em cada sujeito, suas narrativas delinqüentes? Não sabemos, mas que elas nos revelam que é possível, nesse paradoxo e contradições discursivas e de ações, utilizarmos esses saberes a seu favor, como contra poder, buscando promover novos sentidos às existências dos encarcerados, os relatos dão as pistas e indícios de que sim.

Algumas das táticas utilizadas pelos encarcerados, no sentido proposto por Certeau (1996), foram as regras de funcionamento das alas, que não foram enfrentadas nem coibidas pelo poder instituído. Uma mostra significativa de tática comunicativa foi estabelecida por eles para enfrentar o poder instituído e tirar partido de comunicações pertinentes a seus objetivos, sem serem flagrados e/ou punidos pelo poder instituído, com a construção de um vocabulário próprio, apresentado sinteticamente pelo miniglossário do cárcere.

Ainda foi bastante visibilizada, na cartografia do cárcere, a transformação em favor do encarcerado, em relação à entrada de alimentos trazidos pelos familiares, a partir das queixas, discursos, reivindicações e avaliações constantes realizadas pelos encarcerados sobre a má qualidade da alimentação. Fizeram o que Certeau (1996) refere como “jogar num terreno imposto”, buscando como aliados o xerife das alas e ainda todos os discursos dos encarcerados.

Além das táticas efetivadas e descritas, foi perceptível ainda que as regras estabelecidas para a faxina, limpeza, uso das alas e do varal, entre outras, permitem-lhes garantir uma organização apropriada no presídio, sobre a qual o poder instituído não se envolve. Este não-lugar precisa de alguma forma ser “fabricado” pelas ações dos que nele vivenciam.

Outra tática utilizada pelos encarcerados, e que para Certeau (1996) é representativa, dá-se no campo da narrativa. Os memoriais são as reais possibilidades de dizerem às pessoas do exterior do cárcere o que é vivenciar e estar nele e o que nele se aprende de tão ruim e perverso que os fazem mais e mais criminosos. Perceberam que se o poder oficial não teria acesso aos memoriais por serem realizados no curso, ou seja, na sala de aula, com as professoras, poderiam

exercer, através deles e nas entrevistas, seu poder de dizer sobre o cárcere. Esta era a chance real de serem “ouvidos” e de transformarem, como diz Certeau (1996, p.18-41), “[...] os acontecimentos em ‘ocasiões’.” E assim fizeram os encarcerados nos memoriais, nas entrevistas, nas discussões em sala de aula, sempre que percebiam que os policiais não estavam à espreita na porta da sala, vigiando-os.

Nesse sentido, vamos percebendo que nesta cartografia sucinta das práticas educativas efetivadas pelos sujeitos encarcerados há suficientes modos de operar com elas e por elas em prol de outra realidade. Para os que adentram no mundo do crime, cada regra constitui-se em instrumento que pode ser tanto favorável quanto desfavorável a seu existir naquele cenário. Por exemplo, as regras que requerem o respeito pelo espaço do outro — não sentar na cama; não cobiçar a companheira que vem visitar o colega; respeitar o espaço de quem já está há mais tempo no cárcere, entre outras —, ajudam num processo civilizatório específico, que permite a cordialidade e o respeito entre iguais. Entretanto o uso da violência, enquanto recurso principal de coação, a impossibilidade do compartilhamento da reflexão, cujo sintoma principal é o silêncio tão ressaltado, são exemplos de desumanização presentes na mesma prática educativa. Afinal, são práticas arriscadas, mas para quem o crime é ação comum, o risco fica sendo o trivial, o rito para sobreviver na prisão.

2.2 SIGNIFICAÇÕES MEMORIALISTAS: EXPECTATIVAS E ESPERANÇAS PÓS CÁRCERE

O comportamento humano, para Michel de Certeau (1996, p. 210), é assim caracterizado: “[...] de maneira geral, os comportamentos humanos são incertos, perigosos ou até fatais.” Concordamos com o autor, ao percebermos que nesta cartografia das práticas educativas que (des)encanta e (des)educa também há possibilidades de sua (res)significação. Deixemos que falem mais uma vez os sujeitos da pesquisa sobre suas expectativas em relação a suas vidas:

Ter a liberdade devolvida é uma esperança de ter uma vida decente como qualquer cidadão. (Giovanni Freitas).

Um ano e nove meses preso sem dinheiro para pagar advogado. Minha família passando dificuldades e eu sem poder ajudar eles. Bolsa família fiz a até hoje não

recebi [...] Todos querendo ir embora, mas todos estão por aqui [...] Dentro da cadeia só Deus é por mim. Mas com fé em Cristo sairei desse lugar [...] A liberdade é tudo para nós. Estar lá fora tomando ar. Ouvindo o canto dos pássaros. Não tem dinheiro que pague a liberdade. Só sabe o verdadeiro valor da liberdade quem já esteve nessa situação. Se eu quiser sair daqui hoje vou sair de cabeça erguida, não vou mais fazer o mesmo erro. Trabalhar para cuidar de meus filhos, para as pessoas da sociedade confiarem em mim. O homem preso é desacreditado pela sociedade. Tem um ano e meio que estou preso, nunca vi meus filhos durante esse tempo. Com fé em Deus vou sair dessa! Obrigado meu senhor! (Rair Gino dos Santos).

*Ninguém mandou eu errar mais eu mereço outra oportunidade pra mostrar que eu mudei, que sol outra peça. Quero formar uma família pra esquecer de tudo que paçei na minha vida. Penço no futuro.*⁶ (Zandonaide Marques).

Meu objetivo é trabalhar, ganhar dinheiro e fazer uma família e çer felis eternamete. Acordar saber que estar dentro de casa, trabalhar e dar benção a minha mãe. (Márcio Barboza Guimarães).

Segundo Ecléa Bosi (2003, p.67): “O limite para o qual tende a memória narrativa é a transição para um horizonte de espera [...] o tempo da lembrança não é passado, mas o futuro do passado”. Dessa maneira, as narrativas transmitem sua força de expectativa, numa transição que busca captar o que vivenciam e o que esperam ainda experienciar ao saírem do cárcere, começando vida nova, instaurando novos sentidos aos velhos episódios, novas marcas às novas possibilidades, haja vista que, conforme sinaliza Paulo Freire (2001, p.136):

[...] qualidades ou virtudes como amorosidade, respeito aos outros, tolerância, humildade, gosto pela alegria, gosto pela vida, abertura ao novo, disponibilidade à mudança, persistência na luta, recusa aos fatalismos, abertura à justiça, não é possível a prática pedagógico-progressista, que não se faz apenas com ciência e técnica.

É fundamental não apostarmos no fatalismo, assim como não sermos ingênuos de acreditar que os sujeitos modifiquem suas práticas e costumes de repente; a vida humana se dá em processos e fluxos que não são lineares, previsíveis. Sobre o amadurecimento do ser

⁶ Este texto do autor não foi reescrito como foi o memorial, por isso, percebemos entre os dois, diferenças marcantes no tocante ao uso da língua portuguesa quanto aos aspectos gramaticais. Também ocorreu nos textos dos demais cursistas que não reescreveram esta atividade específica.

humano Paulo Freire (2001, p.121) afirma: “[...] ninguém amadurece de repente aos 25 anos. A gente vai amadurecendo todo dia, ou não. A autonomia, enquanto amadurecimento do ser para si, é processo, é vir a ser.” De fato, o amadurecimento aparente nas narrativas dos sujeitos, quanto a suas novas posições acerca de si mesmos e de suas práticas, aponta para reflexões e desejos que podem ou não ser realizados ao saírem do cárcere, considerando que a mudança é processo e busca contínua da autonomia que desejam ter.

Observemos nos memoriais dos encarcerados como se configura o que afirmamos:

Quando sair daqui vou começar uma vida nova e ser feliz de novo. Meu filho e minha mulher precisando de mim lá fora [...] Pagando por uma coisa que eu não fiz em quanto o que devia tava lá fora e eu aqui sofrendo muito, inclusive minha mulher e meu filho. Já estou com cinco meses aqui dentro e pude ver que aqui não é lugar de gente. Por isso peço a Deus todos os dias para mim sair daqui e cuidar do meu filho, já com quase dois anos de idade e vendo eu atrás das grades vivendo como um animal enjaulado. Eu não sou assassino e nem pratiquei crime bárbaro.⁷ (Leandro A. Barreto).

Vou pedir a Deus que nunca mias aconteça isto. Foi uma falta de sorte. Fui preso injustamente mais é outra estória, estou provando na justiça a minha enunçência.⁸ (Reinaldo Carvalho).

Deus, que nós possa vencer os momentos ruins e podermos sair de cabeça erguida para refazer a nossa vida lá fora [...] é ruim e doloroso a situação de todos nós aqui. A única coisa boa é a esperança e a nossa fé em Deus. (Joelson Silva de Souza).

Um jovem sofrendo atrás da muralha da solidão em busca da liberdade. (Valternei R. Medrado).

As narrativas falam por si. Relatam, denunciam, anunciam todas as mazelas sofridas, conforme afirma Leandro Barreto em seu texto, ao falar de suas aspirações de sair. Refletem ainda o que passa no presídio, assim: “[...] atrás das grades vivendo como um animal enjaulado. Eu não sou assassino e nem pratiquei crime bárbaro”.

⁷ Na ficha deste detento consta o assalto como delito praticado.

⁸ Foi julgado e absolvido. Liberado no final do mês de agosto de 2006. Foram encaminhadas para sua residência as produções realizadas no curso de extensão, bem como o certificado.

Há, em todas as narrativas, a invocação a Deus, a vontade de transformação ao saírem do presídio, ao tempo em que demonstram que cada dia é pior; não consideram lugar de gente. Esse cotidiano transformou cada um deles para pior, conforme lemos em cada história de vida. Todos dizem o que querem fazer quando saírem do cárcere: trabalhar, ter de volta a credibilidade da sociedade, criar seus filhos, ser feliz, cuidar das esposas, da família, dos pais. Falam das dificuldades por não poderem custear advogado, das injustiças cometidas; alguns dizem que estão presos injustamente, outros falam que não são assassinos bárbaros para serem tratados da forma que são. Se vão se transformar em pessoas melhores, (res)socializadas, dignas, não há garantias, como não há também de que não sejam possíveis tais transformações. O estudo e a análise dos memoriais mostraram um grau de reflexão significativo, considerando o curto período do curso de extensão no qual foram convidados a refletir sobre suas vidas por meio do memorial. Os memoriais, no geral, apontam reflexões pertinentes sobre suas ações possibilidades de ressignificação de suas vidas ao saírem da cadeia.

Objetivamos também, por meio das memórias dos sujeitos que vivenciam o cárcere cotidianamente, dialogar com suas narrativas, cujas experiências e acontecimentos assumem vários matizes e desdobramentos, os quais implicam construções de sentidos que emergem das reflexões sobre suas histórias de vida, seus entornos, suas situações, suas cenas e contingências que vão formando/forjando identidades, engendradas historicamente como sujeitos sociais, num processo de constante formação. Neste sentido, a experiência que nos toca, nos faz reflexivos, críticos e autocríticos. De algum modo, ao reviver as memórias próprias, os sujeitos foram dando sentido a suas existências, a seus fazeres e a seu estar/ser no mundo.

O gênero memorial, além de ser crítico e autocrítico, é também um pouco confessional, apresentando paixões, emoções, sentimentos inscritos na memória. Segundo Bruner e Weisser (1995, p.148-149): “[...] qualquer um pode engendrar autobiografias de sua própria vida e organizá-las segundo diferentes temas e atribuir-lhes diferentes aspectos, relatá-las a diferentes audiências e assim por diante.” Foi o que pudemos constatar nesse objetivo de pesquisa, o que para nós significou um grande avanço e nos fez perceber que há de fato esperanças nas (des)esperanças, e encantos nos (des)encantos que foram (des)velados parcialmente na pesquisa realizada.

Para Ecléa Bosi (2003, p.67): “A nostalgia revela sua outra face: a crítica da sociedade atual e o desejo de que o presente e o futuro nos devolvam alguma coisa preciosa que foi perdida”. Percebemos que a nostalgia presente nas narrativas vem permeada de esperanças no futuro incerto, mas com expectativas de uma vida digna, pois, ainda segundo Bosi (2003, p.66): “O passado reconstruído não é refúgio, mas uma fonte, um manancial de razões para

lutar”. Esses aspectos foram bastante evidenciados nos memoriais, conforme comprovamos nos registros. Os encarcerados dizem de seus motivos e razões para lutar — filhos, família, esposa, pais, e eles mesmos —, por uma nova condição de vida, com oportunidades de escreverem novas histórias e memórias.

A memória, sem dúvida, passa a ter a força geradora do futuro, uma vez que, ao relembrar, os sujeitos confrontam suas idéias e seus sentimentos, refletem sobre eles e (res)significam-nos de forma a redimensionarem suas vidas baseados no que experienciaram, sofreram e perderam, buscando novos ganhos e conquistas.

O Capítulo 3 expõe a análise da tríade memória, gênero e poder para compreendermos os discursos e fazeres dos sujeitos que vivenciam o cárcere, seja como encarcerados, seja como profissionais que atuam nesse espaço. Apresentaremos ainda a análise da condição humana e o trabalho a partir do que trouxeram os sujeitos da pesquisa em suas entrevistas. Assim, perceberemos as práticas reais no cárcere versus o que reza a Lei de Execução Penal sobre os direitos do detento.

PARTE 2

EDUCAÇÃO E MEMÓRIA, GÊNERO E PODER: ENTRELACES E 'DOBRAS' NO ESPAÇO-TEMPO DO CÁRCERE

3 RELAÇÕES DE PODER: O SABER, O DISCURSO E AS ESTRATÉGIAS DO DIZER SOBRE A PRISÃO E SEUS EFEITOS

No capítulo 2, cartografamos o cárcere com base nas práticas educativas dos sujeitos que nele vivenciam, apresentando as estratégias utilizadas no espaço-tempo da prisão, visando compreender em que medida essas práticas educativas poderiam ser entendidas e revertidas em prol de um processo educativo significativo e consciente para os que narram sobre dores, desconforto, desumanidade, mas também expressam sonhos, expectativas de outra (re)existência ao sair do cárcere.

Neste capítulo 3, realizamos exercícios de compreensão da tríade memória, gênero e poder, a fim de construirmos um referencial/aporte a ser explorado, ampliado e compreendido em nossa itinerância no espaço-tempo do presídio, desde o início do estudo exploratório da 16ª Delegacia Circunscricional de Jacobina, buscando compreender/analisar esta instituição e seus efeitos de sentido/implicações na vida dos encarcerados, com base em seus depoimentos, suas memórias e seus desdobramentos discursivos.

Sobre o que os discursos e fazeres dos sujeitos que vivenciam o cárcere nos convidam a pensar e, portanto, compreender? Nossa pesquisa buscou construir uma tessitura em que o cárcere, seus efeitos de sentido nos sujeitos e suas implicações fossem compreendidos, apoiados em um conjunto de vozes que analisam, descrevem, circunstanciam e denunciam. Nosso interesse central foi a compreensão desses efeitos na vida dos encarcerados, com base nas práticas educativas informais realizadas pelos que têm fome de justiça, de leitura, de amizade, de carinho, de afetos, na tentativa de analisar o papel social da educação neste contexto e, portanto, neste ambiente de ilegalidade, aspereza, dores e carências de toda ordem.

3.1 ANÁLISE DO DISCURSO E GÊNERO: UMA TESSITURA POSSÍVEL?

Chico Alencar e Pablo Gentili (2001) convidam-nos a pensar sobre todos os tipos de exclusão que povoam nossa sociedade, nossas relações e nossas práticas pedagógicas, a fim de não perdermos nossa capacidade de nos indignarmos e cairmos na “naturalização” da violência, seja física, seja simbólica, seja discursiva, que nos persegue cotidianamente.

Trazer a Análise do Discurso (AD) e gênero como categorias de análise significa, em nossa perspectiva, que ambas contribuem para melhor compreendermos, analisarmos e contextualizarmos nossas leituras acerca das relações entre homens e mulheres, dos discursos explícitos e/ou subentendidos que povoam, cristalizam e formam redes de poderes, cujas implicações podem servir tanto para emergirem vozes e discursos quanto para silenciar, invisibilizar, neutralizar lutas e poderes que têm como “pano de fundo” a equidade de gênero, a fim de não “naturalizarmos” as relações assimétricas entre homens e mulheres ao longo do processo histórico.

A AD nasceu tendo como base a interdisciplinaridade, pois ela era preocupação não só de lingüistas como de historiadores e de alguns psicólogos. Teve seu início nos anos 60 do século XX, e o estudo que lhe interessa é a língua funcionando para a produção de sentidos, permitindo analisar unidades além da frase, ou seja, o texto. Inscrevendo-se num quadro em que articula o lingüístico ao social, a AD vê seu campo se estender para outras áreas do conhecimento. Há uma verdadeira proliferação dos usos da expressão AD, nos mais diferentes esforços analíticos então empreendidos, e isso faz com que esse tipo de análise se mova num terreno mais ou menos fluido. Conforme pesquisas de Eni Orlandi (2002, 2005) e de Helena Nagamine Brandão (2004), os estudos discursivos visam pensar o sentido dimensionado no tempo e no espaço das práticas do homem/*mulher*, descentrando a noção de sujeito e relativizando a autonomia do objeto da Lingüística.

Para Eni Orlandi (2005), a AD, conforme seu próprio nome indica, não trata da língua nem da gramática, embora lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a idéia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem. Com o estudo do discurso observa-se o homem/*mulher* falando. Consoante a autora, a AD procura:

[...] compreender a língua fazendo sentido enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo de homem/*mulher* e da sua história [...] A AD concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social. Essa mediação, que é o discurso, torna possível tanto a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que vive. (ORLANDI, 2005, p.15).

É exatamente por buscarmos compreender os discursos e os fazeres dos sujeitos, suas memórias, suas articulações políticas, suas leituras de si, do outro, do mundo, como sujeitos de linguagem, que utilizamos a AD como instrumento que nos possibilite articular de modo particular conhecimentos do campo das Ciências Sociais e do domínio da Lingüística. Entendemos que somente o estudo de base interdisciplinar dá conta de melhor analisar a

linguagem como fundante das ações humanas que se engendram no texto social em que nos movemos e tecemos cotidianamente.

Para a AD, dois conceitos são nucleares: o da ideologia e o do discurso. Para Michel Pêcheux (1997), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia¹. O indivíduo é transformado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido.

Assim, o primeiro aspecto a se considerar é que a AD não trabalha com a língua como sistema abstrato, mas com a língua no mundo, com maneiras de significar, com homens e *mulheres* falando, considerando a produção de sentidos como parte de suas vidas, seja como sujeitos, seja como membros de uma determinada forma de sociedade, em uma proposta em que político e simbólico se confrontam. A AD considera que a linguagem não é transparente. A questão colocada é: como este texto significa? Ela produz um conhecimento com base no próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela o concebe em sua discursividade. As filiações da AD pressupõem o legado do materialismo histórico, isto é, o de que há um real da história, de tal modo que o homem faz história, mas esta também não lhe é transparente. Daí decorre a necessidade de conjugar língua e história na produção de sentidos, sendo, portanto, *lingüístico-histórica*.

Como analisa Eni Orlandi (2005, p.21):

A AD é herdeira das três regiões de conhecimento — Psicanálise, Lingüística, Marxismo — não o é de modo servil e trabalha uma noção — a de discurso — que não se reduz ao objeto da Lingüística, nem se deixa absorver pela Teoria Marxista e tampouco corresponde ao que teoriza a Psicanálise [...] trabalha na confluência desses campos de conhecimento, irrompe em suas fronteiras e produz um novo recorte de disciplinas, constituindo um novo objeto que vai afetar essa forma de conhecimento em seu conjunto: esse novo objeto é o discurso.

Nosso entendimento, ao propormos uma tessitura entre a AD e o gênero, vai ao encontro desse mosaico em diferentes regiões de conhecimento para, com base nos pontos de contato e deriva, ampliarmos nosso olhar sobre o objeto de estudo e as fontes, utilizando duas categorias de análise que comportam, a nosso ver, uma base interdisciplinar que nos auxilia a melhor compreender nossas leituras, nossa pesquisa e os discursos dos sujeitos num determinado contexto, considerando as relações entre homens e mulheres, dando, assim, visibilidade maior e mais ampliada aos discursos e seus efeitos de sentido. Tanto para os estudos de gênero como para a AD, o poder é fundante nas relações sociais, sendo, pois, o elemento motriz das relações entre homens e mulheres.

¹ Sobre a concepção de *sujeito e ideologia*, cf. a seção 4.3 Recorte Teórico da Análise do Discurso - AD: primeiras posições, em nosso projeto de pesquisa do doutorado.

Na seção 2.1, o relato do encarcerado Marcos Antônio de Souza, nas p. 68-69 , explicita o quanto as regras do cárcere determinam tanto para homens quanto para mulheres encarcerados o exercício de atividades como lavar roupa, fazer faxina, cozinhar etc., culturalmente designadas como sendo apropriadas para mulheres. De igual modo no Capítulo 5, na seção 5.2, as entrevistas com D. Cecília, D. Eliane e Senhor Antônio, trazem a presença da mãe como a referência que os filhos têm, tanto no apoio e aconselhamento durante todo o tempo em que estão presos, como também na rotina estabelecida nos dias de quinta-feira, ao visitarem seus filhos na prisão e sofrerem, conforme afirmam, constrangimentos ao serem revistadas. O senhor Antônio, no entanto, explicita que, ao saber que seria revistado, desistiu de visitar o neto Joaquim. Nos depoimentos dos encarcerados, não há referências a seus pais quanto a apoio, visitas e conselhos, somente a suas mães. Estes fatos não só ratificam as construções sobre as mulheres como seres do cuidado e da afetividade, maternando praticamente sozinhas, sem a parceria dos pais, como também evidenciam as diferenças entre os sexos.

Para Joan Scott (1991), gênero é tido como elemento constitutivo das relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos. Por outro lado, é uma forma primeira de significar as relações de poder; um meio de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Assim, ao analisarmos os discursos de homens e mulheres à luz da categoria gênero, trazendo também a AD como categoria de análise, teremos uma percepção mais potente e alargada das vozes dos sujeitos e dos discursos veiculados. Para tanto, faz-se necessário explicitarmos a noção de discurso para a AD, situando os leitores acerca das categorias teóricas que estaremos utilizando para ancorar nossas leituras e análises.

Segundo Eni Orlandi (2005, p. 62-71), o discurso, por definição, estabelece-se na relação de um discurso anterior e aponta para outro. O discurso é uma dispersão de textos e o texto é uma dispersão do sujeito. O sujeito se subjetiva de maneiras diferentes ao longo de um texto. Há pontos de subjetivação ao longo de toda a textualidade. O discurso universitário, por exemplo, constitui-se de uma dispersão de textos: de professores, de alunos, de funcionários, de administradores; textos burocráticos, científicos, pedagógicos. Toda essa textualidade faz parte do discurso universitário. Sobre discurso, Eni Orlandi (2005, p.22) afirma:

O discurso não corresponde à noção de fala, pois não se trata de opô-lo como sendo esta um sistema [...] O discurso tem sua regularidade, tem seu funcionamento que é possível apreender se não opomos o social e o histórico, o sistema e a realização, o subjetivo ao objetivo, o processo ao produto.

Na AD, a língua é vista como condição de possibilidade de discurso. Nem a língua é totalmente fechada em si mesma, nem o discurso é visto como uma liberdade em ato. Há, sim, os condicionamentos lingüísticos, as determinações históricas. A relação é de “encobrimento,” como propõe Eni Orlandi (2005), não havendo, portanto, uma separação entre eles — língua e discurso.

Num diálogo com gênero como categoria de análise, sabemos, conforme estudos de Joan Scott (1991), que o gênero reivindica para si um território específico, em face da insuficiência dos corpos teóricos existentes para explicar a persistência da desigualdade entre mulheres e homens.²

Assim, como a AD, o gênero vem procurando dialogar com outras categorias históricas já existentes, como também com outras áreas do conhecimento. Exatamente por sua característica relacional, procura destacar que os perfis de comportamento feminino e masculino definem-se um em função do outro. Esses perfis constituem-se social, cultural e historicamente num tempo, espaço e cultura determinados, como também propõe a AD. Segundo Eni Orlandi (2005, p.50): “A forma-sujeito histórica que corresponde à da sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso [...] Submetido à língua — é o assujeitamento.”

Sendo, pois, uma das preocupações tanto do gênero como da AD, entendemos ser preciso evitar as oposições binárias, fixas e naturalizadas, haja vista que as referências culturais são produzidas por meio de símbolos, jogos de significação, cruzamentos de conceitos e relações de poder. Há, entretanto, pontos de contato entre gênero e AD nessas preocupações fundantes.

Para a AD, compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos como partes dos processos de significação sem procurar um sentido *verdadeiro, mas o real do sentido é*, pois, saber como os sentidos (enunciados, textos, pinturas, música etc.) são produzidos, permitir escutar outros tantos, ouvir outras vozes, outros discursos, ter novos olhares sobre as fontes e os discursos, deixando emergir, pulverizar e visibilizar o que se encontra invisibilizado, submerso, subentendido, implícito.

² Gênero tem sido desde a década de 70 do século XX, o termo usado para teorizar a questão da diferença sexual. Foi inicialmente usado pelas feministas americanas que insistiam no caráter fundamentalmente social das instituições baseadas no sexo. A palavra indica uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como *sexo, diferença sexual*. O gênero torna-se uma maneira de indicar as construções sociais. Não podemos esquecer, portanto, que a partir dos anos 1980, o feminismo passou por uma autocrítica, pontuada pela diversidade dentro das lutas feministas, deixando de ser uma luta localizada. O termo gênero passou a ser utilizado, no Brasil, nessa época, trazendo no seu bojo uma série de entendimentos. Cf. Maria Izilda Matos (1998) e Rachel Soihet (1997).

Os estudos dos temas diversos com foco investigativo em gênero foram acompanhados de uma expansão e de um enriquecimento notáveis, por trazerem renovações dos marcos temáticos e metodológicos, enfoques e modos de análise inovadores que, além de questionarem os paradigmas históricos tradicionais, trouxeram novas questões, novas fontes e ampliaram noções tradicionais do significado histórico. Maria Izilda Matos (1997, p.98) afirma: “[...] o personagem histórico universal cede lugar a uma pluralidade de protagonistas, e o método único e racional do conhecimento histórico foi substituído pela multiplicidade de histórias.” Dessa forma, essa produção tem revelado a heterogeneidade das experiências dos sujeitos inerentes ao processo do conhecimento.

Tanto como a AD, os estudos de gênero preocupam-se com uma abordagem multidisciplinar, como admite Maria Izilda Matos (1997, p.102):

Os estudos de gênero têm se mostrado como um campo multidisciplinar, com uma pluralidade de influências, na tentativa de reconstruir experiências excluídas. Nesse sentido, aproximam-se da psicologia e da antropologia, que favoreceram a ampliação de áreas da investigação histórica.

Nesse aspecto há uma confluência entre a AD e gênero que, de forma multidisciplinar, se debruça relacional e analiticamente nas questões da linguagem, por entender que sozinhas não dão conta da complexidade da realidade, nem da natureza humana. Para Eni Orlandi (2005, p. 52):

A condição da linguagem é a incompletude. Nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente. Funcionam como modo de entremeio, da relação, da falta, do movimento. Essa abertura atesta a abertura do simbólico, pois a falta é também o lugar do simbólico.

Com uma amplitude da compreensão da AD, Eni Orlandi (2002, p.79) afirma: “Assim como o texto não se esgota em um espaço fechado, o sujeito e o sentido também são caracterizados pela sua incompletude”. Nesse sentido, texto e sujeito, em razão de suas complexidades e incompletudes, incitam-nos à abrangência dos olhares e dos mecanismos de análise, cujas dobras vão perfilando sentidos variados conforme os contextos e os tempos históricos.

É exatamente por compreendermos as relações de gênero como categoria destinada a abranger um conjunto complexo de relações sociais, bem como referir-se a um conjunto mutante de processos sociais historicamente variáveis, que concordamos com as teóricas feministas, a exemplo de Rachel Soihet (1997) e Jane Flax (1991), ao afirmarem que o

estudo das relações de gênero acarreta pelo menos dois níveis de análise: o de gênero como uma construção ou categoria do pensamento que nos auxilia a entender histórias e mundos sociais particulares; e o de gênero como uma relação social que entra em todas as outras atividades e relações sociais e particularmente as constitui dentro das práticas sociais concretas.

Um outro aspecto que devemos considerar na AD e no gênero são as práticas sociais de linguagem, nas quais os sujeitos homens e mulheres estão imersos e se constituem. Para Helena Nagamine Brandão (2004), ao reconhecermos a dualidade constitutiva da linguagem, ou seja, seu caráter formal e também atravessado por entradas subjetivas e sociais, entra em campo a instância do discurso, já que a linguagem como discurso é interação, um modo de produção social; não é neutra, nem natural, sendo, portanto, o lugar privilegiado da manifestação da ideologia. A linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, o que significa que não pode ser estudada fora da sociedade. Por isso, consideramos extremamente procedente a afirmação de Juliet Mitchel (1975 apud FLAX, 1991, p.12), ao dizer: “[...] a luta das mulheres é a mais longa revolução.” E continuamos em luta, pois embora muito já tenha sido feito, muito há a fazer... Afinal, a reorganização dos papéis sociais de mulheres e homens perpassa inúmeras relações, dentre elas as de poder, de classe, de etnia, de trabalho e de sexualidade, não sendo possível que as rupturas aconteçam sem lutas e sem conflitos.

3.2 AMARRANDO OS FIOS DA TESSITURA DE GÊNERO E ANÁLISE DO DISCURSO: UMA PERSPECTIVA RIZOMÁTICA

O gênero como categoria de análise traz uma contribuição que não pode ser percebida isoladamente, sem perpassar questões de classe, de raça e de todas as outras categorias que atravessam a história de mulheres e de homens, cujos elementos explicitados não são lineares, portanto, não comportam um olhar unificado, mas plural, sob pena de ser engessado por posições que tentam enquadrar em determinada matriz teórica que, por sua limitação, não dá conta de abarcar todas.

Disto decorre a busca por um diálogo entre matrizes teóricas que se aproximem e que, de forma *rizomática*, possam ir compondo o mosaico de saberes que contribuem eficazmente para a busca de uma condição mais igual e com equidade de gênero, sem esquecer das diferenças existentes entre homens e mulheres, mas percebê-las como *diferenças e não*

diferentes, o que tem ocasionado análises predominantemente psicologizantes ou biologizantes para justificar o tratamento desigual às mulheres.

Assim também a AD como categoria da análise por si só não dá conta da complexidade da realidade nem dos sujeitos. Entretanto, dialogando com o gênero, ora como ponto de contato, ora de deriva, ambas — gênero e AD — ampliam significativamente nosso olhar sobre os sujeitos encarcerados homens e mulheres e os que vivenciam o cárcere quotidianamente (nossos sujeitos da pesquisa), num tempo e lugar determinados, cujas relações trazem implicações plurais e sentidos que se forjam e engendram as relações de poder.

Outro aspecto fundamental trazido por Joan Scott (1991) é a inclusão de gênero e classe social nos estudos relacionados a homens e mulheres, o que para nós também é de muita riqueza e singularidade, pois, no cárcere, teremos certamente recortes de gênero, de raça, de classe social, de grau de escolaridade e de geração. Evidente, nossa pesquisa e estudo não tiveram a pretensão de dar conta de todos esses desdobramentos, sobretudo pela clareza que temos do olhar sempre parcial sobre a realidade, os sujeitos, os fatos, optando por um viés que nos possibilite compreender o espaço do cárcere e seus caminhos movediços peçados de poder, subjetividades, incompletudes, subentendidos.

Ratificando nossa compreensão sobre o entendimento de gênero e suas articulações de classe e raça, convidamos Joan Scott (1991) novamente para o diálogo. A autora afirma que o interesse pelas categorias de classe, raça e gênero assinala inicialmente o compromisso da/do pesquisadora/dor com uma história que inclua as falas das/dos oprimidas/dos, sinalizando a natureza de sua opressão. Joan Scott (1991) ressalta ainda que a análise deve ter em conta o contexto, as histórias de vida dos sujeitos envolvidos, as questões ligadas a classe social, geração, raça, papéis sexuais, religiosidade, profissionalização, relações familiares, além de atentar para as subjetividades dos sujeitos e suas trajetórias pessoais e profissionais, cujos fatores são influências que permeiam a construção da identidade do ser homem/ser mulher.

É fundamental um olhar relacional, atentando para a complexidade, para as redes e teias que se cruzam, ora como pontos de contato, ora como pontos de deriva. Para tanto, o gênero como categoria de análise traz uma contribuição que não pode ser analisada isoladamente, sem perpassar a classe, raça e todas as outras categorias que atravessam a história de mulheres e homens, cujos elementos não são lineares, portanto, não comportam um olhar unificado, mas plural, sob pena de ser engessado por posições que tentam enquadrá-lo em determinada matriz teórica, como já referimos.

Na trajetória de nossa pesquisa, as mulheres com as quais iríamos dialogar já haviam sido transferidas para Salvador, capital do estado da Bahia, devido ao julgamento. A que ficou

em Jacobina também conseguiu liberdade para responder o processo, tendo sido infrutíferas as tentativas de encontrá-la no endereço fornecido. As entrevistas analisadas foram realizadas com os encarcerados do sexo masculino, mas em alguns pontos de seus discursos podemos identificar aspectos relacionados a homens e mulheres como sujeitos sócio-históricos. Neste sentido, gênero, nesta pesquisa, aparece de forma tênue e bastante preliminar, haja vista que nos dados de campo aparecem com maior evidência nos discursos das mães dos encarcerados, no Capítulo 6 desta tese.

3.3 CONDIÇÃO HUMANA E TRABALHO: DISCURSO OFICIAL E PRÁTICAS REAIS DO PRESÍDIO NAS (RE)VELAÇÕES DOS SUJEITOS NO CÁRCERE

Para tratarmos da condição humana no ambiente do cárcere, vamos inicialmente dialogar com as idéias Hannah Arendt (2004, p.15), que especifica, por meio da expressão *vita activa*, três atividades humanas fundamentais: labor, trabalho e ação. Para a autora, o *labor* é a atividade correspondente ao processo biológico do corpo humano e tem relação com as necessidades vitais produzidas e introduzidas pelo labor no processo da vida. Assim, a condição humana do labor é a própria vida. O *trabalho* corresponde ao artificialismo da existência humana; produz um mundo “artificial” de coisas diferentes de qualquer ambiente natural. A *ação* é uma atividade, é o ato realizado entre os homens sem a mediação das coisas e da matéria; corresponde à condição humana da pluralidade.

Considerando o cotidiano do cárcere, experienciado pelos encarcerados na reclusão a que estão submetidos, veremos quais conseqüências são trazidas para cada um em particular. Para o encarcerado Sérgio Santana, as práticas reais no cárcere são assim sintetizadas:

O cárcere não melhora ninguém; se você não tiver uma mente boa, você vai sair pior do que é, então eu posso dizer que estou pedindo muito a Deus que a minha mente não se perca totalmente para a criminalidade né, porque muitas vezes a pessoa “cai” aqui como um roubinho besta e rouba o que vai ali, rouba um mercadinho, rouba um pacote de bolacha no mercado, aí vem preso aí chega ali ele bota a pessoa ali com homicídio, bota ali com estelionatário, bota com certos artigos [referência a Lei de Execução Penal] aí ali ele chega por um pequeno furto de uma bolacha, aí ele vai aprender um

pouco sobre estelionatário, vai aprender um pouco sobre matar, aí vai um pouco ele aprende cada dia mais um pouco, aí eu acho que não melhora só faz piorar.

O depoimento em questão mostra exatamente as conseqüências do cárcere para o sujeito, reveladas nas expressões: “o cárcere não melhora ninguém”, “vai sair pior do que é”, “que minha mente não se perca”. Este processo, para Erving Goffman (2005, p.31), significa: “A mortificação ou mutilação do eu tendem a incluir aguda tensão psicológica para o indivíduo.” Esta mutilação e pressão psíquica são representadas e percebidas pelo encarcerado, que expressa em sua fala a vivência cotidiana com as marcas deixadas em seu corpo, mente e espírito.

Outro aspecto destacado no discurso do encarcerado Sérgio Santana é a não classificação dos presos de acordo com os delitos praticados. Ele avalia que esta não separação forma novos criminosos, acirra a delinqüência e ensina novas práticas criminais. Esses fatos destacados no depoimento em questão ressoam em nossa tese, pois, ao cartografarmos as práticas educativas do cárcere e apontarmos como possibilidades (re)educativas sua análise em favor do encarcerado, estaremos de fato iniciando o que objetiva a prisão e não se cumpre, que é a (res)socialização e a regeneração humanas.

A própria Lei de Execução Penal (BRASIL, 2006) reza que essa classificação deve ser realizada. A prática, entretanto, mostrou-nos outra realidade e com ela as conseqüências do não-cumprimento da Lei, que em seu Art. 5º diz: “Os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal”. (BRASIL, 2006, p.1).

O encarcerado Carlos Aduato, quando questionado sobre as práticas do cárcere no cotidiano, declarou:

É só fazendo artesanato, às vezes jogando bola, a gente em vez em quando joga bola aqui. Tem TV e ouve rádio também. Joga dominó, ranzinza, baralho, tudo.

A ausência de atividades úteis e lucrativas, tanto financeiramente quanto intelectualmente, é avaliada pelos depoentes como uma rotina que os deixa nervosos, com baixa estima, haja vista que as atividades se resumem aos jogos e à confecção de artesanato. Sobre este aspecto, Erving Goffman (2005, p.49) afirma: “Também um elevado nível de angústia ou a ausência de materiais de fantasia — por exemplo, livros, fitas de cinema — podem aumentar muito o nível de uma violação das fronteiras do eu.” É desejo dos

encarcerados poder trabalhar e ter seu tempo livre preenchido. Além disso, é forma de auxiliar seus familiares nas despesas do lar.

O não-dito emerge por meio da concepção do trabalho com a ideologia de que dignifica o homem. A expressão “é só fazendo artesanato” assinala o quanto este fazer não é significativo, mas é realizado por não existir outras atividades trabalhistas no cárcere.

Em relação aos direitos mínimos do encarcerado, tais como alimentação balanceada, direito à saúde, entre outros, o encarcerado Carlos Aduato assim se pronunciou:

Também é a comida que vem praqui é muito derrubada. É ruim demais. Vem café, feijão, arroz, carne frita, às vezes vem frango mal passado tudo ruim.

As reais práticas do cárcere trazem violências de toda ordem contra os direitos humanos e, portanto, desrespeitam a condição humana no que a própria Lei determina, em seus artigos 12 e 41 da seção I: “Art. 12. A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas [...] Art. 41 – Constituem direitos do preso: I – alimentação suficiente e vestuário”. (BRASIL, 2006, p. 2; 7).

As queixas quanto à péssima qualidade da alimentação são recorrentes em todos os depoimentos e foram devidamente analisadas em outros capítulos desta tese. Segundo Erving Goffman (2005, p 33): “[...] a contaminação é fato comum nas instituições totais devido a falta de higiene, locais em desordem queixas sobre os alimentos, privadas sem assento e instalações precárias e sujas para o banho.”

Ainda buscando compreender as práticas reais do cárcere, bem como a condição infra-estrutural das celas — paredes, sanitários e banheiros —, ouvimos a seguinte avaliação do encarcerado Leandro Barreto:

As paredes lá é todas pretas. Tá todas pretas as paredes descascando de tantos jornais que os caras botam, lá forram de revistas, mas não tem jeito que solta e fica preto.

Aqui a categoria gênero auxilia-nos a entender histórias e mundos sociais e particulares como uma relação social que entra em todas as outras atividades e relações sociais que particularmente as constitui. Não apenas para as mulheres os cuidados e observações quanto à limpeza, faxina, roupas, aparência das celas são preocupações. Os homens, de igual forma, querem organizar as celas, solicitam melhores condições de limpeza

e de pintura, pois são eles que, com revistas e jornais, fazem a decoração do espaço, na tentativa de melhorar a aparência das paredes velhas, descascadas e sujas.

No tocante ao que reza a Lei de Execução Penal em relação ao ambiente das celas, verificamos que há dissonância entre o que dispõe esse código e a prática real no cárcere. A lei reza, em seu artigo 12: “A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.” (BRASIL, 2006, p. 2). E no artigo 13, diz: “O estabelecimento disporá de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela Administração.” (BRASIL, 2006, p. 2). Estes artigos, de fato, assegurariam uma condição digna para que o encarcerado cumprisse sua pena e melhor saísse da prisão para refazer sua vida após o cárcere. Entretanto a realidade vivenciada pelos detentos foi assim relatada pelo encarcerado Leandro Barreto:

Eu e mais seis [na mesma cela]. Lá, quando chega visita, assim, chega os parentes e vai para a cela conversar, tem um certo horário lá pra gente conversar com a família, aí depois que conversa com a família, aí diz: moço eu vou sair aqui um pouquinho. Aí entra para a cela e fecha a cortina, aí fica com a visita íntima na cela. Se todos seis tiverem visita íntima, ficam todos seis dentro da cela, mas lá só tem quatro camas. Só tem visita [íntima] quem tem cama.

As celas, no geral, estão superlotadas e em condições desumanas para servirem de alojamento. Observem que a expressão “tem certo horário”, em que pedem para “sair um pouquinho”, a fim de ficar com a visita íntima, expressa uma regra estabelecida pelos próprios encarcerados. “Só tem visita íntima quem tem cama”, o que aponta para outras questões ainda mais perversas de constrangimento, de humilhação e de carência. Também sobre este aspecto legal, mas que na realidade não é cumprido, a Lei de Execução Penal afirma, em seu artigo 85: “O estabelecimento penal deverá ter lotação compatível com a sua estrutura e finalidade.” (BRASIL, 2006, p. 17). E quanto às conseqüências de outras ordens para o sujeito, Erving Goffman (2005, p.35) argumenta: “Outro tipo de exposição contaminadora é o caráter obrigatoriamente público de visitas, como se vê por descrições nas prisões”. Este aspecto é narrado pelo depoente conforme atestamos.

As práticas reais no presídio, na visão dos encarcerados, está exposta no depoimento de Leandro Barreto, que assim descreveu como se dá a relação entre os policiais e os detentos:

A função deles lá é geralmente não conversar com os presos, nós não conversamos muito com polícia, porque a lei está do lado deles [...] É, para eles todos lá são iguais, e tem uns que tratam bem a gente lá e a função deles é ir lá na grade olhar e vigiar para evitar o preso de fugir. É, é observar para não haver fuga.

As regras e práticas das ações realizadas pelos policiais e outros profissionais que cuidam e vigiam os detentos, expostas no discurso em questão, evidenciam a emergência dos estigmas e a demarcação dos territórios de ações e poder. As instituições, como as prisões, conventos e manicômios são entendidos por Erving Goffman (2005, p.16; 18) como:

[...] instituições totais de nossa sociedade que podem ser numeradas em cinco agrupamentos [...] Um terceiro tipo de instituição total é organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração [...] mas a vigilância — fazer com que todos façam o que foi claramente indicado como exigido, sob condições em que a infração de uma pessoa tende a salientar-se diante da obediência visível e constantemente examinada dos outros.

Assim, a instituição total carcerária assegura a ordem, o isolamento, acirra revoltas e forma mais e mais criminosos.

As atividades que realizam no cárcere foram assim definidas pelo encarcerado Leandro Barreto:

Lá tem dois rádios só na cela [...] Joga ranzinza, dominó, baralho. Se quiser ficar jogando na cela joga, se não quiser fica lendo deitado, vendo uma televisão.

Quanto ao controle das atividades realizadas, Erving Goffman (2005, p.18) faz a seguinte análise: “O controle de muitas necessidades humanas pela organização burocrática de grupos completos de pessoas [...] é o fato básico das instituições totais.” Ainda sobre esta questão do poder e do controle sobre corpos e vidas, Michel Foucault (2004, p.175) diz: “[...] o poder é essencialmente repressivo. O poder é o que reprime a natureza, os indivíduos, os instintos, uma classe [...] o poder não se dá, não se troca, nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação [...] numa relação de força.” Esse jogo de poder que define o que fazer e não fazer, o que pode e não pode ser dito, está presente no controle e vigilância próprios da instituição carcerária. O que fazer diariamente sem imprimir perigo, sem conscientizar e organizar o cárcere em seus saberes cotidianos? Como vimos, pode jogar bola, baralho, ranzinza sob observação e controle.

A realidade do cárcere apresenta contrapontos, dissonâncias entre as vozes oficiais e as dos encarcerados, como analisamos no Capítulo 5 e neste Capítulo 3. Percebemos outros aspectos que velam/(des)velam as reais práticas e a distância entre discurso e prática.

O encarcerado Leandro Barreto narrou aspectos da violência real, mas que não é verbalizada no geral, embora ainda aconteça no cotidiano do cárcere:

Aconteceu esses dias aí [violência física]. Até hoje o cara está lá sofrendo, espancaram o cara aí, quase o cara morre. O cara tá lá ainda todo cortado, roxo [...] Quando ele veio preso, aí já estava processado, porque quem já está processado não pode tirar mais para ficar apanhando mais não. Ele já chegou nesta condição e nesses dias tornaram a tirar de novo e meteram a correia [chamaram para conversar] para descobrir mais coisa, porque ele estava com negócio de roubo, porque para descobrir mais roubo tem que apanhar para descobrir, tem que apanhar. Existe a punição para polícia. Oxe, tá só os hematomas, roxo. Só falou que apanhou aí, de borracha, ainda [relatou para os companheiros de cela].

Segundo Erving Goffman (2005, p.30): “Em algumas instituições penais encontramos a humilhação de curvar-se para ser açoitado. Assim como o indivíduo pode ser obrigado [...] a dar respostas verbais também humilhantes.” Não foi diferente a situação experienciada pelo encarcerado citado pelo colega de cela, como nos narrou Leandro Barreto, pois, além da violência corporal, há a violência psicológica, o falar humilhante, as respostas “arrancadas” de forma truculenta, sob forte pressão psicológica, além dos castigos físicos.

As expressões “pra descobrir tem que apanhar”, “existe a punição pura para a polícia”, “o cara quase morre, está roxo, com hematomas”, são caracterizadas como marcas da violência e sua ritualização. Em contraponto, nas expressões “quem já tá processado não pode tirar para ficar apanhando mais não”, os advérbios de negação repetidos no período ratificam que a negação traz uma afirmação que contraria as regras conhecidas. Deveria não mais apanhar, pois já apanhou ao entrar no cárcere, segundo a pista na expressão “mais não”. Esta segunda violência está fora da “regra do jogo”; mas quem está com o poder e utiliza suas estratégias neste contexto? Como reagir a elas? Para Certeau (1996, p.216): “Resta saber, naturalmente, que mudanças efetivas produzem em uma sociedade essa narratividade delinqüente [...] Pode-se antemão dizer que [...] essa delinqüência começa com a inscrição do corpo no texto da ordem [...] o espaço surge como lugar praticado.”

São essas narrativas como práticas educativas que se impõem como um fazer, uma reflexão de um lugar “praticado” que vai sendo reinventado como estratégia de sobrevivência no que há de mais ardil, hostil, violento. O cruzamento de poderes e discursos deixa (des)velar quais proliferarão e que mudanças poderão advir de quem se sente oprimido, humilhado e revoltado.

Em relação à assistência médica ou algum serviço de saúde, obtivemos a seguinte resposta:

De sete meses que estou aqui, o agente de saúde só apareceu aqui para colocar um negócio nos banheiros uns potinhos assim de combate a [dengue]. Aqui não vem ninguém não [...] Aí tem que ir lá no Juiz pedir autorização, mandar a família lá para pedir autorização, mandar a família lá para pedir autorização. Acho que com urgência que tem que ter, é um trailer odontológico para cuidar da saúde bucal.

A lei de Execução Penal, Art. 101, deixa nítido o desencontro entre a teoria e ação, ao determinar: “O tratamento ambulatorial, previsto no artigo 97, segunda parte, do Código Penal, será realizado no Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico ou em outro local com dependência médica adequada.” (BRASIL, 2006, p. 18).

Como registram as entrevistas dos encarcerados, embora tenham consciência desse direito, inexistente qualquer assistência médica para eles. No depoimento em questão, as expressões “aqui não vem ninguém não”, “mandar a família pedir autorização”, “ter com urgência um trailer odontológico”, caracterizam o quadro das práticas reais *versus* o discurso oficial registrado no texto da Lei.

O que ainda há no cárcere para aliviar o dia-a-dia desgastante é, para o encarcerado Leandro Barreto, aquilo que não depende das autoridades, que é possível ser feito independente das autoridades competentes e do que contém a Lei de Execução Penal.

Rapaz, o melhor pra gente que está preso aqui, eu acho que a melhor coisa para nos é o “banho de sol” o dia todo. É, para ficar mais solto, porque quando a gente está preso, quando está no “banho de sol”, não se sente muito preso que nem na cela trancado com sete caras, num calor lá dentro, abafado. Dorme debaixo das catatumbas, é o nome que chama das jegas [beliches] tem as beliches fincadas nas paredes e tem um espaço embaixo, é no chão já aí o cara dorme lá para debaixo, dorme um de um lado, um do outro e um no meio.

Segundo Certeau (1996, p. 232): “Para que a lei se escreva sobre os corpos, deve haver um aparelho que mediatize a relação de uma com os outros [...] uma série de objetos destinados a gravar a força da lei sobre seu súdito, numa demonstração de regra, que torne a norma legível.” Essa inscrição corporal é determinada pelas regras seguidas, que num simples banho de sol os deixam livres, sentem poder respirar mais aliviados e menos presos, conforme expressa o encarcerado Leandro Barreto. Além disto, ratifica o entendimento de Certeau (1996), exposto na citação acima, quando exemplifica sobre como dormem, sem nenhuma condição humana digna.

Sintetizando as práticas existentes no dia-a-dia do cárcere, o encarcerado Leandro Barreto afirma:

Tem que melhorar aí porque quem manda aqui é ele [refere-se ao delegado titular Sr. Carlos Habib] aí ele mesmo tem que melhorar, mas ele não procura melhorar a cadeia, porque se tivesse uma melhora na cadeia os presos não precisava de fugir, muitos quer pagar sua pena para sair pela porta da frente, já tinha uma regra aqui antigamente o chefe da grade [carcereiro] abria os dois lados [Alas: A e B] para os caras sair, aí ele foi e cortou, delegado Habib. Aí ele foi e cortô; agora só abre um lado; isso aí deixa o preso mais revoltado.

A força coerciva do poder organiza o espaço social do cárcere, delimita e demarca território, quer pelas vozes que emitem poder por ordens e regras, quer pela imposição silenciosa da manutenção da ordem e da aparente normalidade. Nas expressões “ele não procura melhorar a cadeia”, “se tivesse uma melhora” e “quem manda aqui é ele”, são evidenciados os lugares e os papéis de cada um. Conforme Certeau (1996, p. 212-213), as “[...] táticas de resistências, mobilidades, histórias e jogos de palavras”, são razões que nos incitam a perceber que a passividade não existe, mesmo para aqueles que estão sob coação, humilhação, pois encontram atalhos, alteram objetos, resistindo sempre.

Quando questionamos sobre a mudança do encarcerado após a experiência na prisão, o encarcerado Leandro Barreto respondeu:

Quando chega é um delito grave, que apanha, que eu já vi comentários lá dentro que o cara quando sai e fica pior, quando apanha da polícia. É, revoltado, aí quando apanha demais aí fica dizendo: quando eu sair daqui vai ser pior, uma que ele não fazia assaltava sem arma ele já assalta com arma.

Segundo Foucault (2004, p. 133), a prisão como instrumento de recrutamento faz com que quem lá adentre se torne infame, de forma que não possa fazer nada a não ser voltar a ser delinqüente. Isto ressoa no dizer do depoente em questão e aponta as razões da não mudança do sujeito, que vivenciou toda a sorte de sofrimento, humilhação, desqualificação que, ao provocarem mais e mais revolta, distancia o encarcerado de uma possibilidade (re)educativa, a qual defendemos em nossa tese, baseada nas práticas educativas realizadas pelos que fazem o cotidiano do cárcere, representados pelas vozes oficiais e pelo poder concernente ao cargo que cada profissional ocupa. Se estas táticas não funcionam, por que permanecer com elas? Não há respostas, ou há muitas. Mas dentre estas, não conseguimos arremeter aquelas que se colocam convincentemente a favor de uma (re)educação pela condição humana que se perde no interior do cárcere.

Para o encarcerado Sérgio Santana, as reais práticas do cotidiano do cárcere são assim descritas:

Nunca, nunca tive uma audiência, já marcaram umas cinco e todas são desmarcadas. Sempre marcam, mas nunca exercem nunca vai até o final [...] Que eu posso ter saudade da minha família e da liberdade que é mais importante para qualquer ser humano porque nem os bichos ficam encarcerados por muito tempo e que todo mundo deve ter uma segunda chance, né?

Retomamos nossa análise sobre as possibilidades de modificação das pessoas, ratificadas na voz do encarcerado pelas expressões “todo mundo deve ter uma segunda chance”, “nem os bichos ficam encarcerados”. Esse discurso usa a força ilocucionária da linguagem para atingir seu objetivo que é convencer-nos da necessidade de acreditarmos em sua mudança, ratificado pela expressão dirigida ao interlocutor “deve ter uma segunda chance, né?”, convidando-nos a aderir a seu discurso e a responder sobre o que nos é perguntado. Mais ainda, é um convite à cumplicidade discursiva sobre seu dizer. Essas estratégias demarcam a intencionalidade do sujeito e o poder da linguagem.

O depoente Sérgio Santana acrescentou ainda, quanto aos direitos dos encarcerados:

Mas como diz a linguagem dos presos, o ladrão sempre perde né, o detento sempre sai perdendo [...] Muitos [presos] não tem diálogo para falar com os policiais, certos policiais alega que não é o trabalho deles, que o trabalho deles é com a população né,

e que no caso era pra ser o agente carcerário né, para abrir e fechar, que no normal é só uma pessoa vigiando o “banho de sol”, mas isso aqui não acontece.

A modalização utilizada para apresentar o centro de emanação do poder é aqui refletida novamente na voz do depoente e reafirmada nas expressões “o ladrão sempre perde”, “não tem diálogo com os policiais”. Este aspecto é ampliado a seguir, pelo depoente, quando analisa os serviços prestados pelos policiais. Ao questionarmos sobre os serviços prestados aos detentos por esses profissionais, o encarcerado Sérgio Santana relatou:

Pelo tempo em que eu estou aqui falta trabalhador, a gente vai debater com os policiais, os policiais diz que não é função deles, está fazendo um favor [...] A alimentação, sobre a alimentação fica até difícil de dizer né, porque a pessoa falar mal de comida fica até meio chato, mas é uma porcaria o que vem aí, a comida não é boa [...] nunca há polícia boa no pensamento do detento né, mas tem certo policial que vê o lado do ladrão vê às precisão, as condições em que ele vive e pode fazer alguma coisa no caso, Paulão, que é o chefe da carceragem, ele ainda, eu posso dizer que ele é um polícia até bom né, porque ele vê o lado das pessoas que está encarcerado.

Segundo Erving Goffman (2005, p.19): “Cada agrupamento tende a conceber o outro através de estereótipos limitados e hostis — a equipe dirigente muitas vezes vê os internados como amargos e não merecedores de confiança.”

Observem no discurso que há uma exceção no tratamento que recebem, referindo-se ao Coordenador da Custódia, Sr. Paulo Sérgio [Paulão], que “ainda é um policial bom”, “vê o lado das pessoas que está encarcerado”. Esta constatação contraria o pensamento do próprio detento, que não considera policial bom, como afirma em seu discurso, mas admite ser tratado por ele com dignidade, admitindo existir profissional que os vê como pessoas, assegurando, de certa forma, o direito da pessoa humana. O que fica claro neste contexto é o não-dito sobre este mesmo aspecto do tratamento recebido pelo Coordenador da Custódia, que age assim para se proteger, pois sabe muito bem que agir de forma ríspida e violenta seria expor-se a riscos. Há desconfianças, sim, por parte dos dirigentes, pois sabem bem o porquê de cada encarcerado estar preso e do que podem ser capazes.

A análise feita pelo encarcerado Sérgio Santana sobre os direitos mínimos do encarcerado coincide com a de Leandro Barreto, pois o que trazem como melhoria para o dia-

a-dia do ambiente do presídio é tão simplório para quem está em liberdade, que ficamos surpresos. Assim descreveu o encarcerado Sérgio Santana:

Eu acho que eles podia normalizar o “banho de sol” pelo menos pra a pessoa ficar usando ali, porque muitas vezes, como eu digo, tem uma cela tem quatro pessoas, ali aqueles quatro dentro daquele confinado ali naquele lugar, eles pensam muita maldade e quando o “banho de sol” está aberto o dia todo não, fica para cima e para baixo, conversa mais outro da cela, faz outra atividade aí todos juntos tem mais diálogo a conversar aí muitas vezes até pensamento ruim sai da mente, e o tratamento que saiba tratar o detento bem um agente carcerário vê se melhora pelo menos a alimentação para o detento porque muitas vezes chega o detento com uma doença que ele nem sabe, aí fica comendo essa comida aí muitas vezes passa até mal, aí fica chato [...] porque de repente pode ser um pai de família, se ele chega em casa cansado do trabalho tem uma discussão mais a esposa aí, ele tá meio desorientado meio confuso, aí agride a esposa aí ele vem para a cadeia por lesões corporais aí eu gosto de ver, ele é ladrão, ele é traficante, ele é um homicida... [...] É um ser humano; os encarcerados pensam assim, não pensa como a sociedade que acha que quem tá aqui é um bicho.

No trecho final do depoimento está explicitada a naturalização sobre a violência cometida pelo esposo contra a mulher, justificada pelo cansaço produzido pelo trabalho. E a esposa, por também trabalhar e se cansar, ao chegar em casa deverá agredir o esposo pelas mesmas razões? Há aqui o discurso machista e uma relação assimétrica entre homens e mulheres, cuja visão sobre a mulher está pejada de preconceitos.

Sobre esta questão da imagem do encarcerado diante da sociedade Erving Goffman (2005, p.68) analisa: “[...] chega a compreender que se e quando sai, sua posição social no mundo externo nunca mais será igual à que era [...] podemos empregar o termo ‘estigma’, e esperar que o ex-internado faça um espaço para esconder seu passado e tente ‘disfarçar-se’.” Todos os aspectos apontados pelo autor são igualmente apresentados pelo encarcerado Sérgio Santana e ratificados nas expressões “ele é ladrão, traficante, bandido”; indicados de forma estigmatizada e pejorativa. Para Sérgio Santana, a sociedade os vê como “bicho” e não como seres humanos. Esta compreensão vai de encontro às idéias do educador Paulo Freire (2001), quando nos convida a refletir sobre o “inacabamento humano”. Para esse educador, não

podemos educar homens e mulheres se não tivermos consciência de que somos seres inacabados e, portanto, inconclusos.

Sobre as mudanças a serem implementadas pelos encarcerados em suas vidas, Sérgio Santana disse:

Quem tá aqui dentro é um ser humano que cometeu um deslize na vida e que merece uma chance por parte das autoridades superiores.

O discurso aqui apresentado mais uma vez retoma a discussão da condição humana e da possibilidade de mudança, remetendo-nos a Hannah Arendt (2004, p. 188), para quem “A pluralidade humana, condição básica da ação e do discurso, tem o duplo aspecto de igualdade e diferença [...] Sem o discurso, a ação deixaria de ser ação [...] que é revelada através de palavras”.

A ação discursiva é, aqui, um apelo ao interlocutor pessoal e social, que estereotipa o ser humano e acirra marcas de inferioridade. No discurso apresentado pelo encarcerado há a consciência e a assunção do delito, mas há também a contraposição deste fato com a expressão “ser humano que cometeu um deslize [...] merece uma chance”. Este discurso remete-nos a Certeau (1996), para quem o cárcere é considerado um “lugar praticado”, com regras e astúcias próprias. O depoente afirmou o seguinte, sobre a existência de regras no cárcere:

Porque o lugar é pequeno, vamos supor que vou botar 6 x 12, o lugar pequeno, aí por exemplo, aí acabou a regra de sujar o pátio, quem quiser sujar pode sujar, aí eu vou jogar um papelzinho de bala, outro vai jogar outro papelzinho, quando for o fim de semana a pessoa está no próprio lixo. A bagunça está feita. (Sérgio Santana).

Subjaz à fala do depoente que as regras do cárcere nem sempre são vistas como punitivas e estão relacionadas à (re)organização e disciplina, práticas e regras necessárias à convivência no local. Como exemplo, cita as regras da limpeza e o valor da co-responsabilidade de todos para a manutenção da limpeza. As expressões “a pessoa está no próprio lixo”, “a bagunça está feita” ratificam a procedência de regras como estas, que (re)educam, “civilizam”, mantêm a ordem.

Nosso entrevistado Joaquim, sobre as mesmas questões trazidas em relação às práticas reais no cárcere, afirmou de forma sintética:

[...] no cárcere, para o próprio tempo passar mais rápido e usar a mente com algo útil. Oficinas de pintura, música... [...] O que trata melhor é Paulo. Sempre que precisa de algo é ele quem corre atrás. O carcereiro Cipó [Senhor Antônio Azevedo, agente carcerário] também nos trata bem, com respeito, assim como é respeitado por nós.

No discurso de Joaquim, os dirigentes, Sr. Azevedo e Sr. Paulo (Agente Carcerário e Coordenador da Custódia), são avaliados positivamente. Para Erving Goffman (2005, p. 19): “[...] os internados muitas vezes vêem os dirigentes como condescendentes, arbitrários e mesquinhos.” Neste caso, a exceção é demarcada, porque os encarcerados os caracterizam como pessoas que os tratam bem e são solícitos, assim como os respeitam. Joaquim acrescenta ainda que o tempo no cárcere é lento e que se existissem cursos, oficinas diversas para estudo e profissionalismo dos detentos, a mente seria ocupada de forma útil.

Entre todas as práticas reais (re)veladas, vamos encontrando as permanências históricas da cadeia e raras rupturas quanto ao tratamento humano, práticas adotadas e serviços prestados aos que cotidianamente ali se encontram, “acertando” suas contas com a justiça. Como nos (re)velam as entrevistas, as exceções apresentam-se nas ações de alguns profissionais, mas no geral a permanência acerca do “olhar” estigmatizado, para os que estão no cárcere, é o que se naturaliza e incorpora-se nos sujeitos que convivem cotidianamente com os encarcerados.

É nessa mesma perspectiva de análise que o estudioso das prisões, dos manicômios e hospitais, Erving Goffman (2005), afirma que o tratamento dado por indignações verbais, gestuais e apelidos, coisificam e humilham essas pessoas.

Em relação à saúde, os discursos dos encarcerados são unânimes em afirmar os mesmos aspectos. Vejamos o que disse Sérgio Santana:

Podia pelo menos botar um médico diariamente, para vir ver a situação dos presos como é que anda de saúde [...] Só quando a pessoa está aí mesmo gritando de dor de dente que eles levam para rancar o dente ou levam no médico. Durante um ano e 2 meses que eu estou aqui se eu fui atendido por algum dentista aqui eu estou mentindo, que eu nunca vi nenhum aqui.

Aqui novamente aparece o que na AD é identificado como implícitos e não-ditos, sobre a justiça e a instituição carcerária, ou seja, estão presentes por sua ausência, pois implícito está que a justiça tem um discurso e na prática age de forma oposta, negligente, desrespeitosa para com a vida humana. As práticas da 16ª Delegacia Circunscricional de

Jacobina também não atendem ao que reza a Lei de Execução Penal, uma vez que não há serviço médico e somente em situações limítrofes, quando a pessoa corre risco de vida, é encaminhada ao médico.

Esta fala ratifica o que apontamos como distanciamento entre o que diz a lei de Execução Penal e o que é praticado no cárcere. Há sempre “a violação do eu”, como se expressa Erving Goffman (2005).

O ambiente do cárcere, para o encarcerado Sérgio Santana, é bastante desolador e sem o mínimo de condições dignas ao ser humano. Em seu depoimento assim se expressou:

Pelo lugar [celas] ser muito calorento né, por estar encarcerado, muita gente sofre por falta de ar, já teve até certos desmaios, um rapaz aqui também que se ele não foi no hospital mais de 6 vezes, até já foi embora problemas normais, que muitas vezes a pessoa não vai saber o que a pessoa realmente sente né, de repente ele está sentindo uma falta de ar um negócio ali, aí vai no hospital, dá dar dor de dente, de repente tá sentindo mal vai no hospital das dores no corpo, aí.

A lei de Execução Penal garante em seu texto um ambiente que seja ventilado e apresente boas condições, mas o que a realidade nos apresentou se distancia e muito desse direito. Para Erving Goffman (2005, p. 32): “Os presos e doentes mentais não podem impedir que os visitantes os vejam em circunstâncias humilhantes.” Esse fato é corriqueiro, não passa despercebido pelos encarcerados e é ratificado nos discursos aqui explicitados e analisados.

Quanto às relações pessoais e o tratamento recebido pelos profissionais, o encarcerado Sérgio Santana sintetizou:

Eu acho que para nós que está lá dentro o diálogo sempre é melhor né, de qualquer maneira é o melhor possível, conversar, chamar, trocar idéias passar o real do lugar porque a pessoa não pode estar dentro de uma prisão e levar a vida que levava lá fora né, porque se você dentro de uma cadeia você tem que conviver no ambiente no que tá acontecendo ali dentro, na regra que é vivida ali dentro [...] No meu modo de ver dos policiais muitas vezes tem discriminações por parte deles por parte do delito que a pessoa cometeu e certos, certas coisas que eles falam sem pensar ou falam só para difamar o preso, porque muitas vezes chegam e diz que ladrão é aí que está merecendo isso merecia pior do que isso, aí eu penso que cadeia não é só para ladrão assassino ou quem comete algum delito, cadeia eu acho que é para quem não pensa [...]

Os pontos e contrapontos são revelados por meio das palavras e escolhas lingüísticas que marcam de que lugar vem a fala e o que cada depoente pretende com ela: adesão do interlocutor.

No depoimento do encarcerado Sérgio Santana há repetições de palavras-chave no campo semântico em todo o texto, tais como “diálogo”, “trocar idéias”, “conversar”, que refletem o desejo real de que as relações interpessoais entre o encarcerado e os policiais fossem marcadas pelo diálogo, respeito a até aconselhamento. Entretanto o encarcerado afirma que as representações dos policiais em relação ao preso são pejorativas, discriminatórias, ratificando que o preso deve merecer sofrer, o que fica evidenciado nas expressões: “difamar”, “discriminações”, “merecia pior”, “é ladrão”, “é homicida”, “é traficante”.

A rede discursiva é marcada por adjetivos pejorativos selecionados intencionalmente pelo depoente para ir traçando progressivamente o perfil do encarcerado, sob a ótica dos policiais ou outros profissionais que lidam com os presos no dia-a-dia. O discurso traz em seu desfecho a síntese do que ele (encarcerado) pensa sobre o prisioneiro. Para a sociedade é um “bicho”; para o encarcerado é um ser humano.

Estas (re)velações vão permeando todo o discurso dos depoentes, os encarcerados, por meio de estratégias de poder e de saber que vão sendo construídas sobre a prisão e seus efeitos, para os que experienciam seu cotidiano. A violência simbólica é evidenciada no uso político da gramática, por meio da escolhas de adjetivos que desvalorizam, humilham e excluem os encarcerados. É o que, na AD, significa o “assujeitamento”, ou seja, a submissão dos sujeitos à língua. Assim, os ditos proliferam na rede textual, com sentidos que se atualizam a cada leitura e a cada análise.

No próximo capítulo, analisaremos as estratégias do dizer sobre a prisão e seus efeitos de sentido para os encarcerados, buscando compreender como cada um significa, representa, qualifica e descreve seu cotidiano no cárcere.

4 ESTRATÉGIAS DO “SABER-PODER” NO CÁRCERE: CAMINHOS MOVEDIÇOS

A prisão possui suas estratégias, seus discursos não formulados, suas astúcias que finalmente não são de ninguém, mas que são, no entanto, vividas, assegurando o funcionamento e a permanência da instituição [...] É preciso fazer aparecer estes discursos em suas conexões estratégicas do que constituí-los excluindo outros discursos.

Foucault (2004, p. 130)

Neste capítulo, analisamos as estratégias e discursos dos encarcerados sobre a prisão, seu poder e seus efeitos sobre os sujeitos que nela convivem cotidianamente. O que pode e o que não pode ser dito sobre a prisão e seus movediços caminhos? Quais saberes são construídos e partilhados no dia-a-dia do cárcere? O que fica subjacente e semiverbalizado? Como compreender estes silêncios que atravessam os discursos, gestos e olhares? Por todas estas questões, este foi para nós o capítulo em que os dados do campo, por meio das falas dos sujeitos da pesquisa, menos se (re)velaram e/ou (des)velaram. Os discursos foram contidos, pontuais, deixando (en)cobertos o que, a nosso ver, ratifica os jogos de “poder-saber”, na expressão foucaultiana. Assim, as pausas, os silêncios e não-ditos deram “o tom” dos discursos dos sujeitos em questão.

4.1 ESTRATÉGIAS DO DIZER SOBRE OS EFEITOS DA PRISÃO EM CAMINHOS MOVEDIÇOS

Vivemos todos mergulhados na linguagem. Tudo se dá na/com/pela linguagem. É nessa rede discursiva que os argumentos, as estratégias do dizer, do poder, circulam e constroem outros discursos, ideologias, juízos de valor, assegurando a permanência do poder em instituições marcadas por métodos punitivos, perversos e contrários aos princípios humanitários que apostam na recuperação e na (re)integração dos delinquentes na sociedade — neste caso, o cárcere.

Como afirma Michel Foucault (2004), na epígrafe deste capítulo, a prisão possui estratégias e discursos não formulados, com astúcias próprias que não são de ninguém, mas se

pulverizam de forma a garantir seu funcionamento, sua disciplina e os discursos que emergem “oficiais” para excluir tantos outros no jogo enunciativo do saber-poder-dizer, com estratégias próprias e apropriadas. Segundo esse autor: “[...] neste jogo as relações são visíveis e dizíveis de modos diversos, olhares e dizeres — analogamente aos pólos do idêntico e do estranho — são sedimentados ou mobilizadores, dependendo daquilo que nós, historicamente, somos capazes de ver e dizer.” (FOUCAULT, 2005, p. 302).

Os mecanismos discursivos pelos quais construímos uma ilusão de normalidade e consenso, baseados nos conceitos de “cidadão”, “delinqüentes”, movem-nos na busca da compreensão desses discursos, que excluem e silenciam as práticas de cidadania de amplas faixas da população, conforme já sinalizamos neste texto, quando abordamos o desafio de uma educação cidadã e ética. Por que não a incluímos nos ambientes da prisão? Por que não escolher a premissa da recuperação/reintegração dos delinqüentes por meio do ato educativo?

E sobre o direito ao voto na prisão?³ O direito a escolher caminhos para além da criminalidade? Por que não há, a cada eleição, o direito de colocar urnas de votação nos presídios? A quem cabe decidir que apenas o elemento coercitivo, punitivo, é o que deve sustentar as práticas e métodos de punição no cárcere? Estas questões conduziram-nos para os caminhos movediços do cárcere, em busca de compreensão mais clara, mais humana e mais compatível com o paradigma da pós-modernidade, que anuncia o cuidado, o acolhimento e o respeito às diferenças.

Os encarcerados Carlos Adauto e Joaquim⁴ explicitaram esta ilusão de normalidade expressa por Foucault (2004) e que se faz presente nas atividades rotineiras e disciplinadas realizadas no cotidiano do cárcere:

No dia do “banho de sol” aqui todo mundo tem que lavar sua roupa, fazer comida e fazer faxina, a parte que eu menos gosto é essa [...] Cada um tem seu dia [...] E o que eu acho ruim aqui é a pessoa ficar trancado só sair três horas por dia de segunda a sexta. (Carlos Adauto).

³ Somos sabedores de que o voto não é a única manifestação de cidadania e que o preso é privado de todos os seus direitos, exatamente por ter cometido infrações e estar pagando por elas. Como punição, perde os direitos comuns aos cidadãos, inclusive o de votar. Nossa problematização busca evidenciar a classe política, pelos poderes constituídos, cujos discursos seriam outros se os presos votassem, ou seja, se fosse permitido que tivessem direito de voto. A prisão com certeza seria o local mais visibilizado, ao invés de esquecido e marginalizado, de forma que fere os direitos humanos por meio de suas práticas e descumpra a Lei de Execução Penal (LEP), na maioria de seus artigos, conforme vimos pelos dados obtidos no estudo exploratório e no decorrer da pesquisa, analisados nos Capítulos 2 e 3 desta tese.

⁴ Joaquim é o nome atribuído ao entrevistado, para garantir-lhe o direito de manter seu nome em sigilo.

Conflitos, “vacilo” infringir as regras. Discussão oral. Se não entrou em acordo, muda de cela ou ala. Feito através do xerife e coordenador de custódia. Regras do cárcere. Só para manter a cadeia em ordem. Disciplina, organiza, mantém todos cumprindo seus papéis. Cada um faz sua parte e evita confusão. (Joaquim).

As regras da prisão são dotadas de mecanismos próprios e apropriados para que a normalidade seja garantida no cotidiano do cárcere, ainda que estas regras não levem em consideração a condição humana quanto ao tratamento recebido, a alimentação adequada, as celas apropriadas e os serviços médicos, como já afirmamos serem direitos dos presidiários, segundo a Lei de Execução Penal (BRASIL, 2006), já mencionada neste trabalho.

É claro que todos aqueles que praticam alguma modalidade de crime precisam ser punidos, conforme a especificidade, garantindo ao cidadão o cumprimento da justiça, mas precisa ser em ambiente desumano, hostil e com práticas e métodos contrários à vida? O preso perde todas as prerrogativas da cidadania, além de seu direito de ir e vir, em síntese, sua liberdade, pois deve ficar confinado para quitar seus débitos para com a justiça. Ele é um tutelado do Estado, mas quanto aos métodos, táticas, tratamento dado pela justiça, já é uma outra questão, que merece uma análise cuidadosa em relação ao não-cumprimento das próprias leis formuladas e da infração aos direitos humanos previstos pela constituição.

Sobre os objetivos da criação das prisões, Michel Foucault (2004, p.131-132) afirma:

Desde o começo a prisão deveria ser um instrumento tão aperfeiçoado quanto a escola, a caserna, ou o hospital, e agir com precisão sobre os indivíduos. O fracasso foi imediato e registrado quase ao mesmo tempo que o próprio projeto. Desde 1820 se constata que a prisão, longe de transformar os criminosos em gente honesta, serve apenas para fabricar novos criminosos ou para afundá-los ainda mais na criminalidade.

Se, conforme assinala Michel Foucault (2004), a prisão deveria ser um instrumento aperfeiçoado tanto quanto a escola, a fim de reeducar os criminosos, transformando-os, na prática, ao contrário, ela fabrica novos criminosos e afunda-os na criminalidade. Por que insiste em ser a instituição prisão por excelência punitiva ao invés de reeducativa? Quais mecanismos e lógicas são assegurados para a manutenção do sistema penal, tal como se apresenta hoje no Brasil, na Bahia, mesmo tendo fracassado em seu projeto de regeneração humana? Para Foucault (2003, p. 32-33): “Crítica-se a acumulação de presos e de cadeias infectas, a mistura de culpados com inocentes e a prisão — fortaleza, foco de doenças, indivíduos abandonados, inferno dantesco — eis a imagem dos presídios.”

Quando questionado se seria desejável reformar o sistema penitenciário, a resposta de Michel Foucault (2004, p. 35) foi cortante: “É uma constatação de fracasso completo do sistema e ainda acrescenta que se tem o sistema penal que merece.” O autor diz também que a estabilidade da sociedade capitalista repousa sobre toda essa rede de pressão punitiva que se exerce sobre os indivíduos. Nesse sentido, reafirma sua crítica a certo tipo de análise marxista fácil, que põe tudo isso por conta das superestruturas. Michel Foucault (2004) não considera que o sistema penal faça parte da superestrutura. Na realidade, para ele, é um sistema de poder que penetra profundamente na vida dos indivíduos e que incide sobre sua relação com o aparelho de produção.

É com base nessas reflexões que a tessitura do poder e o saber discursivo se encarnam nos cenários investigados por Michel Foucault e ressoam no nosso estudo. O saber, para Michel Foucault (2004), remete-nos a uma compreensão sobre as relações humanas produzidas pelas culturas e sociedades. O saber é, portanto, relativo, ao invés de absoluto e é objeto de lutas políticas, uma vez que se constitui em um dos meios pelos quais se constroem as relações de poder. Os saberes são produzidos e compartilhados por meio de determinados tipos de discursos, desde os científicos aos narrativos, tanto nos relatos literários como na vida cotidiana, passando por toda gama de discursos profissionais.

Em relação ao poder, Michel Foucault (2004, p. 15) afirma:

O poder é algo que se exerce, que se efetua, que funciona como uma maquinaria, uma máquina social que não está situada em um lugar privilegiado ou exclusivo, mas se dissemina por toda a estrutura social. E esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas contra seu exercício sejam feitas dentro da própria rede de poder, teia que se alastra por toda a sociedade e a que ninguém pode escapar. Ele está sempre presente e se exerce como uma multiplicidade de relações de força.

É exatamente nessa relação de forças, de resistências, de redes discursivas móveis e transitórias, apontadas por Foucault (2004), que se distribuem por toda a estrutura social os mecanismos e estratégias do saber-poder, os quais estão localizados em diferentes pontos na estrutura social, funcionando como rede de dispositivos ou mecanismos à qual nada ou ninguém escapa; não há fronteiras nem limites; são movediços, circulares e circundantes e produzem sentidos explícitos, implícitos e subentendidos.

Inspiradas nas idéias de Zita Ana Rodrigues (2003) sobre o embate da pós-modernidade, percebemos sua permanência, pois o desafio de educar em novos cenários e espaços incita-nos a buscar um diálogo fecundo, em que as diferenças e transgressões possam ser elementos constituintes de estudos, debates e pesquisas que nos possibilitem reeducar,

sobretudo os que são estigmatizados e excluídos, plantando sonhos nos jardins humanos. Assim, entendemos que a educação no cárcere deve ser processo coletivo entre sujeitos.

Exatamente por esta razão, ao investigarmos sobre as práticas educativas no cárcere, tivemos como foco a compreensão de que a prisão pode vir a ser, de fato, uma instituição educativa, realizando o objetivo a que se propôs desde sua criação: regenerar o ser humano. Ao invés de formar mais e mais criminosos, que pudesse formar cidadãos que, (re)socializados e reintegrados à sociedade, fossem capazes de fazer de suas histórias de vida uma nova história, em que a ética, o respeito, a auto estima, a confiança sejam restabelecidos. Neste sentido, a idéia apresentada pela autora ratifica o nosso entendimento quanto ao processo educativo em cenários diversos, em que o desafio maior deve ser a transformação humana e o respeito às diferenças.

Segundo Zita Ana Rodrigues (2003), estamos todos aprendendo sempre com as contradições vividas, com as falhas e lacunas que fazem parte de uma rede múltipla, em que tensões e incertezas marcam o rompimento de paradigmas que tinham como fundantes o positivismo e o cientificismo cartesiano, racional e reducionista.

Não temos dúvida de que as aprendizagens ressignificativas podem ser capazes de modificar o outro, possibilitando ações éticas e notadamente cidadãs e humanas. Essas aprendizagens têm como características marcantes a crença no humano e no fortalecimento da qualidade de vida, e servem como instrumento necessários às mudanças, (re)organizando os espaços e as práticas sociais com vistas a uma educação integral do ser humano.

Sobre essas aprendizagens, os encarcerados Carlos Aduino e Sérgio Santana afirmam:

Falta mais compreensão da parte da justiça com o preso. A audiência que demora muito tempo. Para muitas pessoas é pior, para outras não; [tempo esperando julgamento]; uns já pensam de sair numa boa, outros já não, já não pensa já sai revoltado... (Carlos Aduino).

[...] porque aqui não é bom para ninguém apesar do crime que eu cometi, mas sempre tem oportunidade [...] Atualmente estão me acusando de um 12. Na língua dos presos aí para a sociedade é tráfico de drogas, crime hediondo. Com relação a minha prisão, teve um pouco de falha por parte da justiça né, por prender uma pessoa sem saber quem realmente ele é, porque não investigarem. Eu chamei para irem lá em casa no dia, e no dia mesmo que eu fui preso eu provei que não tinha nenhum

envolvimento para com o tráfico e nem com nenhuma atividade criminosa, provei que tinha trabalho [trabalhava como motoboy]. (Sérgio Santana).

Os discursos dos entrevistados remetem-nos aos saberes que são produzidos no cárcere, sinalizando o quanto esse saber se diferencia de sujeito para sujeito no presídio, pois, para uns, funciona como aprendizado para a ressignificação, mudança de atitude e comportamento, enquanto para outros o efeito é contrário: revoltam-se, cometem novos delitos, saindo do cárcere piores do que entraram. São comuns, nos memoriais e entrevistas, queixas quanto à lentidão da justiça no julgamento dos processos, bem como na forma de prisão realizada, pois, no entendimento de alguns entrevistados, a polícia deveria prender com provas concretas e não apenas por suspeitas.

É importante salientarmos ainda que tanto Carlos Adauto quanto Sérgio Santana deixam implícitos nos não-ditos que a culpa é do “outro”. A culpabilização do outro é uma tática para se defenderem, mostrando que a lentidão da justiça e as falhas no encaminhamento dos processos são partes centrais no tocante à responsabilidade atribuída ao poder público.

4.2 ENTRE DITOS, SILÊNCIOS E SUBENTENDIDOS: AS PALAVRAS SEMIVERBALIZADAS

Para analisarmos os ditos, silêncios e subentendidos que emergiram nos nossos encontros com os encarcerados, utilizamos as entrevistas abertas e/ou aprofundadas e os memoriais.

Com a palavra, os sujeitos da pesquisa Carlos Adauto, Sérgio Santana, Leandro Barreto e Joaquim (pseudônimo), que se pronunciaram sobre o cárcere e seus efeitos em suas vidas.

Também a comida que vem pra qui é muito derrubada [...] Café, feijão, arroz, carne frita, às vezes vem frango mal passado tudo ruim. É pão de manhã e a noite café [...]
(Carlos Adauto).

Questionamos sobre as condições de higiene, como avaliam as celas e o presídio.

Ah! é horrível demais. Um pequeno lugar assim [apontava tamanho] pra tudo ali, o local que faz a comida [...] As paredes, tão, ave-maria, pior do que aqui [local da entrevista] muito ruim, aí a gente coloca papel de revista para poder diminuir mais [refere-se à pintura, rachaduras etc.]. É difícil demais viver neste ambiente e não tem jeito a dar. Quem ajuda um pouco é o xerife. Às vezes colocam um preso mais velho, que já tem mais experiência. Tem que ser rápido, porque muita gente precisando dele ali toda hora. São três horas de banho de sol. Às vezes tem umas enrolas aí que ninguém sabe. É pelos motivos deles mesmos aqui da delegacia... Quando a gente está reivindicando alguma coisa, às vezes quando tem que fazer alguma coisa, bagunça, eles cortam o banho de sol. (Carlos Adauto).

Alimentação é ruim a péssima: feijão, arroz, carne frita. Às vezes carne cozida, uma vez ou outra macarrão, sem tempero, sem gosto. Café (02 pães manhã e noite café preto). (Joaquim).

Os depoimentos de Carlos Adauto e Joaquim revelam dados bastantes sobre a infraestrutura, alimentação, higiene, mas quanto ao tratamento humano dado aos presos, reivindicações feitas, o discurso fica limitado e vago, conforme sinaliza a fala de Carlos Adauto sobre o banho de sol e sobre a questão da indisciplina. Há hesitações, pausas, que nos fazem perceber o que Orlandi (2002, p.164) afirma sobre o silêncio e os mecanismos de incompletude da linguagem: “[...] o silêncio torna possível esse gesto de interpretação mínimo, e nem por isso pequeno, aquele que nos instala na origem de nós mesmos e de nossos sentidos.”

O que importa saber é o que torna possível o gesto de interpretação, o que lhe dá “origem”. O mínimo que é semiverbalizado nos traz pistas, sentidos, que nos permitem inferir sobre o que pode e o que não pode ser dito sobre o cárcere. Cada sujeito, por si mesmo, torna possível esse gesto de interpretação trazido por Orlandi (2002), pois as retaliações como formas de “poder-saber” aparecem no corte ao banho de sol, para manter a disciplina e a aparente normalidade do cárcere em seus caminhos movediços, que nem sempre são visibilizados. No dizer de Joaquim, o cárcere é assim definido:

O cárcere é como se fosse o inferno. Ruim demais. O filho chora e a mãe não vê. Conforme diz Zandonaide [colega de ala].

Quando questionado sobre as relações interpessoais no cárcere fez a seguinte análise.

Estar aqui é como se fosse um casamento. Ala A. [Refere-se à divisão das celas em alas. São duas alas a A e a B onde estão as celas, conforme descrito na Introdução da pesquisa, tópico Contextualizando o Objeto de Estudo e o Lócus da Pesquisa] Tem partilha, diálogo, mas tem estresse também e discussão. O estresse é grande porque ficar trancafiado olhando um para a cara do outro de manhã, de tarde de noite todos os dias, é de desequilibrar. De 04 a 05 meses até fica equilibrado, mas depois desse tempo na cadeia, a mente sente.

Fica evidenciado, no depoimento de Joaquim, que os efeitos de sentido do cárcere em cada um dos encarcerados é deprimente, desolador e desequilibrante, sobretudo à medida que passa o tempo e nada acontece, a não ser olhar um para o outro e continuar confinado numa cela degradante, sem saber quando será julgado e se conseguirá ser liberto.

Neste contexto, novamente a Análise do Discurso possibilita-nos compreender mais sobre o movimento do dizer e o lugar do sujeito que diz e que se significa ao dizer. Como analisa Orlandi (2002, p.164): “É assim que podemos entender o mecanismo da incompletude como constitutiva do sentido e do sujeito. O lugar em que o sujeito ‘se’ significa para significar.”

Ao mostrar as relações de partilha também mostra as contradições, discussões geradas por motivos diversos e verbalizados de forma limitada, explicitando que o estresse provocado pelo lugar onde estão — o cárcere — pela não utilidade das horas com tarefas úteis, apreensão quanto ao julgamento, quanto ao processo, quanto às incertezas sobre se será ou não condenado, são algumas das pistas que atravessam os discursos de forma ora subtendida, ora explícita, ora não-dita. Se para Orlandi (2005, p.83), “[...] as margens do não-dito faz os contornos do dito significativamente. Não é tudo que não foi dito, é só o não-dito relevante para aquela situação significativa”, os entornos do dizer trazem os não-ditos que se confluem na dimensão discursiva, fato este que fica bastante evidenciado no discurso de Sérgio Santana, a seguir, quando questionado sobre sua prisão e seu envolvimento quanto à acusação de tráfico de drogas.

Tô nesse artigo, [refere-se ao artigo 12 da Lei 6.368/1976 sobre o tráfico de drogas⁵] tô sendo acusado, agora sem provas, não tem provas contra mim, porque desde o início eu estou negando qualquer envolvimento, porque eu não posso assumir uma coisa que não fiz, mas [...] isso aí só quem pode lhe responder é o próprio delegado que fez a abordagem né? então ele corre atrás de quem foi. Não conheço ninguém, não tenho nenhum tipo de conhecimento.

As relações de poder são evidenciadas no discurso do entrevistado, que tem clareza de que não pode dizer muito sobre o próprio fato de estar preso, sob pena de, ao invés de melhorar sua situação, torná-la pior diante das autoridades. Defende-se, informando que não há provas contra ele, e a quem cabe encontrar o/s culpados é o delegado. Segundo a AD “uma palavra apaga outra”. Neste depoimento, percebemos que, ao informar que está negando qualquer envolvimento, está apagando a palavra culpa, está delegando a responsabilidade ao Delegado. Ele deverá solucionar o caso, ou seja, encontrar os culpados. Ele é que não é o culpado, seria esse o não-dito que se esconde no dito do depoente Sérgio Santana.

Para Orlandi (2005, p.83), significa o seguinte: “Trata-se do silêncio, pensado como a respiração da significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido [...] é a censura, aquilo que é proibido dizer em uma conjuntura.” Sérgio Santana faz esse recuo de forma bem intencional e articulada. Defende-se, afirmando que não poderá assumir o que não fez e delega à justiça o poder de encontrar os culpados. Este encarcerado tem clareza de que as relações de poder numa sociedade como a nossa produzem censura; assim, as palavras ditas são acompanhadas de silêncio, que significa o que não pode ser dito.

Quando solicitamos a Sérgio Santana que explicitasse sobre o cárcere em seu dia-a-dia, informou o seguinte:

É só sofrimento tem que pedir muita força a Deus para agüentar o sofrimento porque a mente de um adolescente ou não-adolescente dentro desse lugar acelera demais; muitas vezes a pessoa fica nervoso muitas vezes apesar de a maioria do tempo aqui a pessoa fica nervoso, porque alegria aqui é rara, que num lugar desse a pessoa dorme

⁵ Cf. para maiores esclarecimentos, a *Lei Especial Antidrogas* nº 11.343, de 23.08.06, que estabelece, no seu artigo 33, o que reza o artigo 12 da Lei 6.368/76, alterando no seu texto a pena de reclusão para no mínimo 5 anos e máximo de 15. A lei de 1976 traz a reclusão mínima de 3 anos e máxima de 15 anos. Esta nova lei, no seu artigo 28, não mais considera como crime o vício, que passou a ser considerado uma doença que deverá ter como sanção retenção, advertência, serviços comunitários etc. A Lei 6.368/76 (BRASIL, 2007), artigo 16, reza como crime o vício da droga e prevê as penalidades para tal.

e acorda na frente de uma grade e passa certa humilhação por parte de certo trabalhadores do Estado que são os policiais.

Ao questionarmos sobre quais tipos de humilhação ele havia sofrido e por que, informou-nos:

Dizer assim o tipo de humilhação fica até meio chato que de repente a pessoa passa a mão em uma coisa aqui e mais tarde pode até prejudicar a pessoa no caso o detento, então sobre esse fato aí eu não gosto nem de comentar [...] O banho de sol vou relatar, por exemplo, a gente fica aberto de pela parte da manhã de 9 às 12 h; aí quando eles vem abrir, vem 10 h, 9h30 aí quando vai trancar 12 h certinho ta aí, aí...

Novamente, as idéias trazidas pela AD possibilitam-nos melhor compreender esta polaridade discursiva, os recortes e recuos, as pausas e semiverbalizações. No discurso relatado, existe a percepção do quanto o ecoar do silêncio se mostra, quando diz que sobre a humilhação não pode dizer, sob pena de se prejudicar no curso de seu processo, que ainda não foi julgado. Orlandi (2002, p. 162) mais uma vez nos auxilia na compreensão deste diálogo com os entrevistados ao afirmar: “No silêncio, o sentido ecoa no sujeito. É esse processo que lhe torna possível perpassar as diferenças dos diferentes processos de identificação sem, no entanto, perder sua unidade, a de um sujeito que diz.”

E, de fato, o encarcerado Sérgio Santana diz, mesmo quando afirma não poder dizer, que o banho do sol, no tocante ao horário, é descumprido para abrir as grades, mas que na hora certa de fechar, efetua-se pontualmente. As expressões truncadas, pausadas, suspensas, revelam-nos outro dizer que é ecoado pelo silêncio e diz o que não está verbalizado, que poderia ser assim entendido: “Nunca temos vez, sempre o poder está sendo expresso pelas vozes oficiais. Eles mandam, somos humilhados e ainda somos obrigados a obedecer.” As astúcias das regras na prisão fazem com que os encarcerados também usem o contra poder e reiviniquem, como eles relatam que o fazem, por meio do xerife, mas nem sempre sejam bem sucedidos. De qualquer forma, a unidade do sujeito que diz, se contradiz, silencia, fica evidenciada no transcorrer de todo o trabalho. A humilhação aqui é apresentada a partir da subordinação existente quanto ao cumprimento do horário do banho de sol e ainda da relação de poder estabelecida entre o poder oficial e os encarcerados.

Para Leandro Barreto, o cárcere e seus efeitos são assim definidos:

Comida ruim, todo dia é a mesma coisa: feijão, arroz, carne e salada. Todo dia a mesma coisa [...] O café preto e dois pães. Todos os dias; [mesma alimentação] a gente já falou até com o delegado Habib aí, mas não adianta não. Falamos para ele para ele mudar o café, a comida, mas não muda não. Eles permitem, quando a gente não agüenta mais a comida do complexo, a gente cozinhar aqui dentro da cela.

Quanto à relação interpessoal com os agentes carcerários, com o Coordenador da Custódia e com os policiais, afirma:

Tem uns que tratam bem, mas têm outros que é meio corrupto lá com a gente; policiais. O jeito de conversar com a gente lá na grade, muda de uns para os outros. A forma de falar, isso é o que a gente mais vê. Para eles todos lá são iguais, e tem uns que tratam bem a gente lá e a função deles é ir lá na grade olhar e vigiar para evitar o preso de fugir. O Cipó [agente carcerário Sr. Antônio Azevedo] é que é legal com a gente aí, é ele e o Paulo da custódia [Sr. Paulo Sérgio, Coordenador da Custódia]. Eu vejo a forma de tratar a gente lá, de conversar com a gente, desde quando cheguei é quem trata melhor a gente lá, não tenho nada para falar deles não.

Em relação a sua prisão informa o seguinte:

Ele era usuário, (meu irmão) ele falou antes de me trazer que eu não tinha nada a ver, que eu tinha meu filho para criar, que ele trouxe essa droga de Barreiras, que ele estava trabalhando em Barreiras, trouxe de Barreiras [...] eu fiquei no lugar dele, pagando por ele porque ele é menor de idade tem 17 anos. Não era para eu estar aqui não.

Os depoimentos de Leandro no memorial e nas entrevistas são fortes e caracterizam o cárcere e os efeitos de sentido, como se a cada dia vivido fossem tratados como animais enjaulados e fossem todos iguais no inferno que é a prisão. Ele informa que estava ali no lugar do irmão; era inocente da acusação de tráfico de drogas, no entanto era tratado como qualquer bandido.

Sobre a alimentação, os discursos são unânimes e somente comem uma comida de melhor qualidade quando eles mesmos cozinham os alimentos trazidos pelos familiares. Quanto às relações interpessoais, afirma que o agente carcerário, Sr. Antônio Azevedo,

conhecido como Cipó, e Sr. Paulo Sérgio, Coordenador da Custódia, são pessoas que sabem respeitar e tratar bem os presos, sendo solícitos e reconhecendo a condição subumana em que vivem, buscando de alguma forma amenizar as reais condições de saúde e alimentar a que estão submetidos no cárcere. Assim afirma Leandro Barreto:

A gente pede um favor aí ele faz, pedi um remédio ao chefe da custódia e ele traz para nós o remédio e Cipó quando falta alguma coisa, a gente, falta um alimento no meio da semana, alguma coisa pede para ele ir na venda do lado comprar uma coisa ele compra, um guaraná gelado ele compra pra nós. É, fazer desse lugar um lugar menos pior.

Os saberes aqui revelados são marcados pela compreensão sobre a condição humana, sendo percebido pelos encarcerados que, na convivência com estes profissionais, aprendem o que estamos trazendo na nossa pesquisa como práticas educativas informais, que de alguma forma vão influenciando e marcando a itinerância e suas histórias de vida. O que essas revelações trazem para o campo educacional e nos convidam a fazer como educadores comprometidos com o cuidado, com o respeito ao outro, com a vida e a condição humana como processo de vida com dignidade, com esperança e com possibilidades reeducativas? Conforme afirma Freire (2006, p.11):

É por isso que não há esperança na pura espera, nem tampouco se alcança o que se espera na espera pura, que vira, assim, espera vã [...] Uma das tarefas do educador ou educadora progressista, através da análise, política, séria e correta, é desvelar as possibilidades, não importam os obstáculos, para a esperança, sem a qual poucos podemos fazer porque dificilmente lutamos e quando lutamos, enquanto desesperançados ou desesperados, a nossa luta é uma luta suicida, é um corpo-a-corpo puramente vingativo.

De fato, entendemos que os desafios são maiores do que nós e parecem muito maiores do que nossa esperança em reeducar encarcerados, haja vista que na contemporaneidade ainda não conseguimos fazer muito por nossas crianças, jovens e idosos, que saem das escolas brasileiras e baianas sem a formação sólida em vários aspectos: leitura, escrita, valores, entre tantos outros. Ainda estamos, em pleno século XXI, vivenciando os desafios de educar os sujeitos que não são marcados, nem estigmatizados pela exclusão, nem considerados perigosos. Por que então ir educar no contexto do cárcere?

Dáí nos inquietamos com a provocação de Freire (2006), quando diz que não se pode fazer nada na *pura espera*, mas, independente dos obstáculos, é preciso aventurar, arriscar e

fazer a nossa parte como educadores e educadoras éticas e comprometidas com nosso fazer, com nossa profissão. Sem tentativas, não poderemos dizer de forma fatalista que não há mais como reeducar quem rouba, furta ou mata, que são irrecuperáveis e que nada mais é possível fazer. Trata-se, a nosso ver, do que diz Larrosa (2001, p.2) sobre o saber da experiência: “[...] é experiência aquilo que nos passa, ou nos toca, ou que nos acontece, e ao passar-nos nos forma e nos transforma... esse é o saber da experiência; o que se adquire no modo como vamos respondendo ao que vai nos acontecendo.”

Assim a aprendizagem que se revela no cotidiano do cárcere, que de alguma forma marca positivamente e transforma os sujeitos, também marca de forma negativa e perversa, ao fazer com que os sujeitos ali confinados fiquem muito piores como seres humanos, conforme nos apresentam os discursos dos encarcerados. As respostas dadas a cada experiência são diferenciadas e, como sinalizou o autor citado, o saber da experiência depende do modo como passamos por ela.

Os depoimentos do encarcerado Sérgio Santana, a seguir, trazem outros recortes do cárcere e suas construções de sentido e efeitos sobre os que passam pela experiência de vivenciá-lo.

No momento da prisão eu aleguei [inocência] porque eu subi como viciado fui comprar um produto, um cigarro; aí me acusaram como traficante sem eu nunca ter praticado nada. Porque como eu fui preso, qualquer um outro viciado ali poderia ter sido preso naquele dia [...] Hoje são 26. Então, amanhã faz 1 ano e 2 meses que estou preso. [dia da entrevista 26 de novembro de 2006].

Ao analisarmos os depoimentos de Sérgio Santana é perceptível que o encarcerado demonstra sua inocência sobre o tráfico, mas admite ser usuário de droga. Além disso, inferimos que tem conhecimento sobre seus direitos, pois, como usuário, não poderia ter sido preso. Por outro lado, como ele poderia provar para os policiais que não era traficante? E ainda, será que este discurso não representa um discurso orientado pelo advogado, a fim de livrá-lo da acusação de tráfico? Como a AD nos apresenta, o jogo de imagens que se estabelece entre os protagonistas do discurso são assim descritos por Cardoso (2005, p.40):

[...] a imagem que o locutor tem para o sujeito colocado no lugar de locutor, a imagem que A tem de si mesmo, trazendo nesta imagem o questionamento: ‘Quem sou eu para que lhe fale assim?’, a imagem que o locutor A tem do interlocutor B, fazendo a seguinte pergunta: ‘Quem é ele para que eu lhe fale assim?’ e ainda a

imagem que B tem de si mesmo, trazendo subjacente a pergunta: 'Quem sou eu para que me fale assim?'.

Nesse jogo de representações de lugares há ainda muitas outras imagens sofisticadas que não serão objeto de nossa apreciação, pois nos é satisfatória a percepção do que aponta o discurso de Sérgio Santana quanto ao jogo de imagens sobre si e sobre as representações que a pesquisadora fez dele no processo discursivo. Estas imagens auxiliam na construção de produção do discurso, mas não apenas elas, pois, como nos traz a AD, quem fala, fala de um lugar determinado, que vai regulando seu dizer, como o fez Sérgio sobre sua situação no cárcere e ratifica essa posição ao dizer:

Tenho saudade da minha família e da liberdade que é mais importante para qualquer ser humano porque nem os bichos ficam encarcerado por muito tempo e que todo mundo deve ter uma segunda chance, né? (Sérgio Santana).

Aqui, percebemos mais uma vez o apelo sobre a imagem que quer que o locutor faça de si; mas, ao fazer isso, traz em seu discurso a pista para sua culpabilidade, ao informar que todo ser humano merece uma segunda chance. Já havia informado e defendido sua inocência, agora compara o ser humano aos animais irracionais e apela para a questão da condição humana e o tratamento digno que devem receber homens e mulheres, independente dos delitos cometidos.

Em relação à limpeza da delegacia, notamos mais um discurso defensivo em prol dos encarcerados, de forma a convencer o/a interlocutor/a sobre as imagens de si e dos outros que fazem parte do cotidiano do cárcere junto com ele. Vejamos:

Quanto à limpeza dentro da ala e dentro da cela a gente pode dizer que é nota dez, porque somos nós mesmos que fazemos, porque temos regra não pode sujar o pátio, não pode jogar baga de cigarro, não pode nem o próprio resto de alimentação que vai para o lixo, não pode jogar... aí, sobre isso aí, a gente não pode falar nada. Quando um está responsável sempre faz a faxina diariamente, e quando tem que limpar mais é o dia da visita. (Sérgio Santana).

A limpeza faz parte das regras do cárcere e há sanções quando não são cumpridas, como já sinalizamos no Capítulo 2. No dia da visita, a limpeza é ainda mais esmerada para receber familiares, companheiros/as, o que nos confirma que as práticas educativas do cárcere

dialogam com que o que explicita Certeau (1996, p.99-100), para o qual a retórica e as práticas cotidianas exercem uma manipulação interna em um sistema de tal modo que, mesmo dentro de aparelhos reprodutores de disciplina como o cárcere, os sujeitos utilizam astúcias, estratégias, táticas, para lidar de forma criativa com as imposições e regras, reinventando e subvertendo, sempre que possível, o autoritarismo. Dessa maneira, manipulam estes lugares e criam espaços, abrindo o próprio caminho no uso dos produtos impostos, vivendo cada um do melhor modo possível a “violência das coisas”.

Nesta violência explícita ou implícita, o cárcere vai moldando corpos, comportamentos, disciplinando e fazendo calar as vozes que teimam em dizer as experiências dilacerantes ali vivenciadas. Assim se pronuncia novamente o encarcerado Sérgio Santana, ao informar mais ainda sobre os sentidos do cotidiano na prisão:

Porque a sociedade diz que nós somos uma aberração para a sociedade é como é que fala, um monstro, mas tem certos delegados que eu nem quero nem falar o nome, que é mais ignorante de que certos detentos que tem, sobre o diálogo, acho que esquece até a ética dentro de casa, né, porque o cara tratar uma pessoa que já está preso... porque quem está lá fora tem seus problemas muitas vezes perde a cabeça faz besteira. Imagine quem está preso como é que a mente daquele que está encarcerado anda; aí vem o delegado fala um bocado de coisa aí o detento tem que ficar calado se não bota no fichário e já desce pro fórum por desobediência, motim, qualquer coisa lá que tiver na lei né, que na lei tem agravante, como diz eles. (Sérgio Santana).

Mesmo admitindo os moveções caminhos do cárcere e as possíveis retaliações que poderá sofrer como detento, com base na voz oficial, que representa o poder, resolve não mais usar os não-ditos e subentendidos, utiliza o dito e deixa transparecer sua dor, revolta, análise sobre as estratégias “poder-saber”, instituídas na prisão e sobre as quais não tem como usar os contra poderes, pois, segundo o depoente, há na lei os agravantes que poderão deixar seu processo ainda mais difícil de conquistar a absolvição. Na relação “poder-saber”, segundo Foucault (2004, p.23), “[...] a disciplina implica um registro contínuo de conhecimento. Ao mesmo tempo em que exerce um poder, produz um saber. O olhar que observa para controlar, não é o mesmo que extrai, anota e transfere informações para os pontos mais altos da hierarquia do poder?”.

Foi exatamente esta a análise de Sérgio Santana, aqui demarcada pela teoria foucaultiana. As anotações, observações e registros em seu processo e no dos demais detentos

poderão fazer parte do ponto mais alto do poder, que além de controlar, produz saber sobre o outro, constrói verdades, juízos de valor e mantém o sujeito disciplinado numa aparente normalidade, sob o controle do observador.

No cotidiano do cárcere vão sendo moldados e engendrados corpos, disciplinando gestos, normatizando ações, as quais são também percebidas pelos que delas participam. Assim se pronuncia o encarcerado Leandro Barreto, quando questionamos se já tinha sido vítima de violência física ou verbalizada no interior da prisão, ou se havia presenciado brigas ou discórdias entre os encarcerados. Vemos ainda que a humilhação se faz presente no ato de tirar as roupas e se expor na parte externa da ala, para atender à determinação do poder instituído. Tanto para homens quanto para mulheres a humilhação é concretizada, já que a ordem é para que fiquem nus e depois tomem ciência da ação a ser cumprida sobre quem fica na ala e quem será dela transferido.

Tem coisas que eles brigam ali um quer jogar o outro para outra ala e se brigar com outra ala, a B, e o outro ficar com raiva, já quer mandar o outro para o outro lado para não ficar havendo mais atrito na ala, aí já vai para outra ala, reúne os presos todinho manda tirar a roupa e do pátio mesmo bota pro outro [lado/ala]. Todo mundo lá tem opinião para colocar o cara do outro lado aí o xerife diz não, não, bota logo aí, vai mesmo [...] Chama todo mundo lá e decide. Sempre quando tem briga lá dentro Paulão vai lá e transfere, tira logo o preso da ala para outra.

As decisões coletivas são tomadas com a mediação do xerife que, após um entendimento grupal, convida o Coordenador da Custódia, Sr. Paulo Sérgio, para oficializar a mudança do protagonista da violência. Conforme já estabelecido nas regras do cárcere, cada descumprimento gera uma ação coercitiva, sendo mais um saber que se constitui na prisão, para garantir a normalidade e a convivência “pacífica” entre os companheiros de cela. O poder é, pois, exercido de ambos os lados: das vozes anônimas e das vozes dos encarcerados. Neste aspecto, Foucault (2004, p.15) novamente é convidado para o diálogo e afirma: “[...] esse caráter relacional do poder implica que as próprias lutas não possam ser refeitas de fora, do exterior, pois nada está isento de poder. Qualquer luta é sempre resistência dentro da própria rede de poder [...] que se alastra numa multiplicidade”. Esta luta vivenciada cotidianamente faz parte das tensões e dos jogos de poder, os quais implicam diferentes saberes. Neste caso são ratificados os saberes dos que detém o poder oficial e dos que,

utilizando os “micropoderes”, como caracteriza Foucault (2004), exercem-nos numa multiplicidade de relações de força.

Para o encarcerado Joaquim, as regras do cárcere servem para manter a cadeia em ordem e evitar conflito. As regras sobre as visitas são claras e devem ser seguidas, o que sempre acontece, porque o tratamento é respeitoso, formal, demonstrando que foram de fato aprendidas e serão colocadas em prática. No depoimento de Joaquim, a seguir, observamos como isso é ratificado.

Não olhar para a visita (mulher, namorada). Não se dirige a visita não. Fale com o visitado, caso precise de algum favor, por exemplo, comprar roupa, remédio, fruta, ou mandar recado. Se não cumprir a regra será violentado fisicamente, ser agredido.

Observamos que a comunicação com as visitas só poderá ser feitas se de fato for uma necessidade real, como explicitado no depoimento de Joaquim. O não cumprimento das regras gera sempre punições, sempre exercidas com rigor e consentidas por todos. Está claro que a convivência é uma negociação que busca ser cordial, mas há tensões, discórdias e incertezas; são caminhos movediços, pois as desconfianças sempre estão presentes de forma explícita ou não. A fala de Joaquim reafirma esse aspecto.

Se convive, mas, não dá para fazer amizades. Evitar atritos é o que todo mundo tenta fazer.

As operações realizadas no cárcere demandam astúcias próprias e apropriadas pelos que ali estão confinados e pelos que convivem com os encarcerados no cotidiano. São frutos de processos educativos informais que são apreendidos ao longo da existência. E nos convidam indistintamente ao desafio, que é feito por Freire (2001, p.88) ao dizer: “[...] mudar é difícil, mas é possível”.

Por conseguinte, as regras e astúcias empreendidas no cárcere são ora (des)veladas, ora veladas, num misto de expressividade tolhida, por motivos diversos. Dentre eles, o que fica subentendido, implícito, é que nem tudo sobre o que se passa no interior do cárcere pode ser verbalizado, sob pena de sofrerem sanções e advertências do poder instituído. São relações de poder que implicam fazer cumprir as regras, manter a ordem e, portanto, a “aparente normalidade” do cárcere. Dentre muitos ditos, muitos silêncios foram produzidos, muitos

ruídos silenciados e muitos registros aqui explicitados. Assim, fez-se importante o diálogo, a pesquisa, as errâncias e as descobertas de que muito há a fazer.

No capítulo 5, a seguir, analisaremos os discursos oficiais e anônimos sobre o cárcere, nas vozes do Delegado Titular, Coordenador da Custódia, Agente Carcerário, confrontando com outros discursos trazidos pelos encarcerados e familiares. Nesta rede pulverizada, é possível perceber as estratégias discursivas, os jogos de representação, as hesitações e os silêncios que permeiam as narrativas dos sujeitos. O dilema humano é percebido no trabalho diário daqueles que são de alguma forma afetados pela convivência com repressões, dores, indisciplinas. E nos convida a (re)pensar as formas de punição, as condições de trabalho dos profissionais do cárcere, o descumprimento dos direitos dos encarcerados, gerando revoltas, descrenças e desilusões.

Entre caminhos movediços, estreitos e cheios de percalços, como nos mostrará o Capítulo 5, seremos novamente convidados a pensar no papel social da educação em diferentes contextos, como prática de vida e dignidade dos sujeitos, como processo de humanização do homem, segundo muitos teóricos que discutem a importância da educação.

PARTE 3

“DIZERES” INSTITUÍDOS E INSTITUINTES SOBRE O CÁRCERE: UMA POLIFONIA

5 DISCURSOS PULVERIZADOS: ENTRE DITOS, SILÊNCIOS E SUBENTENDIDOS NAS VOZES OFICIAIS E ANÔNIMAS

Neste capítulo apresentamos a análise dos discursos produzidos por alguns sujeitos da pesquisa que atuam na 16ª Delegacia Circunscrição de Jacobina. São eles: delegado titular, Coordenador da Custódia, Agente Carcerário e familiares dos encarcerados. Buscamos compreender os sentidos dos ditos, não-ditos, pressupostos, implícitos e silêncios atravessados em todo o discurso dos sujeitos entrevistados, a fim de confrontarmos os dizeres e não-dizeres emergentes de diferentes lugares sociais, a exemplo do lugar do Delegado, do lugar dos familiares, do lugar do Agente Carcerário, apresentando, os discursos oficiais sobre o cárcere e seus efeitos de sentidos nos sujeitos que nele estão confinados, bem como os sentidos trazidos por outros “olhares” e dizeres não-oficiais sobre o mesmo lugar e os mesmos sujeitos.

A análise dos discursos dos sujeitos entrevistados foi balizada nos estudos da AD, como categoria de análise em praticamente todo o decorrer desta tese exceto na introdução, na qual realizamos a “descrição densa” do *locus* da pesquisa a partir da compreensão da etnografia, e no Capítulo 1.

Faz-se necessário, à guisa de explicação, situar os/as interlocutores/as sobre a escolha do subtítulo de nossa tese, haja vista que é intencionalmente retomado neste capítulo, para explicitarmos a escolha dos *ditos*, *silêncios* e *subentendidos*, à luz da AD. Na perspectiva deste tipo de análise do discurso, o que fazemos ao usar a linguagem de maneira significativa é produzir discursos que envolvem certas condições, certas escolhas de quem diz, não sendo, portanto, aleatórias. Para Cardoso (2005, p.38-39): “[...] as condições de produção do discurso não visam apenas ao estudo das formas de organização dos elementos que constituem o texto, mas principalmente as formas de instituição do sentido.” É exatamente neste aspecto que o nosso diálogo prioriza observar a enunciação como correlato de certa *posição sócio histórica do sujeito*.

Os protagonistas do discurso, interlocutores da nossa pesquisa, não são considerados apenas como seres empíricos, mas também, como a AD nos apresenta, “[...] representações de lugares determinados na estrutura social: o lugar de professor, de aluno, de político, de pai, de sacerdote” (CARDOSO, 2005, p.39). Nesta pesquisa, conheceremos o lugar de Delegado, de Coordenador da Custódia, de Agente Carcerário, de encarcerado, de família, para que

compreendamos o lugar que *destinatário* e *destinador* atribuem a si mesmos e ao outro; a imagem que eles fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro. Assim sendo, as novas maneiras de ler, inauguradas pelo dispositivo teórico da AD, segundo Orlandi (2005, p. 82), “[...] nos indicam que o dizer tem relação com o não-dizer”.

O *não-dizer* tem sido objeto de reflexões de alguns lingüistas, a exemplo de Ducrot, (1972), que distingue o (*implícito*), o *pressuposto* e o *subentendido* como diferentes formas do *não-dizer*. Para este autor, o posto (*o dito*) traz consigo necessariamente um *pressuposto* (não-dito, mas presente). O que fica *subentendido* depende do contexto e não pode ser asseverado como necessariamente ligado ao dito. Em síntese, o *não-dito* é subsidiário do dito e de alguma forma o complementa, acrescenta-se ao dito. Ao longo do dizer há toda uma margem de *não-ditos* que também significam.

A outra forma de se trabalhar o *não-dito* na AD é o *silêncio*. Para Orlandi (2005, p.83): “O silêncio como horizonte, como iminência de sentido [...] há outras formas de silêncio que atravessam as palavras, que falam por elas, que as calam [...] Para dizer é preciso *não-dizer* e exemplifica assim: se digo *sem medo*, não digo *com coragem*.” Fica neste contexto explicitado que antes do dizer emergir, ser verbalizado, ele já existe em forma de silêncio. É essa noção de silêncio que nos interessa e que utilizaremos para analisar os discursos oficiais e anônimos presentes neste capítulo.

Ainda para Orlandi (2002, p.162):

No silêncio o sentido ecoa no sujeito [...] Um sujeito que diz atravessado por múltiplos discursos [...] O sujeito é itinerante; habita e é habitado por muitos discursos, muitas formações discursivas. O que o mantém em sua “identidade” é o seu estar no silêncio. Porque antes de ser palavra o sentido já foi silêncio. Dito de outro modo, todo sentido posto em palavra já se dispôs antes em silêncio.

Em nosso trabalho de pesquisa, o silêncio, como já anunciado, será utilizado a partir desta conceituação de Orlandi (2002, 2005), buscando perceber os sentidos presentes no silêncio como o *não-dito*, já que para dizer, é preciso *não-dizer*, como apresenta a AD. Daí aparecer, numa tríade de *dizeres e não-dizeres*, o “nosso olhar” interpretativo entre ditos, silêncios e subentendidos, já que a nosso ver se complementam num movimento interpretativo.

É desse cruzamento de discursos pulverizados que trataremos neste capítulo 5, dialogando com as vozes oficiais e anônimas, numa rede de dizeres sobre o cárcere, seus sentidos e efeitos sobre os sujeitos nele inserido.

5.1 DISCURSOS DOS AGENTES INSTITUCIONAIS: DELEGADO TITULAR, COORDENADOR DA CUSTÓDIA E AGENTE CARCERÁRIO DA 16ª DELEGACIA CIRCUNSCRICIONAL DE JACOBINA

Nas entrevistas realizadas com o Coordenador da Custódia, Sr. Paulo Sérgio Ribeiro dos Santos, o Delegado titular da 16ª Delegacia Circunscrição de Jacobina, Sr. Carlos José Habib, e o Agente Carcerário Sr. Antônio Azevedo¹, iniciamos nossa conversa indagando sobre o tempo de serviço em suas respectivas funções, bem como a experiência de cada um frente à situação e/ou cargo que ocupam. Responderam o seguinte:

Há seis anos trabalho no cargo de coordenador de custódia. Aqui na delegacia já estou há oito anos. Eu trabalho administrativamente oito horas diárias, tem que sempre estar por lá [...] para ver se eles estão precisando de alguma coisa, temos nossas revistas semanais, em média duas por semana, tenho que entrar nas celas, nas alas, olhar celas, olhar grades, observar se não tem grades cerradas, algum “buraco” em paredes, conduzir às vezes ao médico, dentista, quando eles estão realmente necessitados, que necessitado tem muitos, mas, infelizmente, às vezes não temos condições diretamente de estar fazendo isso. Além do mais, temos que aguardar autorização da justiça para levá-lo ao médico, mas às vezes demora e não há condições; temos que levar o pessoal está passando mal mesmo, uma emergência [...] E eu poderia ser acusado de omissão de socorro ou coisa desse tipo. (Paulo Sérgio).

Percebemos, conforme explicitado pelo Sr. Paulo Sérgio, que sua experiência no cargo é significativa e ele tem demandas variadas e urgentes diariamente, inclusive encaminhando o encarcerado ao médico, correndo risco de numa dessas emergências ser penalizado, pois, pelo que está subentendido no final de sua fala, a burocracia, aguardando a autorização, pode agravar a situação do detento ou até levá-lo à morte, se não for socorrido em tempo hábil. Descreve a situação como *uma emergência* e age sem o “amparo do documento oficial”, priorizando, assim, a vida humana. Mas se algo não sair a contento, certamente, terá sanções por ter agido sem *a autorização da justiça, ou ao contrário.*

¹ As entrevistas foram realizadas na 16ª Delegacia Circunscrição de Jacobina nas seguintes datas respectivamente 15.02.06, 09.02.06 e 17 de agosto de 2007.

É apontado ainda em seu discurso, que “somente quando estão muito necessitados”, é que tem que agir de alguma forma para socorrer o preso. Está presente, implicitamente, que esta é uma forma de se livrar de algum problema ou de assumir que no cárcere os direitos previstos na Lei de Execução Penal sobre os detentos na prática não se efetivam.

Evidenciada está a contradição do próprio sistema judicial, que é moroso e emperra o trabalho a ser realizado. Por outro lado, segundo o Sr. Paulo Sérgio, poderá ser acusado de omissão de socorro; então trabalha no “fio da navalha”, como popularmente se afirma. Entre esperar a parte burocrática conceder a permissão e salvar uma vida, opta pela segunda alternativa. Em síntese: socorrer é ilegal, não socorrer é ilegal.

O delegado titular, Sr. Carlos José Habib, sobre a mesma questão, diz:

Tenho quatro anos de polícia. Eu era delegado em Saúde; em seguida vim para Jacobina e estou desde então; faz três anos em Jacobina que atuo como delegado titular. Sou delegado titular da delegacia circunscricional de Jacobina. Eu tou à frente da delegacia, respondendo por questões administrativas e também à frente das investigações policiais. Como existem os presos aqui, respondo também; acumulo a função de responder pela carceragem, muito embora os presos não deversem estar aqui, deversem estar em presídio, com pessoal preparado especificamente, os agentes penitenciários, para “cuidar” dos presos, porque os policiais civis não tiveram nenhum tipo de preparo para lidar com o preso, isso aí é um desvio de função. (Carlos J. Habib).

De acordo com as explicações dadas pelo Delegado titular, há uma acúmulo de função nas atividades por ele realizadas, uma vez que além das questões administrativas, é responsável pela carceragem. Neste caso, atua com o Sr. Paulo Sérgio, como responsável maior, sendo seu chefe imediato, já que o Sr. Paulo Sérgio ocupa o cargo de Coordenador da Custódia, previsto no organograma da Secretaria de Segurança Pública. Vejamos o que diz o Sr. Paulo Sérgio sobre a questão:

Eu creio que não vá ser desvio de função, [estar no cargo de Coordenador da Custódia] justamente porque existe um organograma da secretaria [...] Pode ser mesmo o investigador, e o cargo consta nos quadros da segurança pública, e pode ser exercido por um agente de polícia. (Paulo Sérgio).

O depoente, portanto, avalia que, de acordo com a necessidade da instituição, sua atuação no cargo de Coordenador da Custódia não caracterizaria desvio de função por existir no organograma da secretaria, mas devido ao restrito número de funcionários, ele mesmo realiza a função do cargo e de investigador.

Esclarece ainda o Delegado titular, em seu discurso, que os policiais civis não estão preparados para lidar com os presos, existindo, portanto, um desvio de função.

O Sr. Antônio Azevedo, Agente Carcerário, explica que sua função era de auxiliar de presídio e que mesmo tendo mudado para auxiliar administrativo, continua exercendo a mesma função de auxiliar de carceragem, devido ao número reduzido de funcionários e de pessoal qualificado para tal função. O depoente diz:

A minha função aqui, hoje, mudou, que de primeiro era Auxiliar de Presídio. Aí eu sempre trabalhava na carceragem. Hoje é Auxiliar Administrativo, mas continuo na mesma função na carceragem [...] Sempre costumo dizer o dia-a-dia a gente já sabe o que é que tem que fazer é a mesma coisa; a rotina, a rotina do dia-a-dia, é, mas a gente tem que ter também muito jogo de cintura, pra não atrapalhar o trabalho, não atrapalhar o lado da gente, o lado do preso, da família do preso, do nosso chefe. Convivo com todas as pessoas, onde eu tenho aqui [que tem aqui]; não só com o preso, mas também com a família do preso, o advogado do preso; tudo isso são coisas, são uma rotina que a gente tem no dia-a-dia.

As falas sobre seu trabalho revelam que a preocupação em realizar a contento seu trabalho diz respeito aos familiares, ao chefe, aos presos. Para mostrar o que significa estar nesta função usa o termo metafórico e popular “jogo de cintura”. Atender a todos e todas nas condições reais de trabalho que lhes são concedidas é praticamente solicitar que façam o impossível diante da infra-estrutura dada e das condições em que trabalham, haja vista que sobre as condições de trabalho afirma serem péssimas. Falta organização, material de limpeza, o mínimo para manter a 16ª Delegacia funcionando com dignidade. Assim se pronuncia:

É, as condições do que dá que não temos. A própria estrutura é péssima; é ruim. É; falta as coisas, não tem o padrão de organização, de limpeza, a gente tenta organizar uma coisa, organizar outra, mas falta, tem muitas vezes aqui, quando chega essa época, que vem agora a estiagem, falta água. É um sufoco. (Antônio Azevedo).

Quanto à sua experiência na função especificada, afirma:

Já tenho 22 anos de trabalho, 11 anos aqui em Jacobina e já venho de 11 anos que eu venho de fora né? A gente tem que ter aquele cuidado. Pela manhã vê a situação de cada preso, como foi que passou, como é que está, se está bem de saúde, se alguém está doente, né? Vou em cada ala, olhar a situação de cada um, conversar com eles.

Demonstra realizar com zelo as funções que lhe são atribuídas, mas tem consciência das limitações vivenciadas em virtude do próprio sistema carcerário. Ratifica as dificuldades, ao relatar um pouco do cotidiano no cárcere. Eis seu depoimento:

Pra uma cadeia é triste. Tem horas que nós ficamos aqui apelando, ligamos para prefeitura, para pedir um “carro” de água, não está tendo não, está faltando água na cidade, é aquela dificuldade [...] Dificulta o andamento do serviço com a qualidade que deve ser, porque é um ser humano que está ali.

Cada relato feito vai configurando o significado de trabalhar no cárcere entre tantos desafios, dores, tristezas, inseguranças. Afinal, como afirma “um ser humano que está ali”. [cárcere]. O que sinaliza sua concepção sobre o encarcerado, diferentemente dos pontos de vista de outras vozes oficiais que são apresentadas ao longo deste Capítulo.

Após apresentarem suas explicações sobre a experiência profissional, questionamos sobre a infra-estrutura da delegacia e a capacidade para receber os encarcerados. Os depoentes assim se pronunciaram:

A capacidade de ocupação de detentos desta delegacia é de 44 detentos e atualmente estamos com 59 detentos. (Paulo Sérgio).

Na verdade a Lei de Execuções Penais trata de presídios, e aqui nós não temos um presídio, temos uma delegacia [...] Nós temos uma delegacia que atende de forma irregular, presos da justiça, inclusive presos condenados que ficam aguardando a transferência para Salvador. A gente tem uma população hoje em torno de 65 presos e a capacidade é a metade. (Carlos J. Habib).

Aqui a média é de 70, 80 presos, varia; às vezes baixa para cinquenta, cinquenta e poucos, mas chega a 60, 70; quando chega a 80 já está lotado. Deveria ter de 35 a 40 presos aí, aí você chega ao dobro; aí fica difícil [...] Já tem acontecido o preso entrar hoje e com 8 dias, 15 dias, sair de acordo também com a condição financeira dele. É esse lado. (Antônio Azevedo).

Há maior exatidão nos dados indicados pelo Sr. Paulo Sérgio quanto ao número de detentos atual na 16ª Delegacia. Ele afirma ter 59 e o delegado afirma ter em torno de 65, na mesma proporção do que afirma o agente carcerário Sr. Antônio Azevedo. Certamente, pelo fato de lidar diretamente com os encarcerados e realizar a contagem diária, está mais atualizado que o delegado. Mas há ainda discrepâncias nas falas dos sujeitos quanto à capacidade de ocupação, conforme dados explicitados no texto. Para o Delegado, a capacidade é em torno de 32 presos e para o Coordenador da Custódia e o Agente Carcerário é em torno de 40 a 44 presos.

Os pontos de vista são diferenciados para a mesma questão: capacidade da delegacia quanto ao número de detentos. Os discursos do Delgado, do Coordenador da Custódia e Agente Carcerário vão, pois, realçando pontos de contato e deriva. Qual a razão de observarem de forma tão diferenciada o mesmo espaço? Quem mais convive e experiencia o espaço do cárcere nos seus movimentos caminhos sabe dizer com mais precisão sobre ele.

Há aqui os não-ditos presentes na escolha dos discursos do delegado, do Coordenador da Custódia e do Agente Carcerário quanto ao total de presos existentes na delegacia e sua capacidade real. Cada um vai se eximindo diante da lei. E como os presos vão lotando as celas? Chegam sozinhos? Quem os conduz para lá? Não sabem que não mais podem suportar ninguém devido à capacidade das celas? O exagero do número de presos pode revelar nos não-ditos o seguinte: não tenho culpa do que acontece; a culpa é da superlotação. E mesmo assim vão colocando cada encarcerado nas celas? Por que não se manifestam, indo aos órgãos de comunicação, buscando do setor competente que cumpra sua parte no tocante à infraestrutura da delegacia? Por que não deixam os presos na entrada da delegacia, sem ir para as celas e, com isto, atraem a atenção dos noticiários sobre as condições da delegacia onde atuam? Como vimos, cada um vai se eximindo da culpabilidade e deixando para a justiça a responsabilidade de fazer a Lei de Execução ser efetivada na prática.

Vejamos as falas a seguir, ainda sobre a infra-estrutura de delegacia:

A ala B deve dar mais ou menos uns quatro metros por dez; a outra deve dar uns dois metros por dez [...] É, já chegou a ter mais de 80 presos aqui. (Paulo Sérgio).

São duas alas. As celas têm um local reservado para as necessidades; tem umas 20 celas, as alas são diferentes; a ala A é uma ala menor, e a ala B é uma ala mais ampla, mas nas duas alas existem áreas livres de convivência social com os presos e “banho de sol”. As duas alas têm isso. (Carlos J. Habib).

É, uns vão jogar um baralho, outros é aquele que faz o artesanato, outro gosta de deitar [no pátio] e tomar o seu sol, outros se juntam para conversar, bater papo mais próximo. (Antônio Azevedo).

Nas questões a seguir, questionamos sobre as dificuldades existentes para a realização do trabalho de cada profissional e os critérios para a divisão de celas e alas A e B, respectivamente. Eis o que apresentaram como principais dificuldades para a realização de um trabalho de melhor qualidade e sobre os critérios para alojamento dos encarcerados nas celas/alas:

É a falta de apoio, certo. Completo. Da justiça, da promotoria da própria polícia. Porque aqui, acho que é um jogo de faz de conta né. Se está tudo bem, aí ninguém vem aqui; não diz nada, mas se acontece alguma coisa, alguém vem me cobrar porque aconteceu. Ninguém me dá apoio, apoio que eu digo assim, as condições necessárias [...] E fica aquele jogo de empurra, porque nós temos atribuições com o preso de justiça, nossa atribuição como policial civil. Chefe de Custódia seria só custodiar a pessoa presa em flagrante e encaminhar para detenção para o presídio e pronto [...] Até oficializar a lavratura do flagrante ou do cumprimento do mandado judicial, pronto, acabaria nossa função aí. Apresentaríamos a detenção a um responsável penitenciário e pronto, mas não, infelizmente a gente tem que fazer todo tipo de serviço aqui. (Paulo Sérgio).

Professora a gente não, muitas vezes, a gente não conversa muito, porque a gente não [pausa], parece que incomoda, você chegar pra dizer me arruma uma vassoura, porque não tem uma vassoura pro preso varrer a cadeia. Tem dias que eles ficam aí apelando. Rapaz, eu vou ali, compro um pacotinho de sabão de um real, toma aí pra

lavar a cela. As celas com 4 metros quadrados, com um banheiro improvisado ali dentro, um vaso só no chão e um chuveiro que não cai a água. (Antônio Azevedo).

Os pontos convergentes aparecem no discurso sobre a metragem das alas. É salientada pelo Sr. Paulo Sérgio a superlotação já existente, chegando a 80 presos neste espaço reduzido. Neste mesmo aspecto o Sr. Antônio Azevedo evidencia as precárias condições estruturais e o não cumprimento legal da metragem das celas, como já sinalizado em outros capítulos desta tese. O “jogo de empurra”, citado pelo senhor Paulo Sérgio, é ratificado pelo número de presos informado pelos entrevistados já citado, para além da capacidade da delegacia.

Os dizeres são marcados pela indignação subentendida, e às vezes explícita, como na expressão utilizada pelo Sr. Paulo “jogo de faz de conta”; também é sinalizada em seu discurso a falta de apoio para a realização do trabalho e o reconhecimento de que, se algo acontecer, sair da rotina, da normalidade “[...] alguém vem me cobrar porque aconteceu, ninguém me dá apoio, apoio que eu digo assim, as condições necessárias.” Neste contexto, já há mudanças e cobranças quanto a sua atuação como profissional, mas, contraditoriamente, as condições de trabalho são precárias, conforme sinalizam os explícitos do discurso registrado. Além disso, as funções, oficialmente, segundo o entrevistado Sr. Paulo Sérgio, são as informadas no excerto, mas na prática ocorre o contrário; são as necessidades reais que o impelem a realizar, como afirmado, qualquer tipo de serviço.

Vejamos o que afirma o Delegado titular, Sr. Carlos José Habib, sobre a mesma questão: dificuldades existentes ao realizar o trabalho que lhe compete.

O problema maior é que a gente tem que administrar conflitos o tempo todo, não só no cárcere, mas na delegacia como um todo existem conflitos. As pessoas são diferentes e a coisa se agrava mais ainda no cárcere. São pessoas de locais diferentes, são pessoas que praticaram delitos diferentes, têm que conviver, não tem uma válvula de escape, eles têm que estar aí neste ambiente. Se houver um problema entre eles, temos que administrar, porque não tem pra onde mandar. Então esse é o maior desafio: manter a tranqüilidade, a serenidade nesse ambiente, que não é um dos mais saudáveis [...] Além do mais, existe uma quantidade superior de detentos para a nossa capacidade. (Carlos J. Habib).

É evidente, no discurso do Sr. Carlos José Habib, um dizer menos indignado e mais oficial sobre seu trabalho, mais comedido, estratégico e contido, diferente do discurso do

Coordenador da Custódia. Embora admita que administrar conflitos é o maior desafio, cita em seguida que outro entrave é a quantidade de detentos superior à capacidade da delegacia. Não faz menção às condições de trabalho oferecidas e se este fato implica na qualidade dos serviços prestados por ele.

Para a AD, temos diferentes concepções do *não-dito* (implícitos, silêncios, implicatura). Nos ditos que aqui registramos, com base nas entrevistas abertas, captamos *implicaturas*, como afirma a AD, presente no dizer do delegado titular, ao afirmar explicitamente que o desafio é manter a tranquilidade e serenidade num ambiente que não é saudável. A implicatura reside no fato de expor-se, mesmo sendo do quadro da polícia.

Sobre os critérios para alocarem os detentos nas celas e nas alas A e B, obtivemos os seguintes dados:

Os critérios é uma questão do número. É, quantidade, de acordo com o que vai chegando, nós vamos “colocando” de um lado e de outro. Infelizmente é isso. O que a Lei de Execução Penal fala é que cada preso deve cumprir sua pena de acordo com o crime. Infelizmente não, nem há condições de fazer. O espaço físico não permite, não é bom. (Paulo Sérgio).

É feito sim. A gente divide; na ala A estão os presos mais tranquilos; os presos mais perigosos estão na ala B. A gente não pode fazer um aprofundamento maior, um estudo aqui, porque não temos estrutura. Seria uma coisa utópica aplicar certas determinações legais aqui, porque a gente não tem estrutura, isso não é feito; é complicado pra gente aqui [...] A gente tem que trabalhar aqui com que está ao alcance. As instalações são essas, a gente não tem muito como modificar isso. Agora, os presos têm toda liberdade; os parentes trazem material de limpeza, material higiênico, de higiene pessoal, agora cabe a cada um deles fazer sua própria higiene pessoal e de sua cela. O material é permitido a entrada, material de limpeza e higiene pessoal. (Carlos J. Habib).

Quanto ao aspecto da divisão/critérios para alojamentos dos detentos, conforme os delitos cometidos, há divergências explícitas. O Delegado afirma: *É feito sim, a gente divide; na Ala A estão os presos mais tranquilos, os presos mais perigosos estão na Ala B*; enquanto o Coordenador da Custódia informa que, infelizmente, esta divisão não é feita. *Os critérios é uma questão de número*, diz ele.

O Delegado amplia sua afirmação quanto aos critérios, informando que *não pode fazer um aprofundamento maior, um estudo aqui porque não temos estrutura, seria uma coisa utópica aplicar certas determinações legais*. Deixa claro, portanto, que tem conhecimento do que reza na Lei de Execução Penal sobre a questão. Já o Coordenador da Custódia faz clara menção à Lei de Execução Penal, não para justificar que não é cumprida na Delegacia de Jacobina, como faz o Delegado, mas para ratificar que não é cumprida naquele contexto. Afirma que o que a Lei de Execução Penal fala é que cada preso deve cumprir sua pena de acordo com o crime, mas que, infelizmente, não há condições de ser deste modo, pois o espaço físico não permite.

Quanto aos critérios de ordenamento dos encarcerados nas celas e principais dificuldades na realização de seu trabalho, o Sr. Antônio Azevedo, Agente Carcerário, diz:

Não tem como dividir, mistura tudo. Quer dizer, uma pessoa dessa precisa de uma oportunidade e se der ele vai cumprir. Já tem acontecido deles sair daqui e não voltar mais. A gente vê, toma uma vida diferente, tão aí trabalhando. Professora, a gente nunca atende o que pede, porque nós não temos a matéria-prima na mão, assim, pra fazer né? [...] Eu acho que eu faço um bom trabalho, não faço melhor porque não tenho, a gente não tem... não só eu, como os outros também não fazem porque não tem... , muitas vezes a gente deixa de fazer um bom trabalho, porque não tem aquilo... [material necessário, indicou anteriormente como matéria-prima]. (Antônio Azevedo)

As formas de dizer se diferenciam entre Delegado, Coordenador e Agente Carcerário e são escolhidas de forma estratégica pelo primeiro, que explicita ser “utópico aplicar certas determinações legais” na 16ª Delegacia Circunscrição de Jacobina. O Coordenador traz como primeira instância discursiva o não-cumprimento da Lei de Execução Penal, para depois justificar: “Infelizmente não, nem há condições de fazer. O espaço físico não permite.” E o agente avalia seu trabalho a partir dos discursos dos outros sobre seu desempenho, fala, portanto, a partir de outros discursos e tece sua avaliação sem comprometer-se, afirmando que realiza um bom trabalho. Neste sentido, apenas referenda o que é dito pelos que convivem com ele no cotidiano do cárcere. Entretanto, no final de seu discurso, toma para si um discurso includente, usando a expressão “a gente” para avaliar seu desempenho nas funções que realiza e, implicitamente, avalia os colegas, indicando que não fazem melhor, porque as condições de trabalho dadas a ele e aos demais não são favoráveis. Vai corrigindo o texto ao

longo de seu dizer e usa a atividade epilíngüística² para ir adequando seu texto, de forma a conseguir a adesão do interlocutor. Percebam o uso das expressões “não faço melhor”, “a gente deixa de fazer”, “não fazem porque”, que ratificam sua modalização discursiva e avalia-se, incluindo no mesmo discurso a avaliação dos colegas de trabalho.

As modalizações, ou seja, os modos de dizer modificam os efeitos de sentido nos interlocutores que ouvem ou lêem as respostas dadas. No primeiro discurso, a tendência do leitor/a é concordar que não é possível cumprir a Lei de Execução Penal sem sequer remeter-se ao encarcerado; ao ler o que afirma o segundo locutor, o leitor/a é remetido/a a perceber que o encarcerado é tratado de forma negligenciada na 16ª Delegacia, que sequer atende ao critério básico de separar nas celas e alas o/a detento/a conforme a gravidade de seu delito, descumprindo, assim, a Lei de Execução Penal.

Em relação à limpeza do cárcere, registramos o seguinte relato:

Na área interna lá deles, são eles mesmo que cuidam da limpeza. Praticamente nada é cedido pela delegacia; são por conta deles mesmo, ou seja, os familiares. Exato, uma vassoura, detergente coisa do gênero [...] Pro banho eles usam o mesmo que o vaso sanitário que eles chamam de boi, que é bem paralelo ao solo mesmo, não é esse comercial que a gente tem em casa. Esse mesmo que eles usam para as necessidades fisiológicas, eles também usam para o banho [...] Não tem chuveiro. Alguma ou outra cela existe um cano que cai a água. É, mas no sanitário é um banho de theco mesmo. É, normalmente eles/as usam garrafas peti de refrigerante e guardam, estocam água, falta muita água, aqui tem esse problema também de falta de água, principalmente nesta época de estiagem, eles guardam e usam, normalmente usam no banho, vão “jogando” água no corpo [...] Infelizmente, aqui é precário, totalmente. Ontem mesmo eu tive que adquirir uma torneira com meu próprio dinheiro, para colocar ali, porque se não a água iria perder todinha, tive que colocar lá no corredor, com dinheiro, assim como outras coisas. (Paulo Sérgio).

Os serviços de limpeza e higiene foram classificados como precários, não atendendo ao que reza a legislação sobre o ambiente limpo, arejado, com espaçamento de 6m², indicado na Lei de Execução Penal (BRASIL, 2006) já referenciada em outros capítulos. A descrição

² Nas atividades epilíngüísticas a reflexão está voltada para o uso da língua no próprio interior da atividade lingüística em que se realiza. O produtor do texto vai fazendo a adequação do texto aos objetivos pretendidos, usando os recursos expressivos da língua, conforme sua intencionalidade e finalidade. Cf. Brasil (1997, v.2, p. 28).

fornecida retrata de forma contundente a afirmação do Sr. Paulo Sérgio, ao afirmar “Infelizmente aqui, é precário”, *totalmente*, salientando que, inclusive, teve que comprar uma torneira com seus recursos, a fim de conter o derramamento de água. Esta questão está detalhada na análise feita na introdução da tese, no tópico que trata do lócus da pesquisa.

Os serviços de limpeza e higiene foram assim descritos pelo Delgado titular, Sr. Carlos José Habib:

Eles não deveriam ficar aqui por muito tempo. Pelo fato de não ser um presídio, a permanência deles deveria ser curta, 24 horas, no máximo 48 horas. Quando há permanência deles por muito mais tempo, é claro que existem problemas de limpeza, eles têm água a vontade para banho, para tudo que precisarem, dentro das celas. Eles fazem a limpeza deles, mas não chega a ser muito satisfatório, por mais que a gente também forneça condições para limpeza, às vezes a própria estrutura da carceragem não permite. A limpeza é aquela básica, sem nenhum aprofundamento [...] Em cada cela há um sanitário. Não é exatamente um sanitário, um local reservado para as necessidades; eles chamam de boi. Os banhos, eles tomam do lado de fora, na área externa, com mangueira. Não tem chuveiro, é com a mangueira; e dessa forma eles vão se ajeitando.

O Sr. Antônio Azevedo, sobre esta questão, declarou:

Pra uma cadeia é triste. Tem horas que nós ficamos aqui apelando, ligamos para prefeitura para pedir um “carro” de água não está tendo não, está faltando água na cidade, é aquela dificuldade [...] A lei não diz que o detento é pra morrer de fome, de dor.

Há aqui, na frase final do dizer do senhor Antônio Azevedo, um exemplo de *implicatura*, conforme nos mostra a AD. Se a lei não diz que é para o detento morrer de fome e de dor e se nada é feito neste aspecto, então eles morrem. Ele se implica em seu dizer, ainda que faça parte da instituição carcerária.

Diferentemente dos discursos verbalizados pelo Coordenador da Custódia, o Delegado inicia sua avaliação sobre a limpeza justificando que a permanência dos detentos na delegacia deveria ser curta, pois não se trata de um presídio. Questionamos: a limpeza não deveria ser realizada a contento, independente do tempo de permanência no cárcere? O Sr. Carlos José

Habib admite que há problemas de limpeza, mas somente depois de justificar a causa, já citada. O discurso do delegado diverge da fala do Coordenador da Custódia quanto à água, pois, para o Sr. Carlos José Habib, esta questão não é um problema: “eles têm água à vontade para banho para tudo que precisarem.” Para o Sr. Paulo Sérgio, é exatamente o contrário: “normalmente eles(as) usam garrafas peti de refrigerante e guardam, estocam água, falta muita água, aqui tem esse problema também de falta de água, principalmente nesta época de estiagem, eles guardam e usam, normalmente usam no banho vão “jogando” água no corpo.”

Este mesmo fato acerca da limpeza e da escassez de água é avaliado pelo Sr. Antônio Azevedo como apelativo e triste, considerando tratar-se de um serviço para o coletivo. A síntese sobre as condições do encarcerado enfatizam as condições reais do cárcere, quando afirma que a lei não diz que é para o detento passar toda sorte de provação e humilhação, até por que implícito em seu discurso está: “o detento já está pagando seu preço, acertando seu débito com a justiça.”

Como é que vai limpar? E tem vez que o preso compra. Tem vez que eles compram o material de limpeza; de limpeza deles, quem tem é eles. A família quando vem, todo dia de visita a família traz o sabão, o sabão em pó. Como é que se faz um bom trabalho desse jeito? (Antônio Azevedo).

Os discursos são atravessados por diferentes formações discursivas que nos remetem a leituras plurais. Este aspecto, segundo a AD, na afirmação de Orlandi (2005, p.34):

Seria se propor a construir escutas que permitem levar em conta efeitos e explicar a relação com esse “saber” que não se aprende, não se ensina, mas produz seus efeitos. Essa nova prática de leitura que é discursiva, consiste em considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária.

Este é o esforço aqui empreendido na leitura dos discursos que vão sendo ditos de modos diversos, estratégicos, com escolhas que não são aleatórias, mas, ao contrário, vão conduzindo a efeitos de sentido diferentes, que deixam nos *ditos*, tanto quanto nos *não-ditos*, muitos *silêncios*, cujas estratégias de dizer vão marcando os lugares ideológicos de onde cada um fala. Como referimos no início deste capítulo, a AD considera os lugares diversos na posição social ocupada pelos sujeitos individualmente, o que é ratificado nos diferentes

discursos que são enunciados dos lugares de Delegado, de Coordenador da Custódia e do Agente Carcerário.

Um outro aspecto evidenciado nas entrevistas diz respeito à questão alimentar no cárcere. Procuramos saber se havia registro de queixas dos encarcerados sobre a alimentação e obtivemos as seguintes informações:

Bom. Bom na medida do possível, porque eles têm também que cumprir o contrato, que o estado paga a eles [licitação pública]. O estado manda o contrato e vem dizendo o que deve fornecer na alimentação, verduras etc. e a quantidade. O cardápio vem dizendo o que deve ser servido por dia [...] A gente tem que informar logo se há algum problema ou para ser substituída, ou coisa desse tipo. É básica. É o café da manhã, que se chama de ‘injinjum’, e a janta, que é a noite, são dois pães para cada preso e o café preto. No geral, no almoço, serve feijão, arroz, verdura tem que ter, e alguns pedaços de carne branca, vermelha. Não varia muito; é tanto que os presos, a maioria deles, quando recebe visitas todo final de semana, os familiares trazem alimentação para eles. Não tem lanche. É tanto que o estado paga uma diária por cada alimentação de preso no valor de três e pouco reais. É freqüente a queixa sobre a alimentação aqui. (Paulo Sérgio).

Segundo o Sr. Paulo Sérgio, não é possível afirmar que seja de qualidade a alimentação servida aos detentos, até porque, pelo preço, no valor de menos de três reais cada refeição, não daria para ser balanceada com proteínas, gorduras, ferro, dentre outros elementos. Ratifica ainda que as queixas são freqüentes em relação à má qualidade da comida e que os detentos se alimentam melhor no final de semana, por conta da visita dos familiares, ocasião em que recebem frutas, merendas diversas e ingredientes para prepararem suas refeições.

O café é pior ainda que o almoço, pois, segundo informou nosso entrevistado, “são dois pães para cada preso e o café preto”. O relato ratifica o descumprimento da Lei de Execução Penal (BRASIL, 2006, p. 2), nos seus parágrafos 12 e 13 sobre a assistência material:

Art. 12. A assistência material ao preso e ao internado consistirá no fornecimento de alimentação, vestuário e instalações higiênicas.

Art. 13. O estabelecimento disporá de instalações e serviços que atendam aos presos nas suas necessidades pessoais, além de locais destinados à venda de produtos e objetos permitidos e não fornecidos pela Administração.

O relato apresentado ratifica, pois, a forma desrespeitosa como são tratados os detentos. Vejamos a resposta do Delegado titular sobre a mesma questão.

É, a gente também tem que analisar o seguinte, eles estão presos, eles não estão exercendo nenhuma atividade, vamos dizer produtiva, e estão recebendo as três refeições diárias. Eles estão se alimentando melhor que muitos lavradores que passa o dia inteiro trabalhando e tem só às vezes uma refeição diária. O Estado não os deixa passar fome; eles têm as refeições, mas é claro, que alguns deles reclamam da quantidade, da qualidade. Da variedade também, mas a gente procura na medida do possível estar avaliando também a qualidade [...] A partir do momento em que eles chegam aqui, eles passam a ser responsabilidade do estado. O estado tem que manter ele em boas condições físicas e mentais; a gente faz o possível para manter isso. A comida é de boa qualidade, eu, inclusive, individualmente, peço uma para mim, sem informar ao fornecedor, sem eles saberem, provo, entendeu? É claro a gente tem que analisar que é uma alimentação balanceada; eles não comem o que querem comer, existe um cardápio fornecido pelo estado. A empresa que ganhou a licitação, ela cumpre rigorosamente o cardápio. Então eles têm as três refeições diárias dentro do cardápio fornecido pelo estado; esse cardápio é feito em cima de orientações de nutricionistas [...] Toda quinta-feira, dia de visitas, eles trazem alimentos complementares e os presos se alimentam naturalmente, inclusive alguns deles cozinham dentro da própria cela. (Carlos J. Habib).

Na verdade o delegado ratifica o discurso da lei. Os não-ditos da lei, já que não está explícito na lei que deverá ser uma alimentação balanceada. O artigo 41 da referida Lei, diz o seguinte: “I - alimentação suficiente e vestuário.” (BRASIL, 2006, p. 7). Este texto poderá ser apenas entendido como prover a alimentação do presidiário; se com qualidade ou não, não importa.

Podemos ver como os discursos são ditos de formas distintas e trazem efeitos de sentido também diferenciados. A condição primeira a ser avaliada não foi a alimentação, mas os encarcerados que, por estarem presos, são comparados a lavradores que trabalham e são úteis e nem sempre dispõem de uma alimentação que sequer se aproxime da que recebem os detentos. Neste caso, o mais importante não é o dito, mas o *não-dito*, que se expressa no lugar do dito, pois se o dito fosse “São seres humanos e somente por esta condição deveriam receber comida decente”, não teríamos o dito trazido pelo sujeito que se expressou afirmando

que os encarcerados não passam fome, mas que, por outro lado, não estão sendo úteis, trabalhando, realizando atividades produtivas, logo, alimentam-se melhor do que muitos trabalhadores brasileiros e baianos.

De fato, o dizer sempre remete a um *não-dizer* que se apresenta na ausência, mas presente de forma subentendida tem uma relação com o não-dizer. Neste contexto, como diz Orlandi (2005, p. 82): “[...] o não-dito é subsidiário ao dito. De alguma forma, o complementa.” Salienta ainda Orlandi (2005, p.32), que “[...] o dizer não é propriedade particular. As palavras não são nossas. Elas significam pela história e pela língua”. Por isso mesmo, as palavras ditas dão-nos pistas e possibilitam-nos ancorar o texto no contexto e ler os explícitos e implícitos, como veremos a seguir, no exemplo dado pelo Delegado titular acerca da alimentação.

A exposição do Delegado titular, Sr. Carlos Habib, sobre a qualidade da comida, remete-nos a um ponto controverso de seu discurso, quando afirma que a comida oferecida é balanceada e acompanhada por nutricionistas e que é permitida a entrada de alimentos trazidos pelos familiares, para complementar a comida servida no cárcere. Se a comida é de boa qualidade, por que permitir a entrada de alimentos por parte dos familiares? Não seria desnecessário?

Questionamos também se os entrevistados comiam da alimentação servida aos encarcerados para avaliarem-na. Eis as respostas:

É, eu também tenho que estar olhando a qualidade, sempre tem que estar olhando para avaliar, mas as queixas deles são freqüentes. Já comi, mas é aquela coisa; se você comer todo dia isso aí enjoa mesmo, porque para você cozinhar para 60 pessoas em média. (Paulo Sérgio).

Eles reclamam muitas vezes da qualidade e da quantidade, mas essa qualidade é comparada por mim pessoalmente, entendeu? De maneira alguma é sem qualidade; eu já fiz visita lá no local, a pessoa que serve aqui usa touca, existe higiene, mas aqui não tem como agradar a todo mundo, sempre vai ter alguém reclamando de alguma forma. Quando eu estava em Salvador, que eu atuava como advogado, eu advoguei na área criminal e freqüentei por algum tempo a penitenciária Lemos de Brito, distrito de Salvador. Lá também eu almoçava a convite do diretor e a alimentação é bem semelhante à daqui, não é nada muito pesado, é básico: feijão, arroz, uma salada, macarrão, uma carne, frango ou carne de boi; essa é a variação. (Carlos J. Habib).

O relato do Agente Carcerário, Sr. Antônio Azevedo, sobre a alimentação dos encarcerados, é uma confluência dos discursos dos encarcerados, do Coordenador da Custódia e dos familiares, que utilizam adjetivos como “péssima”, “ruim”, “sem tempero”, “sem gosto”, “feia”, para nos dar uma idéia da alimentação que é servida cotidianamente.

O Sr. Antônio Azevedo tem consciência de sua limitação para modificar a realidade alimentar no cárcere e traz de forma explícita que “joga com eles”, encarcerados, ou seja, mesmo sabendo que virá o mesmo almoço no dia seguinte, tenta acalmar os ânimos e mediar a reivindicação junto à pessoa encarregada de servir a alimentação na 16ª Delegacia de Jacobina. Eis o pronunciamento do Sr. Antônio Azevedo:

Ó é feia; é ruim, é péssima, aquele trio feijão, arroz e um pedacinho de frango e tem vez que vem mal feito aquele negócio, e aí você tem que ficar “jogando” com ele: ó rapaz vamos vê se vai melhorar amanhã eu vou conversar. É, melhora dois, três dias e depois volta tudo ao que era antes. Já comi; Já, já, é um gosto triste.

Há aqui, nas respostas dadas, defesas sobre a qualidade da alimentação, sustentando ser boa. O discurso anterior, entretanto, admite que a alimentação é avaliada, mas se tivesse ele mesmo que comer todos os dias enjoaria. Os não-ditos se configuram nas expressões “comer todo dia isso”, o que significa isso? Essa comida sem qualidade? Sem gosto? E ainda na expressão: “Já comi, mas é aquela coisa”. Que coisa? Que comer cotidianamente essa alimentação se torna insuportável? Eis o implícito!

O entrevistado Sr. Carlos J. Habib, de forma bastante diferenciada, argumenta sobre este aspecto, ao informar que se alimentava em outra instituição carcerária e que a qualidade se assemelhava à comida servida na Delegacia de Jacobina. As vozes, embora representem as vozes oficiais da instituição carcerária, materializam-se com sentidos próprios e apropriados, de lugares ideológicos diferenciados, que demarcam as estratégias de *poder-saber*, como afirma Foucault (2003, p.248): “[...] o poder é coextensivo ao corpo social; [...] as relações de poder são intrincadas em outros tipos de relações (de produção, de família, de sexualidade) em que desempenham um papel ao mesmo tempo condicionante e condicionado”.

O autor faz referência aos condicionamentos que se proliferam no corpo social, que também vão engendrando nossos corpos e mentes, deixando-nos condicionados a manter a ordem vigente de estereótipos nas diversas relações sociais. Reportando-nos aos discursos, aos vários “falares” dos entrevistados, vemos que vão condicionando fazeres, materializando

ações e instituindo práticas de estigmas, juízos de valor sobre o cárcere e os sujeitos nele inseridos.

O relato do Agente Carcerário ratifica o descumprimento da Lei de Execução Penal, nos seus parágrafos 12 e 13, citados anteriormente, sobre a assistência material e a forma desrespeitosa como são tratados os encarcerados.

Quando se expressaram sobre as doenças mais comuns no presídio, os entrevistados descreveram o cotidiano que se apresenta no cárcere e as estratégias utilizadas para conviverem com as situações. Inquirimos também se recebem visitas/serviços de médicos, odontólogos, psicólogos para assistirem os presos. Vejamos o discurso do Delegado Carlos J. Habib:

Doenças mais comuns são de questão de natureza emocional; alguns deles já tiveram crises de stress, doenças de pele, na época do inverno muita gripe, até por causa do ambiente, que não é muito saudável. As registradas são essas; a gente não tem conhecimento de outras. Existiram presos aqui que eram portadores do HIV, era soropositivo, mas não estão mais aqui, e eles passam periodicamente por exames de sangue, que nós conseguimos junto à prefeitura. Estamos aguardando um trailer para que eles passem por atendimento médico e odontológico. Mas a gente depende da prefeitura, porque nós não temos condições de custear essas despesas, nem temos condições de levar um a um a um posto de saúde. A gente depende do apoio que a prefeitura nós dá. Houve a promessa, e nós estamos aguardando, que venha o trailer pra cá. Não vem médico. Vem o pessoal da Secretária de Saúde coletar, fazer a coleta de exames; trabalham em relação a vermes, dores de cabeça, de estômago. A gente conseguiu junto à comunidade, alguns proprietários de farmácia, alguns remédios; então a gente tem uma pequena farmácia aqui dentro; quando há necessidade agente fornece para eles, eles solicitam e a gente fornece tipo para dores de estômago, dores de barriga, dor de cabeça; então a gente tem isso aqui em estoque, periodicamente vem um laboratório coletar amostra de sangue neles e também a gente aguarda a vinda do trailer da prefeitura para que faça atendimento médico e odontológico.

O informe sobre as doenças mais comuns evidenciou que não há nenhum serviço de saúde que assista aos encarcerados, mas sim ações paliativas realizadas por profissionais que “cuidam” deles no cotidiano. Há, por parte de alguns proprietários de farmácias da cidade de

Jacobina, a doação de medicamentos para dores em geral, indicando a ocorrência de automedicação por parte dos detentos, a partir de suas queixas.

A delegacia, por meio de seu representante oficial, o Delegado titular, solicitou da prefeitura, segundo seu depoimento, a parceria nos serviços de *trailer*, mas ainda não foi atendido. Quanto às doenças crônicas ou de outra ordem que surgem no presídio, o Delegado titular respondeu:

Veja bem, todos os presos que estão aqui, eles estão à disposição da justiça. A gente só faz “guardar” eles; não depende da gente a liberação nem nada disso, então para se conseguir uma liberação para um tratamento fora daqui, através de um advogado pedir, peticionar ao juiz para que ele autorize, aí, dentro das circunstâncias, o juiz pode autorizar ou não. É claro se existir uma crise de qualquer doença aqui dentro, a gente prontamente coloca na viatura e leva para o hospital, volta e meia acontece, o preso teve uma crise, a gente tem de levar para o hospital, para que ele possa ter o atendimento. Mas a gente não tem condição de estar levando o preso para acompanhamento médico, porque a nossa estrutura não permite. A gente não tem infra-estrutura de presídio, inclusive no presídio deve existir um posto médico, a gente não tem aqui. (Carlos J. Habib).

Assim, fica claro no discurso dito que há uma trajetória burocrática a ser percorrida para a liberação do doente para tratamento, o que pode implicar no agravamento da saúde. E ainda pode ocorrer a não-autorização do juiz. Além disso, é alegada a não-condição estrutural da delegacia para realizar tal serviço, o que deixa implícito que não há praticamente serviço algum que atenda aos doentes no presídio. A função da delegacia, segundo o Delegado, é “guardar” o preso que é tutelado do Estado e, portanto, de responsabilidade da justiça.

Vejam os que dizem o Coordenador da Custódia, Sr. Paulo Sérgio, e o Agente Carcerário, Sr. Antônio Azevedo, sobre esta questão:

Doenças pulmonares, falta de ar, gripes, doenças gastrointestinais, diarreia; acho que devido a água. São as mais comuns. É porque a água não existe um tratamento adequado para a água. A comida não, a comida é relativamente boa, tem higiene, mas a água fica a desejar. É tanto que muitos deles compram água mineral [...] (Paulo Sérgio).

Há uns anos atrás tinha né? Raro, tinha aqui um convênio, uma coisa aqui com a delegacia com a prefeitura e a prefeitura mandava; todo final de mês vinha aqui aquele trailer, aí o dentista fazia o tratamento do dente, era o médico que vinha fazer uma consulta aí, uma coisa... É, mas de uns tempos pra cá as coisas só vem diminuindo, as coisas está difícil; tem vezes que a gente pede e não chega aqui [...] Não, eles pedir não, é exigir; não é direito deles? Agora, só que eles só tem dever, direitos depois. (Antônio Azevedo).

A questão da saúde, segundo os depoimentos, desdobram-se em outras questões ligadas ao ambiente do presídio, envolvendo água, umidade, ventilação, péssimas condições do cárcere em relação a paredes, piso, higiene, como já apresentamos nas fotografias, quando descrevemos as celas na introdução desta tese. Quanto às doenças crônicas ou de outra ordem que surgem no presídio, o Coordenador da Custódia admitiu:

Infelizmente, a gente tem que ver o caso, né? Agente não é médico, mas eles mesmos se queixam, os casos de maior gravidade, os colegas se queixam, aí a gente tem que levar para o hospital; mas a gente fica naquela coisa, você não é médico, você tem que estar selecionando, você não tem a todo momento uma viatura efetiva para levar, e se for realmente uma coisa grave e o cara vier a óbito, então a gente fica nessa. Porque a viatura da gente é para efetivar o serviço de polícia [...]

Se há ou não serviços de parcerias com médicos, psicólogos, odontólogos, respondeu:

Antigamente vinha um trailer, em gestões anteriores, mas, hoje, inclusive eu procurei o pessoal lá, mas o pessoal me falou que estava faltando motorista. A gente fica aqui com queixas e mais queixas [...] A questão é só o cerceamento de liberdade, nada mais que isso [...] Aí o que acontece a tendência é que essa doença de resfriado, muita gripe, muita coisa assim, muita coceira porque diz eu não estou agüentando. Aí tem que pegar e levar no hospital às vezes chega lá não dá resultado volta tem que levar novamente e quando chega o tempo de calor é insuportável para ficar. Esses homens tem celas dessa aqui que tem horas que fica 8,9,10 dentro de uma cela. É; até que o remédio que ele toma muitas vezes na hora falta aí a situação foi se complicando aí. (Antônio Azevedo).

O entrevistado explicou o que geralmente acontece quando os encarcerados que estão “adoentados” precisam de remédio e atendimento médico, além de ressaltar as condições das celas, que contribuem para casos de alergia, gripes, falta de ar, entre outras afecções.

As questões referentes às doenças crônicas e às parcerias com a comunidade ratificam o tratamento disponibilizado aos encarcerados quanto a sua condição humana, aliado às condições de estrutura da delegacia para atendê-los. Já houve, segundo o depoimento do Coordenador da Custódia, Sr. Paulo Sérgio, ações em parceria com a Prefeitura Municipal no serviço móvel do *trailer*, para conceder aos presidiários atendimento médico e odontológico menos especializados. Sobre esta mesma questão o Sr. Antônio Azevedo esclareceu haver, há alguns anos, um serviço de parceria com a Prefeitura Municipal, mas que não mais existe. Na verdade, a cada dia, a situação torna-se mais e mais precária, os encarcerados mais desassistidos.

O entrevistado Paulo Sérgio assim sintetiza a situação: “A questão é só o cerceamento de liberdade, nada mais que isso”. A dívida para com a justiça é a questão central e única. Como são tratados e quais suas reais necessidades como seres humanos é irrelevante, segundo podemos inferir dos discursos proferidos. Para isso, o cárcere serve muito bem, segundo Michel Foucault (1987, p.197), que afirma: “[...] cadeia, casa de correção, devem em princípio corresponder mais ou menos a essas diferenças e realizar um castigo não só graduado em intensidade, mas diversificado em seus objetivos.” Assim, as práticas identificadas pelo autor citado nas prisões desde os idos de mais de um século continuam presentes nas sociedades: uma escola sombria, que forma mais e mais profissionais do crime. Até quando?!

Outro aspecto que emergiu das entrevistas foi a representação sobre as relações interpessoais no cárcere, a partir das vozes oficiais; a representação e o jogo de imagens dos encarcerados, nas vozes dos próprios entrevistados, sobre a imagem que acreditam ser feita deles pelos presidiários.

Na minha análise [risos]. Porque você está sendo policial e trabalhar com os presos é muito difícil, porque você tem que deixar essa parte policial um pouco de lado e trabalhar mais a parte carcerária, porque a parte policial a gente é treinado, orientado para a repressão ao crime. Veja, só eu tenho que prender o cara e depois tomar conta dele, e às vezes eu tenho que prender de forma enérgica, né, e às vezes eu tenho de ter relacionamento com o cara. Estabelecer relação com ele [encarcerado] relação de respeito. (Paulo Sérgio).

Ao questionarmos se as relações interpessoais eram conflituosas e difíceis entre o Coordenador da Custódia e os encarcerados, ouvimos a seguinte resposta:

Não. Meu relacionamento com eles é muito bom, porque é na base do respeito. Eu respeito eles e eles me respeitam, acima de tudo tem que ser assim, é quando há a necessidade, digamos, de punir algum, suprimir um “banho de sol” para ele, se ele realmente tiver errado, ele e os outros aceitam tranqüilamente. O que eu nunca procuro mesmo é qualquer tipo de agressão física ou moral; eu nunca procuro discutir com eles, mesmo porque eles perderão o respeito. (Paulo Sérgio).

Sobre esta questão, o Sr. Antonio Azevedo assim se pronunciou:

A gente tem que ter paciência, tem que ter também o cuidado com as pessoas. Uma mãe chega aqui com o filho que acabou de chegar na cadeia, ela vai chegar aqui é transtornada.

As falas demarcam os lugares de cada um em relação a si e seu fazer na instituição. No geral acreditam ter uma imagem positiva sobre suas pessoas e seu trabalho e o respeito, a paciência, a escuta, segundo os depoentes são os fatores para esta percepção por parte dos encarcerados. O colocar-se no lugar do outro para analisar suas dores, descrenças, limitações, grosserias, transtornos e desequilíbrios vão dando o ritmo dos acontecimentos dolorosos que proliferam no ambiente do cárcere.

Pelas respostas dadas, é perceptível que as relações estabelecidas com os encarcerados buscam primar pelo respeito mútuo, não deixando de existir conflitos e discordâncias, sobretudo num ambiente hostil e permeado de carências de todas as ordens, como o cárcere. Pela fala do Coordenador, a punição existe, sempre que preciso, para disciplinar e manter a ordem. Eis a afirmativa: “quando há a necessidade, digamos, de punir algum, suprimir um ‘bando de sol’ para ele, se ele realmente tiver errado, ele e os outros aceitam tranqüilamente”. Reafirma que a prioridade é manter uma relação de respeito e nunca utilizar a agressão física e moral. Assim diz: “O que eu nunca procuro mesmo é qualquer tipo de agressão física ou moral”.

Estas são as representações que indicam os lugares atribuídos pelo interlocutor a si mesmo. Segundo a AD, na perspectiva de Cardoso (2005, p.39): “[...] é uma série de

formações imaginárias que designam os lugares que os interlocutores atribuem a si mesmos e ao outro, isto é, a imagem que fazem do seu próprio lugar e do outro.”

Estas são as imagens que foram atribuídas pelo Coordenador da Custódia a si mesmo, realizando também um processo de imagem acerca dos encarcerados. Vejamos:

Quando eu tenho que chamar a atenção, eu tenho que ser duro, certo? Duro mesmo, mas respeitando também. Porque é questão de, por incrível que pareça, aí dentro a questão do respeito conta muito; às vezes eles têm mais respeito com a família dele, com outros presos, até com o preso feminino com o que está fora [...] (Paulo Sérgio).

Observemos que essa representação dos presidiários como seres respeitosos é uma percepção do outro, num jogo de imagens que o locutor faz do referente. Segundo a AD, o emissor pode antecipar as representações do receptor e fazer, conforme a antevisão que tem do “imaginário” do outro, das estratégias de seu discurso. No Capítulo 3, pudemos perceber a triangulação desses dados, quando os encarcerados informaram sobre suas representações sobre o Coordenador da Custódia, no tocante às relações interpessoais e ao tratamento recebido. Os encarcerados entrevistados ratificaram a imagem aqui apresentada pelo Sr. Paulo Sérgio, pois afirmaram receber um tratamento digno, respeito e amigável do Coordenador da Custódia.

A seguir, apresentamos as representações percebidas pelo Delegado titular sobre si e sobre os presidiários.

Como indivíduo, por mais que a gente tente uma relação, é uma relação respeitosa. Aqui, como eu sou o delegado titular, eles me vêem como a pessoa que segura eles. Eu jamais vou acreditar que alguns deles, ao sair daqui, vão buscar ser algum... o melhor, o melhor que a gente tem de manter um relacionamento amigável com eles. Na cabeça deles sou eu que não aceito os presos aqui; toda decisão, atitude no sentido de retaliar alguma coisa no sentido de direito deles parte de mim. Então a gente, quando conversa com eles, os olhares, a gente percebe que não são muito amigáveis [...] Tem pessoas que cometeram erros na vida e por consequência estão aí, tem gente que não tem alta periculosidade, mas tem pessoas que são extremamente perigosas, e não estão aí à toa. Essa é uma realidade que a gente tem de administrar, mas existem comportamentos muito diferenciados. Têm pessoas mais tranquilas, têm pessoas mais agressivas, eles têm comportamentos muito diferentes; têm os mais

educados até os mais agressivos no mesmo ambiente a gente pode perceber isso, é muito variável. (Carlos J. Habib).

Fica evidente na fala do delegado que as representações acerca de si mesmo, a partir do que imagina ser a percepção dos encarcerados, não é amistosa, nem muito respeitosa, mas, por ser ele a voz oficial e a pessoa que representa o poder, o que estabelece as normas e regras disciplinares, não é “bem-vindo” entre os encarcerados, embora precisem “respeitá-lo” de alguma forma. É perceptível em seu discurso que os comportamentos se diferenciam, indo do mais tranqüilo ao mais agressivo, e que precisa saber lidar com estas variáveis.

É possível perceber o quanto as produções discursivas emergentes neste contexto possuem *estratégias de dizer*, fazendo escolhas que não comprometam a imagem de si mesmo, como “[...] correlato de uma certa posição sócio-histórica na qual os enunciadores se revelam substituíveis”. (CARDOSO, 2005, p.39). Assim, os interlocutores estabelecem entre si os jogos de imagens que constituem um dos elementos das condições de produção do discurso, conforme afirma a AD. “Aquele que fala faz de um lugar determinado, que regula seu dizer.” (CARDOSO, 2005, p.41).

Esses lugares e regulações são, de fato, marcados pelo sistema de restrições que sabemos existir na linguagem e determinam *os temas, as modalidades enunciativas, os objetos e as relações entre os discursos*. Todo este conjunto de dispositivos trazidos pela AD regula-nos como sujeitos; fazem parte de um jogo discursivo em que não dizemos tudo, nem podemos dizer tudo. Sempre há a carga *não-dita*, que revela outros dizeres...

Vimos ainda que as representações sobre os encarcerados revelam, em parte, uma possibilidade de observação em que os presos são vistos como seres em processo de construção, que cometem erros e podem mudar. Em certas partes do discurso, entretanto, a revelação é fatalista, não percebe possibilidades de mudanças no presidiário. Assim se pronunciou o delegado titular, Sr. Carlos José Habib:

Tem pessoas que cometeram erros na vida e por consequência estão aí; tem gente que não tem alta periculosidade, mas tem pessoas que são extremamente perigosas e não estão aí à toa, essa é uma realidade que a gente tem de administrar. Isso varia muito do tipo de ilícito que foi praticado. Alguns crimes a gente sabe que não tem recuperação e alguns outros existem. É muito difícil voltar uma pessoa melhor; [saindo do cárcere] pode no máximo voltar uma pessoa parecida, porque a

experiência do cárcere não é uma experiência agradável; isso ele vai levar para a vida toda.

As afirmações ratificam representações de juízo de valor sobre os encarcerados e suas possibilidades de (res)socialização, positivas ou negativas. Segundo o depoente, são difíceis e devem ser analisados a partir do tipo de ilícito praticado, haja vista que a experiência do cárcere marcará para toda a vida o sujeito. Nem sempre será possível acontecer a (res)socialização, pois, segundo o Delegado, alguns crimes não possuem recuperação. Pode voltar a ser uma pessoa parecida com a que era antes da entrada no presídio, mas não mais a mesma.

Observemos como foram as representações do Coordenador da Custódia e do Agente Carcerário sobre os presidiários e suas possibilidades de (res)socialização e (re)integração social:

Difícil; porque eles já vêm sem condições familiares, financeiras; aquela pessoa passional e chega aqui ele não vai encontrar nada disso e, normalmente, quando ele sai daqui, normalmente vai ser pior. Tem [a ação do judiciário forma mais criminosos]. Porque a maioria já tem esse lado tendencioso para o crime, a personalidade, e chega aqui piora [...] Difícil. Embora há casos que eu noto que não há recuperação, infelizmente, há casos que a pessoa veio pro mundo... Não [recupera] você nota pela personalidade, o caráter da pessoa. Pouquíssimos [arrependem-se]. Normalmente quando a gente nota isso é homicídio, crime contra a vida, às vezes um ou outro tenha cometido uma fatalidade, certo, mas, normalmente, quando o cara é levado a isso, quando o cara gosta de uma vida fácil. (Paulo Sérgio).

A minha função tem um limite; se eu ultrapasso ela vou ter problemas. Aí tem gente que chega aqui querendo ser autoridade, é porque você é 20 anos de cadeia, tantos anos de cadeia. Eu digo: rapaz você não julgue isso, você não é a justiça pra saber. Pra julgar os outros. Nós não somos preparados pra julgar. A gente não pode avaliar por esse lado, não pode julgar as pessoas dessa maneira. Eu sempre... tem uns aí que diz que não dá conselho, gente não é assim, uma mãe não bota um filho para ser bandido não, é para ser um homem e o pai também, muitas vezes acontece, que o ser humano é assim, nem todo mundo é perfeito. (Antônio Azevedo).

Embora o discurso ora acredite na (re)integração e (re)socialização dos encarcerados, ora afirme que há casos que “infelizmente” não possuam recuperação, pois “o cara é levado a isso, quando o cara gosta de uma vida fácil”, também afirma: “Difícil; porque eles já vem sem condições familiares, financeiras; aquela pessoa passional e chega aqui ele não vai encontrar nada disso e, normalmente, quando ele sai daqui, normalmente vai ser pior”. O Sr. Paulo Sérgio afirma que as condições de vida influenciam na não-recuperação do sujeito, além de atribuir também ao gosto de terem uma “vida fácil”; e ainda todos esses elementos são agravados com a realidade do cárcere, que os faz sair piores do que entraram.

Os discursos dos entrevistados possuem, neste aspecto, pontos convergentes, que oscilam entre não acreditar na possibilidade de recuperação do sujeito, pelo que experienciam no cárcere cotidianamente, e acreditar na mudança do ser humano, como supõe Freire (2001, p.84), ao dizer: “É o saber da História como possibilidade e não como determinação. O mundo não o é. O mundo está sendo [...] só somos porque estamos sendo”. E Alencar e Gentili (2001, p. 99), quando afirmam:

Como a História, o próprio ser humano é uma pluralidade. Ninguém nasce bandido, ninguém nasce santo [...] Melhor do que falar em natureza humana é falar em condição humana. Somos filhos do tempo, da cultura e dos processos educativos que as sociedades criam e recriam.

Entremeados de possibilidades e de (des)esperanças, os sentidos sobre os sujeitos que convivem cotidianamente no cárcere emergem numa rede de complexidade que afeta a todos/as de forma diferenciada, como nos apresentam os discursos dos entrevistados. Como afirma Brandão (2004, p.59): “[...] a fala é um recorte das representações de um tempo histórico e de um espaço social”. Dessa forma, “[...] como ser projetado num espaço e num tempo orientado socialmente, o sujeito situa seu discurso em relação aos discursos do outro”. (BRANDÃO, 2004, p. 59). Na entrevista, os discursos foram situados, estrategicamente pensados, escolhidos e são “recortes” de verdades, de imagens, de percepções da realidade e do mundo que construíram e deram sentido aos fazeres e dizeres dos depoentes, possibilitando reflexões mais densas acerca de seu existir no mundo.

Também emergiu das entrevistas o relacionamento com os familiares dos detentos, com os colegas de trabalho e com os encarcerados. As falas (des)velaram que há, de modo geral, boas relações entre essas categorias, dentro das regras e possibilidades do cotidiano do cárcere. Vejamos o que revelaram os entrevistados em relação aos familiares e à relação com o delegado:

Boa. Na medida do possível boa. O pessoal também é, dificilmente cria problema aqui, justamente devido aos tratos que eu tenho com os presos, com eles também. Procuro respeitar, eles fazem o mesmo comigo, mas, normalmente, é boa [...] Boa. Muito boa, o pessoal sempre está dando apoio lá; o necessário mesmo, o pessoal não se nega, não. (Paulo Sérgio).

É boa também. A gente tem é que ter a cabeça no lugar para conversar com a pessoa, se a pessoa responder mal no momento. Compreender o momento dela naquele contexto, se colocar no lugar do outro, muitas vezes chega chorando e muitas vezes ela pode até voltar sem chorar, mesmo sabendo que o filho dela está ali dentro. (Antônio Azevedo).

As afirmações remetem sempre ao fato de que, por agir de forma cordial e respeitosa, também recebem do outro, em contrapartida, a mesma cordialidade e respeito. É *Boa, na medida do possível*, não deixando, portanto, de existir conflitos e divergências. Seria de estranhar se só houvesse consenso, sobretudo no âmbito do cárcere.

O Delegado, assim se pronunciou em relação aos encarcerados:

De modo geral, o comportamento deles é bom. Eventualmente ocorrem algumas brigas, a gente toma as providências neste sentido, informa o juiz o que está acontecendo e raramente tem problemas. No passado nós enfrentamos aqui três rebeliões no espaço curto de tempo, mas as três foram sufocadas e se mantém uma certa tranqüilidade; eventualmente ocorrem fugas; isso aí porque a gente não tem uma infra-estrutura ideal de presídio, ocorrem fugas e a gente tem algumas atitudes, corte de alguma regalia. Mas depois, com o comportamento deles, a gente vai gradativamente liberando. Pode deixar de “tomar banho de sol”, como eles recebem alimentação diariamente paga pelo estado, a gente pode cortar a alimentação trazida pela família, isso não quer dizer que ele vai morrer de fome, porque ele tem a alimentação paga pelo estado, a questão da liberação do alimento externo é uma concessão não é uma obrigação nossa. Se a coisa ficar muito fora de controle, a gente pode tirar um preso e isolar da área, deixar na outra cela, isolado; a gente pode ainda cortar a visita íntima ou suspender a visita, depende da situação, mas todas essas atitudes que são feitas a gente comunica ao promotor de justiça, para não parecer que a gente tá tendo algum tipo de perseguição ou está indo de encontro aos

direitos humanos dos presos. Os presos têm de entender que eles estão “sofrendo” uma medida de segurança e que tem regras a cumprir; eles não estão aqui porque estavam na rua simplesmente passando; eles têm um débito junto à sociedade e eles têm de cumprir. (Carlos J. Habib).

Os depoimentos sinalizam as estratégias e os usos das regras para a manutenção da ordem e da disciplina. Como afirma Michel Foucault (2002, p.196): “[...] uma detenção legal encarregada de um suplemento corretivo, ou ainda uma empresa de modificação de indivíduos que a privação de liberdade permite fazer funcionar no sistema legal.” A voz do Delegado dialoga com a afirmativa do autor citado, quando ratifica que, por estarem presos, sofrem medidas de segurança, de controle e disciplina. E esta, vai dando conta de *moldar os corpos* e deixá-los *disciplinados e dóceis*, na perspectiva de Michel Foucault (2002). Sinalizam também que eles possuem um débito com a justiça e lá estão para cumprir a pena. Por isso, está subentendido que não devem ter regalias, e quando se indisciplinam, perdem, como explicitou o Delegado, alguns direitos como: “Pode deixar de tomar banho de sol, a gente pode ainda cortar a visita íntima, ou suspender a visita depende da situação, pode tirar um preso e isolar da área, deixar na outra cela isolado”. Quanto aos familiares, informou:

A relação é tranqüila, eventualmente vem alguma queixa a gente tenta na medida do possível contornar os problemas que surgem, mas de um modo geral é tranqüila. (Carlos J. Habib).

Em relação aos familiares, os entrevistados deixaram explícito que é mantida uma relação respeitosa de ambas as partes, sem maiores conflitos. O que não significa que o enfrentamento não ocorra.

À medida que os discursos são pulverizados fica mais perceptível o que a AD afirma quanto ao conceito de discurso e a dispersão dos sujeitos. De acordo com Brandão (2004, p.37): “[...] o discurso não pode ser mais analisado simplesmente sob seu aspecto lingüístico, mas como jogo estratégico de ação e de reação, de pergunta e resposta, de dominação e de esquiva e também como luta.” Essa percepção vai sendo concretizada a cada pergunta, resposta, ação, reação, entre entrevistados e entrevistador, entre interlocutores que possuem poder e que, estrategicamente, vão analisando os *ditos e não-ditos*, em que *poder e saber* se articulam. Cada um falando de seu lugar, a partir, segundo a AD, de um *direito reconhecido institucionalmente*.

Ao longo das entrevistas, os aspectos relacionados ao tempo de prisão dos encarcerados, o fato de se tratar de uma delegacia e não de um presídio foi discutido, bem como a assistência jurídica que recebem ou deveriam receber.

Em suas falas, os entrevistados relataram:

Tem gente que chega aqui e sai meio-dia, a depender da estrutura, situações de flagrante, por exemplo, se consegue um alvará em 48 horas; já aconteceu. Agora tem gente que ficou preso aqui três anos. Aguardando sentença, eu acho que em torno disso 2 anos e meio três anos já aconteceu [...] Porque estão, foge um pouco a nossa responsabilidade, são questões de justiça entendeu? Muitas vezes o acúmulo de trabalho no judiciário são questões que atrasam os processos e, conseqüentemente, atrasos na liberação ou na condenação. (Carlos J. Habib).

Em relação à assistência jurídica que deve estar presente, conforme reza o 15º artigo da Lei de Execução Penal (BRASIL, 2006), o Delegado titular informou:

Não sei, provavelmente tem [presos sem advogado] porque o defensor público do município, que é do estado, saiu; foi para Salvador e não entrou outro no lugar. Então é bem provável que tenha preso aqui sem advogado. O promotor tem os meios de fazer isso daí, pode cobrar da defensoria pública que seja encaminhado um defensor para cá; aí a defensoria pode argumentar que no quadro não existe o número adequado; é uma questão política, de política, porém a gente não se envolve, questões de advogado, defensores [...] (Carlos J. Habib).

Explicou fugir da alçada dos serviços que lhe compete realizar e admite existir uma demora e morosidade nos processos, devido ao acúmulo de trabalhos, fato que gera queixas dos encarcerados e até revoltas. Em relação ao tempo, deixaram claro que deveria ser local de passagem para os encarcerados, mas isso não acontece na prática. Também se eximiu em seu discurso da responsabilidade de existirem presos sem advogado, justificando ser assunto da defensoria pública.

O Sr. Paulo Sérgio assim se pronunciou quanto aos mesmos aspectos questionados:

Praticamente todos, quase todos não têm aí, pouquíssimos [advogados]. Aqui tem a defensoria pública, mas há um bom tempo não existe aqui. Aí o juiz tem que nomear

um advogado para ele, mas nunca é a mesma coisa, vem só cumprir as formalidades mesmo e acabou [...] É. Porque eles têm esse direito. O juiz tem que nomear um advogado, essa é a maior queixa deles. Na verdade, de todas as queixas, a maior é contra a justiça, por incrível que pareça, o atraso é nas audiências, o atraso nos processos, que não saem as decisões judiciais. O meu maior problema hoje aqui é isso. Há um, dois, três meses aqui não há praticamente audiência nenhuma com os presos. Ontem mesmo, depois do almoço, nós estávamos conversando e eles estavam me falando isso. Este mês me parece que teve duas ou três audiências [fevereiro]. E muitas vezes as coisas acontecem por isso, porque ele não tá vendo andamento em nada na vida dele, então bate uma paranóia, então ontem mesmo eles estavam falando isso, ó Paulão, o veneno está demais na cadeia aqui, qualquer hora estoura uma rebelião aqui por causa disso [...] A justiça e a promotoria nem aqui aparecem, as famílias foram para o rádio, e a gente tem de contornar isso, aí eu tenho que ir lá para dentro para conversar. Eu digo para eles que eu não posso fazer promessa, porque senão eles perdem a confiança em mim [...] O que eu falo para eles é que eu posso servir de porta voz para vocês.

O Sr. Antonio Azevedo, declarou:

O que eles mais queixam é a demora com o que eles são acompanhados na justiça.

É bastante denunciador o discurso do Coordenador da Custódia, inclusive enfatizando ser este o mais grave problema atual do cárcere nas queixas dos detentos — a morosidade, o descaso, a falta de assistência jurídica, tudo que possuem de direito, mas não é acionado na prática —, causando revolta, desespero, estresse que atingem a todos os familiares, que sofrem junto com seus parentes os problemas advindos do cárcere.

Em todas as falas, as marcas da indignação aparecem e o interlocutor mostra-se também atingido pelo problema, ao afirmar: “Eu digo para eles que eu não posso fazer promessa, porque senão eles perdem a confiança em mim [...] O que eu falo para eles é que eu posso servir de porta voz para vocês”.

Entre os dois discursos oficiais há certo distanciamento estratégico, que se verifica nas palavras escolhidas para dizer o que se quer dizer, sem comprometer a imagem da instituição que defendem e sua própria imagem. Temos o dito que captamos em suas falas e os sentidos

construídos. Para Orlandi (2005, p.85): “[...] as palavras se acompanham de silêncio e são elas mesmas atravessadas de silêncio.” Este silêncio é marcado em diversos pontos dos dizeres, sobretudo nestes aspectos acerca da assistência aos presos e da avaliação sobre o trabalho da justiça. As palavras ditas estão carregadas de *não-dizer* que deveriam ter sido *ditos*, mas que não foram verbalizados. O que é verbalizado deixa atravessado o não-verbalizado, o silêncio sobre o fato dito. O discurso trazido sobre as famílias reafirma os efeitos dos ditos e não-ditos. O Sr. Paulo Sérgio diz: “as famílias foram para o rádio, e a gente tem de contornar isso, aí eu tenho que ir lá para dentro para conversar”. O que não foi dito aqui, que poderia ter sido? A justiça não cumpre seu papel e eu tenho que conviver com as queixas e revoltas diárias dos encarcerados e ainda contornar, o que na verdade deveria ser divulgado, alarmado. Em seu discurso, Sr. Paulo Sérgio demonstra ainda uma aproximação com o preso:

Ontem mesmo, depois do almoço, nós estávamos conversando e eles estavam me falando isso.

Esse é o jogo de imagem do qual nos fala a AD. Mostra-se em relação ao preso como uma pessoa próxima, dialógica, mas há no implícito, no não-dito, o seguinte: se não tratar bem poderei criar inimigos e ser futuramente prejudicado. Os presos, de igual modo, percebem que se o discurso do Coordenador da Custódia é favorável a eles, portanto, a imagem que devem mostrar sobre ele é de pessoa respeitosa, que trata bem o encarcerado. Há aqui um jogo tático, uma astúcia de ambos os lados — encarcerado e Coordenador da Custódia. Um medo mútuo que não é revelado. Sabem que um representa o poder instituído e que os outros têm seus contra poderes nas astúcias que elaboram e que citaram para o coordenador, quando explicitaram que as famílias iriam às rádios locais da cidade e denunciariam a justiça com sua lentidão, seu descumprimento.

Em outro momento, quando questionado se era afetado pelo trabalho diário no cárcere, respondeu:

De certa forma, como ser humano, a gente vê, não é agradável, por mais que a gente tente disfarçar, às vezes estou em casa, estou assistindo um filme, eu lembro daqui, lembro que os miseráveis estão aqui, eu lembro que os caras não vão ter nada na vida, os caras, isso você tem que saber, é profissional, mas as famílias sofrem e você não pode fazer muita coisa. Como ser humano me afeta esse lado, mas como profissional já vejo que, quando saírem daqui, a maioria vão cometer crimes

novamente, vão matar alguém, vão estuprar alguém e esse lado acho que é a questão do psico da gente, que vem tentando amenizar isso aí. (Paulo Sérgio).

Afetado como todo ser humano pelo labor diário num ambiente hostil, desacreditado, violento, que o faz também perder, às vezes, a esperança em melhores dias e resultados, oscilando entre a avaliação dos encarcerados como criminosos e como seres humanos, o depoente teme que, ao retornarem à sociedade, cometam novos crimes, façam novas vítimas. Demonstra o dilema humano em situações em que a condição humana não é considerada como prioridade, na tentativa de reverter tal quadro doentio e perverso que compromete a sociedade e seus cidadãos: o quadro do cotidiano do cárcere.

No penúltimo bloco da entrevista, foram emergentes as seguintes questões: segurança da delegacia e avaliação dos serviços prestados por ela à comunidade pelos profissionais entrevistados. As falas apontaram o seguinte sobre a segurança:

O setor de custódia mesmo, só tem eu como parte do quadro da polícia civil; os outros dois não são [são prestadores de serviço]. O conhecimento que eu tenho que eles não ficam aqui de fora do portão e pronto. Antigamente nós tínhamos aqui uma guarda com 4 PMs, ficam aqui dentro, ali no corredor. No caso, seria a secretaria de segurança pública [responder pela segurança]. Porque a Polícia Militar, no regulamento dela, tem que “colocar” guardas na área externa no estabelecimento prisional. Aqui não é um estabelecimento prisional, aqui é delegacia de polícia, então eles devem estar se apegando a isso, a esse detalhe, e não estão mandando mais. E também eles não têm condições de fazer a segurança externa, porque lá não tem guarita, não há segurança nenhuma para eles; eles poderiam fazer, mas dentro da delegacia. (Paulo Sérgio).

Tem em torno de 15 agentes, divididos em plantões. Deve ter dois ou três por dia, 3 agentes especiais que trabalham diretamente comigo, eu como titular, 2 plantonistas e dois escrivães do quadro. Então não tem um número desejado pra a demanda de serviço; então os funcionários acabam realizando e acumulando funções. Acumulam funções e acabam tomando “conta” de presos que não é função deles. (Carlos J.Habib).

As afirmações retomam o que já foi explicitado sobre o prédio não ter estrutura para funcionar como presídio, por ser uma delegacia e, inclusive, ocorrerem fugas. Ambos informaram que a segurança está aquém, provocando instabilidade. Além disso, a delegacia não possui um quadro de funcionários para dar conta dos serviços, o que também dificulta o desempenho de todos nas suas respectivas funções, acumulando serviços que não são de suas alçadas, mas precisam ser realizados. Diante de tantas carências, informam trabalhar “no limite” e fazem o que podem para realizar o trabalho com o mínimo de qualidade. Este aspecto influencia, portanto, na qualidade dos serviços prestados pelos profissionais, que assim se pronunciaram:

Dentro das circunstâncias, sim [prestam um bom serviço]. É uma boa equipe de trabalho; é claro que tem limitações porque por ser um grupo muito pequeno, trabalhando em uma cidade de quase cem (100) mil habitantes. Realmente, existe um grande trabalho e muitas vezes não é tão satisfatório como a gente gostaria que fosse, mas mesmo assim, esse trabalho é bastante. Sempre saem; [satisfeitas] são bem atendidas aqui e mesmo que não seja assim, alguma coisa da nossa alçada a gente procura orientar as pessoas, nesse sentido, aos juizados. (Carlos José Habib).

Há no discurso a contradição entre trabalhar no limite e sem as condições necessárias e ainda assim afirmar que quem procura os serviços da delegacia “saem satisfeitos”. Como? Se já sinalizaram todas as limitações? Ao mesmo tempo, admite a dificuldade de realizar um trabalho melhor, se percebe o jogo de defesa de sua imagem, de si mesmo e de seu trabalho diante do interlocutor. Para a AD, temos aqui o “que pode e deve ser dito por um sujeito”.

A seguir, o depoimento do Coordenador da Custódia sobre seus serviços frente à delegacia.

Infelizmente está deixando a desejar, não por vontade própria da gente policial, estava comentando com os colegas aqui, porque a maioria são daqui de Jacobina, temos famílias, porque tudo isso afeta diretamente a gente quando o índice de criminalidade aumenta, afeta pessoalmente, mas existem as leis, as cobranças está muito em cima da gente, hoje você se errar em uma ocorrência, por menor que seja, você vai ser punido e às vezes a punição vem em forma de uma demissão ou de uma prisão preventiva. Hoje estou aqui conversando com você, amanhã eu posso estar na corregedoria preso. Porque possa ser uma coisa que eu não tenha culpa na

ocorrência, o pessoal não está avaliando muito bem a forma do policial trabalhar, eles estão nivelando tudo por baixo, tá pegando todo mundo por baixo, acha que todo mundo está errado, e muita gente aqui na polícia, a gente, os colegas ruins que a gente tem, tem de combater também, porque quando você olha para o policial você olha para todo mundo, aí a maioria não faz a diferenciação disso, acha que todo mundo é ilegal, acha que todo mundo é corrupto é violento. Porque acha-se que o policial é um super-homem, não pode errar e não é assim a coisa. E infelizmente, aqui em Jacobina, o índice de criminalidade tem aumentado, porque a gente de certa forma aqui está algemado, porque tem muita lei que a gente tem de cumprir. Lógico que tem de cumprir a lei, mas se for ao pé da letra mesmo, como país de primeiro mundo. Hoje, para você conseguir um mandado de prisão preventiva, você vai conseguir, se conseguir, não tem mais nem graça, já passou um mês ou dois. (Paulo Sérgio).

E também o depoimento do Agente Carcerário:

Eu acho que, de acordo com as possibilidades, a gente faz o trabalho. Eu avalio pelos outros, os outros me diz que eu faço um bom trabalho. Você precisa ver um pai de família que chega aqui; não, eu gosto do seu trabalho, porque você faz isso assim, assim, o preso me diz isso e eu vou avaliando através disso. (Antônio Azevedo).

As falas sinalizam as representações que o Coordenador da Custódia e o agente carcerário fazem de si e de sua categoria de trabalho, sua classe (policial), tomando a defesa e explicitando a visão de que existe na sociedade uma falsa generalização acerca do policial, que é um ser humano como outro qualquer, passível de falhas. Faz referência ao serviço que presta, destacando dois pontos fundantes: as condições de trabalho, que são ruins, e a morosidade da justiça. Refere ainda a burocracia do serviço, que não fosse isto seria mais ágil e com melhores resultados. Justifica também porque o serviço prestado, em sua avaliação, deixa a desejar, ao afirmar: “Infelizmente está deixando a desejar, não por vontade própria da gente policial [...] porque a maioria são daqui de Jacobina, temos famílias, porque tudo isso afeta diretamente a gente quando o índice de criminalidade aumenta, afeta pessoalmente, mas existe as leis as cobranças está muito em cima da gente”.

No último bloco das entrevistas, foram marcantes as avaliações sobre as atividades realizadas pelos presos no cotidiano do cárcere e sobre a leitura no presídio.

Eis os pronunciamentos:

Professora, nessa situação, eles não têm isso; eles... teve naquela época que a senhora esteve aqui, fazer aquele trabalho com eles né [referindo-se ao Curso de Extensão realizado pela UNEB no cárcere]. Aqui aparece o pessoal da igreja, eles vêm aqui fazer um trabalho com eles assim, mas é uma vez na semana, é um dia uma palestra, uma coisa assim; falar de religião, de igreja, mas também não são pessoas preparadas para o outro lado da vida né, é só discutir a religião mesmo. (Antônio Azevedo).

A delegacia não oferece nenhum tipo de atividade a eles, não. A gente tem aqui algumas igrejas que vêm algumas vezes, realizar atendimento religioso, fornecimento de alimentação através do centro espírita, uma vez por semana só isso. (Paulo Sérgio).

Qualquer religião pode vir, a gente só pede que quem tiver interesse de vir aqui com uma certa antecedência, para que a gente possa agendar, porque é muita gente querendo. A gente incentiva, mas não é a todo momento que é possível, questão de segurança. (Carlos J. Habib).

Eles jogam futebol e fazem muito artesanato, inclusive eu vi algum deles, mandam para fora o artesanato que eles fazem com jornais e revistas e esses artesanatos são vendidos em benefício deles mesmos. Nessa venda a gente não se envolve, eles passam para os seus familiares, são os responsáveis pela venda e pela arrecadação do valor de cada peça [...] Não temos [cursos, oficinas, atividades de leitura]. Já houve aqui um curso de dois profissionais da Uneb neste sentido [educação], fora isso não. (Carlos J. Habib).

A leitura das falas dos entrevistados permitiu-nos perceber que o cotidiano do cárcere é como já imaginávamos a partir do nosso saber empírico, sendo apenas ratificado pelos entrevistados, quando informaram que as atividades realizadas giram em torno do jogo de bola na ala externa e do artesanato. Não há nenhuma parceria com ONG, prefeitura, empresas, universidades, cursos profissionalizantes ou atividades de lazer, lúdicas, de autoconhecimento, atividades físicas etc. em prol dos encarcerados. Neste contexto, registramos o curso de extensão realizado no cárcere como iniciativa da Universidade do

Estado da Bahia (UNEB), campus de Jacobina³, o único realizado para os encarcerados, segundo o delegado.

Outra atividade que modifica a rotina do cárcere é a presença de grupos religiosos de variadas opções de crença, que visitam os presidiários e realizam cultos, palestras, conversas, preces coletivas. Segundo as informações dos entrevistados, isso ocorre eventualmente.

Quanto à leitura informaram o seguinte:

Tem [livros, revistas], tem acesso à televisão, a rádio, porque devido à ociosidade deles a gente permite que entre um rádio, televisão, para que eles assistam. Quanto à leitura, normalmente uma leitura evangélica que o pessoal traz, e tem também o menino do centro cultural, Wellington, que uma vez ou outra aparece com um livro e doava a eles. (Paulo Sérgio).

Tem TV, rádio. Eventualmente, tem acesso a revistas semanais e a gente dá acesso a alguns livros, esporadicamente, quando a gente recebe doações, eles têm acesso a informações. A gente evita passar para eles aquelas reportagens que falam sobre criminalidade e qualquer material de natureza erótica a gente não permite também que entrem, para não acirrar os ânimos deles. [Assistem] TV e rádio, inclusive alguns deles tem até DVD. As famílias trazem; e semanalmente trazem um DVD novo pra eles. (José Carlos Habib)

Ainda são precárias e insuficientes as atividades relacionadas à leitura, mas, de qualquer forma, recebem doações de livros e periódicos e os lêem nas celas. Também têm acesso a TV, rádio, DVD, conforme informação dos entrevistados.

Um fator bastante emergente nas entrevistas com os encarcerados foi a leitura de textos religiosos diversos e da bíblia, conforme analisaremos no Capítulo 6.

Os discursos emergentes das entrevistas realizadas com o Delegado, o Coordenador da Custódia e o Agente Carcerário, possibilitaram-nos as construções dos sentidos das vozes oficiais nesta primeira seção do capítulo e suas estratégias de dizer. A seguir dialogaremos com os familiares dos encarcerados, para compreender seus ditos e não-ditos sobre o cárcere e seus efeitos.

³ Curso de Extensão realizado em 2002, na 16ª Delegacia Circunscripcional de Jacobina pelas alunas do 8º semestre de Letras, Edjane Amaral e Sandra Marques, intitulado *Leitura dialógica: trilhas na construção do ser*, coordenado pela profª Ana Lúcia Gomes da Silva.

5.2 O CÁRCERE E SEUS EFEITOS NA VISÃO “CALEIDOSCÓPIA” DAS FAMÍLIAS DOS ENCARCERADOS

Os familiares, em suas narrativas, como num caleidoscópio, forneceram-nos a dimensão, tons e representações sobre o cárcere, convidando-nos — leitores e leitoras — à escuta e à construção de sentidos plurais.

No primeiro momento da entrevista, questionamos sobre as principais dificuldades enfrentadas pelos familiares durante o período em que seus filhos estiveram presos.⁴ Vamos, pois, tomar conhecimento do que nos apresentaram os entrevistados/as sobre as dificuldades pelas quais passaram e como as avaliaram.

O Sr. Antônio, avô de Joaquim, fez a seguinte análise:

Eu soube [da prisão do neto] porque falaram que ele foi pegado lá um dia de quinta-feira, lá na roça, onde ele tava. Aí aquela confusão! Depois a mãe veio aqui, só que, quando ela veio avisar aqui no sábado, eu já tinha, o jornal naquela época tinha o jornal o Encarte, eu não tinha, eu tenho aí guardado também [...] Aí na segunda-feira fui tomar as providências, vender a casa, fui conversar com o advogado e ajustamos o preço, eu achei, ela disse [a mãe de Joaquim] que foi barato, foi barato, foi; o cara queria comprar por R\$ 6 mil, daria 3 o outro dava depois, eu disse esse negócio não agrado, se no dia, se ele não dá atrapalha, eu vendi por R\$ 5 mil a dinheiro para não ter quebra-cabeça [...] Vendeu a casa, eu dei o [dinheiro] ao advogado, Dr. Virgílio. Tenho um recibo ali; [apontou a direção do quarto] comprovante assinado por ele. E digo: eu não vou lá. Dr. Virgílio veio mais a Rosana [esposa do neto encarcerado] e a mãe [mãe de Joaquim] dei o dinheiro. Aqui! e vocês se virem.

Percebemos que a primeira providência foi a venda do imóvel, no qual, segundo o entrevistado, moravam seu neto e a mãe, para que pudessem custear as despesas do advogado. Em seguida, fica explicitada a tristeza em relação à prisão e até certa revolta, percebida nas expressões: “eu não vou lá”, “dei o dinheiro e disse: se virem!” As dificuldades financeiras foram os principais entraves apresentados pelo avô, além do impacto sofrido no

⁴ No período de realização das entrevistas com os familiares, de 17 a 21.08.2007, todos os encarcerados já tinham sido libertados e apenas um deles encontrava-se ainda residindo na cidade de Jacobina. Todos os familiares entrevistados autorizaram a identificação de seus nomes na entrevista.

relacionamento entre avô e neto, pois, como explicita o Sr. Antônio, houve um afastamento por parte dos familiares. Ele afirmou:

Também nunca mais procurei, continuei ajudando até que não sei por que, deixaram até de vir aqui. Eu liguei umas duas vezes para dona Rosana e ficou de vir aqui. O certo é que ela sumiu, até ontem sumiu, essa Rosana é a segunda mulher, Sueli é que tem a filha com ele o nome da filha é Geovana [...] Passou aí na porta nunca falou comigo nem com ninguém.

Os advérbios “nunca” e “não” indicam o quanto significou o rompimento da relação com os familiares. Sua decisão de não procurá-los, não visitar o neto na prisão, não mais se falarem significou desalento, sofrimento, decepções...

D. Cecília Lima relatou as seguintes dificuldades vivenciadas:

Sérgio ficou preso 1 ano e 2 meses. Ah, tanta dificuldade! Difícil mesmo; na hora que ele tava preso mesmo foi a hora que a mulher engravidou dele mesmo, ganhou esse nenê a gente cuidava dele lá, [no cárcere] cuidava dessa criança [aqui]. Uma luta. Tinha que levar a pensão dele lá, toda semana dava a feira para ele, toda semana e tinha também de trazer pra menina. Parou a renda, parou tudo, parou tudo. Todas as quintas-feiras, nunca falharam nenhuma semana, quando eu não ia, ela ia, eu demorava mais. Às vezes ia de 15 em 15 [dias] porque ela ia toda semana né? A gente mandava as coisas pra ele, também não tinha esse dinheiro, além de mandar as coisas pra ele, tinha esse dinheiro de passagem, passagem pra mim e passagem pra ela. E ainda tinha advogado. A gente não deve nem um centavo ao advogado, graças a Deus, nada, nada [...] No dia que eles pegaram Sérgio, ele estava com mais de R\$ 200,00 reais no bolso e era do banco. Era para pagar a prestação do banco, que o pai fazia pra ele e eles [policiais] não devolveram esse dinheiro.

As expressões adverbiais de intensidade e de tempo, os pronomes indefinidos, bem como o uso da interjeição repetidamente no discurso, tais como: *todas as quintas, nenhuma semana, um ano e 15 dias, nunca falharam, às vezes Ah, tudo*, entre outras, vão marcando a intencionalidade e a gravidade da situação vivenciada por D. Cecília e seus familiares para sustentarem o filho preso, o neto que nasceu nesse contexto, a nora que passou a ser sustentada pela sogra e sogro, já que, ao ser preso, Sérgio Santana deixou de trabalhar e a

renda familiar ficou prejudicada. Além disso, havia a despesa com os honorários do advogado a serem pagos. É com orgulho que D. Cecília afirma que não deve nenhum centavo ao advogado, mesmo vivenciado provações. Ao mesmo tempo, é com imenso pesar que informa não terem entregue aos familiares, nem ao encarcerado, o valor de duzentos reais que ele portava ao ser preso.

Para D. Eliene Gomes, mãe do encarcerado Leandro Barreto, a situação vivenciada pelos familiares durante o período em que o filho esteve preso é assim avaliada:

Leandro passou um ano e um mês preso. Aí, eu ainda botei advogado pra vê se tirava. O advogado ainda comeu o dinheiro e não resolveu. Aí ele pediu umas coisas, queria uma geladeira esses negócios [móveis e eletrodomésticos] Aí meu menino disse: não mãe, [o filho menor] a senhora não vai dar mais nada não, deixa ver. Ele vai sair, ele não vai ficar lá não. Aí foi por isso que ele ficou esse bando de tempo né? ficou um ano e tanto. Quem fez a defesa de Leandro foi a própria Promotoria Pública [...] A gente ficava só pensando né, ficava, ó meu Deus, o que é que eu faço pra tirar ele? O tempo passando e ele lá e eu sem poder fazer nada. A gente ia no fórum, perguntava a juíza e a audiência, nada, nunca tinha marcado nada e a gente conversava com a juíza, conversava com Maria José e nada de marcar. Até que um dia, chegou um dia, ela [esposa] foi lá [no fórum] e disse: a audiência de Leandro já está marcada.

O discurso de D. Eliene Gomes é marcado pelo desencanto e pelo pesar por ter percebido que a falta de poder aquisitivo fez seu filho ficar muito tempo preso, bem como ter se sentido ludibriada pelo advogado contratado, que não solucionou o caso e ainda propôs à família que lhe fossem dados geladeira ou outros eletrodomésticos como pagamento dos serviços, já que a família não tinha recursos para arcar com os honorários. Como prevê a Lei de Execução Penal em seu artigo 41, inciso VII, é direito do encarcerado que não tiver poder aquisitivo para contratar advogado ter assistência jurídica da promotoria pública. Assim afirma o inciso VII: “Assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa;” (BRASIL, 2006, p. 7).

O uso dos advérbios “não”, “nunca”, “nada”, aliados aos vocativos, sinaliza a força elocucionária de evocação, fé, religiosidade, certa ingenuidade e falta de criticidade diante do discurso oficial. As construções verbais são como um chamamento, uma invocação em busca de solução para o que lhe aflige: prisão do filho. A lentidão da justiça também é anunciada no discurso, que traz ainda a marca da percepção de que a família é impotente diante dos fatos.

Quando dialogamos com os familiares sobre a alimentação no cárcere, quanto a sua qualidade e variedade, os entrevistados assim se pronunciaram:

Não, enquanto isso eu não sei, como eu lhe disse, a mãe ficou diferente, a Rosana, essa senhora que andou aqui, chegou aqui para fazer a compra, coisa assim. (Sr. Antônio).

D. Cecília, diferentemente do Sr. Antônio, sinaliza sobre a alimentação no cárcere, dizendo que, segundo o filho Sérgio Santana, era péssima, o que a levava a comprar a feira completa para ele, o que implicava custos e sacrifícios por parte dos familiares.

Que era muito, era ruim. Era péssima. Nunca vi não [alimentação], nunca vi não, porque a dele não faltava, era direto, a semana toda. Esse ano e dois meses que ele passou lá [cárcere], a feira dele era do sabão a tudo. Eu levava. Toda semana, era de tudo, de tudo mesmo. Eu não levava de pouco não, ainda levava era de muito.

Da mesma forma, tivemos o depoimento de D. Eliane, mãe de Leandro Barreto, que através da avaliação do filho sobre a comida, informou ser desumana a forma com que os detentos são tratados e que, ao visitar seu filho, o que mais ouvia dele era para tirá-lo da prisão, pois ali era um verdadeiro inferno. Quanto à comida, água e higiene passavam por situações consideradas vexatórias.

Assim afirmou D. Eliane:

Quando eu chegava lá, ele ficava falando: ‘aqui é um inferno, não agüento mais aqui; é um inferno, não agüento mais’. Mandava a gente correr atrás do advogado. Vai lá no fórum, pede a juíza para ela me soltar. Era a comida que não prestava e a água de beber também; até sapo morto dentro da água tinha [...] O banheiro também é um mau cheiro; aí o banheiro entope, eles têm que meter a mão para desentupir, oxe!! [...] Levava compras; às vezes o pai dele também levava, mandava, mandava carne.

A condição humana é negligenciada tanto no tratamento alimentar, quanto na higiene e saúde. Os dizeres dos familiares são fortes pontos de contato com os discursos tanto dos encarcerados quanto das vozes oficiais em sua maioria, como já analisamos neste e nos Capítulos 3 e 5. Em síntese, é praticamente uma unanimidade as questões acerca das péssimas condições em que convivem os encarcerados no cotidiano do cárcere.

Em relação à saúde, os familiares relataram que a situação era tão precária quanto a descrita sobre a alimentação e higiene; o quadro desolador era o mesmo. E para ratificarem suas avaliações, utilizaram frequentemente os termos “fedor”, “péssimo”, “ruim”, “mau cheiro”, entre outros.

D. Eliane disse:

Lá ventilação não tem não, é um fedor de mofo [...] Teve uma vez um dentista, uma vez ela [esposa] foi lá e ele falou que ele tratou lá.

Quanto aos serviços médicos e odontológicos, D. Cecília informou:

Não ele nunca me falou não.

O Sr. Antônio esclareceu que não sabia sobre estas questões de saúde, alimentação e higiene, pois não visitava o neto Joaquim. Quando questionado, limitou-se a dizer:

Não, enquanto isso eu não sei [...] Aí uma moça ali falou, não ele lá tá bem, é, mas saiu a notícia aqui que ele apanha. A menina disse: - é mentira [disse ele, apontando para a menina ali do bairro do Triângulo].

Ao dialogarmos sobre a prisão dos filhos e/ou neto, relataram de forma bastante emocionada suas experiências, afirmando:

Foi uma coisa assim rápido, não sei, aí eu levantei, aí o outro falou, mãe, Sérgio tá ali. Tá não menino, você é doido? Sérgio desceu aqui pra baixo, ele voltou agora, agora mesmo, só foi se entregar a polícia. Porque dentro de casa sentado, assistindo, foi mesmo na hora. A minha nora falou que eles pegaram ele aí na estrada [apontou para a rua, um caminho em frente à casa]. Ficaram tudo doida, mesmo, as meninas, elas nunca tinham visto, aí eu vou aí, cheguei lá, tava ele, já tava algemado, tudo com as armas em cima [...] Sim, foi um caso sério viu? [...] Não bateram nele; não vou mentir. Só eles puxar o gatilho eu treveço na frente, mas também não aconteceu. Levaram ele lá pra cima [delegacia].(D. Cecília Lima).

Para D. Cecília foi uma experiência dolorosa, tensa e muito marcante, até porque, segundo ela, o filho sempre fora muito calado, bom filho e trabalhador. Assim diz:

Ele sempre foi um menino que nunca gostou muito de conversar.

Sobre seus sentimentos de mãe, analisou da seguinte forma:

Triste, não é isso? Toda vez que ia lá na delegacia, eu sempre, agora eu sei; eu tenho muita fé em Deus, tenho mesmo, eu tenho fé em Deus que ele sai. Ah! Acreditei, acreditei [...] Eu sempre dava conselho pra ele, explicava pra ele, sempre falava ó Sérgio, o que aconteceu aí eu sempre lhe avisava, sai daí, você me respondeu que não tinha nada a ver, que não era seu, que não vendia, como todo mundo sabe que ele não vendia essas 'putarias' [drogas]. A gente tinha certeza que não era dele. Sei que foi ele que sofreu lá um ano e dois meses e nós mais do que ele.

Ao analisarmos o discurso de D. Cecília, observamos que ela acredita que o filho é inocente e que fora alertado por ela, para que não “andasse” com pessoas suspeitas de tráfico de drogas, nomeado por ela de “putaria”, para não pronunciar o nome, não deixar explícita a causa da prisão. Afirma ter certeza de não ser dele a droga, mas que, infelizmente, seu filho fora preso e estava sofrendo lá na cadeia, embora a família estivesse mais ainda, o que é ratificado pela expressão “e nós mais do que ele”. Há nesta afirmação a análise da dor a partir do lugar de mãe, que é avaliada como maior e mais intensa do que a do próprio filho, expressado pelo advérbio de intensidade mais.

A religiosidade também se fez presente no discurso dos familiares tanto quanto apareceu nos memoriais e narrativas dos encarcerados e foi analisada no Capítulo 6. Demonstra fé, esperança, crença de que seus filhos serão libertados. Para ratificar a crença também por parte de Sérgio, a família providenciou uma bíblia para ele. D. Cecília, quanto à religiosidade, diz:

As tias mandava livros, pois a, e a irmã muito evangélica. A bíblia foi o livro que levei para ele. Então a bíblia é um ensinamento, livra do mundo. Eu não vou ler a bíblia pra mim ser salvo não, bíblia não salva, ela ensina.

Explica que a importância da bíblia está exatamente nas leituras e conhecimentos adquiridos a partir dela, mas quem salva é pessoa mesmo, com sua mudança de vida e, portanto, de atitude.

Vamos conhecer o que afirmou D. Eliane sobre a prisão do filho:

Foi o irmão dele, outro irmão de menor, que tava com uma pedra de crack dentro de casa. Eu tinha saído para lavar uma roupa. Chegou o outro irmão, o de menor, chegou dentro de casa comeu e botou o negócio [droga] debaixo do sofá e eu sem saber de nada. Daqui há pouco, aí chegou Paulo, Rosana e Denilton, aí abordou Leandro e Emerson, aí ele ficou sem ação. Mãe eu não vou correr não, porque eu não tenho culpa. Aí ficou sentado no sofá e o de menor com o negócio [droga] debaixo do sofá e nós sem saber de nada. Aí eles começaram a procurar, começaram a procurar, aí eu estava numa boa. Aqui em casa não tem nada, né? Aqui em casa não guarda essas coisas nem nada. Quando Paulo [Coordenador da Custódia e investigador da polícia civil] levantou do sofá aí deu na cabeça de Paulo de levantar o sofá. Mandou ele levantar. Aí, aí eu disse: no sofá não tem nada. Quando Paulo levantou achou o negócio debaixo do sofá. Aí o menino de menor foi logo dizendo: ‘esse negócio aí é meu’. Aí eu disse esse negócio aí é do de menor, porque Leandro não mora aqui, Leandro mora aqui na casa do sogro. Leandro disse a Paulo que não era dele e ele levou logo um murro na “boca do estômago”. Aí Paulo deu um murro na “boca do estômago” dele e disse: ‘cala a boca que eu não estou lhe perguntando nada’. E outro também o outro menino também levou um murro, porque ele foi falar que era dele. Paulo disse: ‘não estou lhe perguntando nada’. Aí algemou os dois; aí levou. Aí Leandro ficou e Emerson saiu no outro dia, por causa do irmão que Leandro ficou preso, que ele não era culpado, mas o irmão é de menor...

O discurso da mãe de Leandro tem semelhança com o da mãe de Sérgio Santana quanto às dores e dificuldades enfrentadas para manter a despesa com os filhos e com a família dos filhos, no caso noras e netos. Elas relatam as dificuldades financeiras vivenciadas, mas diferente de D. Eliane, D. Cecília pagou advogado até o final; no caso de Leandro, o defensor público foi responsável pela causa no segundo momento. Assim disse D. Eliane:

A gente ficava só pensando né, ficava ó meu Deus! o que é que eu faço pra tirar ele? O tempo passando e ele lá; e eu sem poder fazer nada. A gente ia no fórum, perguntava a juíza e a audiência, nada nunca tinha marcado.

Ao analisarmos o discurso das depoentes, percebemos que a mãe é quem acompanha, dá assistência no cárcere, procura advogado, enfrenta as dificuldades financeiras, permanece ao lado dos filhos nas visitas, no amparo, no aconselhamento. Não encontramos a figura do pai com esta mesma função de *paternar* e se fazer presente na educação do filho. Este lugar é marcado pela ação feminina de *maternar*, deixando à mostra o quanto as construções culturais acerca do papel de ser pai e ser mãe permanecem ainda atribuídas às mulheres.

O discurso de D. Eliene é também marcado pela defesa dos filhos, mas, curiosamente, quando o investigador da polícia busca a droga no sofá, ela admite ter ficado tranqüila, por saber não existir nada no local. Entretanto, quando o *crak* é descoberto, ela diz ser do filho menor de idade, Emersom, e não de Leandro, justificando em sua defesa que ele não mora em sua casa, e sim com o sogro. Esta contradição evidencia que ela já sabia que seu filho menor era usuário, pois, como poderia afirmar com tal veemência ser dele a droga e não de Leandro?

Outro aspecto muito interessante no discurso é a estratégia utilizada pelas duas mães, D. Cecília e D. Eliane, para nomearem a droga. A primeira, em sua narrativa, chama-a de “putaria”; a segunda, de “negócio”. Nenhuma admite que seus filhos estejam com ela envolvidos e sequer pronunciam seus nomes, para que não represente para o interlocutor que houve negligência ou desleixo na criação de seus filhos. Também buscam enfatizar em seus discursos que não são sabedoras de que os filhos usam ou traficam drogas.

Disse D. Eliane:

Teve também que esse homem que pegou ele, o Paulo [investigador da polícia e Coordenador da Custódia], ainda deu uma penada por ele. Acho que ele foi lá no fórum e conversou com a juíza e disse que não pegou nada com eles não; nem de um, nem de outro [referência aos filhos Leandro e Emersom], que achou debaixo do sofá. Aí, graças a Deus, ajudou na defesa de Leandro.

Quanto a D. Cecília, assim se pronunciou:

Foi o primeiro caso que aconteceu de prisão na família, e um caso que aconteceu sem precisão quasemente, porque ele tava aqui dentro de casa na hora [...] eles me disse:

‘É mãe, eu não vendia’, mas a gente tinha certeza que não era dele. Eu sempre dava conselho pra ele, explicava pra ele, sempre falava: ó Sérgio, o que aconteceu aí. Eu sempre lhe avisava, saia daí [informando sobre as companhias do filho no bairro onde moravam], você me respondeu que não tinha nada a ver, que não era seu, que não vendia.

Os discursos remetem-nos claramente ao uso de justificativas e defesas em prol dos filhos, inclusive nos ditos, evidenciando que ambas acreditavam em sua inocência. E trazem ao longo das entrevistas, como alguns dos fatores influenciadores, as amizades, a falta de emprego e de perspectiva dos jovens numa cidade do interior.

O Sr. Antônio, sobre esta questão, informou que soube da prisão pelo jornal da cidade, uma vez que o neto já não morava mais com ele. Assim falou:

Quando ela [mãe de Joaquim] veio avisar aqui no sábado, eu já tinha o jornal. Naquela época tinha o jornal o Encarte, eu não tinha, eu tenho aí guardado também. Vi pelo jornal. Já com foto e tudo [...] Só foi a plantação da maconha que no jornal diz que foi 60 mil pés.

Outro aspecto sinalizado nas entrevistas diz respeito às relações interpessoais com os profissionais que trabalham na delegacia. As duas depoentes, D. Cecília e D. Eliane, dizem ser muito constrangedor, mas que sempre foram tratadas com respeito ao adentrar a delegacia para visitarem seus filhos, mas há restrições quanto ao tratamento dos policiais que, segundo D. Eliane, precisam lidar melhor com as pessoas. O Sr. Antônio não respondeu sobre este aspecto, porque informou não ter visitado seu neto, alegando que não queria passar o constrangimento da revista. Quando soube que era assim, desistiu de ir.

Sr. Antônio disse:

Não. Eu tinha notícia dele por terceiro, porque eu mesmo não fui lá visitar. Teve um dia que deu vontade de ir. Mas depois disseram que a gente tinha que ir fazer uma ficha e tudo. Faz a revista. Aí eu desisti.

Observemos os depoimentos das mães sobre a mesma questão. Segundo elas, é constrangedor para elas, como mulheres, passarem pela revista, mas não deixaram de visitar

seus filhos, apesar disso, diferente do Sr. Antônio, que desistiu de visitar o neto por este motivo. Eis o que disse D. Eliane:

O atendimento [policiais] porque eles são muito bruto, precisa de mais educação. A gente chega lá eles ficam falando coisas. As vezes a pessoa não é nem [pausa]. Como Leandro mesmo, tava lá, mas ele tava lá por causa do irmão e eles achava que Leandro era que era o culpado. Aí a gente chegava lá, aí eles ficavam falando: ‘já veio já, já veio dar uma penada pelo filho’.

E D. Cecília assim relatou:

É, não se sente bem; uma que ali [revista] é muito humilhada, a humilhação, é. Muita gente chega, fica naquela fila, faça chuva que faça sol fica ali fora naquela fila, faça chuva que faça sol fica ali fora. Não, não gosto não, não gostei não, não gostei de jeito nenhum. Outra coisa a gente que já é uma mulher de idade que nunca passou por certas coisas, tá tirando sua roupa, é revistada pra quê? É muito, muito constrangedor mesmo [...] Respeitada isso aí, era.

Conforme explicitamos, as depoentes expuseram o “retrato” do cotidiano do cárcere em suas diferentes nuances, mas as táticas de revista são necessárias para que os agentes carcerários estejam assegurados de que os visitantes não estão levando nada que possa auxiliar na fuga ou servir de arma para o encarcerado.

No último bloco da entrevista, os depoentes registraram suas expectativas em relação aos filhos pós-cárcere. O aspecto mais marcante foi o desejo de que refizessem suas vidas em outra cidade, buscando afastar-se dos amigos que, na perspectiva dos pais e avô, influenciaram seus familiares de forma direta ou indireta.

Com a palavra os nossos depoentes:

Que ele tome vergonha e cuide da vida dele, não faça tudo que eu fiz não, faça a metade que ele vai se dar bem. Não olhe pra nada de ninguém; nada dos outros não lhe rende nada. Ao invés dele olhar aquele com dez milhões, ele trabalhe para ganhar 10 mil-réis que é muito mais lucro os 10 mil-réis dele [...] Todo mundo do bairro conhecia e gostava dele. Agora, quando ele depois de 15 anos, quando ele saiu, começou a namorar e “arranjou” esses companheiros e essas namoradas. Entrou no

caminho errado [...] Eu gostaria que ele nem olhasse esse lado moça [tráfico], mas aí vai depender dele, cada cabeça é um mundo.

Que eu não quero passar mais nunca, dei conselho a ele que não se ajunte com gente ruim, vá trabalhar, vá cuidar da vida de vocês. Trabalhar e chamar por Deus e seguir uma religião, porque eu também agora tô seguindo uma religião, a igreja. Peço a Deus tirar ele de quanto for ruim, porque é ruim viu, passar e vê um filho assim, “cair” dentro de uma prisão [...] Já arrumou trabalho lá [cidade de Barreiras]. Tá morando na casa do irmão e que agora ele siga o caminho dele do bem né? Que não fique mais andando com gente ruim não se ‘acoloi’ [se junte]. E pare de beber que ele também, em vez em quando, também ele bebe.

A análise realizada pela depoente traz marcas das dores vivenciadas, num misto de esperança e fé, utilizando a religião como referência e fortalecimento para os embates e problemas da vida, inclusive desejando que os filhos adotem uma e refaçam suas vidas. Para o Sr. Antônio, a referência de mudança e exemplo de respeito e ética que indica para o neto é ele mesmo, afirmando que se o neto fizer metade do que ele fez em sua história de vida já será um homem ético, respeitado e de bom caráter. Ratifica ainda que é melhor ter consciência do que adquirir um melhor padrão de vida por meio do crime, que não compensa. Que ganhe um salário menor com dignidade, indicando, neste contexto, que não deve desejar o que não lhe pertence e não lutou para conquistar. O Sr. Antonio transmite, em seu discurso, uma lição de comportamento e de valores que aspiraria ver no neto.

O depoimento de D. Cecília foi o seguinte:

Trabalhar e cuidar dos filhos como aconteceu, graças a Deus, de sempre eu falava que ele ia sair. Eu vou tirar ele daqui [da cidade de Jacobina]. Não vou deixar, dizia sempre. É, com as mesmas pessoas, né? Ainda ontem a concunhada ligou, fiquei despreocupada. Disse que está bem, trabalhando. Eu não sei como aconteceu isso com Sérgio, que Sérgio é um menino que nem gosta de conversar muito, ele não é de conversa. É pra você vê [...] O livro que eu levava para ele ler era a bíblia. A bíblia é um ensinamento, livra do mundo.

As referências quanto a trabalho, mudança da cidade, apego a Deus, mudança de vida, criar os filhos e estabelecerem-se com suas famílias são a tônica dos discursos dos depoentes quanto ao que idealizam ver concretizado na vida dos filhos após a saída do cárcere.

Como assinala Ecléa Bosi (2003, p.54): “[...] a lembrança se corporifica levando em conta a localização de classes e a profissão do sujeito [...] coexistem elementos da escolha e rejeição em relação ao que será lembrado.” Os depoentes, em muitos pontos da entrevista, enunciavam de forma explícita as expressões “não quero nem lembrar”, “é sofrido”, entre tantas outras. As escolhas e/ou rejeição das lembranças são realizadas de forma intencional e se configuram em estratégias de dizer. As expectativas felizes em relação aos filhos são agradáveis lembranças que querem ver realizadas num futuro breve.

A fala de D. Cecília sintetiza o desejo de (re)socialização do filho, de ter uma outra oportunidade, para que não mais volte a cometer delitos, embora, neste aspecto, ratifique e defenda sua inocência. Em momentos da narrativa afirmou que não vai abandonar o filho porque errou, pois é neste momento que ele mais precisa dela. Fica assim o ir e vir dos deslizes e armadilhas do discurso, ao dizer o que se quer dizer. De alguma forma, como a AD traz, “o sujeito se mostra ao dizer”.

Assim, fomos analisando o “olhar caleidoscópico” da família sobre o cárcere, suas regras e funcionamentos, já que o caleidoscópico nos proporciona outras perspectivas do mesmo fato, da mesma imagem, possibilitando a análise de outras dimensões e, portanto, outros aspectos que se (des)velam a cada novo movimento. No nosso caso, a cada nova pergunta e respostas elaboradas, refletidas, analisadas.

Deixemos então, no registro final deste capítulo, o desvelar de mais um “olhar” mostrar-nos sua síntese sobre a experiência de presenciar e acompanhar um filho no cotidiano do cárcere.

Não, pra mim não; pra mim mesmo não mudou a minha relação com Sérgio, porque se ele caiu nesse erro a gente, eu tenho certeza como mãe, que não era dele [a droga] então eu não podia virar as costas para meu filho, nem virar para ele e para nenhum. E é em uma hora em que um filho, ou seja ele lá quem for, é a hora que ele precisa mais de apoio. (D. Cecília).

As contradições e armadilhas do discurso são as verdadeiras matérias-primas com as quais o pesquisador/a vai dialogando para dar a tessitura dos textos nos fios que se cruzam e entrecruzam na trama discursiva. Assim, fomos tecendo e nos inserindo na tessitura como

leitores, produtores, pesquisadores. E do texto muitas lições aprendidas e muitas tantas ainda a aprender.

No próximo e último capítulo, trataremos das histórias de vida/de leitura dos sujeitos da pesquisa, dos valores e representações que dão à leitura e à educação, revelando-nos, através da escrita dos memoriais, porque o ato de escrever é um ato singular, único e irrepetível em sua enunciação, já que, o sujeito escreve e inscreve-se no texto que produz; mostra-se, expõe-se e (des)vela-se. Assim como os sonhos, as lacunas e as perdas vão sendo tecidas num cenário dinâmico e plural. A experiência do cárcere é descrita no referido capítulo e convida-nos a valiosas reflexões.

6 “DIZERES” DOS ENCARCERADOS: HISTÓRIAS DE VIDA/DE LEITURA, (DES)VELAMENTOS PLURAIS

Este último capítulo trata das histórias de vida/de leitura dos sujeitos participantes da pesquisa narrada com base nos memoriais escritos no cotidiano do cárcere, bem como das entrevistas abertas realizadas. As narrativas sinalizaram como cada sujeito percebe-se, os valores que atribuem à leitura e como as histórias se fazem presentes nas suas vidas, trazendo para nós leitores e leitoras fatos marcados por “cores em tons variados”, (re)velando-nos, por meio de suas escritas, suas esperanças, seus (des)encantos, suas crenças e sua religiosidade, levando-nos a compreender porque escrever sobre si é fazer história, demarcar lugar, estar presente por meio das práticas de escrita que permeiam o mundo letrado e permitir maior acesso aos bens e usufrutos culturais.

As narrativas analisadas permitiram-nos ainda aprender que o sujeito constitui-se pela experiência e que esta experiência, refletida no memorial, por exemplo, é uma conquista do sujeito que se mostra e expõe-se, mas, ao fazer isso, escolhe o que quer que saibamos dele, ou melhor, exhibe-se no que ele julga ser o melhor de si. Não sem dificuldades, relutâncias, pausas, incompletudes, mas com todo esse forjar que forma e transforma no que somos e no que continuamente ainda estamos construindo de nós e sobre nós.

Foram sendo ratificadas a cada capítulo desta tese as transformações advindas, ou não, das práticas educativas informais no cárcere, do contato com o outro, das histórias de vida que são singulares e marcadas por desencantos, como também por esperanças, crenças e fé em Deus como ingrediente de renovação de valores e buscas de novos sentidos para a existência.

Foi-nos revelado, no transcorrer da pesquisa, como a educação, de fato, pode ser utilizada pelos educadores e educadoras como possibilidade de transformação humana, pois, na expressão do educador Paulo Freire (2001, p.55): “Ensinar exige consciência do inacabamento. O inacabamento do ser humano. Onde há vida, há inacabamento. Mas só entre homens e mulheres o inacabamento se tornou consciente.”

Este “inacabamento humano”, revelado ao longo dos capítulos desta tese foi, na pesquisa, a força motriz trazida pelas inferências percebidas nas categorias que emergiram do campo, e fez-nos perceber que é possível a mudança de cada ser humano mediada, entre tantos fatores, pela educação, porque é ela que torna homens e mulheres conscientes de seu ser/estar e fazer no mundo. Na categoria exposta na seção 6.1, trazemos as histórias de

vida/de leitura dos sujeitos da pesquisa, as representações acerca de si mesmas e dos outros, as tristezas, as reflexões, os sonhos e as experiências vivenciadas. Na seção 6.2, sintetizamos como se deu a trajetória em campo e as “descobertas” construídas. Na seção 6.3, realizamos a análise das inscrições bíblicas nas paredes das celas e das alas A e B, onde ficam os encarcerados, e os próprios discursos religiosos nas entrevistas dos sujeitos da pesquisa, que de forma evocativa, trazem frases acerca de Deus, das crenças e da fé, como possibilidades de conforto, de esperança e de arrependimento.

6.1 HISTÓRIAS DE VIDA/DE LEITURA: (DES)VELAMENTOS DAS CONSTRUÇÕES DOS MEMORIAIS/NARRATIVAS, NO COTIDIANO DO CÁRCERE

As próprias narrativas dos sujeitos¹ dão-nos uma idéia, ainda que sucinta, das representações que têm de si, dos outros e do cárcere.

A seguir, transcrevemos alguns trechos das narrativas dos sujeitos-leitores participantes do Curso de Extensão realizado no cárcere. São depoimentos das presidiárias Anatália (22 anos) e Iristela Miranda (26 anos), quando entrevistadas pela repórter enviada pelo serviço da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Campus I, que as visitou na 16ª Delegacia Circunscricional de Jacobina, em dezembro de 2005². Na ocasião, revelaram o significado da participação no Curso de Extensão realizado pela UNEB/ Jacobina.

Para Anatália, o curso foi assim definido:

Antes do projeto Trilhas na construção do ser, tinha pouco interesse pelos livros. Preferia gastar meu tempo ouvindo os últimos sucessos do rádio, ou assistindo tevê. Hoje, depois do curso, adoro memorizar versos.

Iristela assim avaliou o curso:

¹ Narrativas retiradas da coletânea de textos/depoimentos dos sujeitos – leitores participantes do Curso de Extensão realizado em 2002, na 16ª Delegacia Circunscricional de Jacobina, pelas alunas do 8º semestre de Letras, Edjane Amaral e Sandra Marques, intitulado *Leitura Dialógica: Trilhas na Construção do Ser*, coordenado pela profª Ana Lúcia Gomes da Silva. Registramos apenas alguns trechos do material “coletado” e construído e ampliamos esta análise depois da pesquisa de campo, com os participantes atuais desta pesquisa.

² A reitora da UNEB, Ivete Sacramento, solicitou que fossem indicados projetos de ações afirmativas realizados em sua gestão – 1998-2005 –, nos vários *campi* da UNEB, enviando uma jornalista a Jacobina, para entrevistar as referidas presidiárias. Seus depoimentos e fotos foram registrados, no relatório de gestão da Reitora. Ambas já foram julgadas e atualmente cumprem pena no presídio feminino Lemos de Brito, em Salvador. Foram condenadas a mais de 20 anos de detenção, por homicídio qualificado.

Eu já gostava de ler quadrinhos e fotonovelas. Com o curso passei a escrever poesias e ler [...] É uma alegria imensa durante as aulas. As professoras são uns amores, conversam bastante com todos nós alunos, então fica fácil para nós aprendermos a nos desenvolver etc. Quero agradecer as professoras Edjanne e Sandra, por nos dar essa oportunidade de participar das aulas e também por escolher nós presidiários [...] É um privilégio muito importante para mim.

Quando questionadas sobre o gênero textual e autor que gostavam, responderam:

Gostamos de poesia e da obra de Jorge Amado. Preferimos versos e também uma boa prosa, porque já recitamos e escrevemos.

Para o encarcerado Pedro, o curso foi:

Um imenso prazer participar do trabalho. Queria que vocês professoras tivessem vindo antes, mas nunca é tarde para aprendermos coisas boas. Só a presença de vocês já faz em sentir como se eu estivesse lá fora no mundão! [...] Aqui dentro fico ‘inriqueteo’, porque sinto vontade de estudar e não tenho oportunidade [...] é bom conhecer pessoas como vocês, que reconhecem que não somos como muitas pessoas pensam.

Pedro também revelou o momento mais emocionante e marcante do curso:

Primeiro dia, quando as professoras pediu para nos olharmos no espelho em um local separado e sozinho. Quando olhei, me vi e tinha escrito no espelho: “você é importante e especial, um sujeito singular. Ninguém no mundo é igual a você.” Fiquei tão emocionado que não tinha palavras. Outro momento foi quando todos cantamos a música amigos para sempre.

Para os encarcerados Edmilson e Agnaldo, o curso foi definido com base em uma memória-referência:

É difícil falar de um só fato, mais o que me marcou bastante foi quando as professoras colocaram o CD com a música Amigos para sempre e todos choraram. (Edmilson).

Juntos choramos e cantamos aquela música Amigos para Sempre³, foi o que marcou no curso. (Agnaldo).

O encarcerado Orlando afirmou sobre o curso o seguinte:

Tenho certeza que vou aprender muitas coisas e mostrar para a sociedade que nós presos temos muita sinceridade e merecemos mais oportunidades, para quando voltarmos para a sociedade termos uma vida melhorada e muita paz, que é o que nosso país precisa.

Os depoimentos sobre o curso tiveram sentidos diferenciados para homens e mulheres. No geral, os homens analisaram a importância do curso, articulando nos discursos a imagem que os outros têm deles, enfatizando que a sociedade deve dar-lhes novas oportunidades. Para encontrarem aliados quanto a suas imagens, trazem para o discurso a voz das professoras, conforme depoimentos de Orlando e Pedro, ratificando que elas, diferentemente da sociedade, os vêem como seres humanos que ainda merecem a confiança do outro/a.

Quanto ao aprendizado dos temas trabalhados no curso, os encarcerados não os mencionam, ao contrário das presidiárias Anatália e Iristela, que afirmam terem mudado seus hábitos no presídio após o curso, já que usam o tempo para ler, escrever poesias e textos em prosa. A familiaridade com a leitura possibilitou-lhes eleger novas preferências, num contexto em que conviviam diariamente com mais de cinquenta encarcerados, tendo apenas elas duas do sexo feminino.

Esses relatos dos memoriais remetem-nos ao que Alberto Manguel (1997, p.19-20) afirma:

Todos nós lemos a nós e ao mundo à nossa volta para vislumbrar o que somos e onde estamos. Lemos para compreender, ou para começar a compreender. Não podemos deixar de ler. Ler, quase como respirar é nossa função essencial. Aprendi a escrever muito tempo depois. Aos sete anos de idade. Talvez pudesse viver sem escrever, mas não creio que pudesse viver sem ler. Ler — descobri — vem antes de escrever [...] uma sociedade pode existir sem escrever, mas nenhuma sem ler.

As cursistas Iristela e Anatália ratificam de alguma forma a ação da leitura em suas vidas como prática social concreta, pois, conforme explicitou o autor citado, *é pela leitura, na leitura e com a leitura que começamos a compreender o mundo, o que somos, onde estamos.*

³ *Amigos para Sempre* é uma composição de Jane e Herondy. Cf. site <<http://letras.terra.com.br/jayne/46480/>>

Para os homens, as referências ao curso vieram permeadas de suas vivências com o público, por meio das expressões “lá fora no mundão”, “mostrar para a sociedade”. Em contraposição aos depoimentos de Edmilson, Agnaldo e Pedro, cujos efeitos da memória se dão com base na *memória-referência*, destacando o emocional, o afetivo do grupo, a amizade gerada com o curso, como aspectos que deixaram marcas profundas desencadeadas pela música *Amigos para Sempre*, e pela cena do espelho, para Pedro. Este episódio faz emergir a força dos diferentes sentidos construídos por homens e mulheres participantes do referido curso. Nesse sentido, as memórias e recordações sinalizam o que Alberto Lins Caldas (1999, p. 62) afirma: “[...] a/s memória/as é/são também garantia de constante dialogicidade e polifonia, nos sentidos das falas e da escrita, do corpo, das relações interpessoais e na constante criação da identidade narrativa.”

Todos esses elementos foram perceptíveis nos trechos trazidos pelos cursistas, cujos excertos estão sendo objeto de nossa interlocução.

É relevante ainda assinalar que, quebrando “esquemas e estereótipos de gênero”, tivemos as *memórias-referência* quanto ao emotivo, às relações interpessoais, à amizade e ao choro, no texto de dois homens. Essas ocorrências esperava-se encontrar nos relatos das mulheres, por serem consideradas, nos discursos históricos construídos sobre elas, mais frágeis, seres do cuidado, mais emotivas, menos racionais e objetivas.

É interessante perceber que *todos* choraram, segundo o depoimento de Edmilson e Agnaldo. Embora o termo *todos* esteja apenas implícito no texto, é o que, na Análise do Discurso (AD), “está presente por sua ausência”, conforme sinaliza Michel Pêcheux (1997), porque homens e mulheres estavam juntos cantando e chorando, deixando o registro da quebra do “esquema”, do esperado, que seria as mulheres terem chorado e relatado em seus textos esta memória-referência. Homens e mulheres dotados de sentimentos, expressando-os sem resistências, dando-nos a dimensão de que os sentimentos foram expressos de forma igualitária por ambos os sexos.

A autora Rachel Soihet (1997), ao tratar da escassez das fontes acerca do passado das mulheres, com produções delas próprias, indica os depoimentos, jornais, diários, missais, cartas, que são exemplos dos registros femininos, e sinaliza ainda a forma como as mulheres selecionam os fatos que devem ser narrados. Nos memoriais dos homens e mulheres, essas lembranças e registros são diferenciados, pois o cotidiano vivenciado por ambos traz sentidos que incluem filhos, família, pais e maternidade. Enquanto no vivenciado pelos homens aparecem os amigos, os encontros nos bares, o futebol, tendo o público como lócus mais

marcante, para as mulheres, o que ficou evidente foi o lar e o privado como lugares presentes em seu fazer cotidiano.

Quando solicitados a escreverem sobre um fato que marcou suas vidas profundamente, os memoriais dos encarcerados Dilton Soares, José Carlos, Pedro da Silva e Anatólia Lopes dos Santos trazem o repetido fato, o dia em que foram presos, ratificando o que explicitamos sobre as memórias e os sentidos desencadeados em mulheres e homens:

O momento que mais marcou a minha vida profundamente foi em 09.02.2000, quando eu entrei em um bar e pedi água para beber. Na seqüência, chegou a viatura com quatro policiais. Eu estava com um objeto dentro do bolso, eu tentei sair para jogar em algum lugar, só que não deu tempo e os policiais me pegaram e me trouxeram para esse lugar. Nesta hora, que fui detido, eu estava com meu cunhado e alguns colegas. Esse momento foi o que marcou mais a minha vida e nunca esquecerei. (Dilton Soares Ramos).

Numa tarde de domingo, fui a casa de um colega. Chegando lá, começamos a beber e depois de duas horas chegou um inimigo de meu amigo; ele já estava alcoolizado e logo os dois começaram a discutir. O inimigo do meu colega puxou uma arma e começou a atirar. Meu colega logo em seguida entrou em luta corporal para tomar o revólver dele. Meu amigo, com o copo ensangüentado pediu socorro para que eu lhe ajudasse, ouvi os gritos dele, só que eu estava ajudando, quando chegou outro cara que era amigo do outro. Aquele levou-o para o hospital, eu desesperado peguei o meu amigo e levei-o para o hospital também. Quando eu cheguei no hospital, o outro já estava na mesa de operação e meu colega foi internado. Assim que ele foi internado chegou o amigo do outro e ele foi telefonar para a polícia, dizendo que eu estava no hospital. Em seguida, chegaram os policiais que me abordaram, me levaram para o complexo policial para eu dizer o que tinha acontecido e neste acontecimento eu acabei ficando preso. Essa foi uma história que ficou marcada em minha vida. (José Carlos Santana Pereira).

O momento que marcou minha vida profundamente foi no dia 09/03/00. Quando eu estava na companhia de mais três colegas, fomos surpreendidos por policiais, onde os mesmos relataram que nós estávamos sendo acusados de cometer atos criminais contra a lei judiciária. Eu fiquei tão constrangido que nem acreditei. Pensei que era

uma brincadeira. Só que era realidade, pois nunca pensei que um dia teria que passar por isso. Tenho certeza de que nunca esquecerei daquele maldito momento. Foi a coisa que mais feriu meu coração em todos os dias de minha vida até hoje. Foi uma dor tão imensa que ainda me sinto triste. E ainda permaneço aqui na expectativa que brevemente vou poder abraçar minha liberdade com toda garra e nunca mais deixar ela fugir de mim. (Pedro da Silva).

Gosto de rezar todos os dias para Deus abençoar minhas filhinhas e me ajudar a sair da prisão e enfrentar as coisas boas da vida. Gosto muito de cozinhar para as minhas filhinhas. Não estou fazendo isto porque estou presa [...] (Anatália Lopes dos Santos).

Os memoriais revelam o que José Carlos Sebe Meihy (1996) explicita sobre como cada narrador conta a própria história, trazendo em suas falas a forma das narrativas trágicas, dando conta da mensagem que quer passar, conduzindo em seus discursos um tom de vítima, de tristeza profunda, buscando o leitor como aliado para sua história. Há ainda, na narrativa do encarcerado Dilton, pistas de que é culpado, pois, ao afirmar que estava com um objeto dentro do bolso da calça, disse ter tentando sair para jogá-lo em algum lugar, mas, ao avistar a polícia, não deu tempo. Está aí implícito seu envolvimento em algum ato ilícito, bem como que não é inocente. Confirma isto o relato nos dois trechos da narrativa: “Os policiais me pegaram e trouxeram para este lugar.” E quando informa que estava com um objeto dentro do bolso e tentou jogar fora, mas não deu tempo. Neste trecho e no anterior, os *não-ditos* se configuram de forma mais pujante e contundente que os *ditos*, trazendo para a narrativa o que na AD é tido como “o que o texto não diz para dizer”. Dilton, portanto, revela-nos *não-ditos*, diferente dos demais companheiros, que estavam realizando algo ilícito e por isso foram presos.

Por outro lado, José Carlos afirma: *Socorri meu colega e levei para o hospital [...] Eu acabei ficando preso.* Segundo ele, a prisão ocorreu por ter sido denunciado pelo inimigo de seu colega e apenas por ter socorrido o amigo e o ter levado ao hospital. Na narrativa, fica registrado o sentido dúbio no trecho em que diz: “chegou um inimigo do meu amigo; ele já estava alcoolizado e logo os dois começaram a discutir.” Não se sabe quem já estava alcoolizado, se o inimigo que chegou ou seu amigo, com o qual já estava bebendo numa tarde de domingo. O tom da narrativa é de tristeza, melancolia e em nenhum momento deixa pistas de que se envolvera em luta corporal, nem qual o motivo do atentado.

Há, ainda, nos elementos lexicais escolhidos, expressões como “entrou em luta corporal”, “cheguei para socorrer”, “me abordaram e me trouxeram para o complexo

policial”, que sinalizam um vocabulário que se aproxima dos termos constantes em depoimentos ao chegarem à delegacia e serem interrogados. A narrativa dá o tom de não querer deixar indícios de culpa no fato ocorrido. Está mais próxima de uma atitude heróica e solidária, como ocorre nas narrativas épicas, bem como do objetivo e da finalidade de se mostrar inocente.

A narrativa do encarcerado Pedro é marcada pelo trágico e pela dor. Traz ainda o tom emotivo e melancólico. Nos *não-ditos e implícitos* subjaz sua inocência e até que pensou ser uma brincadeira, pois nunca iria imaginar ter que passar por isso um dia: “Fomos surpreendidos por policiais que relataram que nós estávamos sendo acusados de cometer atos criminais contra a lei judiciária [...] eu fiquei tão constrangido que nem acreditei, pensei que era uma brincadeira, mas era realidade.”

Para o encarcerado Pedro, o tom narrativo e o teor dos trechos citados confirmam ter sido ele o injustiçado. Em seu memorial não há elementos que indiquem causa ou motivo de ter sido preso, entretanto o trecho final traz uma contradição implícita de culpa, ao afirmar: “Ainda permaneço aqui, na expectativa que brevemente vou poder abraçar minha liberdade com toda garra, e nunca mais deixar ela fugir de mim.” Ora, se praticamente em toda a narrativa há uma linearidade de um fato tido como injusto, como explicar no último parágrafo que o narrador anseie por sua liberdade com toda garra, se não é culpado e não tem motivos para estar preso? Há, aí, a contradição discursiva, ao deixar emergir outros sentidos que filiam e delineiam implicitamente a culpa e a infração perante a lei, razão pela qual está preso, privado da liberdade, cujo valor é explicitado pelo narrador como fundamental em sua vida, ao afirmar: “nunca mais deixar ela fugir de mim.”

Segundo Alberto Lins Caldas (1999, p. 62): “[...] a memória não somente como criação pessoal, mas como construção polifônica da sociabilidade [...] cria as pontes que unificam e aproximam, num mesmo espaço vivido, as múltiplas experiências da experiência.” Para o autor citado, a construção polifônica é uma tessitura da experiência, mesclada por argumentos que criam e recriam sentidos e possibilidades. No caso dos depoimentos citados, as narrativas mesclam tons variados de sentimentos, trazendo uma polifonia constituída de sentidos plurais, mobilizando lembranças, valores e pontos de vista.

No memorial de Anatália, as marcas do privado ficam evidenciadas, ao afirmar: “Gosto muito de cozinhar para as minhas filhinhas. Não estou fazendo isto por que estou presa.” As memórias dão conta de pensar nas filhas, no lar, na cozinha, enquanto, mesmo no espaço do presídio, os homens trouxeram em seus memoriais o espaço público como recorte para narrar um episódio de suas vidas. Segundo Elizabeth Jelin (2002), em suas memórias, as

mulheres trazem testemunhos que lhes dão vozes antes invisibilizadas dentro dos espaços privados, tendo como afazeres as tarefas domésticas, as lembranças voltadas para familiares e filhos. Para essa autora, as mulheres contam histórias diferentes dos homens, pois são baseadas em sentimentos e subjetividades, como bem ratifica a narrativa da encarcerada Anatália.

O encarcerado Sérgio Santana, quanto ao estudo, oficinas profissionalizantes, oportunidades de estudo e leitura no cárcere, declarou:

Acho que a coisa mais fundamental na vida de um ser humano é a liberdade. Aí você perde isso muita gente diz que, ah perdeu a liberdade, tô aqui seja o que Deus quiser. E aparecer que faz aquilo, mas tem muita gente que está nesse lugar [cárcere] que ainda pensam em fazer alguma coisa em sua vida, né [estudo, leitura] [...] Não tá tudo acabado; sempre tem um começo.

A leitura, para o encarcerado Sérgio Santana, implica novas oportunidades, mesmo que seja no cárcere, pois o fundamental é ter liberdade, o que significa novos começos e novos aprendizados. Não tem um olhar fatalista sobre si nem sobre os que estão confinados no cárcere e entende que tudo tem começo, meio e fim. O uso do pronome indefinido “tudo” é utilizado para expressar de forma conclusiva o que explicitou como sendo fundamental para si e para todo ser humano: liberdade e estudo. Ao usar o advérbio “sempre” ratifica seu entendimento não fatalista sobre as falhas humanas, pois, para o encarcerado em questão, a dialética da vida prova isso. Há sempre começos, fins, recomeços...

O encarcerado Leandro Barreto assim definiu a experiência vivenciada no cárcere:

Vem na minha cabeça logo é sair daqui, mudar minha vida, poder viver livre lá fora [...] Um bocado de coisa já aprendi aí dentro. Aprendi a dar valor a liberdade quando sair. ‘Oxe’, a liberdade hoje, o significado dela é tudo [...] eu acho que eu posso sair daqui errar de novo e voltar. Não, negócio de tráfico não, mas de outras coisas tipo uma briga, qualquer coisa ainda volto. Pode voltar [cárcere], ninguém pode dizer que nunca vai errar, não pode dizer que nunca vai errar porque erra. Não, não pretendo voltar pra aqui não; pretendo, quando sair daqui, se eu sair livre daqui, livre da justiça, eu vou morar em outro lugar. Não, não quero mais morar aqui não. [Jacobina].

Dialogando com Jorge Larrosa (2001), vemos que a experiência é o que nos passa, nos acontece, nos toca, e não o que passa, não o que acontece, não o que toca. Passa-se muita

coisa a cada dia, mas quase nada nos acontece, porque utilizamos muito tempo buscando informações e cada vez mais percebendo-nos como sujeitos informantes e informados. Na experiência é preciso separar a informação e o *saber da experiência* do saber que temos, quando temos informação sobre as coisas, quando estamos informados. É cada vez mais rara a experiência na contemporaneidade, em razão do excesso de opinião. O sujeito moderno é informado e opina, critica tudo que sabe por meio da informação. É essa obsessão pela opinião que anula nossas possibilidades de experiência, fazendo com que nada nos aconteça. Também por falta de tempo essa experiência está mais rara na atualidade. A pressa é o que nos acompanha, impedindo a falta de silêncio e de memória.

Vimos no discurso do encarcerado Leandro que foi exatamente o tempo de espera pela liberdade e pelo julgamento que o fez refletir sobre o sentido da liberdade, sobre o cotidiano no cárcere. Jorge Larrosa (2001) demonstra que a compreensão sobre o que nos toca, nos faz saber algo que não está nas informações lidas, mas no vivenciar dos fatos, como fez o encarcerado Leandro Barreto, que embora informe não mais pretender voltar ao cárcere e repetir a experiência, admite que não possa dizer que não mais errará, embora possa ser outro o motivo de retorno à prisão. Viver num lugar diferente e valorizar a experiência tida no cárcere para (res)significar o conceito e o valor sobre a liberdade é essencial para o encarcerado Leandro Barreto. No silêncio do cárcere, a memória é acionada de forma plena e significativa; rememora os dias, as noites, cada aprendizado e cada sentido dos fatos. Leandro Barreto, quanto a isso, declarou:

Eu penso mais à noite; quando a pessoa tá deitada lá na cama, escutando som...

Para Jorge Larrosa (2001, p.3): “[...] a possibilidade de que algo nos aconteça requer parar para pensar, requer um gesto de interrupção, parar para olhar, para escutar, para sentir, tudo isso mais devagar, demorar nos detalhes, calar muito e ter paciência.” Essas questões da paciência, da partilha e da escuta foram muito recorrentes nos depoimentos dos encarcerados, pois nos diziam que as horas no cárcere têm uma lentidão que dói, faz pensar. Neste sentido, a experiência é de fato vivenciada pelos sujeitos encarcerados.

Quando questionamos Leandro Barreto sobre os encontros com os familiares, as conversas, as lições aprendidas, respondeu:

Elas [pessoas da família], só me aconselham que eu vou embora, que eu vou sair desse lugar aí, que já marcaram já minha audiência. Quando elas vêm, toda visita é a mesma coisa; tenha calma que você vai embora, peça a Deus fique quieto aí que eu

estou orando por você, que você vai sair dessa. Aí as palavras de conforto deixa mais a pessoa alegre, né?

Ele aprende a cultivar a paciência, a calar, a refletir, a orar. A religiosidade aparece sempre nos discursos dos entrevistados como parte integrante de mais uma experiência — a de aprender a ler a bíblia e a orar. Este aspecto será visto de forma mais ampliada na seção a seguir. Para referir-se ao esforço da paciência e da manutenção da calma, dá um exemplo que ocorre no dia-a-dia do cárcere quanto aos conflitos que já presenciou ou experienciou em sete meses de prisão:

Conflitos só quando os caras começam a discutir, quando um começa a brincar com o outro já não vai na brincadeira. Lá tem muitos que gostam de ficar pesando a sua consciência lá; outros ficam aumentando que você vai passar o resto de sua vida na cadeia, coisa e tal, e muitas vezes você já acorda de mau humor e não quer conversar com ninguém fica no seu canto lá, fazendo seu trabalho sossegado, aí vem um com uma brincadeira pesada lá, aí emotivo para briga que nem eu vejo todo dia lá por causas dessas brincadeiras um com os outros você vai passar o resto de tua vida, outros dizem que a mulher está traindo o cara lá fora e o cara está preso. (Leandro Barreto).

Em sua fala, o depoente informa como são gerados os conflitos na prisão e quais suas conseqüências. As discussões geram brigas, desentendimentos em geral, às vezes sendo obrigatória a sanção, que é a troca do preso para outra ala ou o corte do banho de sol. A expressão “só quando” indica a temporalidade dos fatos em relação às ocorrências e aos motivos das discussões e conflitos possíveis. No tocante a outros aprendizados na experiência no cárcere e nas expectativas ao sair, declarou:

Minha expectativa quando eu sair daqui é fazer o meu futuro, porque eu ainda estou novo, ainda tenho tudo pela frente. Eu me sinto feliz hoje, não é porque eu to preso não, porque isso aqui vai passar um dia. A coisa mais importante é ter saúde. Com meu conhecimento dá para eles [filhos], uma vida melhor do que eu tive, para eles nunca passar por isso aqui que eu estou passando.

A esperança é movente no encarcerado Leandro Barreto, que ainda avalia-se como uma pessoa feliz e capaz de produzir, aprender mais e mais, pois tem saúde e ainda é jovem

para realizar um novo projeto de vida. As expressões “quando”, “tudo”, “ainda”, “nunca” ratificam a temporalidade futura que será construída ao sair da prisão, pois expressa desejos, crenças de uma vida melhor para si e para seus filhos, fazendo comparação com sua vida que não fora tão boa até aqui.

Questionamos então sobre as mudanças que o cárcere poderia operar em sua vida e se seriam positivas. Eis a resposta:

Mudança? Se você não for um cara manso na rua, aqui dentro você vai ficar manso; se você for um cara manso, se baixar a cabeça, os caras monta, então você tem que viver sempre sossegado aí, né, que muda você passou daquela grade ali lá pra dentro ali. Oxe, o cara só pensa, pensa em um bocado de coisa.

A resposta ratifica a análise de Michel Foucault (1999, p.6) sobre a ordem do discurso e o poder das instituições no que têm de maléfico e irônico, impondo formas ritualizadas, como se assim pudessem dizer em silêncio que os sujeitos estão marcados, vigiados:

[...] gostaria de ter atrás de mim uma voz que dissesse: é preciso continuar, é preciso pronunciar palavras enquanto as há, é preciso dizê-las até que elas me encontrem, até que me digam estranho castigo, estranha falta, é preciso continuar, talvez já tenha acontecido, talvez já me tenham dito, talvez me tenham levado ao limiar de minha história, diante da porta que se abre sobre minha história, eu me surpreenderia se ela abrisse.

Dessa forma, a história de vida de cada sujeito vai sendo desenhada pelas palavras de disciplina, de ordem, mas também vão forjando, cada um, suas esperanças e possibilidades de mudanças, traçando metas e objetivos para darem continuidade a suas histórias de vida num contexto outro — além das grades, além da cela, além do cárcere —, tecendo a vida com outros tons e outros ritmos.

6.2 LEITURA BÍBLICA, INSCRIÇÕES DISCURSIVAS NAS PAREDES DO CÁRCERE E ENTREVISTAS: RELIGIOSIDADE E ESPERANÇA?!

Se a palavra foi feita para dizer, para expressar o que nos vai na alma, assim fomos percebendo como cada história tecida pelos encarcerados permitiu-nos concluir e aprender o quanto é intransferível a experiência da escrita e da leitura. É pessoal. Única. Singular. Plural.

É feita de nós, linhas, pausas, emoções, cores, tons que variam e se mesclam, num ir e vir de meditações, confissões, desabafos, crenças que vão brotando, como se fosse uma necessidade urgente num momento único, em que ao dizer (re)vive, (trans)forma, forma e (in)quieta.

Assim, iniciamos esta seção com poesia, dores, confissões, emoções, incertezas, tristezas, crenças, fé e esperanças e com as palavras poéticas de Manoel de Barros (1990), que expõe sobre seu processo de criação. Ele diz que assim como se lava roupa no tanque, ao batermos nas palavras, as espumas que ficarem no ralo serão boas para o início do texto. Depois é ir imitando os camaleões que se mostram de formas e cores diversas, sendo lesma, pedra, lata. As palavras do nascer adubam-se de nós; seduzem ao poeta e fazem reaprender a errar a língua, fazendo desse processo uma desarrumação da cartilha.

Ao convidá-los para um processo de sujeitos camaleões, vamos dar a palavra aos sujeitos das narrativas que nos informaram sobre as leituras que fazem/fizeram e como as significaram.

Para o encarcerado Sérgio Santana, os valores das escolhas e da religiosidade aparecem como uma promessa de mudança de vida, de comportamento pós-cárcere. Eis o que afirmou:

O que eu posso dizer é que, quando eu sair daqui, eu não vou andar com certas pessoas. Certas pessoas é que leva a pessoa a cometer certos delitos [...] o incentivo ajuda também, eu não vou mentir, acaba incentivado. Quando sair daqui eu vou mudar minha vida e pedir a Deus para mais nunca cometer nenhum delito que possa agravar minha liberdade, possa perder minha liberdade [...] O que eu acho que acontece de melhor né, porque é uma palavra amiga para a pessoa para aliviar a mente e o próprio coração, porque a Senhora sabe que a maldade e a bondade está armazenada tudo dentro do coração né? Ele tanto produz amor como dar [Explicando sobre as visitas de instituições religiosas diversas para pregarem a palavra de Deus].

O depoente Sérgio Santana analisa o valor da liberdade e das amizades como essenciais para a nova expectativa de vida que almeja para si. Também afirma que ao pedir a Deus, encontrará força para não mais cometer delito algum. Indica as visitas de pessoas de religiões diversas, que falam sobre Deus e seus ensinamentos, como o que há de melhor no cárcere.

Já o encarcerado Leandro Barreto, que traz como lugar da leitura a escola, atravessando em sua fala o discurso pedagógico do ato de ler, qualifica a leitura como “boa” e informa que se tivesse aprendido a ler não estaria no cárcere, mas logo em seguida diz ser

leitor da bíblia e de periódicos. Seu dizer sobre o ato de ler demonstra que não se percebe leitor, mesmo indicando que na prisão também lê, e que a leitura transcende o contexto da escola.

Os depoimentos demonstram ainda práticas leitoras ocorridas no cotidiano do cárcere, quando uns lêem e partilham com os outros suas impressões sobre o que leram ou simplesmente lêem silenciosamente, fazendo da leitura um ato individual e reflexivo.

A leitura é boa. Se eu tivesse ido à escola... não aprendi a ler nem nada, não estava aqui neste lugar[cárcere]. Eu leio revista Isto é, Veja e a Bíblia Sagrada também. Quando a gente acha uma coisa interessante, chamamos os colegas e mostra, aqui é uma coisa interessante e coisa e tal. Tem os que comentam e tem os que ficam lendo só pra si, sentado na sua cama lá, ficam lá dentro. (Leandro Barreto).

A leitura feita pelos encarcerados, e mais indicada entre os mesmos, é de periódicos diversos doados pela comunidade e pelo Centro Cultural da cidade, além da Bíblia. A forma de leitura varia: uns preferem ler e comentar com os outros, quando encontram trechos interessantes; outros lêem sozinhos. As inscrições bíblicas também “povoam” as alas e as celas, como podemos constatar nas fotografias que constam na Introdução desta tese. A foto 8, por exemplo, exhibe a Bíblia Sagrada, que se encontra em todas as celas, conforme constatamos nas observações *in loco*.

Para o encarcerado Joaquim, a leitura no cárcere se resumia à bíblica⁴. Quando questionado sobre as razões, respondeu:

A Bíblia conforta; era uma leitura que eu não fazia antes do cárcere. Leitura da bíblia é a palavra de Deus; abre os caminhos dá mais esperanças. Costumo ler sozinho e faço minha prece. A prece coletiva, fizeram no Natal, todos de mãos dadas. Em círculo, pediram pela liberdade.

⁴ Os discursos sobre a religião e o apelo a Deus são fortes marcas em todas as celas das alas A e B, como também nos memoriais, sendo ratificados nas entrevistas. Esta recorrência é também registrada em pesquisa da mesma natureza, realizada por Eleusa Câmara (2006), na qual retrata as práticas discursivas pautadas pela religiosidade, despontando como um jogo polêmico e estratégico, em face dos estigmas que classificam os prisioneiros como seres perigosos e irrecuperáveis. A referida autora publicou, como resultado de sua dissertação de mestrado, um livro considerado de grande relevância social, intitulado *Além dos Muros e das Grades* (2001), acerca dos presidiários da cadeia pública de Vitória da Conquista.

Acrescenta ainda o sentido da religiosidade que passa a ser forte referencial em sua vida, uma vez que a prece fortalece, dá esperança, inclusive ratifica este sentido de Deus em sua vida, da presença dele em seu cotidiano, ao afirmar sobre a história de sua prisão, já que se considera injustiçado pela lei. Assim se expressou:

Nunca usei drogas. Não plantei essa roça de maconha. O bom é que minha família acredita na minha inocência. Estou com esperanças [...] Cria uma revolta por não ser culpado, mas um dia eu venço. Melhor é acreditar em Deus.

Observamos que a representação que faz de si vai sendo construída num viés de desmonte dos estigmas e estereótipos recorrentes sobre os encarcerados como seres perigosos, que não têm mais recuperação, pois afirma que a família acredita em sua inocência e que Deus está a seu lado, dando-lhe conforto e esperança. Acredita que o melhor é confiar Nele. Ao empregar os advérbios “nunca” e “não”, Joaquim explicita a veemência de sua inocência, trazida como contraponto a seu discurso, pela conjunção “mas”, que mesmo sendo esta a situação apresentada, um dia vencerá, pois melhor é a crença em Deus. A crença e fé são colocadas como mobilizadoras de seu discurso para contrapor revolta x esperança.

Para o encarcerado Leandro Barreto, o dia-a-dia no cárcere traz sempre melancolia, tristeza, mas também esperança de liberdade, desde que passou a ter mais fé em Deus e tornou-se cristão. Assim se colocou:

Eu me sinto sossegado, cristão mesmo. Lá fora eu fumava maconha e cigarro, aí dentro eu não fumo; lá fora bebia muito também, já aqui dentro eu não bebo. Quando eu sair vou parar também [...] Quanto mais tempo passa, a pessoa fica mais triste, os que não têm, que nem eu mesmo, que estou aí no cárcere aí e não foi julgado, está aí na cadeia sem saber quanto tempo eu vou pegar [...] Eles são mais triste lá dentro, porque eles já foram condenados e nós não ainda tem a chance de ir embora, tem a esperança. Eu acredito; minha vida quando eu sair daqui será mudada, será outra.

A esperança reside no julgamento que está por vir e na crença em Deus que, segundo afirma, o fez sossegar e transformou-o em verdadeiro cristão, livre dos vícios de fumar maconha e beber. Tem como esperança a expectativa de uma vida que será recomeçada. Esta é a representação que produz de si para o interlocutor, trazendo as estratégias da fé em Deus e da mudança quanto aos vícios como elementos que servem de forte referência para que possa

confiar em sua mudança ao sair do cárcere. Busca livrar-se dos estigmas sem exprimi-los, mas recorre sempre a uma representação de si com quebra dos estereótipos comuns aos marginais, que são geralmente caracterizados pelos adjetivos de “irrecuperáveis”, “dissimulados”, “perigosos”, entre outros.

O sentido da leitura, para o encarcerado Carlos Aduino, é expresso tanto em relação ao gênero textual quanto à forma de leitura. Quando questionamos se lêem no cárcere e quais os tipos de leitura mais comuns, respondeu:

Lêem; [presos] todo tipo de leitura aqui a gente lê; principalmente a bíblia [...] alguns lê para si, outros comentam, acham alguma coisa interessante, mostra pra outro. Revista aqui é pouco; as revistas que a gente lê, a gente lê mais em vez em quando o pessoal traz umas Veja umas revistas, assim... A pessoa aumenta mais a fé que tem e pensa que quando sair daqui nunca mais vai fazer nada para ser um motivo para voltar praqui.

Conforme sinalizado pelo encarcerado Carlos Aduino e por outros entrevistados, a leitura bíblica é mais realizada e as formas de ler variam; ora em silêncio, ora coletivizando o que lêem e comentando entre si. A leitura do texto bíblico tem sentidos que se cruzam e são comuns entre os leitores do presídio, conforme atestam seus relatos. Vejamos:

Eu leio mais textos bíblicos. Porque ajuda a distrair mais a mente. É, tem hora que a mente tá há um milhão assim, só... (Carlos Aduino).

Para o encarcerado Carlos Aduino, a mente em turbilhão é acalmada pela leitura bíblica e a fé também aumenta. Acrescentou sua leitura sobre o curso de extensão, que participou no presídio, e a escrita do memorial:

É que a gente vai refletir melhor quando sair daqui, o que fazer, pensar antes que fazer alguma coisa errada, qualquer coisa assim, pensar melhor a vida, aqui não é um lugar que presta não [...]

Para Jorge Larrosa (2001, p.3): “[...] ninguém pode aprender da experiência do outro a menos que essa experiência seja de algum modo revivida e tornada própria.” Nada pode substituir nossa experiência de escrita e de leitura. Cada leitor trouxe para si sentidos únicos e marcados pelo que tocou, refletiu e sentiu. Assim, fomos ampliando nossa conversa sobre a

experiência da leitura e também sobre a experiência do cárcere. Para o encarcerado Carlos Aداuto, assim se materializou sua vivência no presídio:

É a pessoa ficar sem saber o dia que vai sair, isso é muito ruim; você não sabe o dia que vai sair daqui. Ave Maria... É, tem dia que a pessoa tá de um jeito que nem consegue sair da cela. Sem fazer nada é só fica pensando; aí quando tá pensando assim, aí caça um meio de não pensar assim, fazer alguma atividade pra... não ficar abatido, depressivo. Ah! só tristeza demais [...]

O fato de vivenciar sempre a mesma rotina todos os dias, sem atividade útil para realizar, vai desenvolvendo no sujeito sentimentos variados — depressão, intolerância, nervosismo, mutismo —, buscando, de alguma forma, uma atividade que o possibilite modificar o curso dos pensamentos e da mesmice ali concretizada. De novo as leituras bíblicas, o vocativo a Deus e a santos diversos reaparecem como referência e sustentáculo para os momentos de fragilidade e desencanto.

Ao receberem visitas de pessoas de diferentes religiões também recebem mensagens que expressam conforto, vontade de mudança e mais esperança. Vejamos o que diz ainda Carlos Aداuto sobre este aspecto:

Vem, às vezes, vem um pessoal das igrejas aqui, mas, na maioria das vezes, do tempo em que eu estou aqui, tava na tranca, trancado e aí só fica ouvindo mesmo. Eu acho que vem da igreja católica e da evangélica; agora a igreja mesmo eu não sei a qual é [...] às vezes trazem algum material de leitura e para fazer artesanato também.

As leituras religiosas são trazidas pelos familiares, como expressaram nas entrevistas, mas também recebem de igrejas diversas, que vêm periodicamente realizar pregações e falar de Deus, da fé, da resignação, da paciência, entre outras mensagens.

Sobre sua história de vida e efeitos do cárcere, Carlos Aداuto pronunciou-se da seguinte forma:

Vou fazer de tudo para não voltar mais, porque aqui é um verdadeiro inferno; aqui é embaçado demais, é um lugar que geralmente aqui tem união assim, mas nunca é o suficiente para viver aqui nesse lugar. A pessoa se sente assim muito humilhado aqui, é o que acontece.

Quanto ao teor de esperança, há uma mesclagem entre as dores vivenciadas, as humilhações e a esperança em novos tempos ao sair do cárcere. Quando questionamos sobre como acreditam que sairão do cárcere após esta experiência, Carlos Adauto respondeu:

Pior, é. 'Ah'! Porque a pessoa sofre muita coisa aqui, muita humilhação; você se sente um nada aqui, você se sente esquecido do mundo, como se tivesse pegado e é apagado assim da sociedade, tirado fora e isolado do mundo. É a sensação é que o tempo parou; assim você não sabe mais o que está acontecendo. Eu creio que para sair melhor, de não acontecer de voltar né, acho que não é só eu não, porque o sofrimento é grande aqui [...] Em alguns casos, eu acho que tem alguns casos que não modifica, porque as pessoas já né, é o tipo o destino da pessoa ser assim, mas outros mudam bastante. A maioria a pessoa sai do desespero aqui, aí acontece de fazer alguma coisa errada por isso, sai sem dinheiro, sem nada, sai desesperado mesmo. É, tem algumas pessoas que não tem família, não tem ninguém, quando sai, aí a única coisa é continuar errando.

A condição humana é revelada como um nada. A coisificação do ser humano é demonstrada de forma explícita, entretanto, a crença em modificar atitudes e comportamentos permanece, embora não acredite que essa mudança seja possível para todos/as os encarcerados por uma série de razões informadas por ele, conforme expressa o discurso anterior.

Quanto à imagem que a sociedade tem dos presidiários e a imagem que quer que os filhos tenham dele, assim se expressou o encarcerado Carlos Adauto:

É, quando a pessoa sai daqui fica muito discriminado né, a sociedade a um ex-presidiário, um ex-preso é, isso também revolta bastante, se isso pudesse mudar né, esse preconceito. É um traficante, é um vagabundo, é um ladrão; sempre assim, essa marca nunca sai, quando passa por aqui, algumas pessoas entendem, outras não.

Diferentemente de outros discursos, a representação aqui se dá noutra perspectiva. Explícita as formas de preconceito, as marcas e estigmas, para depois informar que são poucas as pessoas que compreendem e dão nova chance ao ex-carcerário. Evidencia-se neste contexto o que Michel Foucault (1999, p.9) afirma: “Sabe-se que numa sociedade como a nossa, conhecemos procedimentos de exclusão [...] não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um enfim, não pode falar de

qualquer coisa.” Para o autor citado, o discurso é, portanto, “[...] aquilo pelo que se luta e se quer apoderar”. (FOUCAULT, 1999, p.10). Dizer o que pensa a sociedade sobre os presidiários tem um endereçamento, um contexto e uma situacionalidade marcados que são percebidos pelo entrevistado, pois traz os estigmas que conhece sobre si mesmo como encarcerado e profere-os, por saber que serão divulgados, explicitados, de forma que a própria entrevistada poderá informar sobre a representação que teve acerca dos presos e dele em especial. Dizer, aqui, significa poder, estratégias, movimentos de tensões, de luta e práticas discursivas que emanam poder e sentidos.

O cárcere foi assim definido pelo encarcerado Carlos Aduato:

Ah! Ave Maria! É um lugar que eu não desejo pra ninguém, porque é ruim demais. Quando eu sair daqui eu não pretendo nunca mais nem chegar perto de polícia; assim, pra não correr o risco de acontecer alguma coisa e voltar pra cá; tem que evitar.

O desejo de livrar-se do cárcere vem acompanhado da vontade de evitar o policial para não se comprometer e correr riscos de retorno à cadeia. Para Michel Foucault (1999), há na nossa sociedade outra forma de exclusão que se dá pela separação e rejeição, fato que é percebido pelo entrevistado Carlos Aduato, quando analisa a imagem da sociedade sobre os encarcerados.

Michel Foucault (1999) novamente aparece no diálogo para ratificar que a palavra dita por presidiários e loucos tende a não ser importante e é considerada nula, mas pode também, em contrapartida, ser atribuída a ela estranhos poderes, como o de dizer uma verdade escondida, o de pronunciar um futuro, o de enxergar o que a sabedoria dos outros não pode perceber. Esses discursos tendem a proliferar em sentidos plurais e a transgredir ordens. Tendem a se fazer ouvir ou a se fazer silenciar. De todo modo, estão aqui verbalizados, semiverbalizados, tencionados. E seus efeitos, pulverizados...

6.3 EDUCAÇÃO E TRABALHO NO CÁRCERE COMO POSSIBILIDADES PARA (RES)SIGNIFICAR A CONDIÇÃO HUMANA

Para iniciar a última categoria de análise deste capítulo, convidamos, para tecer conosco este texto, o educador da esperança Paulo Freire (2002), que militou nobremente pela

educação e, portanto, a favor da vida. Para esse educador: “[...] não posso continuar sendo humano, se faço desaparecer em mim a esperança [...] a mudança do mundo implica a dialetização entre a denúncia da situação desumanizante e o anúncio de sua superação, no fundo, o nosso sonho.” (FREIRE, 2002, p. 88). Se esse sonho é coletivo, as mudanças, ainda que incipientes e tímidas, certamente aparecerão e, de forma sensibilizadora e exitosa, lançarão outros convites a tantas outras pessoas em diferentes espaços de aprendizagem. Assim, perguntamo-nos: Qual a relação entre educação e trabalho, considerando o contexto do cárcere? O que dizem, pensam e sentem os encarcerados sobre esse par educação/trabalho?

Vamos analisar o que traz a narrativa do encarcerado Joaquim sobre esta questão, quando questionamos sobre o que fazem no dia-a-dia no cárcere e quais atividades desenvolvem.

Atividades que a gente faz é artesanato, dominó, baralho e joga bola. Não tem nenhum projeto para melhorar o dia-a-dia no cárcere. Sugiro ocupação [trabalho e estudo] no cárcere para o próprio tempo passar mais rápido e usar a mente com algo útil. Oficinas de pintura, música... etc.

Quanto à questão educacional, informou o seguinte:

Parei de estudar para trabalhar. Trabalho desde meus 16 anos.

As atividades realizadas pelos encarcerados no dia-a-dia do cárcere indicam que são iniciativas dos presos, buscando algo útil para realizarem e ainda adquirirem, de alguma forma, recurso financeiro para auxiliarem filhos, esposas, familiares. De acordo com Hannah Arendt (2004, p. 110): “A ‘benção ou alegria’ do labor é o modo humano de sentir a pura satisfação de se estar vivo que temos em comum com todas as criaturas viventes [...] labutando e repousando, laborando e consumindo, com a mesma regularidade.” É no trabalho que homens e mulheres asseguram, ainda que minimamente, a sobrevivência. Ainda que sem o esforço da força de trabalho, sentem-se produtivos e úteis.

O depoimento do encarcerado Joaquim quanto ao estudo sinaliza a estreita relação trabalho/estudo no contexto brasileiro, em que, como milhares de estudantes trabalhadores, desistem do trabalho ou são forçados a isso, pois precisam optar pela manutenção da vida, como é o caso de Joaquim e de muitos Joaquims, Marias e Josés, que param de estudar para trabalhar.

Para Paulo Freire (2001, p.114):

O operário precisa inventar, a partir do próprio trabalho, a sua cidadania que não se constrói apenas com sua eficácia técnica, mas também com sua luta política em favor da recriação da sociedade injusta, a ceder seu lugar e outra menos injusta e mais humana [...] Dificilmente um empresário moderno concordaria com que seja direito do “seu” operário, por exemplo, discutir durante o processo de sua alfabetização ou do desenvolvimento de algum curso de aperfeiçoamento técnico, os interesses humanos em relação aos do mercado.

O que colocamos como fundante na educação/trabalho é a formação indicada por Paulo Freire (2001), que vai além da técnica. Trata-se daquela que politiza o ser humano para compreender que sua força de trabalho é vendida, que seus direitos precisam ser reivindicados, que conhecimento é poder e pode transformar sua vida e a vida de seus pares. Na expressão freiriana: é ter “presença no mundo”.

No discurso do encarcerado Sérgio Santana sobre a educação e o trabalho, destacamos o seguinte:

É bom porque a gente aprende mais a ler, ocupa mais a mente deixa de pensar muitas besteiras e vê que a gente tem algum futuro, aprendendo alguma coisa aqui. Alguém possa trazer aqui para nós aqui pra ‘nois aprender’, porque muitas vezes é difícil alguém vir para cá dá algum exemplo de vida [na entrevista faz referência ao curso de extensão, do qual participou no cárcere, sobre Temas selecionados em leitura e escrita, como já explicitado neste capítulo] [...] Eu estudei até a 5ª série. Eu não cheguei a terminar a 5ª série, porque quando eu cheguei na quinta eu desisti.

Os depoimentos dialogam com as idéias de Hannah Arendt (2004, p.108), quando a autora analisa a vida humana e sua natureza cíclica: “A principal característica desta vida especificamente humana, cujo aparecimento/desaparecimento constituem eventos mundanos, é que ela, é plena de eventos que podem ser narrados como história e estabelecer uma biografia.”

Os eventos aqui narrados são exemplos dessa riqueza de biografias que vão marcando e demarcando lugares e posições históricas, cujos processos educativos diferenciados tiveram influências sobre as vidas de cada sujeito, e que, de forma cíclica, foram definindo se poderiam estudar e trabalhar, somente estudar ou apenas trabalhar.

A função do estudo, para o encarcerado Sérgio Santana, é colocada como real possibilidade de melhorar seu futuro e fazê-lo pensar em assuntos “tolos”. Ressalta ainda o curso de redação, do qual participou no ambiente do cárcere, avaliando-o como uma ação

isolada em prol de pessoas que são estigmatizadas e excluídas, por terem cometido crimes e violentado a vida de outrem. A avaliação deste encarcerado sobre o sentido da educação no cárcere e fora dele amplia-se ao informar:

No sentido de aprender a lidar mais no mundo, porque a pessoa que não sabe ter uma leitura correta, muitas vezes não faz; nem eu [explicando que não faz leitura de forma adequada, com sentido]. Acho que não faz nem idéia de quem é mesmo, porque a pessoa que não sabe ler, não sabe nem assinar seu próprio nome, ele não sabe quem é, né? porque se ele for fazer uma ficha, ele não sabe se bota João ou Maria, porque não sabe escrever seu nome, aí vai ter que pedir a alguém, é por isso que o pai gosta de ler e passar o bom exemplo para os filhos né, porque você a pessoa lendo, apesar de a pessoa está preso não quer dizer que a pessoa é bandido e vá passar o mau exemplo para os filhos né, como eu que tenho 2 filhos [...] eu quero passar um bom exemplo pra eles. Às vezes eles chegam aqui e me vê lendo, eles já vai incentivar eles a ler também aí com o livro já pode afastar eles da criminalidade. (Sérgio Santana).

A importância da leitura é funcional, mas também social, para o depoente Sérgio Santana, pois sinaliza a maior participação social pela leitura, melhor conhecimento de si mesmo, além de servir como referência para os filhos que, ao verem-no lendo num ambiente hostil e sem nenhum incentivo ao ato de ler, poderão, por meio da leitura, ser afastados da criminalidade. Com suas palavras, Sérgio Santana registra sua percepção do ato de ler como ato político e cultural que modifica a vida humana.

Esta compreensão da leitura como possibilidade transformadora também é defendida por inúmeros teóricos que discutem o ato de ler, dentre eles, Ezequiel Theodoro da Silva (1988, p.99): “[...] a leitura, se empreendida criticamente, vem facilitar o surgimento da reflexão e da tomada de posição. ‘Reflexão’ significa a apropriação do nosso destino de existir [...] Por isso mesmo deve ser colocada como instrumento de participação, mudança e renovação sócio-cultural”.

As associações do par educação/trabalho fornecem para nós a compreensão clara do valor e do poder da educação e do trabalho na vida de cada encarcerado como real possibilidade de (res)significar a condição humana, tendo a leitura como mais um instrumento para a reflexão sobre si e sobre o mundo. Para Hannah Arendt (2004, p.16): “A pluralidade é a condição da ação humana pelo fato de sermos todos os mesmos, isto é, humanos, sem que ninguém seja exatamente igual a qualquer pessoa que tenha existido, exista, ou venha a existir”. Entendemos que o texto da autora indica que a singularidade do sujeito e sua subjetividade são aspectos que diferenciam os sujeitos, mas, no campo das possibilidades,

somos iguais, sendo diversos nas histórias de vida, nos atos empreendidos, no acesso maior ou menor ao conhecimento.

Para o encarcerado Sérgio Santana, quando perguntamos sobre qual seria sua mudança, o significado do trabalho veio como uma real necessidade, para auxiliar em sua mudança de vida. Ele assim se pronunciou:

Se eu disser que vou mudar, eu não posso mudar por uma coisa que eu não fiz. O que eu posso fazer é tomar mais cuidado, fazer andar na rua procurar um trabalho pra pelo menos tentar resgatar um pouco da dignidade da pessoa, o caráter [...] Eu estava trabalhando de feirante, eu tinha uma barraca de miudezas; tinha uma barraca. [Explicando sobre seu trabalho antes de ser preso].

Seu depoimento ratifica, pois, o valor do trabalho como a chance que precisa para manter-se existindo com dignidade, haja vista que, para ele, seu valor social será outro. Além de resgatar seu caráter, demonstra que pode ser merecedor de confiança e de outra oportunidade, o que não será um empreendimento fácil.

Questionamos se pretendia mudar de trabalho, para melhorar as condições de vida, e Sérgio Santana respondeu:

Não, porque se eu, por bens materiais, eu nunca fui ambicioso, pra ter o que eu não posso, o que eu sempre pedia a Deus é pra manter os meus filhos né, porque, no caso né, porque quando eu estava em liberdade só tinha um né, porque minha esposa estava grávida, aí foi ter ele quando eu estava preso [...] Ter desejo eu tenho, todo ser humano tem vontade né, de sempre aprender mais um pouco, só que o sistema não dá essa oportunidade. Eu posso falar no tempo que eu estudava, que queria estudar, estudar o quê, medicina, no tempo que eu estudava é, mas agora eu acho que não dá mais [...] É, poderia fazer um outro curso, e vou relatar também muitas vezes a pessoa estuda e se forma, vou dar um exemplo, muitas vezes a pessoa se forma para ser um engenheiro ou um médico, você se formou para ser isso, mas muitas vezes você está exercendo outra função.

As idas e vindas do discurso sintetizam que a imbricação educação/trabalho vem sempre como funções de apropriação de saberes para melhor posição social e chances maiores no mercado de trabalho, mas consciente de que muitos com grau de escolaridade alto estão fora do mercado de trabalho, não sendo apenas a educação que garante essa promoção social,

embora seja um forte elemento para tal. Assim, as reflexões do encarcerado Sérgio Santana ressoam nas idéias de Freire (2001, p.146), que diz: “A liberdade do comércio não pode estar acima da liberdade do ser humano [...] sem limite é licenciosidade de lucro. Vira privilégio de uns poucos [...] contra o direito de muitos, inclusive o de sobreviver.”

Sobreviver dignamente pelo trabalho é o que todos declaram reiteradamente em seus depoimentos. Sobre o valor da educação, o encarcerado Sérgio Santana fez questão de ratificar o seguinte:

As chances de quem estuda vão ser sempre maiores, porque a empresa que vai avaliar, você que vai escolher, você que não tem uma profissão e tem o outro lá que se formou, quem você acha que a empresa vai escolher?

Por outro lado, em outro momento da conversa, fez reflexões sobre o estudo e o trabalho dizendo:

Eu conheço uma pessoa que é formada e não tem trabalho. Trabalha na feira, trabalha de feirante. Aí muitas vezes a pessoa pára e pensa: pra que serviu esse estudo? Na real, ela vai escolher quem é mais formado né, mas muitas vezes aquele que é formado sabe muito menos do que aquele que não é formado. Um deputado, por exemplo, não tem emprego, mas tem o diploma para roubar né, sem diploma para exercer aquele cargo, ele faz o que quer naquele cargo e não acontece nada com ele, a não ser quando os próprios colegas dele de cargo fica naquela... às vezes está roubando mais do que o outro, aí o outro vai e mete a lima em cima dele lá e já era.

As críticas ao capital e ao lucro de poucos em detrimento da escassez de milhões são percebidas de forma irônica pelo depoente, quando traz para o cenário o político brasileiro que, mesmo não sendo ético, não tendo formação intelectual compatível com o cargo que ocupa, vive de um salário elevado e ainda desvia dinheiro dos cofres públicos impunemente.

Quando questionado sobre as atividades realizadas no presídio, o encarcerado Sérgio Santana disse:

A gente faz muito artesanato. Acho que o preso, qualquer detento, aprende a fazer para passar o tempo, porque a gente não sabe o período que vai ficar preso, aí inventa, faz o artesanato [...] Não, nada; a única coisa que vem para nós mesmo é cadeia, é ficar preso o resto o tempo determinado pela justiça né [explicando sobre a

ausência de cursos profissionalizantes, trabalho no cárcere, oficinas] [...] *Jogar dominó, bola, carteadado, fazer umas atividades no barraco mesmo, que é a cela só e vai passando o tempo.*

Novamente reitera em seu depoimento a crítica à cadeia, por não realizar o que prevê em seus objetivos e missão desde que foi idealizada, que é ressocializar, reintegrar e promover a regeneração dos encarcerados. Nestes aspectos, os estudos de Michel Foucault (2002) já há muito comprovam o não-atendimento dos objetivos para o qual nasceram as prisões. Consoante o autor: “[...] uma empresa de modificação dos indivíduos que a provação da liberdade permite fazer funcionar no sistema legal [...] ela pretende também que o culpado se emende [...] e permite que ela apareça como uma reparação.” (FOUCAULT, 2002, p. 196-197). Fica evidenciado, pois, que o tempo do preso é controlado pela prisão, que dele faz o uso que lhe convier, deixando o tempo livre para pensarem em seus atos e se arrependem dos delitos cometidos.

Ao sintetizar sobre o que significa o trabalho para o ser humano, o encarcerado Sérgio Santana revelou:

Eu saindo daqui, procurar um trabalho para poder cuidar de minha família no caso né, que vai ser difícil um encarcerado achar um trabalho para com a sociedade, acho que é meio difícil né, mas para Deus nada é impossível [...]

Surge, como em outros depoimentos, o trabalho com uma das possibilidades de (res)significação da vida, a fim de que possa sustentar a família, prover-se e ainda ter de volta sua auto-estima, seu valor e dignidade reconhecidos. Para Hannah Arendt (2004, p 116), o trabalho “[...] é uma necessidade da natureza humana e a mais produtiva das atividades do homem”. Como bem informam os encarcerados em seus depoimentos, sentem-se úteis e produtivos, dignos e mais felizes.

Vamos conhecer o que pensa sobre a mesma questão — trabalho/educação — o encarcerado Leandro Barreto:

A leitura é boa, se eu tivesse ido à escola, não aprendi a ler nem nada, não estava aqui neste lugar [...] Muita coisa interessante, algumas histórias diferentes, o pessoal comentando como as cadeias dos outros lugares, como são diferentes daqui [explicando o sentido do Curso de Extensão no cárcere] [...] Trabalhamos com artesanato e vendemos. Fazemos pouca coisa, mais por encomenda. Fazemos

pássaro, pato de papel. Assisto TV também. Porque pelo menos eu estava trabalhando numa coisa mais pesada, negócio de artesanato é muito leve [Explicando sobre a necessidade de uma ocupação útil no cárcere].

A leitura/trabalho é apresentada como movente para diferentes desfechos em sua vida, pois traria uma consciência que lhe impediria de ter sido preso. E quanto ao trabalho de artesanato, é para passar o tempo e subsidiar de alguma forma as despesas da família, já que estando preso a sobrecarga fica sob a responsabilidade de sua mãe. Prefere um trabalho que lhe exija mais a força física.

O encarcerado Leandro Barreto assim se referiu ao trabalho no cárcere:

O que mais faz sofrer é sofrendo lá dentro direto, [cárcere] é que não tem outra coisa para fazer, sempre é a mesma coisa. Não muda nada; todo dia é a mesma rotina, todo dia você tem que fazer aquilo ali, todo dia não muda nada, sempre é a mesma coisa e também a violência que o cara ver, também aquilo ali o cara vai vendo, vai botando na cabeça e também o cara não aprende coisa boa lá dentro.

Em relação ao sustento dele e de sua família após ter sido preso respondeu:

Eu dependo agora de minha mãe, porque minha mãe, ela mora com a minha avó e ela é aposentada.

O sofrimento por não poder sustentar-se e por estar privado da liberdade e ainda de seu trabalho deixa-o apreensivo, abatido, entediado. É uma rotina que o faz sofrer, disciplina-o e pune. Para Michel Foucault (2002, p.199): “Esse reformatório integral prescreve uma recodificação da existência bem diferente da pura privação jurídica da liberdade [...] Primeiro princípio o isolamento, a solidão como instrumento positivo de reforma.” Assim serão impedidos de se organizar e buscar soluções comuns. Devem estar na solidão e no remorso para aprenderem e se arrependem dos delitos cometidos.

Ainda sobre estudos/educação, o encarcerado Leandro Barreto declarou:

Quero, eu vou estudar, quando sair daqui eu vou estudar [...] Eu trabalhava com meu sogro de servente de pedreiro [...] Estudava no Padre Alfredo Hasler [Escola pública estadual da cidade de Jacobina]. Estudei até a quinta série.

Ao sintetizar suas reflexões sobre o trabalho/estudo, esclareceu:

Trabalhando. Meu futuro quando sair daqui [prisão] será trabalhando e também com o estudo e a leitura. Eu gostaria de dizer que quem nunca entrou em uma cadeia, né, faça uma força para trabalhar para não “cair” aqui dentro, que se você “cair” aqui dentro depois que sai é discriminado lá fora. A sociedade pensa que o cara já foi preso, eles pensam que a pessoa não vai mudar; que não muda, que vai continuar o mesmo, mas muitos muda. Não confia não [referência à sociedade].

As expressões “trabalho, estudo, leitura” são trazidas para o discurso como operantes e definidoras do futuro ao sair do cárcere. O uso do advérbio “não”, repetido quatro vezes, em várias partes da narrativa do depoente, quando fala da avaliação da sociedade sobre o encarcerado, reforça o olhar discriminatório da sociedade sobre o presidiário e sua força ilocucionária — conhecimento referente aos meios empregados pelo interlocutor para atingir os objetivos desejados na comunicação.

O encarcerado Carlos Aداuto trouxe a seguinte reflexão sobre a educação/trabalho:

Faz os artesanatos, é. Umas vaquinhas. Aprendi aqui. Alguns vendem, outros não. Quando vende, o dinheiro fica com quem fez o artesanato [...] Ah! Se tivesse uma outra atividade a não ser essa que tem aí, seria muito melhor, para passar mais o tempo, passar mais rápido, pra pessoa refletir mais sobre a vida, sobre tudo.

A análise do depoente sobre o cotidiano do cárcere revela, pelo uso da conjunção condicional “se”, que a existência de atividades úteis no cárcere seria muito positiva, porque o tempo não mais ocioso passaria rápido e provocaria reflexões sobre a vida, haja vista que o trabalho faria do ambiente carcerário um espaço melhor e mais produtivo. O pronome indefinido “tudo” deixa vago sobre quais outras reflexões poderiam advir do trabalho no ambiente do cárcere.

Em relação aos estudos e ao Curso de Extensão no cárcere, vivenciados pelos encarcerados e analisados nesta tese, Carlos Aداuto esclareceu:

Foi bom, foi muito bom, porque a gente aprendeu muitas coisas diferentes e é uma coisa boa, porque ajuda muito o preso um trabalho como esse que foi feito [...] Depende né, se tiver como estudar ainda, porque é difícil para a pessoa trabalhar e estudar, assim... Ah! tenho vontade com certeza de voltar a estudar. Se um dia

voltasse a estudar, eu me formaria em medicina. Aqui [referência ao cárcere], é como se fosse um dia igual a outro, não muda nunca, porque é sempre as mesmas atividades. Todo dia acorda de manhã, pega água para fazer a faxina, às vezes sai no pátio, vai em uma cela em outra, conversa com os colegas.

Os adjetivos “bom”, “boa” são utilizados inicialmente para qualificar a leitura, mas o encarcerado não consegue dizer de forma clara e justificada quais seriam os benefícios que a leitura traria; faz isso de forma vaga, usando as expressões “aprendeu muitas coisas diferentes”; a não ser quando afirma que “se” voltasse a estudar, faria medicina, implícito está em seu discurso o atrelamento do estudo/leitura ao trabalho e à inserção social.

É elemento comum no discurso dos encarcerados o trabalho como objetivo maior no cárcere e fora dele. O encarcerado Carlos Adauto evidencia o sentido primordial que atribui ao trabalho, quando afirma: “Eu pretendo trabalhar, cuidar da minha família e viver em paz longe deste lugar aqui.”

Quando perguntamos para Carlos Adauto sobre as mudanças do ser humano que passou no cárcere, respondeu:

Em alguns casos, eu acho que tem alguns casos que não modifica, porque as pessoas já, né, é o tipo o destino de a pessoa ser assim, mas outros mudam bastante; a maioria. A pessoa sai do desespero aqui. Aí acontece de fazer alguma coisa errada por isso, sai sem dinheiro, sem nada sai desesperado mesmo [...] É um traficante, é um vagabundo, é um ladrão sempre assim. Essa marca nunca sai; quando passa por aqui, algumas pessoas entendem, outras, não.

É recorrente nos discursos dos entrevistados a representação da sociedade sobre o preso, com análise fatalista e incrédula no tocante a sua mudança. Carlos Adauto, por exemplo, emprega os pronomes indefinidos “alguns”, “outros”, para dizer que nem sempre as pessoas que passam pela experiência do cárcere modificam suas atitudes, mas outros sim. Acredita ainda que as marcas dos adjetivos desqualificantes para os ex-presidiários são o grande entrave para sua (re)socialização. O advérbio “nunca” ratifica que essa marca de ex-presidiário será para sempre carregada pelos que vivenciam a experiência do cárcere.

Sobre os filhos e a educação que pretende para eles, Carlos Adauto, declarou:

Eu quero que eles nunca tenha uma imagem de mim, primeiramente aqui nesse lugar, porque é o que eu mais penso. Quando meu filho tiver maiorzinho, ele entende; ele

fica falando coisa, dizendo que está rezando pra mim sair logo daqui. Eu fico muito preocupado com isso, dele crescer traumatizado, isso aí eu nunca vou me perdoar se acontecer. Eu quero dar uma educação a ele melhor do que a que eu tive, pra ele nunca errar na vida, fazer de tudo para nunca errar, para nunca passar pelo que eu passei; só isso.

A análise feita pelo encarcerado esclarece que sua preocupação maior é com a imagem que seu filho venha a ter dele, sobretudo da experiência do cárcere. O advérbio “nunca”, ratifica esta preocupação e o sentimento de culpa quanto ao fato de o filho ficar traumatizado por ele ter sido preso, o que seria imperdoável. Em relação ao estudo do filho, expressa o desejo de educá-lo bem, para que nunca vivencie o que lhe aconteceu, deixando entrever que a educação é um instrumento em potencial para a conscientização humana.

No geral, percebemos nos discursos paternos e maternos dos encarcerados que não querem ver seus filhos/as sofrerem, nem errarem, o que é reafirmado pelo advérbio “nunca”, utilizado de forma enfática duas vezes no mesmo período. Os encarcerados assumem também que farão o possível para que seus filhos não sofram e não se decepcionem.

Fica manifesto no discurso de Carlos Aduino que a preocupação com a imagem que seu filho terá de si é muito mais importante e tem maior valor do que os adjetivos pejorativos que a sociedade emprega para caracterizar os encarcerados, sendo esta a pista de que a avaliação do filho tem maior valor e importância do que a avaliação feita pela sociedade.

Em todos os discursos que abordam o estudo/trabalho é geral o poder que revelam ter a educação e nos faz lembrar novamente as idéias de Paulo Freire (2001, p.57), ao apontar a capacidade humana de intervir no mundo:

[...] a ‘espiritualização’ do mundo, a possibilidade de embelezar, como de enfeitar o mundo, e tudo isso inscreveria mulheres e homens como seres éticos. Capazes de intervir no mundo, de comparar, de ajuizar, de decidir, de romper, de escolher, capazes de grandes ações, de dignificantes testemunhos, mas capazes também de impensáveis exemplos de baixeza e indignidade.

É essa militância esperançosa que nos impele a prosseguir e, de forma cada vez mais solidária, continuar a luta pela (res)significação humana em todos os espaços de aprendizagem.

CONCLUSÕES: SINTETIZANDO ALGUNS FIOS DO RIZOMA

Como os fios do rizoma são muitos e cada um prolifera-se em tantos outros, fica apenas uma certeza: muitos fios estão incompletos, alguns ainda tênues, outros sinalizam recomeços e “olhares” e diferentes pontos de vista. Este conjunto, sem dúvida, daria um desdobramento da tese aqui apresentada, mas é preciso um esforço sistemático para reunir e sintetizar, ao menos alguns dos fios tecidos neste trabalho investigativo. O primeiro fio diz respeito aos resultados apontados nos dois capítulos iniciais da tese.

Ao tratarmos dos diversos conceitos de educação, analisamos as práticas educativas no cárcere e seus efeitos para os sujeitos que estão imersos no cotidiano do cárcere, na tentativa de compreendermos o papel social da educação em diversos espaços de aprendizagem, dentre eles o cárcere, com seus caminhos movediços, astúcias e estratégias. Os resultados apontaram que as questões de gênero, cidadania, etnia, estão imbricadas, por desdobrarem questões que são refletidas e problematizadas nas relações entre homens e mulheres como sujeitos sócio-históricos capazes de reescreverem suas histórias com base em novos contextos e oportunidades.

Ainda no primeiro capítulo, dialogamos com autores diversos sobre a educação e seus sentidos, selecionando para nosso trabalho o conceito de educação informal que nos permitisse analisar uma cartografia das práticas educativas exercidas pelos sujeitos encarcerados, uma vez que em nosso entendimento essas práticas, embora informais, exercem influências sobre os outros, formando outros sujeitos.

No segundo capítulo, foi apontado como ponto de reflexão para o debate, as práticas educativas construídas pelos encarcerados como formas de sobrevivência no espaço-tempo da prisão, suas estratégias e astúcias que, de forma intencional, são fazeres que vão (des)velando os sujeitos da pesquisa por meio de seus discursos ditos, subentendidos, semiverbalizados ou silenciados. Os dados construídos em campo apontaram uma quantidade significativa de práticas educativas no cotidiano do cárcere, as quais, dotadas de poder, astúcias e regras próprias, redesenharam o cotidiano do cárcere como “lugar praticado”.

A cadeia é descrita com um verdadeiro inferno, onde os presos são esquecidos pela sociedade, seus direitos são descumpridos, os estigmas e os sofrimentos de toda ordem — física, emocional, moral etc. — são acirrados. Dentre as ações educativas destacadas como significativas e reflexivas, citaram o Curso de Extensão oferecido pela Universidade do

Estado da Bahia (UNEB), como um dos raros momentos em que foram lembrados e percebidos como seres humanos.

A cartografia do cárcere revelou ainda que as regras elaboradas para melhor conviverem e estabelecerem disciplina e ordem são acordadas por todos — homens e mulheres encarcerados — e que o não-cumprimento de alguma dessas regras implica sanções como as que descrevemos no Capítulo 2.

Os efeitos de sentido mais emergentes foram: o crime é uma perda para o ser humano e somente “pobres”, “putas” e “pretos” ficam presos. A condição de preso os coloca reféns da justiça, esperando que o promotor público designe um advogado gratuitamente para defendê-los, em virtude de seu baixo poder aquisitivo, o que leva no geral tanto tempo que, ao serem julgados, já cumpriram a pena estabelecida ou até mais. Outro aspecto evidenciado foi o da não-seleção dos encarcerados, pois, ao chegarem à prisão, são colocados de forma indistinta, vários encarcerados na mesma cela. A análise dos sujeitos da pesquisa evidenciou que este fato somente agrava e forma mais delinquentes, pois cada crime deveria ser avaliado e o infrator separado conforme a gravidade do delito. Ratificam os discursos pulverizados sobre o crime e a justiça no Brasil em relação ao funcionamento da lei apenas para os pobres.

A pesquisa revelou ainda que o maior índice de delitos que dão entrada na 16ª Delegacia Circunscricional de Jacobina é o tráfico de drogas, seguido de homicídio e assalto. O que sinaliza a questão do poder aquisitivo baixo e a busca do enriquecer rápido, tendo como fruto desta riqueza o tráfico de drogas. Outro dado revelado, ainda no Capítulo 2, foi o baixo grau de escolaridade dos sujeitos e a faixa etária. Em sua maioria são jovens, com idades entre 20 e 28 anos, com apenas o primeiro grau completo ou incompleto. As profissões são ajudantes de pedreiro, *motoboys*, agricultores, entre outras.

Revelaram ainda o desejo de que o cárcere lhes oferecesse cursos de leitura, escrita, oficinas profissionalizantes, enfim, atividades que os fizessem sentir-se úteis e possibilitassem a reflexão de seus atos, conscientizando-os de forma significativa. Aqui está uma possibilidade de educação carcerária apontada pelos sujeitos da pesquisa.

As narrativas dos encarcerados comprovaram que as práticas reais do cárcere não são educativas, promovem as (des)crenças, (des)educam, sofisticam as regras de poder de organização que reproduz a violência, amedrontam e os tornam mais e mais marginais. Em contrapartida, apontam que a educação em espaços de aprendizagem como o cárcere, seria promotora de significativas mudanças, considerando que os seres humanos vivenciam processos educativos de toda ordem e podem (res)significar suas atitudes e transformar suas vidas.

Além desses aspectos registrados, as pistas indicadas nos discursos dos encarcerados levam-nos a trazer para esta pesquisa, como uma das conclusões, como uma perspectiva de ação educativa no cárcere, ações efetivas através da promoção de cursos diversificados no ambiente do cárcere, com atividades de escrita, como o memorial formação, atividades de artes, educação física e corporeidade, cursos profissionalizantes em parceria com o comércio local, a fim de que os encarcerados possam subsidiar em parte, as despesas da família, com a venda dos produtos fabricados por eles no âmbito do cárcere, como por exemplo o artesanato, se fosse ampliado e se outras atividades similares fossem desenvolvidas.. As ações educativas continuadas, entretanto, não poderiam ser limitadas aos encarcerados, mas extensivas aos profissionais que lidam cotidianamente com os presos, além dos familiares.

Obviamente, que a educação sozinha não seria capaz de realizar as mudanças que queremos ver implementadas no cárcere, mas se fossem utilizados os próprios saberes produzidos nas práticas educativas informais, a favor de uma educação que considerasse a condição humana como primordial nos processos educativos plurais, já teríamos um começo de novas e instigantes mudanças. Certamente, estaríamos propiciando aos encarcerados condições para atribuírem novos sentidos à própria existência, com base nas regras que são produzidas cotidianamente por eles/as, num convite à abertura ao novo e ao desafio de educar na incerteza e em lugar tão insólito e estigmatizante quanto o ambiente do cárcere.

Os fios dos Capítulos 3 e 4 apontaram, em linhas gerais, os seguintes resultados: os discursos apresentados sobre o cárcere pelos sujeitos da pesquisa denunciam, descrevem e (des)velam dores, desejos, expectativas, lembranças e conseqüências para o corpo e para a alma dos que experienciam o cárcere em seus moveções caminhos. Os resultados obtidos sinalizam que a condição humana é negligenciada de forma cruel e até perversa, desrespeitando os direitos do ser humano no tocante a: alimentação, atendimento médico, atendimento psicológico, ambiente em condições de assegurar a saúde e o bem-estar físico e mental. As alas A e B da 16ª Delegacia Circunscrição de Jacobina, onde ficam localizadas as celas, como descrito nesta tese, estão em condições físicas deploráveis, a alimentação não tem qualidade, as celas estão lotadas e sem ventilação adequada, contribuindo para a proliferação de doenças vivenciadas cotidianamente pelos encarcerados.

As práticas reais do presídio *versus* o que reza a Lei de Execução Penal foram descumpridas em todos os itens analisados, sendo, portanto, apenas teorizada, mas na realidade está longe de ser efetivada na 16ª Delegacia Circunscrição de Jacobina.

A questão discutida nesta tese não foi o cumprimento da penalidade pelo encarcerado, por sabermos que é tutelado do Estado ao ser preso, devendo acertar suas contas com a

justiça. A nossa discussão priorizou os processos educativos, as atividades úteis no cárcere e a condição humana ali revelada.

Os dados apontaram para uma forte arbitrariedade em relação aos direitos humanos, para a estrutura e o sistema da instituição carcerária, que não apresentam as condições mínimas para que os profissionais realizem seu trabalho dentro de um padrão mínimo de respeito ao outro em suas reais necessidades. O que lhes é exigido não é possível de ser realizado pela ausência de materiais básicos como viatura, combustível, termo legal (petição) com parecer do juiz favorável ao atendimento ao pleito, pois a demora é tão perversa que a espera poderá ser fatal à vida humana.

Os discursos dos encarcerados expressam que possuem consciência dos delitos cometidos, mas contrapõem este fato ao argumento de que merecem ser tratados como *seres humanos*, o que não acontece no geral na instituição carcerária. Entretanto os profissionais encarregados de lidar com os encarcerados no dia-a-dia, como o Agente Carcerário, Sr. Antônio Azevedo, e o Coordenador da Custódia, Sr. Paulo Sérgio, são referenciados em diversos pontos das categorias analisadas nesta tese como profissionais respeitosos, que priorizam o atendimento educado, cortês, atento às necessidades reais dos presos, sendo respeitados por todos os encarcerados por serem referência quanto ao tratamento humano para com outro ser humano.

Outro aspecto novamente apontado na pesquisa foi a necessidade de existirem atividades úteis a serem realizadas no dia-a-dia do cárcere, de forma a usarem a mente e se sentirem menos inúteis, depressivos, solitários e tristes.

Vale salientar que foi bastante evidenciada, ainda sobre o cárcere e seus efeitos no sujeito, a condição de “seres marcados”, estigmatizados pela sociedade que não mais lhes dá chances, não mais acredita em sua recuperação. A consciência desta marca de *ex-presidiário* é bastante movente em todos os depoentes.

O Capítulo 4 está imbricado ao Capítulo 3 e traz também a ampliação dos sentidos construídos pelos sujeitos sobre o cárcere em seus caminhos movediços e contraditórios, em que os silêncios atravessaram as palavras, a verbalização, e se fez presente nos discursos comedidos, limitados, marcados pela economia da linguagem e por sua incompletude. Os principais resultados estavam relacionados aos poderes disciplinares da prisão e aos aprendizados advindos da experiência do cárcere. Estes aprendizados foram sintetizados, compondo um cenário de desalento, num misto de revolta e saudade dos familiares, dos filhos, das companheiras.

Assim foi definido o cárcere e seus efeitos pelos encarcerados: inferno, cada dia pior que o outro, o tempo não passa, somos animais enjaulados, destratados, desrespeitados,

carentes, estressados, vivendo em condições precárias de higiene e alimentação. Como aspectos positivos citaram apenas ao banho de sol, as visitas, o artesanato e os jogos de bola, dominó e baralho.

Os discursos contidos sobre o cárcere revelaram que nem tudo podia ser dito, para que outros prejuízos e sanções não fossem estabelecidos e suas condições pioradas quanto à avaliação realizada pelos que detinham o poder de registrar seus comportamentos, suas vozes e suas vidas. Estavam reféns e sabiam disso. Preferiam então conter-se na forma de expressar-se.

Os resultados apontados nos Capítulos 5 e 6 trazem outros fios que se desdobram e ampliam a tessitura desta investigação empreendida no cotidiano do cárcere.

O Capítulo 5 trouxe como resultado a análise das vozes instituídas sobre o cárcere, por meio dos discursos de Delegado titular, do Coordenador da Custódia e do Agente Carcerário. Os pontos relevantes acerca do cárcere foram sintetizados nas seguintes categorias: estrutura da delegacia, serviços prestados à comunidade, representações que os encarcerados têm dos que representam as vozes oficiais, do Delegado titular, do Coordenador da Custódia e do Agente Carcerário. No primeiro ponto analisado, que trata da estrutura da delegacia, os resultados descritivos e as fotografias apresentadas, deixaram à mostra as condições precárias da 16ª Delegacia Circunscricional de Jacobina em vários aspectos: iluminação, pintura, estrutura física, ventilação, mobiliário e celas. Quanto aos serviços prestados, indicados no segundo ponto examinado, os entrevistados afirmaram que dentro das condições de trabalho que lhes são dadas buscam realizar um trabalho de qualidade, atendendo à população da melhor maneira possível. Admitem que a burocracia e o sistema corroboram para que não possam atender melhor à sociedade. Em relação aos serviços da delegacia descreveram sobre a alimentação, o atendimento à saúde, aos programas e atividades realizadas pela instituição a favor dos encarcerados.

A avaliação da alimentação, sob o olhar das vozes oficiais, trouxe uma pluralidade de sentidos bastante significativa e com pontos de divergência entre as vozes do Delegado titular e as do Coordenador da Custódia e do Agente Carcerário. A defesa de existir uma alimentação de qualidade na 16ª Delegacia não ganhou adesão de nenhum dos sujeitos entrevistados. Figuro um discurso solitário em defesa de sua qualidade — o discurso do Delegado. Os aspectos relacionados à saúde, atendimento médico, atividades e programas no cárcere foram descritos de forma quase homogênea pelos entrevistados, ao admitirem que o sistema e a Delegacia deixam a desejar em todos os aspectos.

No terceiro ponto analisado, tivemos uma rede discursiva pulverizada e permeada de contradições e armadilhas da linguagem, uma vez que os profissionais elaboraram sobre si e

seus desempenhos os pontos que poderiam ser ditos, selecionados e divulgados. Ao contrapormos estes mesmos pontos com o discurso dos encarcerados, no Capítulo 6, pudemos perceber que o Coordenador da Custódia e o Agente Carcerário são avaliados positivamente pelos presos e seus familiares, devido ao tratamento que lhes dispensa e ao trabalho realizado, o que não acontece com a avaliação do Delegado titular e dos policiais, na percepção dos entrevistados.

Os resultados ainda apontam como relevante a representação dos familiares acerca da prisão e seus efeitos, revelando as dificuldades enfrentadas para custearem as despesas dos filhos quanto a alimentação, material de limpeza e advogado.

Outro aspecto marcante nas falas dos familiares diz respeito ao sofrimento, à decepção e, de certa forma, à frustração por verem seus filhos por trás das grades de uma cadeia, depois de tê-los educado da melhor maneira possível.

São também significativos os resultados acerca do acompanhamento dado aos filhos pelas mães e da luta para libertarem-nos da prisão. A pesquisa registrou a ausência dos pais neste processo, o que aponta as permanências das construções culturais sobre o papel da mulher, ainda muito ligado à maternidade.

Criticam a alimentação oferecida pelo Estado, as celas em que ficam seus filhos, a limpeza do ambiente, a qualidade da água e a lentidão da justiça.

A maioria declarou que foi bem recebida e tratada pelos profissionais que trabalham na 16ª Delegacia Circunscrição de Jacobina.

Quanto ao que idealizam sobre seus filhos após o cárcere, explicitam que querem vê-los trabalhando e não mais envolvidos em delitos. Sinalizam a necessidade de mudarem de cidade para refazerem suas vidas, considerando as influências dos amigos e a falta de perspectiva quanto a emprego.

O Capítulo 6 e último desta tese traz as histórias de vida/de leitura dos sujeitos da pesquisa com experiências únicas, singulares, revelando como se percebem, como avaliam a presença da leitura em suas vidas e o valor que lhe atribuem, estabelecendo relações (re)veladoras com a educação e o trabalho, com a religiosidade, com os significados construídos pela sociedade e pelos filhos/familiares quanto a suas pessoas, trazendo o estereótipo e o estigma de vivenciarem a experiência do cárcere.

As histórias de vida/de leitura são marcantes e apontam os desejos quanto à continuidade dos estudos e à possibilidade de realizarem mais leituras, haja vista que esta atividade é tida como capaz de conscientizar, provocar fruição, entretenimento, além de ser útil às atividades cotidianas, como fazer lista de compras, escrever bilhetes, cartas, melhor se

comunicar, entre outras finalidades. Trazem ainda como resultado as histórias de vida de sujeitos que possuem sonhos, passaram por dores e dificuldades financeiras, vivenciaram a pobreza e se expuseram no memorial com toda a força trazida pela narrativa, na qual os tons que se mesclam de esperanças, religiosidade, crenças e subjetividades também trazem marcas de tristeza, revoltas e desencantos. Sinalizam uma necessidade premente de trazerem para o cárcere atividades “produtivas”, para que possam fazer do dia-a-dia nesse local um tempo proveitoso, que seja útil e valorizado, inclusive rendendo algum dinheiro, para que possam subsidiar as despesas de suas famílias.

O aspecto da educação no cárcere também foi revelador, considerado essencial para todos e todas, por considerarem o valor da educação como promotora de oportunidades para melhores trabalhos e maior inserção social. A preocupação com a educação dos filhos também é revelada, inclusive quanto ao exemplo que lhes darão, já que trazem o estigma do ex-presidiário.

Os sujeitos da pesquisa revelam ainda um forte desejo de refazerem suas vidas; afinal, as mudanças neles operadas pela experiência no cárcere são sinalizadas como possíveis, ainda que somente poucas pessoas acreditem em sua recuperação.

Outro aspecto revelado é o ambiente doentio e perverso para o corpo e a alma dos encarcerados, que encontram na religiosidade uma forma de manterem-se lúcidos, conscientes e ainda esperançosos de saírem da prisão e redimensionarem suas vidas. Nos memoriais, as paredes das celas, das alas, bem como as entrevistas estão povoadas de discursos evocativos de Deus, de trechos bíblicos, de dizeres que apontam conforto, fé, como uma possibilidade real de se manterem confiantes, crédulos de que esta experiência do cárcere é passageira e, portanto, um final promissor poderá ser ainda escrito em outros capítulos de suas histórias de vida.

Foram recorrentes os discursos que ouvi ao longo deste trabalho, ao apresentá-lo parcialmente em Congressos, Seminários, Encontros, sobre a relevância da temática investigada. Nesses momentos sempre esclarecia que ao trazer a lume a educação carcerária a partir das práticas educativas informais estaria contribuindo para que, no mínimo, outros sujeitos percebessem o quanto as categorias excluídas, estigmatizadas, relegadas à marginalização da sociedade deveriam ser convidadas a refletirem suas histórias de vida, seus processos educativos e a partir do espaço educativo, serem afetados e afetarem seus pares, trazendo novas possibilidades para suas vidas.

Repensando suas existências, certamente passariam, por meio da educação e da formação leitora, a desfazer preconceitos e estigmas sobre a sociedade e sobre si mesmos, reconhecendo-se falíveis, mas também capazes de gerarem mudanças, pois, como “militante

esperança”, utilizando a expressão freiriana, acredito ser possível transformarmos vidas e (re)escrever, dentro de cada uma delas, novas histórias: menos fatalistas e mais humanas.

Vale ressaltar que, como toda pesquisa, esta possui seus limites, tanto em relação aos resultados quanto em relação a seus aspectos metodológicos. Afinal, sem realizarmos “um recorte” do objeto de estudo não teríamos como apresentar uma tese em menos de dois anos de investigação. Estamos cientes de que a riqueza da temática exige a continuidade dos estudos, propiciando desdobramentos/aprofundamentos que possibilitem a ampliação do conhecimento em torno de tão instigante e relevante temática.

O sonho e a esperança trazidos com esta tese é que os discursos aqui analisados e os resultados obtidos possam funcionar como uma possibilidade de ser uma *contra-narrativa* e que, a partir de vários trabalhos desta natureza, possamos ter, num futuro próximo, uma política pública para a Educação Carcerária no Brasil, a exemplo de Educação de Jovens e Adultos (EJA). Afinal, todos e todas que possuem sede de justiça social, de menos violência e delinquentes, menos criminosos e criminosas, trarão seus estudos e suas lutas como contribuição em prol de uma sociedade que ao invés de penitenciárias construa mais e mais escolas, fazendo de cada contexto, de cada espaço, lugar de aprendizagem cuja condição humana seja o principal foco.

Educar a favor da vida sempre; e inspirados nas idéias de Paulo Freire, ter consciência de que a educação não transforma estruturas sociais, mas transforma homens e mulheres que, por sua vez, transformam a sociedade e nela intervêm, realizando as mudanças necessárias a uma vida mais humana, justa e igualitária para todos e todas.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Chico; GENTILLI, Pablo. *Educar na esperança em tempos de desencanto*. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

ALVES, Nilda; GARCIA, Regina Leite. (Org.). *O sentido da escola*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ANDRÉ, Marli Eliza; LÜDKE, Menga. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

ANDRÉ, Marli Elisa D.A. *Etnografia na prática escolar*. Campinas, SP: Papirus, 1995.

ARENDDT, Hannah. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

BAKHTIN, Mikail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2002.

BARBIER, René. *A pesquisa-ação*. Brasília: Plano, 2002.

BARROS, Manoel. *Gramática expositiva do chão*. (poesia quase toda). São Paulo: Civilização Brasileira, 1990.

BOGDAN, R.; Biklen, S.K. *Qualitative research for education*. Boston: Allyn and Bacon, Inc., 1982. Apud ANDRÉ, Marli Eliza; LÜDKE, Menga. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S.K. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto, 1994. Apud ANDRÉ, Marli Eliza; LÜDKE, Menga. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

BOSI, Ecléa *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queirós, 1979.

_____. *O tempo vivo da memória: ensaios da psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRANDÃO, Helena Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. Campinas, SP: UNICAMP, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN). *Língua Portuguesa*. Brasília, 1997. v. 2.

_____. *Lei de Execução Penal nº 7.210, de 11 de julho de 1984*. Disponível em: <<http://www.legislação.planalto.gov.br/legislação>> Acesso em: 3 jan. 2006.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. *Lei 11.343, de 23 de agosto de 2006*. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11343.htm> Acesso em: 14 ago. 2007.

BRECHT, Bertolt. Teatro de diversão ou teatro pedagógico? *Evento*, São Paulo, n.7, 1974.

BRUNER, Jerome; WEISSER, Susan. *A invenção do ser: a autobiografia e suas formas*. São Paulo: Ática, 1995.

CALDAS, Alberto Lins. *Oralidade, texto e história: para ler a história oral*. São Paulo: Loyola, 1999.

CÂMARA, Heleusa Figueira. Murmúrios da vida em estratégias discursivas. *Revista da FACED*, Salvador, v. 10, p.27-37, 2006.

_____. *Além dos muros e das grades*. São Paulo: EDUC - Editora da PUC-SP, 2001. v. 1.

CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. *Discurso e ensino*. São Paulo: Autêntica, 2005.

CASTELLANOS, Gabriela. *Desde las orillas de la política*. Genero e poder en América Latina. Lola Luna e Mercedes Vilanova comps. Barcelona: Seminario Interdisciplinar Mujeres y sociedad. Universidade de Barcelona, 1996. p.21-48

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 2. ed. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

CHAVES, Eduardo. *A filosofia da educação e a análise de conceitos educacionais*. [2003]. Disponível em: <www.chaves.com.br> Acesso em: 27 jun. 2006.

DUCROT, Oswald. *Dire et ne pas dire*. Paris: Herman, 1972.

DURANTE, Marta. *Alfabetização de adultos: leitura e produção de textos*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.) *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 217-250.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1999.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002a.

_____. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002b.

_____. *Estratégia, poder-saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

_____. *Ação cultural para a liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*. São Paulo: Cortez, 1985.

_____. Educação e participação comunitária. In: CASTELLS Manuel et al. *Novas perspectivas críticas em educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p.53-62.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

FUNCK, Suzana Bornéo; WIDHOLZER, Nara (Org.). *Gênero em discursos da mídia*. Florianópolis: Mulheres; EDUNISC, 2005.

GADOTTI, Moacir. *Escola cidadã*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

GASTALDO, Édison. A representação do espaço doméstico e papéis de gênero na publicidade. In: FUNCK, Bornéo Suzana; WIDHOLZER, Nara (Orgs.). *Gênero em discursos da mídia*. Florianópolis: Mulheres; EDUNISC, 2005. p.53-69.

GATTAZ, André C. *A busca da identidade nas histórias de vida*. Trabalho apresentado ao International Oral History Conference: Proceedings. Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: <www.usinadolivro.com/gattaz> Acesso em: 20 out. 2005.

_____. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

GOFFMAN, Erving. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 2005.

HEIDEGGER, Martin. *Ser e Tempo*. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. Parte I.

HELENA, Heloísa. *A falência do sistema presidiário brasileiro*. Pronunciamento realizado na sessão pública de 28.11.05. p.1-5. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/agencia>>. Acesso em: 30 nov. 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2000*. Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.org.br>> Acesso em: 10 out. 2004.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria: el género en las memorias*. Madrid: Siglo XXI, 2002.

JOSSO, Marie Christine. *Experiência de vida e formação de professores*. São Paulo: Contexto, 1990.

LARROSA, Jorge. Nota sobre a experiência e o saber da experiência. *Leituras*, Campinas, n. 4, p.1-9, jul. 2001.

LIBÂNIO, José Carlos. *Formação da consciência crítica: subsídios filosóficos*. Rio de Janeiro: CRB, 1982.

_____. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 7. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

LINHARES, Célia; NUNES, Clarice. *Trajetórias do magistério: memórias e lutas pela reinvenção da escola pública*. Rio de Janeiro: Quarteto, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. *Histórias da educação no Rio Grande do Sul na perspectiva do gênero: projeto de pesquisa*. Porto Alegre: FAGED/GEERGE: Grupo de Estudo em Educação e Relações de Gênero, 1993.

MANGUEL, Alberto. *Uma história de leitura*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MATOS, Maria Izilda S. Outras histórias: as mulheres e os estudos dos gêneros: percursos e possibilidades. In: MATOS, Maria Izilda S. de et al. (Org.). *Gênero em debate: trajetória e perspectivas na historiografia contemporânea*. São Paulo: EDUC, 1997. p. 83-114.

_____. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. *Cadernos Pagu*, Campinas, SP, n. 11, p.67-75, 1998.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. História e memória ou simplesmente história oral? In: *Encontro de História Oral e Documentação Oral*, Brasília. *Anais...* Brasília: UNB, 1993. p. 5-11.

_____. *Manual de História Oral*. São Paulo: Loyola, 1996.

MITCHEL, Juliet. *Psychoanalysis and feminism*. Harmondsworth: Penguin Books, 1975. Apud FLAX, Jane. Pós-modernismo e relações de gênero. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (Org.) *Pós-modernismo e política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 217-250.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Campinas: UNICAMP, 2002.

_____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso: uma crítica a afirmação do óbvio*. Campinas, SP: UNICAMP, 1983.

_____. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, SP: UNICAMP, 1997.

PERROT, Michele. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PERUZZO, Cicília M. K. *Comunicação nos movimentos populares: a participação na construção da cidadania*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998a.

_____. Mídia comunitária. *Comunicação & Sociedade*, São Bernardo do Campo, n. 30, p. 141-156, 1998b.

PRADO, Guilherme do Val Toledo; SOLIGO, Rosaura Angélica. O memorial de formação: história da experiência e outras histórias In: NOGUEIRA, Eliane Greice D. (Org.). *Memórias: professores partilhando suas histórias*. Campinas, SP: Graf. FE, 2004. p.14-25.

_____; SOLIGO, Rosaura Angélica (Orgs.). Memorial formação: quando as memórias narram a história de formação. In: PRADO, Guilherme do Val Toledo; SOLIGO. *Porque escrever é fazer história: revelações, subversões, superações*. Campinas, SP: Alínea, 2007. p.44-59.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACOBINA. Plano Diretor do Desenvolvimento Urbano de Jacobina: *Relatório final*. Jacobina, BA, nov. 1999. [Não publicado].

PRESO horas depois de ser solto pela justiça. *Primeira Página*, Jacobina/BA, ano XIV, n.712, p.9, 19 ago. 2006.

RAGO, Margareth. *Os prazeres da noite: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo: (1890- 1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

_____. Trabalho feminino e sexualidade. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 578-606.

RODRIGUES, Zita Ana Lago. *Os paradigmas do conhecimento, da ciência, e do saber e a educação para a contemporaneidade*. São Paulo: Publicoc, 2003. p.451-482. Temas em Educação II. Jornadas 2003.

SABAT, Ruth. Imagens de gêneros e produção de cultura. In: FUNCK, Bornéo Suzana; WIDHOLZER, Nara (Orgs.). *Gênero em discursos da mídia*. Florianópolis: Mulheres; EDUNISC, 2005. p. 93-118.

SAFFIOTI, Heleieth Iara B. Rearticulado gênero e classe social. In: COSTA, Albertina Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. p.183-215.

SARDENBERG, Cecília M. O gênero da memória: lembranças de operários e lembranças de operárias. In: PASSOS, Elizete; ALVES, Ívia; MACEDO, Márcia. *Metamorfozes*. Gênero na perspectiva interdisciplinar. Salvador: NEIM/UFBA, 1998. p.147-163. Coleção Bahianas, v. 3.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1991. p. 1-11.

SILVA, Ana Lúcia Gomes da. *Histórias de leitura na 3ª idade: memórias individuais e coletivas*. 2005. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

SILVA, Ezequiel Theodoro. *Leitura e realidade brasileira*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

SILVA, Manoel da Conceição. *Reeducação presidiária: a porta de saída do sistema carcerário*. Canoas: ULBRA, 2003.

SOARES, Magda. *Metamemória-memórias: travessia de uma educadora*. Belo Horizonte: Autêntica, 1990.

SOIHET, Rachel. História das mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História*. Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 275-296.

VALENTE, Virgínia Vargas. Una reflexion feminista de la ciudadanía. *Revista de Estudos Feministas*, Rio de Janeiro, v.8, n. 2, p. 170-190, 2000.

WILSON, S. The use of ethnographic techniques in education research. *Review of Educational Research*, Boston, v. 47, n. 1, p. 245-65, 1977. Apud ANDRÉ, Marli Eliza; LÜDKE, Menga. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

APÊNDICES

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM DR. JOSÉ CARLOS HABIB – 09. 02.06

Capacidade da delegacia/nº total de detentos atuais (Nº total de detentos, Nº de celas e sua metragem, alojamentos, nº de sanitários e área externa); Artigo 85 – Lotação compatível com a estrutura física e finalidade. É cumprido o artigo nesta delegacia?

1. Rotina do trabalho – funções que desempenha;
 2. Experiência/tempo de serviço ;
 3. Desafios/dificuldades encontradas ; (trabalho no cárcere);
 4. Principais doenças que acometem os presidiários;
 5. Serviços/atendimentos recebidos pelos presidiários quanto a: alimentação (qualidade/variedade); atendimento médico; atendimento psicológico; lazer, cursos profissionalizantes, oficinas... limpeza; banho (higiene pessoal);
 6. Atividades oferecidas no cárcere aos presidiários;
 - a) relação interpessoal com os encarcerados:
 - ✓ Conflito;
 - ✓ Diálogo;
 - ✓ Respeito;
 - ✓ Cumprimento das regras; ordens;
 - ✓ Disciplina ;
 - ✓ Relação com os familiares dos presos.
 - b) Relações interpessoais com: Delegado regional, colegas de trabalho (agentes de custódia, carcereiros, serviço de apoio, policiais de segurança da delegacia);
 7. Menor tempo/maior tempo de prisão dos encarcerados; presos cujo tempo de pena já foi cumprido e ainda se encontra na prisão; Causas (Quais);
- Avaliação - Análise geral da delegacia e serviços prestados por ela à comunidade;
- Representação dos presos (dele para com os presos e vice-versa);

Auto-avaliação de seu desempenho profissional;

Entradas na delegacia – principal(is) infração(ões);

Recuperação dos infratores – acredita na possibilidade como; por que – através de quê;

Nº % de reincidência dos delitos;

Leitura (algum tipo) – Acesso TV/Radio

Visitas (quantas vezes/ locais adequados) aceitam que levem: merenda; material de higiene pessoal ? são (revistados) visitantes?;

Relações amorosas/solteiros/casados relações familiares (filhos)

9. A lei de execução penal nos seus artigos 5º e 6º tratam da classificação dos condenados conforme os antecedentes, personalidade. Considerando que aqui é uma delegacia e não um presídio, é feito este serviço? Deveria ser feito?

10. No § único do título I da lei de execução penal reza que não haverá qualquer distinção de natureza racial, religiosa, social ou política. Esse parágrafo é realmente cumprido? O tratamento dado é sem distinção?

11.No artigo 10, seção 1, reza sobre a assistência ao preso como dever do estado, objetivando prevenir o crime e orientar o retorno à convivência em sociedade. E nos artigos 11, 12, 13 e 14 explicitam sobre a assistência a ser dada ao preso quanto a: saúde, jurídica, educacional, social, religiosa, material (alimentação, vestuário, instalações higiênicas). É garantido na prática esses direitos ao presidiário?

12. O artigo 15 reza sobre a assistência jurídica destinada aos presos que não possuem recursos financeiros para constituir advogado. Há nesta delegacia algum preso sem advogado para sua defesa? Por quê? A quem cabe fazer cumprir o artigo citado da lei de execução penal?

13. Os artigos (17, 18, 19 e 20) seção V da lei de execução penal rezam que a assistência educacional compreenderá a instrução escolar e a formação profissional do preso e internado, ensino profissional e de aperfeiçoamento técnico.

14. No § 20 reza que as atividades educacionais podem ser objeto de convênio com entidades públicas ou particulares, para atender aos objetivos instrucionais dos presidiários. Há

- algum convenio com escolas, órgãos públicos e/ou universidade com esta delegacia, para serviços médicos, e/ou educacionais, e/ou profissionalizantes? Tem interesse em fazer?
- 15 E quanto a assistência social que rezam os artigos 22 e 23 da lei de execução penal?
16. Há na delegacia espaço para cultos religiosos e/ou lazer e estudo?
17. Há algum trabalho que os presos realizam aqui na delegacia?
18. § 2º que trata do trabalho interno indica a celebração de convênio com a iniciativa privada para implantação de oficinas de trabalho referentes ao apoio ao presidiário. Há alguma iniciativa dessa natureza na delegacia de Jacobina?
19. Há algum preso trabalhando externamente?
20. Há presos que não tem cumprido seus deveres quanto a disciplina, higiene pessoal e asseio da cela?
21. O artigo 41 reza sobre os direitos dos presos, os mesmos têm sido cumpridos?
- I - alimentação suficiente e vestuário;
 - II - atribuição de trabalho e sua remuneração;
 - III - Previdência Social;
 - IV - constituição de pecúlio;
 - V - proporcionalidade na distribuição do tempo para o trabalho, o descanso e a recreação;
 - VI - exercício das atividades profissionais, intelectuais, artísticas e desportivas anteriores, desde que compatíveis com a execução da pena;
 - VII - assistência material, à saúde, jurídica, educacional, social e religiosa;
 - VIII - proteção contra qualquer forma de sensacionalismo;
 - IX - entrevista pessoal e reservada com o advogado;
 - X - visita do cônjuge, da companheira, de parentes e amigos em dias determinados;
 - XI - chamamento nominal;
 - XII - igualdade de tratamento salvo quanto às exigências da individualização da pena;

XIII - audiência especial com o diretor do estabelecimento;

XIV - representação e petição a qualquer autoridade, em defesa de direito;

XV - contato com o mundo exterior por meio de correspondência escrita, da leitura e de outros meios de informação que não comprometam a moral e os bons costumes.

XVI – atestado de pena a cumprir, emitido anualmente, sob pena da responsabilidade da autoridade judiciária competente. (Incluído pela Lei nº 10.713, de 13.8.2003)

22. São cumpridos integralmente os direitos do artigo 52 incisos 03 e 04 que tratam das visitas semanais de 02 pessoas, sem contar com crianças por 02 h e 02h de banho de sol diário?

23. Há local adequado para banho de sol e as visitas? Onde ficam?

24.O artigo 56 trata das recompensas entre as quais estão o elogio e a concessão de regalias. Há presos aqui com alguma recompensa e /ou regalias? Quais?

25. Existe o Conselho Penitenciário aqui em Jacobina? Ou Departamento penitenciário ou ainda o Conselho da Comunidade? Tem cumprido seu papel? Há relatórios arquivados sobre os mandatos de cada conselho?

26. O preso primário cumpre pena em seção distinta da reservado aos reincidentes?

27. Indulto (Presos que tiveram a concessão). A libertação do indulto ocorre com base em datas como: natalina, páscoa ?

28.Artigo 88 – Condenado (cela individual - Penitenciária) aqui é uma delegacia, o artigo se aplica também ou não?

Os requisitos básicos da unidade celular são:

- a) Salubridade do ambiente, condicionamento térmico adequado à existência humana;
- b) Área mínima de 6m²

Numa delegacia esses requisitos são cumpridos? Por quê? Quais as medidas já adotadas por esta delegacia para que o artigo 88 da lei 7.210 seja cumprido?

29. Não há cadeia pública em Jacobina? Ela se destina ao recolhimento de presos provisórios e cada comarca terá pelo menos uma?

Há algum presidiário que indique possuir doença mental? Ele fica separado dos demais presos?

30. Artigo 120 - Permissão de saída (falecimento parentes de 1º grau ou doença grave; necessitando de tratamento médico). Há presos nessa situação aqui na delegacia? A quem cabe autorizar na delegacia?

Atividades do estudo exploratório

23/01/2006 – Encontro com o agente da Custódia o senhor Paulo Sérgio para a pré-seleção para o Curso de Extensão e participação no projeto de pesquisa. “Educação carcerária: (des)encanto, (des)crença e os desvelamentos das histórias de leitura no cárcere...”

1. 56 encarcerados (Total);
2. 1 mulher - homicídio (mais ou menos 38 anos) pré-seleção encarcerados feita por Paulo Sérgio;

**APÊNDICE B – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PAULO
SÉRGIO CHEFE DA CUSTÓDIA – 03/02/06**

1. Capacidade da delegacia/nº total de detentos atuais (Nº total de detentos, Nº de celas e sua metragem, alojamentos, nº de sanitários e área externa);
2. Rotina do trabalho – funções que desempenha;
3. Experiência/tempo de serviço;
4. Desafios/dificuldades encontradas; (trabalho no cárcere);
5. Principais doenças que acometem os presidiários;
6. Serviços/atendimentos recebidos pelos presidiários quanto a: alimentação (qualidade/variedade); atendimento médico; atendimento psicológico; lazer, cursos profissionalizantes, oficinas... limpeza; banho (higiene pessoal);
7. Atividades oferecidas no cárcere aos presidiários;
8. a) relação interpessoal com os encarcerados
 - ✓ Conflito;
 - ✓ Diálogo;
 - ✓ Respeito;
 - ✓ Cumprimento das regras; ordens;
 - ✓ Disciplina;
 - ✓ Relação com os familiares dos presos.
- b) Relações interpessoais com: Delegado regional, delegado titular, colegas de trabalho (agentes de custódia, carcereiros, serviço de apoio, policiais de segurança da delegacia);
9. Menor tempo/maior tempo de prisão dos encarcerados; presos cujo tempo de pena já foi cumprido e ainda se encontra na prisão;
10. Causas (Quais);
11. Providências (Quais) A quem cabe solucionar?
12. Avaliação - Análise geral da delegacia e serviços prestados por ela à comunidade;

13. Representação dos presos (dele para com os presos e vice-versa);
14. Auto-avaliação de seu desempenho profissional;
15. Entradas na delegacia — principal(is) infração(ões);
16. Recuperação dos infratores — acredita na possibilidade como; por que — através de que;
17. Nº. % de reincidência dos delitos;
18. Leitura (algum tipo) — Acesso TV/Radio
19. Visitas (quantas vezes/ locais adequados) aceitam que levem: merenda; material de higiene pessoal ? são (revistados) visitantes?
20. Relações amorosas/solteiros/casados relações familiares (filhos)

APÊNDICE C – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM AGENTE CARCERÁRIO

1. Tempo no cargo;
2. Método de entrada (concurso, REDA, etc.)
3. Quantos profissionais trabalham junto com o senhor como agente carcerário?
4. O que compete ao senhor no dia- a- dia realizar aqui na 16ª delegacia?
5. Quais as principais dificuldades encontradas no trabalho realizado pelo senhor?
6. Relação interpessoal com os encarcerados;
7. Infra-estrutura da delegacia;
8. Reabilitação dos encarcerados - crença;
9. Cotidiano do cárcere;
10. Principais queixas dos detentos;
11. Relações com o Coordenador da Custódia e Delegado Titular;
12. Avaliação da alimentação;
13. Atividades úteis;
14. Projetos para os encarcerados;
15. Cursos, estudos no cárcere.

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS FAMILIARES DOS ENCARCERADOS

1. Tempo de prisão do filho (a);
2. Principais dificuldades enfrentadas pelos familiares com a prisão do/da filho;
3. Queixas principais da prisão;
4. Avaliação comida;
5. Serviços médicos/psicológico/odontológico etc.
6. Atividades realizadas no cárcere;
7. Sentimentos ao ver/saber da prisão do filho;
8. Visitas ao filho/Conselhos;
9. Religião;
10. Advogado serviço;
11. Expectativas/objetivos para o filho após o cárcere;
12. Filho (casado), filhos;
13. Trabalho atual do filho após saída da prisão;
14. Tratamento na prisão;
15. Justiça (avaliação)/Serviços;
16. Relação com os policiais, delegado, coordenador de custódia, agente carcerário;
17. Limpeza (condições);
18. Celas – avaliação;
19. O que mais marcou em sua vida durante as visitas a seu filho?
20. Motivo da prisão;
21. Parágrafo 1º do título 1º da lei de Execução Penal que não haverá qualquer distinção de natureza nem social...
22. Violência na prisão (filho já sofreu? Quando? Como?)
23. Pedidos que fazia aos familiares;
24. Leitura no cárcere;
25. Atividades/ocupação no cárcere.

ANEXOS